



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
DOUTORADO EM ESTUDOS LITERÁRIOS

MÁRCIA DO SOCORRO DA SILVA PINHEIRO



SENHORAS DO JORNAL: GUIOMAR TORREZÃO E MARIA AMÁLIA VAZ DE CARVALHO COMO PUBLICISTAS NA PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ



BELÉM
2021

MÁRCIA DO SOCORRO DA SILVA PINHEIRO

**SENHORAS DO JORNAL: GUIOMAR TORREZÃO E MARIA AMÁLIA VAZ DE
CARVALHO COMO PUBLICISTAS NA PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ**

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Letras e Comunicação, da Universidade Federal do Pará, na área de concentração de Estudos Literários como requisito parcial para obtenção título do Doutorado em Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Germana Maria Araújo Sales.

BELÉM
2021

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

- P654s Pinheiro, Márcia do Socorro da Silva.
Senhoras do jornal: Guiomar Torrezão e Maria Amália Vaz de Carvalho como publicistas na Província do Grão-Pará / Márcia do Socorro da Silva Pinheiro. — 2021.
xxi, 197 f. : il. color.
- Orientador(a): Prof^a. Dra. Germana Maria Araújo Sales
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Letras, Belém, 2021.
1. Maria Amália Vaz de Carvalho. Guiomar Torresão. Mulher. Imprensa no Século XIX. Província do Grão-Pará.. I.Título.

CDD 418.4

MÁRCIA DO SOCORRO DA SILVA PINHEIRO
**SENHORAS DO JORNAL: GUIOMAR TORREZÃO E MARIA AMÁLIA VAZ DE
CARVALHO COMO PUBLICISTAS NA PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ**

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Letras e Comunicação, da Universidade Federal do Pará, na área de concentração de Estudos Literários como requisito parcial para obtenção título do Doutorado em Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Germana Maria Araújo Sales.

Banca Examinadora



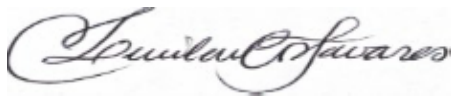
Profa. Dra. Germana Maria Araújo Sales (UFPA)
Orientadora (UFPA – Presidente)



Prof. Dr. Carlos Eduardo Soares da Cruz
(UERJ – Avaliador Externo)



Profa. Dra. Valéria Augusti
(UFPA – Avaliadora Interna)



Profa. Dra. Maria Lucilena Gonzaga Costa Tavares
(UFPA – Cametá – Avaliadora Externa)



Profa. Dra. Luciana Namorato
(Universidade de Indiana - EUA- Avaliadora Externa)

Aprovação: APROVADA
Data: 29/10/2021

À Mônica Pinheiro, eu sei que não é possível,
mas se eu pudesse, eu teria respirado por nós
duas. (*In memoriam*)

À dona Antônia, minha mãe, pela sua história
de vida!

À professora Germana, pelo exemplo de força
e de alegria.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de muitas mãos, generosas e solícitas, que muitas vezes, mesmo sem saber me ajudaram na condução deste caminho tão desafiador que foi o Doutorado, por isso não posso deixar de agradecer:

À professora Germana Maria Araújo Sales pela oportunidade, no ano de 2007, de participar do projeto: *Memórias em Periódicos*, na condição de bolsista de Iniciação Científica, esse momento foi o início de uma vida como pesquisadora. Ainda agradeço pelo apoio em todas as horas, agradeço não apenas pela orientação e pelas aulas, mas pela compreensão, pela atenção, além da paciência e da cordialidade em nossas inúmeras conversas sobre família, amores e muitos sonhos para o futuro. Como eu sempre digo, a professora Germana é uma orientadora que resolve qualquer ocorrência.

À Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento da pesquisa ao longo de quatro anos. Este recurso foi fundamental para lidar com as despesas de pesquisa e de vida.

À professora Valéria Augusti e ao professor Eduardo da Cruz pelas contribuições e correções neste trabalho no Exame de qualificação.

À minha família, sobretudo a minha mãe, dona Antônia e à minha irmã Marcilene.

Aos gêmeos, Maria Alice e Pedro Henrique, que são minhas almas gêmeas desta e de outras vidas.

Ao Luiz, um presente que a UFPA me deu, sim porque essa Universidade foi tão boa que me deu o amor da minha vida. Tudo que eu puder dizer é pouco, porque ele tem paciência com a minha falta de paciência, aguenta com bom humor as minhas chateações, entendeu sempre as horas de estudos, as viagens, o cansaço que muitas vezes foi refletido em mau-humor e ansiedade e, sobretudo, agradeço por ele não ter me deixado esbofetear o mundo, no momento mais doloroso da minha vida.

À Jeniffer Yara, por toda amizade e pela ajuda nas horas de angústia e de incertezas.

À Lucilena pela amizade, pela estima e apreço que ela tem por mim, pelo compartilhamento de opiniões sobre a pesquisa, sobre nossos estudos sobre Literatura e por contribuir em transformar uma fase de dúvidas e angústias em uma experiência mais solidária.

Ao Alex Moreira... Quantas foram as chamadas de voz e de vídeo para tratarmos de inúmeros assuntos e falarmos.

Ao Aduino pelas alegrias e cafés compartilhados.

Ao Pedro Lisboa por sempre dizer que eu podia seguir meus sonhos e com isso voar alto.

À Sara, pelas vivências no Mestrado e no Doutorado e pelo compartilhamento das informações sobre **A Província do Pará**.

À Alinnie Oliveira pela leitura de alguns capítulos, pelo compartilhamento de informações sobre Literatura e indicações de leituras sobre assuntos para eu ministrar disciplinas.

À Juliana Yeska, obrigada por todas as nossas conversas loucas sobre a vida, sobre o futuro, sobre as novelas, com isso também se ajuda a construir uma Tese.

Ao Valdiney Valente pela amizade, por sempre me ajudar quando precisei.

À Bernadete pela paciência em ouvir falar do meu luto por conta da perda da Mônica e pela amizade sincera.

À Samantha, obrigada por ser minha amiga, tua amizade foi um presente vindo dos trabalhos com os eventos acadêmicos, na Universidade Federal do Pará e nosso afeto e parceria foram fortalecidos em nossas aventuras em Marabá.

À Carla pela acolhida de sempre e em Marabá...

Ao Programa de Pós-Graduação em Letras, especialmente às coordenadoras Maria de Fátima do Nascimento e Ângela Chagas.

À professora Marlí pelos ensinamentos no Mestrado e no Doutorado.

Agradeço à Biblioteca Arthur Viana (setor de microfilmagem) da Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves, esse local nos ajuda pelo universo das pesquisas em periódicos.

Por fim, agradeço a Universidade Federal do Pará, por mais uma oportunidade de qualificação e, sobretudo, por ser um espaço que possibilita crescimento acadêmico e pessoal.

Nenhum homem é uma ilha, sozinho em si mesmo; cada homem é parte do continente, parte do todo; se um seixo for levado pelo mar, a Europa fica menor, como se fosse um promontório, assim como se fosse uma parte de seus amigos ou mesmo sua; a morte de qualquer homem me diminui, porque eu sou parte da humanidade; e por isso, nunca procure saber por quem os sinos doam, eles doam por ti.

John Donne

RESUMO

Nesta tese serão analisados textos assinados por Maria Amália Vaz de Carvalho (1847-1921) e Guiomar Delfina de Noronha Torresão (1844-1898), que circularam na Província do Grão-Pará, durante a segunda metade do século XIX, nos jornais: **Correio Paraense** (1834-1894), **Diário de Belém** (1853-1892), **O Liberal do Pará** (1869-1889), **A Província do Pará** (1876-2001), **A Constituição**: órgão do partido conservador (1876-1886) e **Folha do Norte** (1896-1974). A partir da primeira leitura nos objetos de pesquisa, percebemos que havia um tema recorrente nas obras das autoras acima referidas; tal assunto era a autonomia da mulher. Esse tema era debatido em suas produções em livros e em jornais, tais pontuações movimentavam os setores intelectuais de Portugal e do Brasil. Nos contextos liberais, progressistas e conservadores, nos quais observamos propostas pela instrução feminina, as vozes de outras mulheres se destacaram na imprensa, em meio a um grupo de mulheres como Maria José Canuto (1821-1890), Júlia Lopes de Almeida, Carolina de Michaelis de Vasconcelos (1851-1925). Tais escritoras iniciaram carreira e logo se sobressaíram como articulistas de importantes jornais, tanto em Portugal como no Brasil. Colocadas essas considerações sobre as autoras portuguesas e os jornais que divulgaram seus textos no Pará, neste trabalho analisaremos as publicações de Guiomar Torresão e Maria Amália Vaz de Carvalho presentes nas colunas dos jornais oitocentistas no Grão-Pará, na segunda metade do século XIX. A abordagem usada para cumprir esse objetivo será de comparar os textos das duas escritoras portuguesas supramencionadas, levando em consideração o conteúdo desse material e as reflexões acerca da emancipação feminina, ali abordada. Feita a leitura dessas publicações e foi identificada a temática predominante, e percebemos que nos textos publicados no Grão-Pará havia uma acentuada porcentagem de escritos relacionados à figura da mulher, como também a assuntos que nomeamos de correlatos ao tema principal, como casamento, divórcio, leitura, comportamento das mães e das filhas. Esses resultados nos conduziram a buscar leitura do seguinte aporte teórico-crítico, acerca do universo feminino usaremos os trabalhos de: Ana Maria Costa Lopes (2005), Mônica Yumi (2010), Irene Vaquinhas (2011), Mary Del Priore (2012) e (2018). Já sobre a reflexão da história da imprensa, buscamos ajuda nas pesquisas de Nelson Werneck Sodré (1999), Isabel Lustosa (2003), Tânia de Luca (2017). Para pensar a circulação de jornais no Pará, fizemos as leituras dos trabalhos dos orientados atuais e egressos da professora Germana Sales. Ainda como suporte para refletir sobre o recorte temporal, neste trabalho demos destaque especial aos jornais do século XIX. Ademais, para prosseguir com o trabalho, descrevemos seis jornais que divulgaram os escritos das portuguesas, enfatizando as publicações correlatas ao fio condutor principal deste trabalho, que é a: mulher. Posteriormente, a essa fase, adentraremos na tarefa de pensar quem foi Guiomar Torresão e Maria Amália Vaz de Carvalho sempre partindo da perspectiva do estava dito nos jornais tanto de Portugal como do Brasil. Para finalizar, prosseguiremos para a análise das produções das portuguesas.

PALAVRAS-CHAVE: Maria Amália Vaz de Carvalho. Guiomar Torresão. Mulher. Imprensa no Século XIX. Província do Grão-Pará.

ABSTRACT

In this thesis, there will be analyzed works written by Maria Amália Vaz de Carvalho (1847-1921) and Guiomar Delfina de Noronha Torresão (1844-1898), that were read in the Grão-Pará province, during the second half of the 19th century, in the newspapers: **Correio Paraense** (1834-1894), **Diário de Belém** (1853-1892), **O Liberal do Pará** (1869-1889), **A Província do Pará** (1876-2001), **A Constituição: órgão do partido conservador** (1876-1886) e **Folha do Norte** (1896-1974). From a first glance of the research objects, a recurring theme is recognizable in the works of these women: the female autonomy. This matter was debated in their pieces published in books and newspapers, and these debates spurred into action the intellectual sections of Portugal and Brazil. In the liberal, progressive and conservative scenarios, in which can be seen suggestions on the behalf of the female apprenticeship, the voices of other women were highlighted in the press. Among these women, one can find, Maria José Canuto (1821-1890), Júlia Lopes de Almeida and, Carolina de Michaelis de Vasconcelos (1851-1925). Soon after initiating their careers, these writers stood out as columnists of important periodicals, both in Brazil and Portugal. With those considerations about the Portuguese authors and the journals that published them in Pará in mind, we propose the inquiry of the publications signed by Guiomar Torresão and Maria Amália Vaz de Carvalho that are seen in periodicals from Pará in the second half of the 19th century. To reach this goal, the work of both aforementioned writers will be compared, considering the substance of the pieces and the ruminations about female emancipation they display. Succeeding this, we acknowledge that, in the publications from Grão-Pará, there was a considerable percentage of works related to the female figure, along with subjects related to this main theme, such as marriage, divorce, reading, as well as mother and daughter behaviour. These developments led the research to look for an appropriate theoretical-critical contribution about the female universe. There will be used the works of: Ana Maria Costa Lopes (2005), Mônica Yumi (2010), Irene Vaquinhas (2011), Mary Del Priore (2012) and (2018). Furthermore, about the history of the press, the authors consulted were Nelson Werneck Sodré (1999), Isabel Lustosa (2003) and, Tânia de Luca (2017). In order to think about the circulation of newspapers in Pará, we read the works of Professor Germana Sales's current and former graduate students. As yet a support to reflect on the time frame, special attention was given to 19th century periodicals in this thesis. Moreover, to proceed with the essay, we reported six newspapers that published the writings of the two Portuguese writers, emphasizing publications related to the main theme of this work, which is the woman. Afterwards, we will consider who were Guiomar Torresão and Maria Amália Vaz de Carvalho, always starting from the perspective of what was registered in the publications from Brazil and Portugal. Lastly, the portuguese pieces will be analyzed.

KEYWORDS: Maria Amália Vaz de Carvalho. Guiomar Torresão. Woman. Press in the 19th century. Grão-Pará province.

Lista de figuras

Figura 1 – Folhetim O Gaúcho	36
Figura 2 -Nota sobre Literatura	37
Figura 3 - Publicação sobre como conseguir casamento	39
Figura 4 - Nota sobre um ditado normando	73
Figura 5 - Publicação sobre como conseguir casamento	78
Figura 6 – Nota sobre o perigo do romance folhetim	56
Figura 7 – Anúncio sobre venda de manual de civilidade	68
Figura 8 - Anúncio sobre escola para meninas	73
Figura 9 – Nota sobre assinatura no jornal de modas La Saison	78
Figura 10 - Nota sobre romance francês Lle Mariani	79
Figura 11 - Nota sobre a instalação do telégrafo no Amazonas	83
Figura 12 - Anúncio do folhetim Olga	84
Figura 13 - Publicação do romance Justiça de mulher, de Daniel Lesneur	85
Figura 14 - Nota sobre o romance Justiça de mulher	85
Figura 15 – Notícia 1 sobre discussão de aprovação do divórcio	86
Figura 16 – Notícia 2 sobre discussão de aprovação do divórcio	105
Figura 17 - Nota sobre a formação de uma mulher japonesa como advogada	104
Figura 18 - Guiomar Torrezão na aba índice de figuras literárias da Biblioteca Nacional Digital	105
Figura 19 - Anúncio da Revista Evolução no jornal A Pacotilha	108
Figura 20 - Anúncio sobre Guiomar Torrezão ter a proteção da rainha	108
Figura 21 - Nota sobre Guiomar Torrezão ao lado de outros autores	109
Figura 22 - Guiomar Torrezão é considerada a George Sánd portuguesa	110
Figura 23 - Anúncio sobre opera de Guiomar Torrezão	113
Figura 24 - Nota sobre Guiomar Torrezão ser comparada a personalidades do mundo literário	113
Figura 25 - Maria Amália Vaz de Carvalho, na Revista Moderna	118
Figura 26 - Revista moderna	120

Lista de tabelas

Tabela 1 – Obras lidas para melhor entender o percurso de produção de Guiomar Torrezão e Maria Amália Vaz de Carvalho	17
Tabela 2 – Jornais religiosos do Pará	30
Tabela 3 – Textos que circularam na coluna folhetim do Correio Paraense	38
Tabela 4 – Publicações no Diário de Belém.....	47
Tabela 5 – Sobre títulos relacionados ao “belo sexo” n’O Liberal do Pará.....	56
Tabela 6 – Obras divulgadas na seção “edição Guarnier”, do jornal A Constituição: órgão do partido conservador	76
Tabela 7 – Publicações de Guiomar Torrezão e Maria Amália Vaz de Carvalho nos jornais paraenses	136

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
2 JORNAIS E MAIS JORNAIS: NOTAS SOBRE O SÉCULO XIX NA PROVÍNCIA DO PARÁ.....	24
2.1 Ilustrações sobre a formação da imprensa no Pará	28
2.2 Correio Paraense: diário noticioso, comercial e literário	35
2.3 Diário de Belém: folha política, noticiosa e literária	43
2.4 O Liberal do Pará: um jornal de ideias e de mensagens.....	53
2.5 A Província do Pará: apontamentos sobre civilidade	62
2.6 A Constituição: órgão do partido conservador.....	75
2.7 A Folha do Norte: forjando imparcialidades	80
3 - ILUSTRÍSSIMAS SENHORAS: APONTAMENTOS ACERCA DO GENIO FEMINIL.....	91
3.1 Notas sobre o “belo sexo”	93
3.2 Guiomar Torrezão: uma operária das letras	104
3.2.1 Guiomar Torrezão por outras penas	111
3.3 Maria Amália Vaz de Carvalho: mulher de letras, mulher de ideias.....	116
3.3.1 Uma rabiscadora d’além-mar	127
4 GUIOMAR TORREZÃO E MARIA AMÁLIA VAZ DE CARVALHO: AFASTAMENTOS E APROXIMAÇÕES NAS IDEIAS SOBRE EMANCIPAÇÃO DA MULHER	134
4.1 Autonomia do “belo sexo”: convergências e divergências	140
4.2 Toilette e feminilidade: havia uma forma ideal de vestimenta.....	156
4.3 Casamento e comportamento da mulher.....	161
4.4 Leitura, escrita e educação	175
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	183
REFERÊNCIAS	135

INTRODUÇÃO

Para iniciar os trabalhos iniciais desta tese, é importante que seja contada brevemente nossa trajetória de pesquisa. Em 2012, conhecemos a professora Germana Sales, momento em que ingressamos em seu grupo de estudos: Grupo de Estudos em História da Literatura (GEHIL), naquela época, desenvolvemos o plano de trabalho: **Páginas Garrettianas**: a trajetória do romance na Belém Oitocentista. Nesse plano de trabalho, desenvolvi por 12 meses o trabalho com os prefácios de Almeida Garrett (1799-1854), da biblioteca Fran Paxeco, do Grêmio Literário Português, de Belém.

Posteriormente, trabalhamos em um novo plano que seria a pesquisa com os jornais: **O Liberal do Pará** e o **Jornal do Pará**, a partir da pesquisa com essas folhas tivemos a oportunidade de desenvolver o Trabalho de Conclusão de Curso e ter mais contato com temáticas relacionadas à figura da mulher no Oitocentos.

No ano de 2014, começamos a pesquisa no jornal católico **A Estrela do Norte**. A folha noticiosa construía votos em prol de textos (contos, sùmulas, críticas, romances) moralizantes e tecia considerações contra obras que não eram aceitas ou prescritas pelos censores católicos e seus representantes. O periódico publicou oito romances católicos, entre os quais, **Fabiola**, romance que foi divulgado em anúncios de inúmeros periódicos, e foi também publicado no formato de romance-folhetim no decorrer das décadas de 1860 e 1870 nos principais jornais religiosos católicos do Brasil.

Essas considerações confirmam o interesse pela pesquisa em fontes primárias, a contar da pesquisa na biblioteca do Grêmio Literário de Belém, bem como o interesse em personagens femininas no TCC e na dissertação de mestrado e, atualmente, o trabalho com o material assinado por Guiomar Torrezão e Maria Amália Vaz de Carvalho, que circulou em terras paraenses na segunda metade do século XIX.

Para o projeto de Doutorado, passamos a pesquisar em diversos jornais, até o momento que houve a confirmação da continuidade em trabalhar o universo feminino, pois a decisão foi buscar, inicialmente, mulheres escritoras nos jornais do Maranhão e do Grão-Pará, até chegarmos ao consenso de analisar o processo de circulação das autoras portuguesas, em terras paraenses, na segunda metade do século XIX.

Os seis jornais explorados nesta Tese já foram presentes em pesquisas de outros pesquisadores do GEHIL, mas neste trabalho será a primeira vez com a perspectiva inédita de

analisar autoras portuguesas, levando em consideração um tema central, a autonomia feminina.

Os jornais pesquisados são: **Correio paraense** (1934-1894), **Diário de Belém** (1868-1892), **O Liberal do Pará** (1869-1889), **A Província do Pará** (1876- 2001), **A constituição: Órgão do Partido Conservador** (1876-1886), **Folha do Norte** (1896-1974).

Os jornais destacados são as folhas que divulgaram, no Grão-Pará, material assinado por Guiomar Torrezão e Maria Amália Vaz de Carvalho. Entendemos que os periódicos foram suporte para a veiculação de informações relacionadas à ciência, mas também tiveram participação ativa no cotidiano paraense. John Thompson (2009, p. 20) declara que os meios de comunicação, como os jornais, são rodas de fiar que tecem diversos sentidos.

Demonstramos o material que compõe o objeto em si desta pesquisa, no qual, a partir de sua leitura, procuramos também decifrar as estruturas que determinam a progressiva incorporação das mulheres no espaço público, apesar das limitações da sociedade brasileira. Uma sociedade ainda muito apegada a valores conservadores e atrasada em relação aos países como França e o restante da Europa, claro, Portugal também é contabilizado na lista dos lugares com postura atrasada.

Nesses jornais, há uma considerável menção a textos que apenas pelo título já sugerem estarem relacionados à figura do “belo sexo”, e quando partimos para leitura, descobrimos que o conteúdo também confirma a importância das mulheres. Tal fato acontece porque é importante destacar que no término do Oitocentos as mulheres iniciam uma libertação das amarras do ideal veiculado pelas classes mais abastadas e começaram elas próprias a construir uma nova identidade, afirmando o seu estatuto, que na maioria das vezes, era a emancipação da feminina e, assim tomaram as rédeas do seu próprio destino. Ao longo desta marcha pela libertação feminina, assistimos a marcantes transformações na relação das mulheres com elas mesmas, com os elementos masculinos e com a própria sociedade em si.

Postas essas considerações iniciais, destacamos que textos assinados por Maria Amália Vaz de Carvalho e Guiomar Torrezão foram o ponto de partida para esta pesquisa e a respeito do *corpus* selecionado, foram catalogados 63 textos, sendo 26 assinados por Guiomar Torrezão e 37 vinculados ao nome de Maria Amália, publicados entre 1876 e 1899, nos jornais paraenses. A partir da leitura do *corpus*, percebemos que havia uma porcentagem considerável de artigos, resenhas e contos das duas autoras nos jornais pesquisados, com assuntos correlatos à figura da mulher. Por conta disso, temas como comportamento feminino, casamento, divórcio, leitura para donzelas e mães foram presentes em todas as formulações e reformulações das seções desta tese.

Logo, nosso objetivo geral foi analisar comparativamente (conferindo o que aproximava e o que distinguia as duas autoras portuguesas no que tange a ideia de autonomia da mulher) as publicações assinadas por Guiomar Torrezão e Maria Amália Vaz de Carvalho nos jornais: **Correio Paraense**, **Diário de Belém**, **O Liberal do Pará**, **A Província do Pará**, **A Constituição**: órgão do Partido Conservador e **Folha do Norte**, os quais circularam na segunda metade do século XIX, no Pará. Vale destacar que levaremos em consideração o que acontecia no contexto social, histórico e político da época. Como objetivos específicos, vamos **a)** descrever o conteúdo de cada um dos seis jornais e destacar os temas correlatos ao assunto central dos textos analisados, **b)** verificar se havia predominância de temas sobre a figura feminina, **c)** compreender o que era dito sobre Guiomar Torrezão e Maria Amália em jornais oitocentistas, **d)** lançar luz sobre as publicações relacionadas ao ideal de civilidade que a população letrada e não letrada recepcionava na época.

O problema que rege este trabalho é pensar o que essas publicações demonstravam sobre a autonomia das mulheres, no que concerne às discussões sobre educação, leituras, acesso ao mercado de trabalho, casamento, posição na família, entre outros temas relacionados ao “belo sexo”. E, algo bem específico dessa autonomia, era o acesso de mulheres ao campo literário, algo que as duas portuguesas buscavam, de modo distinto uma da outra e com apoios e empecilhos diferentes.

A hipótese que levantamos é que tanto Guiomar Torrezão, quanto Maria Amália, não eram feministas, mas que na obra das duas existem diferenças no que concerne à autonomia das mulheres e, especialmente, no material que foi publicado no Grão-Pará, havendo uma intenção desse material atuar como mediador de costumes, agindo na domesticidade da figura da mulher¹. Tal mote não era apenas encontrado nas produções das portuguesas analisadas nesta tese, pois a temática era recorrente em periódicos de Lisboa², do Maranhão, da Paraíba, de Recife, do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Grão-Pará.

¹ A saber, encontramos alguns trabalhos que tratam dessa preocupação com o feminino: LUGA, Leonora de. *A Mensageira: Uma revista de mulheres Escritoras na Modernização Brasileira*. (Dissertação de Mestrado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 1999. COSTRUBA, Deivid Aparecido. **Conselho às minhas amigas**: Os manuais de ciências domésticas de Júlia Lopes de Almeida (1896-1906). (Dissertação de mestrado) Universidade Estadual Paulista-UNESP de Assis. 2011. LOBATO, Denise. *Prosas de Júlia Lopes de Almeida em jornais paraenses oitocentistas: entre a temática moralizante e a palavra libertadora*. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2018.

² Em Lisboa, de acordo com informações encontradas na Biblioteca digital municipal de Lisboa, Maria Amália era colaboradora nos seguintes periódicos: **A Ilustração portuguesa**: semanário, revista literária e artística (1884-1890), **A mulher** (1879), **Contemporânea** (1885-1934), **Revista quinzenal ilustrada** (1841-1912), *A semana de Lisboa*: suplemento do *Jornal do Commercio* (1893-1895).

O mundo feminino oitocentista traduz-se por uma hierarquização tipificada de elementos femininos, na qual podemos vislumbrar, entre outras, a “elegante senhora”, seja ela da classe menos abastada ou aristocrática, que habita em um mundo repleto de futilidade, de regras e de convenções sociais, educada para ser um mero ornamento social, e simultaneamente um constante símbolo do “desejo” por parte dos homens da sociedade da época.

Em cada uma das partes deste estudo, efetuamos uma análise das várias imagens femininas assumidas, ou expressas, no século XIX, por jornalistas, autores literários ou pelo público em geral por meio de artigos, integrando-as, por outro lado, em uma perspectiva mais global do contexto sociopolítico, mas também, literário, cultural e ideológico, no âmbito dos quais todo este movimento social foi desenvolvido.

Por conta disso, pensamos que este trabalho pode ser um contributo não só para os denominados estudos sobre as mulheres, como também para o estudo referentes à imprensa periódica, da história e da evolução do pensamento social no último quartel do Oitocentos.

É na esfera do privado³ que a mulher assume um papel preponderante, sobretudo aquelas que pertenciam às classes mais abastadas. Neste espaço, são as “senhoras”, aquelas que comandam e organizam toda a dinâmica interna da casa, além da própria educação dos

³ As origens do público e do privado, como muitos outros elementos da nossa tradição política, a distinção entre esfera privada e a esfera pública nos é dada pelos gregos, notadamente Aristóteles, para quem essa distinção reproduz duas outras dicotomias: a primeira entre necessidade e liberdade, e a segunda entre relações políticas e relações naturais. Na Grécia antiga, “o capital” principal do cidadão era o tempo. De fato, as exigências da vida com os concidadãos e da ação em grupo implicavam se livrar das necessidades do cotidiano para alcançar a liberdade. Os seres privados eram aqueles cujos relacionamentos com seus semelhantes passavam pela produção material, enquanto os seres públicos estabeleciam relações marcadas pela gratuidade. Mas houve uma redefinição moderna dos termos, essa antiga maneira de conceber as relações entre a esfera pública e a esfera privada influenciaria significativamente a delimitação que os modernos introduziriam entre esses dois termos. Na autora das revoluções modernas assiste-se a uma redefinição do espaço público a partir da dupla lógica cidadania (participação) / soberania (poder público). Assim, para Rousseau, o cidadão moderno se distingue do homem natural em virtude de a cidadania ser uma segunda natureza, em certa medida mais verdadeira do que a primeira, porque totalmente dependente da razão humana e de sua capacidade criadora. Portanto, as teorias modernas do contrato social conduzem a uma definição da esfera pública centrada num indivíduo sujas características essenciais são a independência, a responsabilidade e a razão. Quanto à esfera privada, ela se reduz cada vez mais à intimidade e à família, uma vez que a economia moderna sai da esfera doméstica para se tornar social mediante o duplo mecanismo do mercado e da divisão social do trabalho. Devemos a Rousseau a mais elaborada formulação da divisão entre esfera pública e esfera privada, divisão que reproduz exatamente os papéis sociais de sexo. Para tanto, ele procede a uma completa naturalização das mulheres, a uma construção de sua dependência e invisibilidade social por meio da associação entre “mulher” e “mãe”. Para ele, a mãe não poder participar do contrato social uma vez que não pode atingir a imparcialidade necessária à constituição de uma vontade geral. É nesse compasso que os pensadores dos séculos XVIII e XIX (dentre os quais Hegel, Hume, Kant, Nietzsche, Proudhon e Schopenhauer) desenvolvem a noção de “esferas separadas”, uma separação que tem como funções essenciais interditar o acesso das mulheres ao universo político. HIRATA, Helena, LABORIE, Françoise, LE DOARÉ, Hélène, SENOTIER, Danièle. **Dicionário crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 210.

filhos. Mas não estão sozinhas na realização das diversas tarefas domésticas, dispendo, para este fim, da ajuda da criadagem. Tal auxílio permite às “elegantes damas da sociedade” desfrutarem de diversos momentos do que era considerado ócio e lazer que utilizam em confraternização e sociabilização.

Postas essas considerações acerca do universo feminino, a presente pesquisa justifica-se, inicialmente, pela lacuna de trabalhos sobre autoria feminina no Grão-Pará, no século XIX, especialmente se for pensado o diálogo entre Brasil, Portugal, haja vista Guiomar Torrezão e Maria Amália frequentemente recorrerem em seus escritos às temáticas sobre a mulher e o Pará ter sofrido forte influência portuguesa.

Portanto, acreditamos que o ponto alto deste trabalho é: a organização dos seis jornais estudados em único texto e as temáticas correlatas com o feminino abordadas em cada folha noticiosa, outra parte relevante deste trabalho é a apresentação feita das duas autoras, juntamente com o que se pensava da figura feminina em inúmeros jornais e por último a análise dos textos de Guiomar Torrezão e Maria Amália Vaz de Carvalho nos seis jornais paraenses.

Sobre a metodologia usada na análise dos textos, reorganizamos a análise dos 64 textos das portuguesas por temática. O primeiro passo, ler e reler todo o material, em seguida estabelecer a divisão dos textos que apresentavam alguma visão do feminino, logo, o passo posterior, eleger um tema central, que foi a autonomia da mulher; a partir dele, houve o desdobramento desse resultado inicial em outros assuntos: leitura, casamento, comportamento feminino, ambiente doméstico e a vida privada das famílias, entre outros temas. Por conta de uma indagação no exame de qualificação sobre a leitura de maior quantidade da obra das portuguesas, foi feita uma imersão na obra geral de Guiomar Torrezão e Maria Amália para que pudesse ser feita uma comparação mais clara das duas, como produtoras culturais. Para a obtenção de tal resultado, foi feita a leitura das seguintes obras das duas autoras:

Tabela 1 – Obras lidas para melhor entender o percurso de produção de Guiomar Torrezão e Maria Amália Vaz de Carvalho

MARIA AMÁLIA VAZ DE CARVALHO		
TÍTULO	ANO DE PUBLICAÇÃO	ORIGEM
Chronicas de Valentina	1888	Biblioteca Fran Paxeco
Uma primavera de mulher	1867	Cedido
Serões no Campo	1877	Cedido
Mulheres e creanças	1880	Cedido

Um feixe de pennas	1885	Biblioteca Fran Paxeco
Cartas a Luiza	1886	Biblioteca Fran Paxeco
Cerebros e corações	1903	Biblioteca Fran Paxeco
Contos e fanthasias	1905	Biblioteca Fran Paxeco
As nossas filhas cartas às mães	2017	<i>Internet</i>

GUIOMAR TORREZÃO

A Família Albergaria	1874	Biblioteca Fran Paxeco
Metéoros	1875	Biblioteca Fran Paxeco
Rosas pálidas	1877	Biblioteca Fran Paxeco
No theatro e na sala	1881	Biblioteca Fran Paxeco
A educação moderna	1884	Biblioteca Fran Paxeco
Uma alma de mulher	1869	Biblioteca Fran Paxeco
Flavia	M DCCC XVII	Biblioteca Fran Paxeco
As batalhas da vida	1892	Biblioteca Fran Paxeco

Fonte: PINHEIRO, 2020.

Dados: A tabela é para demonstrar os livros que foram lidos de Guiomar Torrezão e Maria Amália e foi elaborada a partir de pesquisa feita na biblioteca Fran Paxeco, do Grêmio Literário Português, na cidade de Belém-PA, de livros transferidos da *internet* e, também de obras enviadas em formato PDF pelo professor Eduardo da Cruz.

A intenção não era analisar a obra completa das portuguesas, mas sim pensar se houve uma espécie de filtro nos textos que circularam no Grão-Pará. Vale dizer que não foi possível ler toda a biografia das autoras, mas além dos livros da tabela, também foi lido o material que circulava em jornais de outras localidades, como do Maranhão, do Rio de Janeiro, de Recife, essa atividade ajudou no entendimento do objeto oficial da tese.

Sobre o suporte que divulgou nosso objeto de pesquisa, dos seis periódicos pesquisados, apenas **A Província do Pará** não está disponível digitalizada na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, e é localizado no setor de microfilmagem da Fundação Cultural do Estado do Pará (CENTUR). Dos números do **Diário de Belém**, são disponibilizados na plataforma digital apenas os anos de 1856 a 1876 e os outros anos estão à disposição, também, no CENTUR; de igual forma a **Folha do Norte** só é encontrada

completa no CENTUR, bem como o **Correio Paraense**, que não é localizado totalmente na Hemeroteca e nem digitalizado no Setor de microfilmagem, o restante dos jornais pesquisados neste trabalho está ao dispor na Hemeroteca Digital.

Para o tratamento com os jornais, examinamos justamente as prescrições relativas às ações que eram consideradas moralmente adequadas, enfatizando tanto os padrões de moralidade aceitos, como os que seriam considerados desviantes, caso da esposa e da mãe que deviam demonstrar obediência aos padrões de conduta moral da época. Por fim, identificamos o debate promovido nas páginas dos periódicos acerca da educação feminina, e refletimos se o jornal buscava apenas educar ou também instruir o sexo frágil, tendo em vista os principais papéis destinados à mulher considerada civilizada durante o século XIX: o matrimônio, a vida doméstica longe do público e a maternidade.

Concomitante às leituras feitas nas diversas referências acerca do feminino, da imprensa no século XIX e da influência portuguesa⁴ no Grão-Pará, realizamos várias buscas ao banco de dados da Hemeroteca Digital Nacional. Primeiramente, o objetivo era observar o jornal local de maneira completa, ou seja, verificar o rodapé e a parte alta da estrutura das folhas jornalísticas, como também visualizar os anúncios, que vinham, geralmente, nas últimas páginas.

Do ponto de vista da pesquisa na imprensa, há alguns trabalhos que nos ajudam a conduzir esta tese, a saber: Nelson Werneck Sodré, em **História da Imprensa no Brasil** (1999); Isabel Lustosa, **O nascimento da imprensa brasileira** (2003); Tânia Bessone da Cruz Ferreira, Gladys Sabina Ribeiro, Monique de Siqueira Gonçalves (Org.), **O Oitocentos entre livros, livreiros, impressos, missivas e bibliotecas** (2013). Usamos também as publicações dispostas nos jornais que traziam informações da época estudada.

No que envolve os estudos sobre mulher e sociedade, recorremos com frequência ao estudo de Ana Maria Costa Lopes (2005); Mônica Jinzenji, em **Cultura impressa e educação da mulher no século XIX** (2010); à obra de Irene Vasquinhas, **Senhoras e mulheres na sociedade portuguesa do século XIX** (2011) e aos trabalhos de Mary Del Priore, **História do Amor no Brasil** (2012), **História das mulheres no Brasil** (2018), no que se refere ao estatuto, ao papel e à imagem das mulheres. Com esses estudos, buscamos compreender e

⁴ Acerca da presença portuguesa no Grão-Pará ler: TAVARES, Maria Lucilena Gonzaga Costa. **Laços luso-paraense na imprensa oitocentista**. (Tese de doutorado). Universidade Federal do Pará, do Programa de Pós-Graduação em Letras, UFPA, 2017 e RODRIGUES, Almir Pantoja. **Romance-folhetins portugueses nas páginas da imprensa paraense oitocentista**. (Tese de doutorado). Universidade Federal do Pará, do Programa de Pós-Graduação em Letras, UFPA, 2018.

apreender os mecanismos que determinaram a construção social dos modelos dominantes de feminilidade na segunda metade do Oitocentos.

Quanto às teses, destacamos os trabalhos de Maria Lucilena Gonzaga (2017), Almir Pantoja Rodrigues (2018), Alan Flor (2019) e Sara Vasconcelos Ferreira (2021), cujas pesquisas se debruçaram sobre os jornais paraenses.

Para a concretização desta tese, optamos por elaborar 4 seções, a primeira seção será a introdução⁵. Sobre a segunda seção, fizemos um recorte em cada um dos seis jornais, optando por trabalhar com as publicações que mantinham uma proximidade com o fio condutor da tese, ou seja, nos debruçamos sobre as publicações que versavam sobre a conduta da figura feminina. Dessa forma, foi a partir de uma análise sistematizada desses seis jornais paraenses que pudemos estudar se havia concordância nos jornais paraenses com a autonomia das mulheres ou uma discordância no que se refere à emancipação feminina.

Ainda na seção 2, na busca por informações sobre as publicações na Província do Grão-Pará no século XIX, recorremos ao catálogo **Jornais Paraoaras**, de 1985. Nessa coletânea foram catalogados todos os jornais publicados no estado desde 1821 até o ano de 1985, assim, totalizando um expressivo número de 1005 jornais (PARÁ, 1985). Vale mencionar, que nossa pesquisa está localizada na segunda metade do Oitocentos⁶, mas na primeira metade do século XIX, além dos mais de trinta e sete periódicos existentes na província do Grão-Pará até 1841, outros 30 jornais foram publicados em Belém na década de 1850, tais como: **Marmota Paraense** (1850), **O Bom Paraense** (1851), **Correio dos Pobres** (1851), **O Grão-Pará** (1851), **O Piparote** (1851), **Monarchista Paraense** (1852), **O Monitor** (1852), **Aurora Paraense** (1853), **Diário do Commercio** (1854), **O Colono de Nossa Senhora do Ó** (1855), **O Boquinha de Moça** (1856), **A Bonina** (1857), **Curupyra** (1858).

Apresentadas essas considerações iniciais sobre como foi construída e consolidada a imprensa paraense, percebemos que esse espaço de manifestações para a publicação de notícias não existiria se não fosse o estabelecimento e a solidificação da imprensa. Posto isso, não podemos deixar de lado ter sido nesse suporte que foram divulgadas publicações como: cartas, romance-folhetim, contos, crônicas, artigos de opinião, juízos críticos e reflexões sobre obras, autores, questões sociais, tudo que a atualidade da época convocava.

⁵ Segundo a ABNT, a introdução não é nomeada, mas é contabilizada como seção 1.

⁶ Buscamos suporte nos trabalhos sobre imprensa: BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. **Jornal e Literatura**: a imprensa brasileira no século XIX. Porto Alegre: Nova Prova, 2007; BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico (org.). **Livros e periódicos nos séculos XVIII e XIX**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

Na terceira seção, fizemos uma apresentação das escritoras Guiomar Torrezão e Maria Amália Vaz de Carvalho; tal demonstração foi feita a partir da exposição de obras das autoras, da descrição de trabalhos em jornais, do que alguns autores e autoras diziam sobre a mulher na época, especialmente este tipo de informação, pois, quem sabe, possa explicar as posições tomadas pelas portuguesas; nesta seção, ainda, também trouxemos o que outros publicistas pensavam sobre ambas as autoras tratadas neste trabalho.

Ainda na referida seção, refletimos que, para se pensar em literatura assinada por mulheres na virada do século XIX⁷ para o XX, deveria ser considerada a restrição dos assuntos a serem tratados pelas escritoras, haja vista se esperar delas que tratassem de amenidades, que primassem pela manutenção dos valores tradicionais. Até porque mulheres conquistaram seu espaço no mercado editorial, em algumas situações na base de chacotas⁸ presentes em artigos em periódicos e em capítulos de livros. Seja como leitoras, seja como autoras, a entrada das mulheres no espaço da literatura foi acompanhada por discursos negativos, que associavam sua participação à falta de qualidade dos romances.

Tanto as instruções como a educação intervêm na reprodução de estereótipos ideológicos, de padrões de comportamento que imprimem uma forma de estar e de agir socialmente, na definição de papéis com que a mulher vai construindo, desde sempre uma imagem de si para si. Muitos intelectuais foram assim, afinando as suas ideias sobre a instrução, dando diretivas sobre a posição relativa de cada um dos sexos.

⁷ Apesar de tratar de publicações no Brasil, o que nos ajudou a pensar esse universo da escrita feminina foi: TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. 1997, p. 441, também nos ajudou a entender esse universo referente ao “belo sexo”: ZOLIN, Lúcia Osana. Literatura de autoria feminina. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (org). **Teoria Literária**. Abordagens históricas e tendências contemporâneas. 3ed., revista e ampliada. Maringá: Eduem, p. 329.

⁸ Na Seção Literária, do jornal Apostolo do Rio de Janeiro, do dia 17 de março de 1878 intitulada: “A folhetinista estrangeira” do “Jornal do Commercio”, que versa sobre a produção de Maria Amália, vimos o seguinte: Vai ser doravante a Sra. Maria Amália Vaz de Carvalho, poetisa portuguesa folhetinista do Jornal do Commercio, à convite da respectiva redação[...]Maria Amália ia escrever alguns folhetins, em que daria muitos e uteis conselhos às nossas patrícias, é que achamos inadmissível, e isto porque a literata estrangeira talvez esteja muito no caso de recebe-los, e nunca dar-lhes a ninguém, quanto mais às nossas caras compatriotas! Já na edição de 17 de março de 1878, houve também uma crítica aos escritos assinados por Maria Amália, em uma coluna sem título, o texto foi intitulado: Insolências da “Gazeta de Pêtas”: “O Apostolo em seu número de ontem arriou a celha, arregaçou as mangas, pôs mãos à cintura, e soltou a língua contra a Exma. Sra. D. Maria Amália Vaz de Carvalho, distinta escritora portuguesa, e atualmente colaboradora do jornal do Commercio. O motivo dessa descompostura foi o folhetim dessa senhora sobre a morte de Pio IX e a eleição de Leão XIII, folhetim cuja responsabilidade a redação do Jornal recusou, mas inseri-o, dando assim uma prova de que respeita as ideias alheias. Porque a folhetinista do Jornal do Commercio recebeu a encomenda de escrever alguns folhetins a tanto por mês, não se segue que tenha o direito de insultar as nossas crenças, e insinuar às nossas patrícias as mais deletérias doutrinas a título de que são conselhos. Quem encomendou o sermão que lhe pague. Uma senhora, por isso que o é, não deve ser uma pedante e meter-se à abelhuda em coisas que não sabe e que não lhe compete elucidar”. p. 2.

Na quarta seção, estabeleceremos a comparação a partir das proximidades e dos afastamentos, alicerçada no recorte dos 64 textos cotejados dos seis jornais. O primeiro passo foi realizar a leitura de todos os textos, posteriormente, organizar as publicações que tratavam da figura feminina e, assim, ler e reler para iniciar a constatação que, em alguns momentos, no material que foi divulgado no Pará, Maria Amália e Guiomar Torrezão não tiveram um distanciamento considerável.

A condição feminina será destacada no presente trabalho segundo as citações descritivas de vários autores da época usadas para caracterizar a mulher oitocentista, concretamente, as características físicas angelicais, as virtudes inerentes à mulher, as condutas femininas e infrações às virtudes, as analogias e divergências entre gêneros, as condutas sociais femininas e o seu papel na sociedade oitocentista.

O presente trabalho abre novas perspectivas e sugere diversas indicações para posteriores pesquisas. Pela informação e pela reflexão que nele transparecem, em particular, no que se refere às figuras e às vozes de mulheres defensoras da modernidade, ainda pouco conhecidas entre nós, como Guiomar Torrezão, julgamos ter dado um incentivo para a reconstituição social e cultural de uma época. Por tudo isto, avaliamos que este trabalho será um contributo não só para os denominados “Estudos sobre as Mulheres”, como também para o estudo da imprensa periódica, da história e da evolução do pensamento social no último quartel de Oitocentos.

O estudo nos jornais permite a compreensão em torno da difusão de ideias e até mesmo a construção de novos modos de leitura no mundo ocidental. Com isso, o material apresentado neste trabalho ratifica a contribuição dos jornais quanto às determinações apresentadas ao público feminino na província do Grão-Pará, uma vez que essas produções expõem como era a representação cultural do universo feminino na capital paraense.

Diante disso, este trabalho contribuirá também para a História do Livro e da Leitura, para a História Cultural e para a história das mulheres, porque foi lançada uma nova luz ao que se lia no século XIX. Já no que envolve a história literária, demonstramos que se liam mais autores do que foi exposto nos compêndios de literatura. Sendo assim, a análise desses textos foi feita a partir de um olhar de quem está no século XXI, que as leu de uma perspectiva múltipla, levando em consideração a ideia da literatura, do gênero, da história cultural e da historiografia literária.

Neste trabalho será estudado se de alguma forma essas portuguesas modificaram a cultura paraense da segunda metade do século XIX, se as autoras acrescentaram algo na vida intelectual paraense. Os textos divulgados em formato de cartas, de prosa de ficção, de artigos

reflexivos e resenhas, são indícios sobre a circulação de ideias, de assuntos sobre domesticidade, vida conjugal, educação feminina. Além da possibilidade, por meio deles, de cruzar dados e conhecer melhor as condições de publicação e circulação das obras comentadas, dos assuntos debatidos.

2 JORNAIS E MAIS JORNAIS: NOTAS SOBRE O SÉCULO XIX NA PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ

A imprensa, essa arte, como disse um escritor, quase divina, é umas das mais uteis e maravilhosas invenções do homem, vista como inquestionavelmente a mais poderosa alavanca do progresso, e como tal tem derramado a civilização entre os povos, que usando, mas não abusando dela, colhem seus preciosos frutos, quais o desenvolvimento das artes e das ciências, o restabelecimento da verdade, a condenação do vício e a elevação da virtude. (A FOLHA DO NORTE, 1897, s/p).

O advento da imprensa⁹ propiciou o fortalecimento das línguas nacionais, a ampliação do fluxo de informações, de teorias e de dados que poderiam circular entre os continentes, como por exemplo: a movimentação de romances, de cartas, de súmulas, de ideias entre outros arquivos (THOMPSON, 1999). A palavra ganhou força por meio da circulação e do comércio dos bens simbólicos (livros, panfletos, jornais). Dessa maneira, novas redes de poder emblemático instauraram-se, sejam elas formadas pelos tipógrafos, artesãos, médicos, políticos, autoras e autores de romances ou ensaístas de maneira geral, seja por outros segmentos da população.

Na América portuguesa, a dinâmica da exploração comercial e política foi diferente em razão das prioridades comerciais da metrópole. A ocupação territorial tem início no século XVI, mas a administração colonial só se instalou efetivamente no século XIX, ou seja, quase três séculos depois.

Sobre a implementação e a consolidação da imprensa no Brasil, devemos mencionar a fundação da Impressão Régia¹⁰, uma vez que o governo metropolitano coibiu o estabelecimento da tipografia no Brasil, controlando a circulação da palavra impressa e

⁹ É a Johann Gensfleisch Gutenberg (1397-1468), nascido na cidade de Móguncia (Alemanha), que a história atribui o mérito principal da invenção da imprensa, não só pela ideia dos tipos móveis - "a tipografia", mas também pelo aperfeiçoamento da prensa (que já era conhecida e utilizada para cunhar moedas, espremer uvas, fazer impressões em tecido e acetinar o papel). E este terá sido um marco fundamental que alicerçou e tornou possível a progressiva divulgação do conhecimento, até à sua massificação atual. BURKETT, Warren (1990) *Jornalismo científico: como escrever sobre ciência, medicina e alta tecnologia para os meios de comunicação*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.

¹⁰ A imprensa Régia foi parte da estrutura burocrática do Império, destinada a imprimir documentos, decretos e livros, entre outras coisas. Todo o maquinário foi trazido da Europa como parte da bagagem de D. João VI e da família dele. A partir da implementação da imprensa Régia surgiram folhas escritas por pessoas que ocupavam cargos públicos. O primeiro foi o **Conciliador do Reino Unido** de propriedade de José da Silva Lisboa, que era censor da Imprensa Régia. As folhas que se seguiram eram conciliadoras, ordeiras e amigas do rei e de nação.

fazendo de sua publicação um crime contra a coroa. Apesar de inicialmente voltada para as necessidades administrativas da nova sede do governo português, uma vez que a própria burocracia demandava a publicação de “toda a legislação e papéis diplomáticos”, a criação de uma tipografia no Rio de Janeiro foi também o ponto de partida para que, com a publicação de “todas e quaisquer outras obras”, a imprensa pudesse se desenvolver no Brasil.

Inicialmente, essas modificações foram introduzidas no Rio de Janeiro, local escolhido para sediar a monarquia nos trópicos. A cidade, a partir de então, foi tomada por uma série de mudanças que tinham como base os ideais de civilização e de progresso originários da Europa, e assim o Rio de Janeiro foi transformado no epicentro deste novo modo de viver que seria instituído no Brasil. A sede da corte tornou-se um modelo onde circulavam os exemplos de civilização implantada no Brasil as quais, eram estendidas ao restante do território.

A vinda da corte portuguesa ao Brasil, em 1808, marcou o início de um novo tipo de experiência social, marcadamente urbana, que aos poucos alterou a paisagem social herdada da colônia, predominantemente rural. A partir de então, grande parte dos valores e dos hábitos coloniais sofreram um desprestígio frente a um novo modo de vida que se difundiu com a presença da família real e dos demais estrangeiros que cruzaram o Atlântico, após a abertura dos portos. Ao longo de todo o Oitocentos, ocorreram inúmeras transformações no cotidiano dos habitantes locais, tais mudanças se estenderam da fisionomia das cidades até os valores morais e os costumes de sua população.

Isabel Lustosa (2003, p. 88-89) explica que, em relação ao Brasil, o surgimento dos primeiros impressos em 1808, com a chancela do governo local ligado a Portugal, ocorreu no contexto de ampla estruturação da colônia para as atividades políticas e econômicas da metrópole. A transferência da Corte Portuguesa para o Brasil demandou o atendimento às necessidades do poder Real, com a instalação de serviços e organização dos espaços urbanos. Mesmo assim, a censura prévia, abolida somente em 1821, regulou o funcionamento da imprensa nas terras brasileiras, o que não impediu tentativas de instalação de tipografias clandestinas, mesmo com a ameaça da censura e das prisões.

Os argumentos que propomos nesta seção é que o conteúdo de cada jornal dialoga com a proposição geral da tese, que é a emancipação ou não da mulher por parte dos textos assinados por Guiomar Torrezão e Maria Amália Vaz de Carvalho. Para alcançar o objetivo proposto para esta seção, primeiramente, descrevemos, sumariamente, como a imprensa foi iniciada em terras paraenses, na sequência, apresentamos um panorama ilustrativo de cada jornal, para analisarmos as publicações que estejam relacionadas ao conteúdo voltado ao

“belo sexo”; como desdobramento do referido objetivo, destacaremos questões envolvidas ao ideal de civilização dos indivíduos mais abastados da sociedade em cada um dos seis jornais: **O correio paraense** (1834-1835), **Diário de Belém** (1868-1889), **O Liberal do Pará** (1869-1890), **A Província do Pará** (1876-2001), **A Constituição**: órgão do partido conversador (1874-1886) e **A Folha do Norte** (1896-1903). Para dar essas respostas, destacamos os aspectos relacionados ao editorial de cada folha, refletiremos sobre temas que circulam nos periódicos como: casamento, comportamento adequado para mulheres, divórcio; igreja católica; Liberalismo; ideia de civilidade, de domesticidade; isso porque, fizemos um recorte e elencamos os pontos principais por conta da seção tratar de seis jornais e por necessitar de uma extensão limitada no número de páginas.

Entre as considerações iniciais, apontamos que a ideia de civilização, no Brasil, restringiu-se à autoimagem da elite da época, isto é, a concepção de nação-civilização brasileira constituiu-se como um campo limitado da elite letrada¹¹.

A rigor, o conceito de civilização refere-se a uma grande variedade de fatos e, por isso, redundaria uma dificuldade de precisão. Porém, de acordo com Norbert Elias¹², se observarmos a qualidade comum que o adjetivo civilizado representa sobre todas as várias atitudes e atividades humanas descritas como civilizadas, perceberemos que a função geral do conceito em questão é que ele expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo, já que o termo condensa tudo no qual a sociedade ocidental se julga superior às sociedades antigas ou as sociedades contemporâneas normalmente entendidas como atrasadas. Assim, o conceito descreve como a sociedade ocidental representa o que lhe é especial e distintivo das demais e o que lhe orgulha: o nível de sua tecnologia, de seus hábitos, de desenvolvimento de sua cultura científica, dos comportamentos das famílias, entre outras coisas.

De acordo com Norbert Elias (2001), ancestral da palavra *civilization* é o conceito de *civilité*, cujo desenvolvimento expressa uma antítese fundamental da autoimagem do Ocidente, a qual opõe o cristianismo romano-latino da Idade Média, de um lado, ao paganismo e à heresia, incluindo o cristianismo oriental-grego. Portanto, a sociedade do Ocidente empenhou-se nas guerras de colonização e de expansão, primeiramente em nome da cruz e depois pela civilização.

¹¹ C.f. JINZENJI, Mônica Yumi. **Cultura impressa e educação da mulher no século XIX**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

¹² ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.p.23-26.

Desse modo, civilização conserva sempre um resquício da missão na qual a cristandade latina e o cavaleiro-europeu superior podem e devem forçar a alteridade à ação transformadora do comportamento humano, civilizando-o. O termo civilização, portanto, constitui expressão e símbolo de uma formação social peculiar forjada¹³ na Europa. Tal formação social, a sociedade de corte, fez o conceito se remeter a uma identidade que no decorrer da constituição dos Estados nacionais, associa a concepção de cultura à civilização, já que a cultura ocidental seria resultado da civilização.

A imprensa periódica brasileira do século XIX, como se sabe, foi de uma fecundidade desmedida para a produção literária, em virtude de ter reservado espaço, em suas folhas, para a inclusão de colunas destinadas ao conteúdo literário, a exemplo do espaço Folhetim¹⁴. O primeiro jornal a circular na colônia foi a **Gazeta do Rio de Janeiro** (1808-1822), a partir de 10 de setembro de 1808. A iniciativa foi do governo português, que trouxe uma tipografia e a instalou na nova capital do império. O impresso trazia artigos e material sobre as ocorrências políticas. A Gazeta tinha quatro páginas e, de vez em quando, seis a oito, no formato *in-quarto*. Era para sair aos sábados, mas logo passou a sair também às quartas-feiras. A assinatura, trissemanal a partir de julho, se fazia em domicílio ou na loja de Paulo Martins (LUSTOSA, 2003, p. 69). No mesmo ano, três meses antes, fora lançado em Londres o jornal **Correio Braziliense**, por Hipólito José da Costa Pereira (1774-1823), que fez, entre 1808 e 1821, crítica ao governo português, principalmente combatendo a ideia da recondução do Brasil à condição de colônia, após o rompimento do pacto colonial. Hipólito da Costa era contrário ao poder absoluto e defendia a edição de uma Constituição que protegesse os interesses coletivos (LUSTOSA, 2003, p.76).

¹³ REVEL, Jacques. Os usos da civilidade. In: **História da vida privada 3**: da Renascença ao século das Luzes. Org: CHARTIER, Roger; Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

¹⁴ Para conferir informações mais detalhadas sobre o gênero folhetim ler: NADAF, Yasmin. **Presença de mulher**: ensaios. Rio de Janeiro: Liguori, 2004. MEYER, Marlyse. **Folhetim: uma História**. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. _____. **As Mil Faces de um Herói Canalha**. Rio de Janeiro: UERJ, 1998. SERRA, Tânia Rebelo Costa. **Antologia do Romance-Folhetim: 1839-1870**. UNB. Brasília, 1997. TINHORÃO, José Ramos. **Os romances em folhetim no Brasil: 1830 à atualidade**. São Paulo: Duas Cidades, 1994. Sobre o folhetim no Pará, consultar os trabalhos de PAIVA, Gizelle Teles. **Entre jornais, livrarias e gabinetes de leitura**: a circulação de romances-folhetins camilianos no Pará oitocentista. 2016. 113 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Letras. Belém, 2016; LIMA, Neila Mendonça Garcês. **As narrativas camilianas no espaço folhetim do Diário do Grão-Pará na década de 1860**. 2014. 100 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Letras. Belém, 2014.

Tanto a **Gazeta do Rio de Janeiro** quanto o **Correio Braziliense** contribuíram para a disputa política e a luta pelo poder simbólico entre as forças que tinham interesse na exploração econômica e política das novas terras. Tais folhas trouxeram elementos para a compreensão do cotidiano da colônia, entremeados aos discursos políticos, que deixavam explícito o debate das ideias acerca do território. À exemplo da **Gazeta do Rio de Janeiro** e do **Correio Braziliense**, as narrativas jornalísticas do século XIX apresentavam um universo jornalístico com características próprias, com textos fluídos, corridos e esteticamente indistintos. Os jornais instigavam a opinião e os redatores publicizavam ideias, pois almejavam captar adeptos para suas propostas políticas. Almejavam apreender um tempo que se transforma em um ordenamento social, político e temporal que organizava as cidades, o comércio e as praças.

2.1 Ilustrações sobre a formação da imprensa no Pará

O progresso da imprensa se estendeu por todo o território nacional e há uma ampla quantidade de jornais que circulou na Província do Grão-Pará na segunda metade do século XIX, precisamente duzentos e cinquenta (250), entre periódicos, notícias e outras publicações, segundo Carlos Rocque (2001, p. 63), a imprensa era significativa e atuante, apesar da distância geográfica da capital do Império.

De acordo com Benedicto Monteiro (2016), em 1820, Felipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente (1798-1866) retornou ao Pará após anos de estudos fora do país para implantar os ideais liberais referentes à defesa da constitucionalização em favor da província do Pará. Em terras paraenses, o aparecimento da imprensa foi posterior à sua implantação na Corte em 1808 e foi um momento marcado por intensas lutas políticas que envolveram nativos da nossa Região e portugueses.

Para bem compreendermos o desenvolvimento da imprensa periódica no Pará, é necessário considerarmos também a situação política da época. Os primeiros passos da imprensa no Pará foram dados por Patroni e seu grupo de intelectuais, formados por Domingos Simões da Cunha, José Batista da Silva e Daniel Garção Melo, em 1821, quando trouxeram de Lisboa para a Província do Grão-Pará, a primeira tipografia. Em 1 de abril de 1822 inaugurava o primeiro periódico de Belém, e o quinto do Brasil: **O Paraense**.

O jornal de Patroni circulou entre 22 de maio de 1822 a 19 de outubro do mesmo ano. A linha editorial carregava a marcação pela luta a favor da liberdade de imprensa e da Independência do Brasil, sendo este último, ideal fortemente veiculado, principalmente

quando Cônego Baptista Campos assumiu a direção do periódico. Felipe Patroni tinha a vontade de tornar-se governante do Pará e a publicação foi o meio ideal para difundir suas concepções. Repetidamente, as páginas de **O Paraense**¹⁵ apresentavam discussões políticas a fim de provocar a reflexão sobre perspectivas liberais e assim conquistar novos adeptos.

Por meio dessa folha de notícias foram propagadas críticas severas em relação à política dos portugueses na Amazônia, denunciando as reações violentas vindas dos representantes da Coroa que possuíam o domínio político e econômico da Região. Efetivamente, a imprensa criticava os atos administrativos e paralelamente fazia a divulgação dos ideais de liberdade vindos da Europa. Os primeiros idealistas que conspiravam pela liberdade conheciam muito bem a força e o poder da palavra impressa e tornaram-se os pioneiros nesse processo de informação, de denúncia e de expressão ideológica.

Assim, surgiram inúmeros jornais que circularam em Belém e na Amazônia na época do Império, conforme observamos nos catálogos de jornais existentes no Setor de Microfilmagem do CENTUR e nos relatos historiográficos de Benedito Monteiro e Carlos Rocque: **O Independente** (1823-?), **O Verdadeiro Independente** (1824-?), **A Voz das Amazonas** (1827-?), **O Sagitário** (1829-?), **O Correio do Amazonas** (1831-?), **Orpheo Paraense** (1831-?), **O Publicador Amazonense** (1832-?), **Echo Independente** (1831-?), **O Despertador** (1832-?), **Correio Oficial Paraense** (1834-?), **Sentinela Paraense na Guarita do Pará** (1834-?), **Paquete do Governo** (1835-?), **Publicador Oficial Paraense** (1835-?), **O Diário do Gram-Pará** (1853-?), **O Liberal do Pará** (1869-?), **A Gazeta Oficial** (1858-?), **Jornal do Amazonas** (1870-1889), **Jornal do Pará**¹⁶ (1862-?), **Órgão Oficial** (1866-?), **A Estrela do Norte** (1869-?), **Diário de Belém** (1868-?), **A Boa Nova**¹⁷ (1871-?), **O Santo Ofício** (1871-?), **O Pelicano**¹⁸ (1872-1874), **A Constituição** (1873-?), **A Regeneração**

¹⁵ As informações sobre o período inicial de circulação do primeiro jornal no Pará encontram-se no catálogo dos jornais paroaras, localizado no setor de microfilmagem da Biblioteca Arthur Viana, no CENTUR. Segundo Nelson Paulo Roberto Ferreira, esse jornal deixou de circular em fevereiro de 1823, em sua 70ª edição, seis meses antes da então província do Pará aderir à Independência do Brasil.

¹⁶ Sobre o **Jornal do Pará** Juliana Torres Mendes desenvolveu a dissertação intitulada: **Autores Brasileiros no Jornal do Pará (1867-1878)** nesse trabalho a pesquisadora recuperou as obras de autoria brasileira que circularam no periódico enquanto esteve em exercício, dando ênfase ao percurso desses autores face à construção da História da Literatura, além de analisar a temática dessas narrativas, considerando o espaço histórico e cultural em que elas foram produzidas.

¹⁷ SILVA, Jeniffer Yara Jesus da. **Sob o manto da moral: o romance em arguição**. 2017 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Letras. Belém, 2017.

¹⁸ BITTENCOURT FILHO, José Aauto Santos. **O pelicano: o posicionamento religioso oitocentista perante o romance**. Relatório de iniciação científica. Belém, 2014.

(1873-?), **A Província do Pará**¹⁹ (1876-?), **Diário de Notícias** (1880-?), **Jornal da Tarde** (1881-?), **Revista Amazônica** (1883-?), **O Abolicionista Paraense** (1863-?). Na busca por informações sobre as publicações na Província do Grão-Pará no século XIX, recorreremos ao catálogo **Jornais Paraoara**, de 1985. Nessa coletânea, foram catalogados todos os jornais publicados no estado desde 1821 até o ano de 1985, assim, totalizando um expressivo número de 1005 jornais (PARÁ, 1985). Vale mencionar que além dos mais de trinta e sete periódicos existentes na província do Grão-Pará até 1841, outros 30 jornais foram publicados em Belém na década de 1850, tais como **Marmota Paraense** (1850-?), **O Bom Paraense** (1851-?), **Correio dos Pobres** (1851-?), **O Grão-Pará** (1851-?), **O Piparote** (1851-?), **Monarchista Paraense** (1852-?), **O Monitor** (1852-?), **Aurora Paraense** (1853-?), **Diário do Commercio** (1854-?), **O Colono de Nossa Senhora do Ó** (1855-?), **O Boquinha de Moça** (1856-?), **A Bonina** (1857-?), **Curupyra** (1858-?).

Como aponta Barbosa (2010, p. 17), “o que nos interessa é a história dos meios, com a pluralidade dos atores sociais envolvidos nessas relações”. A autora, ao situar a narrativa jornalística, pontua que podemos caracterizar esse ofício quando há uma relação com a esfera pública. O jornalismo se diferencia dos demais escritos por estabelecer relações em uma instância de debate público, de confluência do jogo de forças, dos interesses, da reafirmação de um estar no mundo para a sociedade e com a sociedade, por parte de segmentos e sujeitos institucionalizados ou não.

Para entendermos o que cada editorial traçou em suas folhas, devemos analisar o conteúdo dos seis jornais que divulgaram textos assinados por Guiomar Torrezão e Maria Amália Vaz de Carvalho e pensarmos sobre o que circulava nas folhas, especialmente, na segunda metade do século XIX. Na tabela 2, compilamos os jornais religiosos que circularam na capital do Grão-Pará.

Tabela 2 - Jornais religiosos do Pará

NOME DO JORNAL	CATEGORIA	PERÍODO	LOCAL
A Estrella do Norte	Católico	1860-1869	Belém/PA
O Pelicano	Maçônico	1872-1874	Belém/PA

¹⁹ BITTENCOURT FILHO, José Adauto Santos. **O acervo de Émile Zola no Grêmio Literário Português de Belém**. 2021. 124 f. Dissertação (Mestrado em estudos literários) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Letras. Belém, 2021.

O Apologista	Protestante	1890-1909	Belém/PA
Christão Brasileiro			
A Reacção	Religioso	1880-1889	Belém/PA
O Santo Offício	Maçônico	1870-1889	Belém/PA
Synopsis Ecclesiastica	Católico	1848-1849	Belém/PA
A regeneração	Político/comercial	1873-1876	Belém/PA
A Flamigera	Maçônico	1873	Belém/PA
O filho da Viúva	Maçônico	1873	Belém/PA
O Estímulo	Católico	1877	Belém/PA
A Boa Nova	Religioso	1871-1883	Belém/PA
Estrella D'Alva	Católico	1860-1902	Belém/PA

Fonte: BITTENCOURT; SILVA, 2017.

Dados: Tabela organizada a partir da leitura de **A Regeneração: o romance como progresso material e moral nos escritos maçônicos. 2017**. Relatório de iniciação científica. Belém, 2017.

O importante de ser mencionado na leitura da tabela 2 é o fato de ter existido uma imprensa religiosa em Belém, especialmente pelo fato de, na segunda metade do século XIX, a Igreja Católica lutar contra movimentos que, segundo alguns de seus integrantes, ameaçavam os domínios dessa instituição no mundo. O crescimento do liberalismo na Europa, como também de outros credos, foi responsável pelo aumento da crítica à hegemonia católica em território europeu. Esses movimentos chegaram ao Brasil, levando o clero local a integrar-se na disputa pela sobrevivência do catolicismo nessas terras. Os que lutavam por transformar e “limpar” o catolicismo das supostas impurezas do mundo moderno, ficaram conhecidos como reformadores, romanizadores ou ultramontanos²⁰.

Como podemos verificar nos exemplos colocados na referida tabela, o jornal **A Estrella do Norte** (1863-1869) apresentava textos de D. Macedo Costa (1830-1891) e dos

²⁰ Para acompanhar melhor essa temática consultar as dissertações de SILVA, Jeniffer Yara Jesus. **A polêmica da leitura de romances: prescrições e preceitos religiosos na Belém do século XIX**. Dissertação (Mestrado em estudos literários) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Letras. Belém, 2020 p. 123; e PINHEIRO, Márcia do Socorro da Silva. **Fabiola: a subversão, a moralização e a virtude recompensada**. Dissertação (Mestrado em estudos literários) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Letras. Belém, 2017 p. 111.

colaboradores do periódico expõem expressamente o anseio por transformar a Amazônia em uma região eminentemente católica. Mas, o pensamento ultramontano estava sujeito a uma série de interdições próprias de uma sociedade que tentava adequar-se à determinada concepção de modernidade. Diante disso, vários eclesiásticos e simpatizantes do ultramontanismo, alguns deles vinculados ao Partido Conservador, tentavam conquistar a opinião dos leitores em favor de seus interesses.

Um dos jornais exposto na tabela é **A Boa Nova** que em 1879 destacou em seu editorial que:

Todos conhecem a raridade do que se chama os bons livros, comquanto conficcionem-se muitos. Se lançarmos os olhos sobre a pagina de annuncios de qualquer jornal. todas as livrarias sam outras tantas bellas jardineiras da litteratura moral, onde encontra-se, por justo preço, tudo que ha de melhor e mais moderno para ornar sensatamente o espirito e corrigir o coração. Outro tanto vê-se em todos os jornaes de imagens. Ha livrarias especiaes que trabalham para a moral e para a virtude, não só quando approxima-se o primeiro dia do anno, mais ainda durante o anno inteiro. Ahi pelo menos não se podem negar as boas intenções; autores e livreiros querem sincera e conscienciosamente fazer bons livros (A BOA NOVA, 1879, p. 2).

Essas publicações e confrontos dos jornais religiosos aconteceram pelo fato do crescimento do Liberalismo na Europa, como também de outros credos, ou seja, a doutrina liberal, de certa forma, foi responsável pelo aumento da crítica à hegemonia católica em território europeu. Esses movimentos chegaram ao Brasil e à Província paraense, e diante disso, tal situação levou o clero local a integrar-se na disputa pela sobrevivência do catolicismo. Aos sacerdotes que lutaram para purificar a religião católica das “impurezas” do mundo foi dada a denominação de reformadores, de romanizadores ou de ultramontanos.

Coerentemente obedecendo aos dogmas católicos, **A Boa Nova** seguiu a linha editorial de uma escrita preenchida de assuntos religiosos, patriotismo e assim priorizou a temática da moralização, da religião, na estrutura dos escritos publicados em suas colunas. Desse modo, o discurso apresentado nas folhas do periódico católico foi exemplo de aconselhamento e de virtude.

A questão religiosa aconteceu no Pará entre os anos de 1872 e 1875, apesar de ter uma data determinada, tal debate teve eco por anos posteriores e isso sinaliza que no Pará havia uma importância para assuntos de teor moral, especialmente, porque Dom Macedo Costa assume o arcebispado paraense, a Questão Religiosa ajudou a dar seguimento na linha

editorial objetivada pelo bispo e também foi nesse contexto que a Igreja sentiu uma incursão mais incisiva dos protestantes na Amazônia²¹.

Convém verificar a proposta editorial dos jornais que na maioria das vezes possuíam uma abordagem predominantemente política no surgimento da imprensa paraense. Por exemplo, o **Diário de Belém** (1868-1878) defendia ser representante do partido republicano e garantia publicações de cunho político em suas colunas. Diferentemente dos demais, o **Diário de Belém**, embora mantivesse ainda a publicação de narrativas ficcionais traduzidas ou extraídas de outras folhas periódicas, foi o primeiro jornal na capital paraense a lançar pequenos contos e romances em fascículos no rodapé da página assinados por escritores fixados na Província do Pará.

Seguindo a mesma tendência que acontecia na maioria das províncias do Brasil oitocentista, a publicação de romances-folhetins também se tornou febre em jornais que circularam por Belém, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX. **O Diário do Gram-Pará** (1853-1886), **O Liberal do Pará**²², **o Diário de Notícias** (1881-1898), **o Jornal do Pará** (1867-1878) e **A Província do Pará**, por exemplo, são periódicos de circulação diária que, em meio a outras repartições reservadas à publicação de prosa de ficção nas páginas jornalísticas (Literatura, Variedades, entre outras), apresentavam a coluna “Folhetim” como uma seção fixa.

Esses jornais disputaram acirradamente o domínio pelo poder político na Província do Grão-Pará e, em consequência das querelas exibidas em suas páginas, deixaram uma imensa contribuição no sentido de servir como leituras, uma vez que eram meio de comunicação essencial da população belenense no século XIX. Era à imprensa que os leitores recorriam não só no para buscar informações, mas também para o deleite com os textos ficcionais que nela se faziam presentes, no formato de folhetim, nas colunas literárias havia a publicação de: crônicas, contos, prosa ficcional, romances e novelas.

O jornal era considerado “o veículo do pensamento, o farol elétrico que leva rápido as ideias e as doutrinas” (FOLHA DO NORTE, 1896, p.2) Por isso mesmo, “de todas as invenções, de todas as descobertas, a de que o homem com mais razão se glorifica é a da

²¹ Cf. AZZI, Riolando. **A crise da cristandade e o projeto liberal**. São Paulo: edições Paulinas, 1991; HOORNAERT, Eduardo. (Coord). **História da Igreja na Amazônia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

²² A respeito da presença de romances-folhetins franceses n’**O Liberal do Pará**, sobretudo de Alexandre Dumas, Xavier de Montépin e Ponson de Terrail, cf. SANTOS, Edimara Ferreira. **Dumas, Montépin e du Terrail: a circulação dos romances-folhetins franceses no Pará nos anos de 1871 a 1880**. 2011. 110 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Letras. Belém, 2011.

imprensa”. Essa era a opinião partilhada por Manoel de Araújo Porto-Alegre (1806-1879), Antonio Gonçalves Dias (1823-1864) e Joaquim Manoel de Macedo (1820-1882), como pode ser percebido no artigo “O Jornalismo”, publicado pelos três, em dezembro de 1849, no periódico **A República**:

Nos países cultos, a imprensa tem sido sempre considerada como um meio civilizador, e mesmo seria uma completa anomalia pretender que a presteza dos tipos fosse inventada para perverter e espalhar a corrupção, quando o não foi senão para derramar o bem. A torrente de luz que dela dimana quando a sabedoria a preside, incendiada pelo amor da pátria, pode comparar-se a um sol puro e benéfico que vem sazonar os frutos da inteligência do povo. O combate lícito de opiniões para descobrir a verdade, a propagação das ideias úteis, a indagação das ciências, a explicação dos melhoramentos das artes e indústria, a descoberta, em suma, daquilo que deve convir à humanidade quer no ramo científico, quer no político ou industrioso, eis a grande missão do jornalista, eis a fonte perene dos bens que a imprensa nos pode prodigalizar (A REPÚBLICA, 1849, ed. 289, p.4).

Essa influência se fez sentir no Pará, principalmente a partir de 1850, período no qual foi crescente o aparecimento de jornais e de revistas na Província, principalmente nas décadas de 1860 e 1870. Esse fato veio contribuir para inserir o “povo” paraense no universo da leitura, uma vez que a capital provinciana, ainda nessa época, era marcada pela escassez de escolaridade e não possuía qualquer tradição literária. A imprensa paraense ampliou-se e os jornais passaram a ser distribuídos em vários lugares da região. É justamente nesse período que começaram a circular textos em gêneros variados publicados em jornais, como por exemplo: romances, contos, novelas, crônicas. A presença do jornal na segunda metade do século XIX, em Belém, se deu de forma regular. Os periódicos circulavam diária ou semanalmente e neles já se manifestava a publicação de textos com características literárias, de autores brasileiros e de estrangeiros. É importante mencionar nesse período de intenso desenvolvimento da economia local, decorrente do “boom” da borracha, a acentuada influência europeia na Amazônia, conforme observa Maria de Nazaré Sarges:

Belém tentou tornar-se bem mais europeia do que amazônica, inclusive tornando-se um verdadeiro centro de consumo de produtos importados. Culturalmente, a cidade foi dominada pelo “francesismo” o que se explica pelo hábito que tinham as famílias ricas em mandarem seus filhos aprimorar sua educação em escolas francesas. Essa elite intelectual produzida na Europa vai determinar o novo décor urbano, europeizado e aburguesada. (SARGES, 2002, p. 86).

Em Belém, a partir da metade do século XIX houve um momento singular em sua história, uma época de ouro e de ostentação de riquezas advinda da produção do látex. Ao lado disso, acontecia o desenvolvimento da imprensa, já que, este, não ocorreu apenas na

Corte, e estendeu-se por todo país. Tais mudanças modificaram o cenário paraense e da região Amazônica, pois nesse período houve uma maior difusão dos hábitos europeus, os quais se refletiram não só nos costumes e na arquitetura, como também na literatura que circulou na capital do Pará.

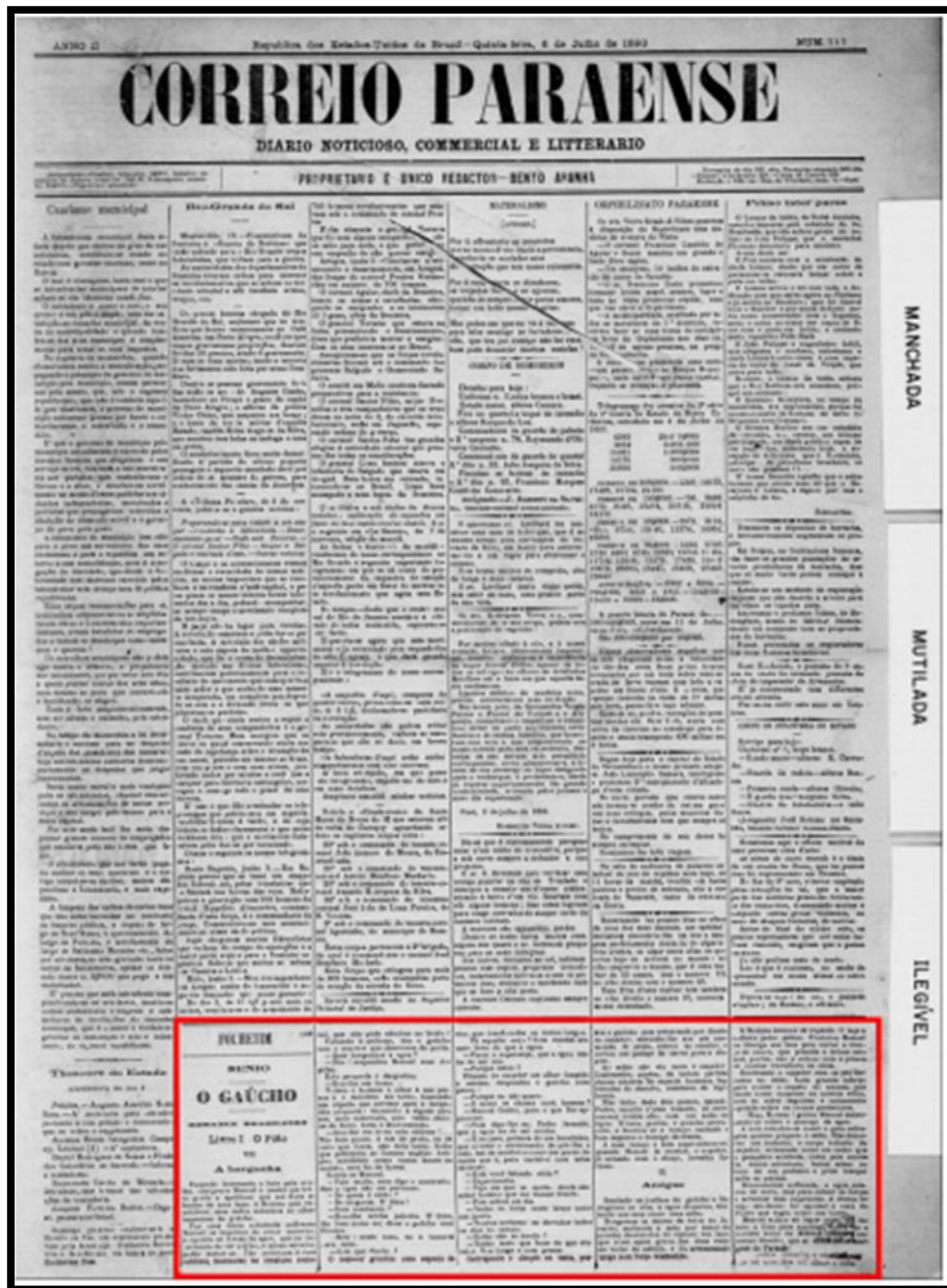
Para desenvolvermos uma tese sobre o conteúdo assinado por Maria Amália Vaz de Carvalho e Guiomar Torrezão tivemos que organizar o material disperso em seis jornais publicados no Grão-Pará no século XIX, além de fazer análise do *corpus* principal, entendemos que deveríamos fazer apontamentos acerca do conteúdo desses jornais que apresentam os textos das referidas autoras. Com isso, esperamos contribuir para o entendimento da trajetória da imprensa no Pará e na região Amazônica e também para lançar pistas sobre o início do processo de formação e de consolidação da imprensa no Grão-Pará.

2.2 Correio Paraense: diário noticioso, comercial e literário

O **Correio paraense** iniciou seus trabalhos em 1834 e suas atividades foram encerradas em 1899, com uma trajetória de 65 anos de circulação, com redação e oficina na rua da Trindade, nº 4, com seis colunas para distribuir suas publicações e tendo como proprietário e redator principal Bento Aranha (?-?). Sobre o valor das assinaturas, para tiragem semestral, na capital 6\$000 (seis mil reis), para avulso do dia 80\$, número atrasado 300\$, já para assinaturas para o interior ou exterior da capital do Estado, com cobrança por semestre, o valor adiantado era de 14\$000 (quatorze mil reis) e 18\$000 (dezoito mil reis) para o estrangeiro. Parte do jornal não poder ser lido, mesmo no setor de microfilmagens e muito menos no site da hemeroteca digital, pois a publicação, ainda no formato de papel, foi avariada.

Considerando a imprensa como um dos grandes veículos responsáveis pela formação dos futuros cidadãos e preocupado em aumentar o número de adeptos às causas pedagógicas e culturais, uma das estratégias deste jornal foi direcionar suas publicações à leitura feminina por meio de chamamentos voltados para o “belo sexo”. O jornal tinha as seguintes colunas fixas: “o correio paraense”, “litteratura, reflexões do compadre Tinoco”, “a pedidos”, “folhetim”, “macaco das mercezes”, “de vez em quando”, “observando” “anuncios”, além de publicações que não tinham nomeação e lugar exato na geografia do jornal.

Figura 1 - Folhetim **O gaúcho** em 1839



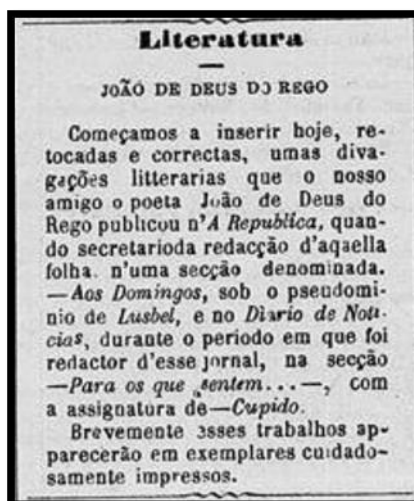
Fonte: Fonte: hemeroteca digital, da Biblioteca Nacional Digital – Brasil
 Dados: Jornal **Correio Paraense** - Data da publicação 23 de janeiro de 1839, edição 12, p. 1.

Com a informação da publicação do folhetim “O Gaúcho” em 23 de janeiro de 1839, demonstramos que mesmo na primeira metade do século XIX, no Pará, já havia a circulação de narrativas seriadas em jornais.

Os homens de cultura formularam um projeto pedagógico e cultural reformista sustentado nas ciências e nas artes e empenhado em transformar uma antiga Colônia, considerada atrasada e destituída dos mais elementares padrões de modernização, em um novo império integrado ao modelo europeu de civilização. De acordo com o **Album**

Litterario, “pode-se, pois, dizer que o Brasil começou a gozar dos foros de um povo, desde que, cedendo à invasão francesa, D. João VI abandonou as terras de Portugal. Com ele veio a instrução pública, e com a instrução o gérmen das ciências e das Belas Artes”.

Figura 2 – Nota sobre Literatura



Fonte: hemeroteca digital, da Biblioteca Nacional Digital – Brasil.

Dados: Jornal **Correio Paraense** - Data da publicação 23 de janeiro de 1878, edição 82, p. 2.

Durante o século XIX, a literatura foi valorizada como instrumento de formação e de construção da cultura nacional, justamente no momento no qual se intensificou a procura por uma identidade de nação, o que muito se deve ao movimento conhecido como Romantismo. O que significava que o Brasil deveria caminhar rumo à civilização, mas por um percurso singular, desenvolvendo uma cultura própria.

As noções de civilização e de progresso começaram a ser amplamente difundidas na Europa desde meados do século XVIII. O termo civilização expressava tanto o processo que tornava uma nação civilizada quanto o resultado cumulativo deste processo, que tinha na chamada “Europa civilizada”²³ seu desenvolvimento mais concretizado. Dizer durante o

²³ Em seu **O processo civilizador**, Norbert Elias aponta que “o conceito de civilização refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às ideias religiosas e aos costumes. Pode se referir ao tipo de habitações ou à maneira como os homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos. Rigorosamente falando, nada há que não possa ser feito de forma ‘civilizada’ ou ‘incivilizada’. Daí ser sempre difícil sumariar em algumas palavras tudo o que se pode descrever como civilização. Mas se examinarmos o que realmente constitui a função geral do conceito de civilização, e que qualidade comum leva todas essas várias atitudes e atividades humanas a serem descritas como civilizadas, partimos de uma descoberta muito simples: este conceito expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo”. ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990, p. 23.

século XIX que uma nação era civilizada significava não apenas que “é rica, ilustrada e industrializada, como também, e principalmente, que tem bons costumes, que bem entende e pratica, melhor que outra, os preceitos da justiça e da moral”, e que conhece quais são as condições com que podem os homens viver felizes na sociedade.

Tabela 3- Textos que circularam na coluna folhetim do **Correio Paraense**

TÍTULO	DATA DA PUBLICAÇÃO	DA TEMÁTICA	AUTORIA
O Gaúcho	8 de julho de 1839	Sobre a vida sertaneja	
A inveja	9 de agosto de 1842	Sobre mulheres que não ficam contente com sua vida.	Sem autoria
O mosqueteiro	10 de dezembro de 1842	Sobre um soldado que gostaria de ser padre	Sem autoria
Amelia	18 de janeiro de 1863	Uma jovem que não conseguia um bom casamento	Sem autoria
O Casamento ideal	16 de julho de 1863	Sobre como uma jovem casada deve se comportar	Sem autoria
A virgem	14 de agosto de 1892	Sobre a moralização e a castidade	Sem autoria
Mosqueiro e sua festa	12 de outubro de 1892	Sobre comemoração na ilha de Mosqueiro	Sem autoria
Ciúme	10 de novembro de 1893	Sobre como tratar o marido	H. de Rowy
Amor conquistado	3 de dezembro de 1893	Sobre como um casamento arranjado, pode ter sucesso	Sem autoria
Martyres do coração	2 de fevereiro de 1894	Como um amor ou uma paixão pode trazer problemas	Nuno Lossio
Drama de amor	10 de dezembro de 1894	O amante mata a amante a faca e depois comete suicídio – ambos eram casados	Sem autoria
A Africa misteriosa Romance geographico	12 de janeiro de 1895	Sobre a geografia e os costumes do continente africano	Luiz Jacolliot

Fonte: PINHEIRO, 2021.

Dados: A tabela foi elaborada a partir de pesquisa no *site* da hemeroteca digital brasileira e no setor de microfilmes da biblioteca Arthur Viana, da Fundação Cultural do Pará.

A literatura passa a ser vista pela sociedade brasileira oitocentista como um “excelente termômetro para medir o grau de civilização a que o Brasil tinha chegado”. Entre as inúmeras expressões da literatura, o romance, publicado em folhetins nos rodapés dos periódicos, assume papel de destaque. De acordo com o **Correio Paraense**, na segunda coluna, no dia 1 de agosto de 1892, foi publicado o artigo intitulado “a litteratura”:

A litteratura de um povo representa o estado de desenvolvimento intelectual a quem tem chegado em seu evoluir pela florea senda da civilização. Retrata o homem tal qual é no meio social, em que vive, dá os verdadeiros detalhes da acção e patenteia as tendencias de sua época, pondo me relevo seus vícios e virtudes. Para se julgar um homem, para com justiça se aquilatar seus actos, elogial-o por suas intenções ou condemnal-o por seus feitos, é preciso collocar-o em sua época, cercal-o das circunstancias, e das crenças religiosas e politicas debaixo de cuja influencia obrou (CORREIO PARAENSE, 1892, p. 2).

As belas-letas, em especial a literatura, considerada o objeto “mais importante da inteligência humana”, deveriam ser destinadas à formação da sociedade, contribuindo para o progresso e para a civilização de seus costumes, de sua moral e de sua inteligência. Por isso, as belas letras foram a área de conhecimento que mais prosperou no século XIX brasileiro, bem como a que possivelmente desempenhou papel mais significativo na construção e na consolidação da nossa nacionalidade.

Figura 3 - Publicação sobre como conseguir casamento



Fonte: **Correio paraense** – hemeroteca digital, da Biblioteca Nacional Digital – Brasil.

Dados: Informação retirada do jornal **Correio Paraense**, publicação do dia 23 de junho de 1878, edição 173, p. 3.

Com essa publicação percebemos que para além da venda das folhas noticiosas havia um projeto pedagógico²⁴ desenvolvido por uma parcela da sociedade e a imprensa foi usada como ferramenta nessa empreitada moralizante e doutrinadora, porque uma nota que ensina como moças devem seguir uma forma de simpatia para conseguir casamento tem a intenção de fazer a sociedade acreditar que a única saída para uma mulher é casar, por isso algumas moças casavam achando que sairiam da tutela do pai, mas caíam, muitas vezes, nas garras de um marido conservador.

Além da literatura como forma de condução pedagógica, havia uma série de publicações inclinadas a tratarem sobre o universo feminino, como podemos identificar no texto “A grammatica das mulheres”, publicado no dia 3 de agosto de 1892 e já havia sido publicado no **Diário de Belém** com o título “A grammatica dos namorados”:

A mulher é adjectivo, que precisa concordar com o substantivo para estar gramaticalmente na sociedade. O namoro é um adverbio de tempo com um complemento terminativo: o casamento. Os arrufos são as orações incidentes no período: adoração. Algumas, quando pensam em tomar esposo, procuram a oração principal: o dote. O verbo amar é de todos os verbos da língua portuguesa o mais irregular. Mulheres há que não sabem absolutamente conjugal-o, porque lhes esquecem sempre o tempo e as pessoas. Uma solteirona bem conservada pretérito perfeito. Como as deterioradas pelos anos são um preterido imperfeito (CORREIO PARAENSE, 1892, p. 2).

Os autores e os editores de jornais procuravam construir uma imagem de responsáveis pelo progresso, de promotores do desenvolvimento para a população através dos debates, transmissão de informações verdadeiras ou não, reprodução de artigos científicos, guias de condutas destinados ao público feminino e de acordo com Marialva Barbosa, nesse tipo de publicação, o jornalista podia “ser o interlocutor privilegiado, o intermediário eficaz, o polemista, assumindo ora a faceta de conspirador, ora a imagem de salvador”.

A partir da leitura do que se publicava sobre a mulher, era como se as leitoras recebessem uma espécie de aviso, que a sociedade estivesse observando o público feminino sempre com olhos atentos. Com isso, os letrados acreditavam que era necessário orientar e, portanto, controlar a população por meio da educação dos indivíduos para a participação social, ou seja, formar o cidadão dentro dos preceitos culturais que consideravam mais adequados. A imprensa, desse modo, passou a exercer o papel de pedagoga cultural,

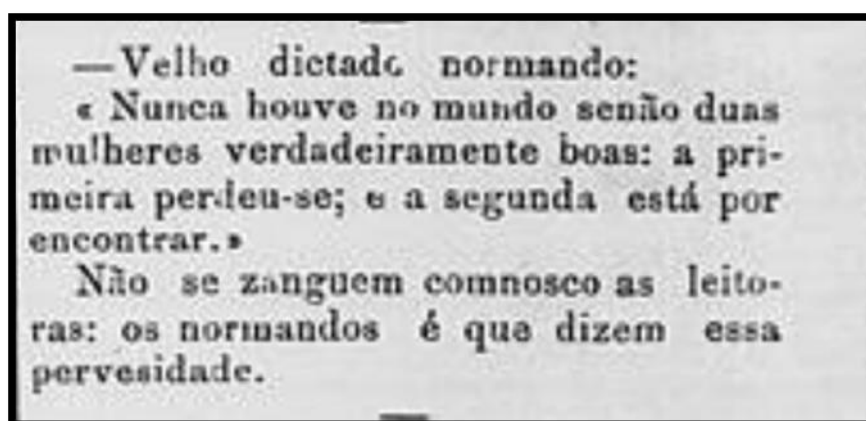
²⁴ Sobre mais detalhes do projeto e a figura feminina, consultar: SOIHET, R. **Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana 1890-1920**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. p. 123.

divulgando em suas páginas, em linguagem vulgarizada ou não, de acordo com o público a que se dirigia, os termos, os princípios e as ideias literárias defendidas por cada grupo, por cada jornal.

Por exemplo, nessa publicação sobre a “grammatica dos namorados”, o texto inicia dizendo que a mulher é adjetivo, que precisa concordar com o que é proposto pela sociedade, como se fosse uma regra imutável da gramática normativa, observemos que o ano dessa publicação é 1892, praticamente na virada do século XIX para o XX e ainda encontraremos muitas publicações que endossam essas atitudes ultraconservadoras e de acordo com a doutrina defendida pelo patriarcado.

Ainda sobre publicações voltadas ao “belo sexo”, no dia 18 de novembro de 1896, em seção que apareciam várias pequenas notas, houve a publicação de um ditado normando que fazia uma piada de mau gosto acerca do comportamento feminino:

Figura 4 - Nota sobre um ditado normando



Fonte: **Correio paraense** – hemeroteca digital, da Biblioteca Nacional Digital – Brasil.

Dados: Informação retirada do jornal **Correio Paraense**, publicação do dia 23 de junho de 1878, edição 173, p.

Ao revisitarmos a condição da mulher e do que é escrito e publicado nos jornais sobre o público feminino, nos deparamos com o desprestígio das mulheres e de suas atividades no século XIX. Portanto, nomear, identificar e quantificar a presença das mulheres nos lugares, nas instâncias legitimadoras, nos papéis que lhes são próprios, aparece como uma etapa necessária para que a mulher pare de ser subjugada, pois ao estudarmos o conteúdo dos jornais oitocentistas, entendemos o motivo das mulheres serem discriminadas contemporaneamente. Com isso, é iluminada a categoria do feminino, até aqui escondida sob um neutralismo sexual, só beneficiando o mundo masculino.

Os estudiosos da literatura oitocentista encontram nos periódicos um rico arquivo para suas pesquisas. A imprensa é fonte, sobretudo, de elementos que as histórias literárias costumam deixar de lado, como a circulação dos romances folhetins, e também as reflexões sobre como deveria ser o comportamento das mulheres, manuais sobre casamento. Tomar os jornais como fontes primárias para estudo possibilita ao pesquisador ultrapassar o sentido convencional de história da literatura como sequência cronológica de obras canônicas, para reconstituir o universo cultural em que se inseria a produção literária do passado.

Instruir/doutrinar a população era o modo mais fácil de governá-la, pois a colocaria em contato com os preceitos políticos, morais e sociais considerados mais promissores para a condução social naquele contexto. Os redatores e escritores que publicaram periódicos durante o século XIX passaram a ver a instrução e a leitura, em um primeiro momento, como mecanismos fundamentais para se incutirem novas ideias políticas, o que resultaria no abandono do mundo da ignorância em benefício da racionalidade, do esclarecimento, do limite e da liberdade.

Durante o Oitocentos, reservou-se ao letrado a missão de informar o público sobre os mais importantes acontecimentos políticos da época. O redator ou proprietário do jornal deveria, com base nesse propósito, defender suas ideias e seus posicionamentos sobre os assuntos políticos, para, com isso, influenciar o público leitor e certamente vender seu periódico, já que o mote da época era civilizar e também conduzir as mulheres a um ideal defendido pela igreja católica e pelas famílias conservadoras.

Os homens empenhados nesta tarefa confiaram nas virtudes do saber e conferiram à instrução a primazia de alavancar a transformação da sociedade. Os periódicos, nesse sentido, eram considerados instrumentos de formação da população e da opinião pública.

A imprensa não é apenas um objeto portador, o pano de fundo desses discursos nacionalistas. Considerando-a assim, nós negligenciamos aquilo que lhe é essencial: seu papel ativo na mediação desses discursos. [...] A sociologia-bibliográfica, por sua vez, ensina-nos que o *status* e a interpretação de uma obra dependem também de sua materialidade, que o autor desempenha um papel essencial, juntamente com o editor, na definição das formas dadas às suas obras, e que toda significação de um texto é historicamente situada, depende das leituras, diferenciadas e plurais, que lhe atribuem um sentido (CAPARELLI, 2012, p. 27).

Apesar do baixo grau de instrução e de letramento da população, a oralidade da cultura permitia que o leque de consumidores dos periódicos publicados na cidade fosse mais amplo. Assim, os próprios redatores organizavam suas publicações, de modo a atingir o maior e o mais variado número possível de receptores, fossem letrados ou iletrados, leitores ou ouvintes.

No início do século XIX, a mulher brasileira, genericamente falando, pois sempre houve exceções, era destituída de qualquer instrução. Seu universo resumia-se aos afazeres domésticos e aos trabalhos com a agulha, com o bordado, uma vez que, sendo branca menos abastada ou da aristocracia, deixava os demais cuidados domésticos entregues às escravas negras (antes da abolição) ou (depois) com as ajudantes, levando em consideração o contexto da virada do século, esse outro grupo que formava a base da pirâmide social das mulheres brasileiras.

No imaginário do século XIX e início do século XX, o sexo feminino estava à mercê de seu aparelho reprodutivo, que, segundo se acreditava, tornava seu comportamento emocional errático e imprevisível. Nesse momento, a imagem construída para a mulher destacava a sua fragilidade física, da qual decorriam sua delicadeza e sua debilidade moral. No entanto, a tese da inferioridade feminina encontra raízes ainda na filosofia iluminista. De acordo com Rachel Soihet:

Constituem-se as mulheres, de acordo com a maioria dos filósofos iluministas, no ser da paixão, da imaginação, não do conceito. Não seriam capazes de invenção e, mesmo quando passíveis de ter acesso à literatura e a determinadas ciências, estariam excluídas da genialidade. A beleza atributo desse sexo era incompatível com as faculdades nobres, figurando o elogio do caráter de uma mulher como a prova de sua fealdade (SOIHET, 1997, p. 9).

De acordo com Bicalho (1989) para a maioria dos iluministas, a razão era um atributo que não estava presente nas mulheres, completando-se o processo apenas nos homens. A mulher teria permanecido na etapa da imaginação e da infantilidade. Não exercer o controle sobre seus comportamentos significaria, portanto, deixá-la sucumbir ao risco da loucura. Tais pressupostos difundem-se e ganham força durante o século XIX e XX, adquirindo respaldo científico. O modelo elaborado forja uma representação simbólica da mulher como: esposa, mãe, dona-de-casa, todavia a sexualidade encontrava-se condicionada ao instinto maternal.

2.3 Diário de Belém: folha política, noticiosa e literária

O Diário de Belém²⁵ saiu à luz em 3 de agosto de 1868 e manteve-se em circulação por mais de duas décadas. Logo nos primeiros anos, esse jornal foi intitulado uma “folha

²⁵ Sobre estudo do **Diário de Belém** consultar a tese: SILVA, Alan Victor Flor da. **Vida Literária na Belém Oitocentista: a contribuição do Diário de Belém para o desenvolvimento das letras na capital paraense (1882-1889)**. 2018. 306 f. Tese (Doutorado em estudos literários) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Letras. Belém, 2018.

política, noticiosa e comercial” e, a partir de 1873, quando se tornou órgão especial do comércio, tornou-se uma “folha política, noticiosa e literária”. Provavelmente a partir de 1879, essa designação também desapareceu e o periódico passou a ser denominado apenas como “órgão especial do comércio”. Assim como outros que circularam em Belém, o **Diário de Belém** foi um periódico que, com efeito, se preocupou em oferecer espaço e proporcionar visibilidade ao campo literário, pois publicava em suas páginas diversos gêneros, como poemas, crônicas, contos, romances, peças de teatro e trabalhos de crítica literária; apresentava colunas específicas onde todos esses gêneros tinham sempre espaço garantido, a exemplo das seções: “Folhetim”, “Parte Literária”, “Letras e Artes”, “Variedade(s)”, “Literatura” e “*Bouquet* literário”; informava os leitores acerca das novas produções e da vida dos escritores, tanto dos nacionais quanto dos estrangeiros, sobretudo em relação aos que detinham fama e prestígio. Logo quando surgiu, o **Diário de Belém** possuía quatro páginas, as quais eram divididas em cinco colunas, configuração que permaneceu assim por muitos anos.

A partir de 1º de julho de 1886, o jornal manteve ainda o mesmo número de laudas, mas passou a dispor de seis colunas. Quando teve início o ano de 1889, o **Diário de Belém**, sob a direção de Henrique Rhossard (?-?), sofreu uma mudança mais drástica na sua estrutura gráfica e na sua forma de apresentação visual, dobrou o número de páginas, pulando de quatro para oito laudas; diminuiu o número de colunas, as quais passaram de seis para quatro; aumentaram o tamanho das letras e o espaço entre as linhas; inseriram novas seções, como a “Parte Literária”, que oferecia aos leitores, sempre à primeira página, poemas e contos compostos por autores nacionais e estrangeiros e cujo aparecimento ocorria apenas aos domingos e às vezes em alguns feriados.

O Diário de Belém que enceta a sua publicação não tem por destino inovação alguma nos princípios recebidos e ideias políticas que ao presente dominam o seu aparecimento, tem por fim unicamente a satisfação da necessidade de representação mais especial do partido conservador da província, na imprensa dela.

[...] Entretanto O Diário de Belém não se limitará somente aos negócios puramente políticos, porém tomará ainda por objeto todos os mais de que as folhas diárias costumam ocupar-se.

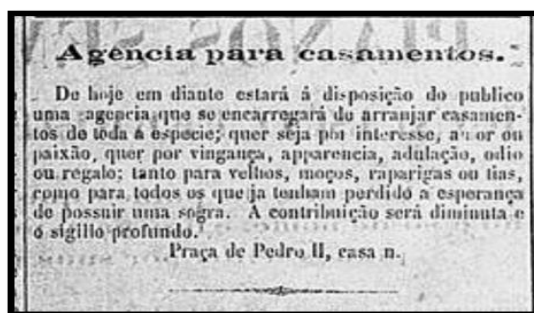
[...] Assim a literatura, a agricultura, a indústria, e sobretudo o comércio, que no movimento e transposição dos produtos da província está imprimindo nela essa atividade, que a vai levantando a altura das mais adiantadas do país, acharão sempre com [...] e maior interesse um lugar franco nas colunas do Diário de Belém, que do mesmo modo acolherá o que pertencer à ciência e belas artes (DIÁRIO DE BELÉM, 1853, p.1).

No **Diário de Belém**, a coluna “Folhetim” foi o carro-chefe da publicação de prosa de ficção, mas essa seção era também ocupada por poemas, peças de teatro, crônicas teatrais e trabalhos de crítica literária. Nesse espaço, o romance e o conto, no entanto, eram os gêneros que mais predominavam. O primeiro romance a ser publicado no rodapé desse jornal foi “A mulher imortal”, de Ponson du Terrail (1829-1871). Essa obra saiu em 3 de janeiro de 1869 e, depois de mais três meses em circulação, foi concluída em 8 de abril do mesmo ano. Convém frisarmos ainda que o segundo romance a ser encetado logo em seguida nas páginas do **Diário de Belém** foi “A segunda mocidade de Henrique IV”, outro trabalho também escrito pela pena de Ponson du Terrail, lançado em 13 de abril de 1869²⁶ e, após mais de quatro meses em regime de publicação, finalizado em 4 de setembro do mesmo ano.

No primeiro jornal diário havia espaço para informações sobre a capital e o interior do Estado, por meio das seções “Pará” e “Interior”; “Comércio”, acerca da carga dos navios ancorados e os que partiriam do porto; “Leilões”, contendo detalhes sobre o dia, o lugar e o objeto a ser leiloado; os clássicos “Avizos Marítimos”; as “Compras” e as “Vendas”, uma espécie de classificados dos jornais de hoje; os anúncios de última página e, finalizando a edição, a seção dos “Escravos Fugidos”, com a descrição dos escravos fugitivos, a recompensa e os locais a serem entregues, caso fossem encontrados (FERNANDES e SEIXAS, 2010, p. 11).

Na edição 72 datada de 1 de abril de 1881, na página 3, há a publicação do anúncio a seguir:

²⁶ Sobre a circulação dos romances-folhetins franceses, ver a Dissertação de Mestrado de Edimara Ferreira Santos. **Dumas, Montépin e du Terrail: a circulação dos romances-folhetins franceses no Pará nos anos de 1871 a 1880** (2011).

Figura 5 - Anúncio sobre agência de casamentos²⁷

Fonte: Fonte: hemeroteca digital, da Biblioteca Nacional Digital – Brasil.

Dados: Informação retirada do **Diário de Belém**, dia 1 de abril de 1881, edição 72, p. 3.

O século XIX foi uma época na qual os papéis femininos ligam estreitamente a mulher, especialmente as que faziam parte das classes mais abastadas e com isso também havia a defesa que o casamento era o único destino possível a esse grupo.

Nessa época, como sabemos, a vida das mulheres girava em torno dos interesses da família e das recomendações da igreja, principalmente. Esse pensamento valorizava a mulher apenas como mãe e como esposa abnegada, para quem o ambiente doméstico era o altar no qual depositava sua esperança de felicidade e, sendo o casamento sua principal aspiração, era indicada para ser a primeira educadora da infância, sustentáculo da família e da pátria.

O que o anúncio demonstra é o casamento como a solução para vida de inúmeras pessoas: “velhos”, “moços”, “raparigas” e tias, haja vista que o matrimônio no século XIX configurou-se como importante meio para o desenvolvimento individual da sociedade de maneira geral. Entre as publicações nas quais há menções sobre a temática feminina, nos deparamos com algumas situações, cujo principal objetivo era informar a leitora sobre um meio de comunicar de maneira que as mães educassem seus filhos, como, por exemplo, em “Ellen: uma história de uma santa”, publicação que somente o título já chama atenção, na qual era contada a saga de um jovem que preferiu transformar-se em freira a casar com inúmeros pretendentes, na narrativa a jovem prefere “seguir os caminhos do senhor”.

²⁷ Transcrição: Agencia para casamentos: de hoje em diante estará à disposição do público uma agência que se encarregará de arranjar casamento de toda a espécie; quer seja por interesse, amor ou paixão, quer por vingança, aparência, adulação, ódio ou regalo; tanto para velhos, moços, raparigas ou tias, como para todos os que tenham perdido a esperança de possuir uma sogra. A contribuição será diminuta e o sigillo profundo. Praça de Pedro II, casa n. 1.

Tabela 4 - Publicações no **Diário de Belém**

TÍTULO	DATA DA PUBLICAÇÃO	SEÇÃO	AUTORIA
Educação e Instrução	22 de fevereiro de 1880	Literatura	Sem autoria
A vênus Negra	22 de fevereiro de 1880	Variedade	A. Belot
Sara	28 de fevereiro de 1880	Variedade	Columbino
Ellen: uma história de uma santa	24 de abril de 1880	Folhetim	Columbino
Escola de noivos	22 de maio de 1880	Folhetim	Sem autoria
A mulher do joalheiro	1 de junho de 1880	Folhetim	Paulo Saunière
Um desapontamento	1 de janeiro de 1881	Folhetim	Sophia de Souza
As sogras	23 de janeiro de 1881	Variedade	Um genro
As minhas vizinhas	7 de abril 1881	Folhetim	A. Sánchez Pérez
Eva	12 de março de 1882	Literatura	Cônego Francisco Bernardino de Souza
Uma irmã de Margarida	15 de fevereiro de 1882	Folhetim	Augusto Richard
As duas assassinas	15 de novembro de 1882	Folhetim	Maria Amália Vaz de Carvalho
Procura-se a mulher...	4 de janeiro de 1883	Literatura	Pinheiro Chagas
Dama Azul	5 de março de 1884	Literatura	Wilhelm Meister
Lili	18 de setembro de 1884	Variedade	E.zola
Pobre Joana! (Cenas da Aldeia)	19 de setembro de 1884	Folhetim	Victor Bersezio
A moda	16 de novembro de 1884	Variedade	França Júnior
Zizi	14 de outubro de 1884	Variedade	Nils
Maria, a louca	24 de maio de 1885	Folhetim	R. Southey
Clara, a cega	31 de maio de 1885	Folhetim	Marques de Carvalho

Porque não há fadas	23 de julho de 1885	Variedade	Léon de Chaulay
Luísa, a louca	22 de novembro de 1885	Folhetim	Marques de Carvalho
Isaura	14 de fevereiro de 1886	Folhetim	João de D. do Rêgo
Artifício de mulher	5 de setembro de 1886	Folhetim	A. Daudet
Naná	12 de setembro de 1886	Variedade	Luiz Guimarães
Adélia	16 de janeiro de 1887	Variedade	João de D. do Rêgo
Margarida	16 de dezembro de 1887	Variedade	Paulo Maranhão
Magdalena	22 de janeiro de 1888	Variedade	Henrique Rhossard
Laura	23 de outubro de 1888	Folhetim	Henri de Pène
Irmã das flores	28 de outubro de 1888	Folhetim	Henrique Rhossard
Isolina	4 de novembro de 1888	Folhetim	Catulle Mendès
A princesa encantada	3 de março de 1889	Parte literária	Catulle Mendès
A Rosa	24 de março de 1889	Parte literária	Madalena Martins de Carvalho
É minha mãe!	31 de março de 1889	Parte literária	Arthur Azevedo
Maria e a Morte	24 de outubro de 1889	Variedade	L. Guimarães Júnior

Fonte: PINHEIRO, 2021.

Dados: Tabela foi elaborada a partir de pesquisa no setor de microfilme da biblioteca Arthur Vianna, da Fundação Cultural do Estado do Pará (CENTUR).

O que deve ser primeiramente analisado na tabela acima é o fato das notas fazerem referência ao público feminino no título ou/e no conteúdo, outro fator importante é a questão de se tratar da figura feminina, mas a maioria dos textos são assinados por homens, ou pelo menos, por pseudônimos masculinos. De trinta e cinco publicações apenas três títulos são assinados por mulheres, a reflexão que fica é que havia mais homens publicando do que mulheres, mas a temática mais proeminente era tratar sobre o “belo sexo”.

A concentração de textos era maior na coluna “Folhetim”, por ser a seção mais famosa e mais consolidada dos jornais, mas isso não impedia que os escritos fossem divulgados em colunas como “variedade”, “literatura” e “parte literária”. Na leitura da tabela, percebemos que, ao nos debruçarmos sobre os jornais, encontramos alguns relatos e

evidências sobre como esses veículos de notícias, de opiniões produziam discursos, reproduziam opiniões, buscavam manter seu público informado de certas novidades.

A recuperação dos discursos reproduzidos acerca do ideal de mulher e do conjunto de ideias nas folhas do Pará Oitocentista nos ajuda a encontrar fatos importantes sobre a recepção dos escritos acerca do “belo sexo” e como os autores da época elaboraram suas leituras e suas opiniões, informações essas difíceis de serem obtidas em fontes não primárias; desse modo, jogamos mais luz à vida literária paraense da época.

A prioridade dos homens de imprensa, no entanto, era civilizar um segmento bastante específico da população da província do Pará: as elites locais, compostas pelas parcelas mais cultas e mais abastadas. As indicações dos jornalistas foram dirigidas, sobretudo, a essas elites, ou seja, aos indivíduos culturalmente brancos e pertencentes à sociedade considerada detentora de um potencial que era considerado mais decisivo para contribuir com o progresso do Brasil. Não era fundamental para os homens de imprensa investir na modificação de condutas das parcelas mais pobres da população, principalmente se integrassem o rol de indivíduos que eram considerados como desclassificados, como escravos, mendigos, ciganos, doentes, prostitutas, libertinos, entre outros, os quais foram incorporados às prescrições como antinormas do comportamento que se procurava produzir nas elites. Por exemplo: a publicação “educação e instrução” trata da discussão sobre instrução e educação como demonstramos no excerto a seguir:

Educação e instrução geralmente são confundidas, se não identificadas. Não é raro ouvir, até homens ilustrados, que a instrução é suficiente para dar uma educação completa à mocidade. Systema ou preconceito em uns, indiferença ou ignorância em outros, é uma das ideas corruptoras da sociedade moderna. Apesar da intima conexão que as liga, a educação e a instrução realmente são duas funções distintas reguladas por princípios peculiares, por methods diferentes, conforme o fim a que esta de propõe.

Alguma coisa do catholicismo, um pouco de sciencia do bom homem Ricardo, ou d’outro livrinho de frívolas fabulas moraes constituem a ligeira bagagem dessa parte por ventura a mais importante, da educação e de certo da instrucção (DIÁRIO DE BELÉM, 1878, p. 3).

Tal ideia foi difundida desde a colonização e, entretanto, mesmo quando as colônias tornaram-se nações politicamente independentes, a nova elite nacional continuou internamente a configuração de poder representada em uma sociedade de corte que previa a diferenciação hierárquica dos indivíduos através dos mesmos parâmetros de valores que serviram à ideologia colonizadora, visto que a experiência histórica de um projeto civilizador brasileiro se deu a partir de um processo colonizador precedente.

Ainda mantendo a coerência de tratar sobre o público feminino, no dia 23 de janeiro de 1881, na coluna “Variedade” veio à luz a publicação “As sogras”, o texto foi assinado pelo nome “genro” o que demonstra que poderia ter como autor um homem, ou quem sabe uma mulher que comungasse dos ideais patriarcais. Vamos comentar alguns trechos da referida publicação:

Aqui está uma palavra que synthetisa uma grave questão, de todos os momentos, a ordem do dia no mundo domestico. O nome da sogra parece quase uma evocação. Quando se pronuncia a palavra sogra os homens (da categoria dos genros) levantam os braços e olhos ao céu, soltam suspiros capazes de pôr moinhos em movimento, dão, finalmente, todos os signaes do mais violento desespero; a principio ouvil-os-heis murmurar, em seguida gritar e depois bradar: “ah! Seu não tivesse sogra, teria sido o mais feliz dos homens”! “Casei-me com uma jovem dotada da quase todas as boas qualidades; minha mulher era meiga, graciosa, amável, laboriosa; eu era feliz, dono da minha casa, tudo ia bem. Tenho, porém, uma sogra, e agora, graças a ela, a casa é um inferno, minha mulher tornou-se rabugenta, má, bulhenta, e não quer tratar do governo da casa. Tenho que servir-a sempre, pois diz que não casou para trabalhar continuamente, que teria feito melhor em ficar solteira” (DIARIO DE BELÉM, 1881, p. 2).

Notamos que na notícia é dada especial atenção ao fato de a sogra ser vista como uma convidada indesejável na casa do casal, importante também perceber o autor dizer que a esposa era dotada de quase todas as boas qualidades, mas faltava algo para essa mulher ser perfeita. Outro trecho que deve ser destacado é: “eu era feliz, dono da minha casa” e com a chegada da sogra os costumes da casa mudaram, uma vez que a esposa já não serve mais o marido como era prática comum.

Vale frisar que a mãe chega a mencionar que a filha poderia ter ficado solteira, porém a valorização da família colocava as mulheres em uma posição considerada de destaque. O medo de uma influência nefasta sobre as crianças levou a sociedade a requisitar a instrução feminina. Apesar de continuarem sem liberdade, o casamento no século XIX configurou-se como importante meio para o desenvolvimento individual da mulher. Como a família era considerada célula principal da sociedade, essa exigência não se tratava de um favorecimento à emancipação da mulher ou uma possível concessão para que pudesse decidir seu futuro. Ainda sobre a mesma publicação, demonstraremos trechos que o marido revela as transformações advindas com a chegada da sogra:

Pois bem: quereis que vos diga por que as cousas se transformaram?
 Por causa de minha sogra! Foi ella quem fez virar a cabeça a minha mulher, dizendo-lhe:
 Felicidade (minha mulher chama-se Felicidade), és dócil demais, minha filha, teu marido domina-te, tu cercas-o de desvellos, quando era ele que

deveria rodear-te de carinhos. Trabalhas de mais, minha queridinha; não deverias ocupar-te de cousa alguma, e ser por ele servida, pois foste tu um verdadeiro tesouro que lhe concedi; mas esse homem feroz não sabe apreciar-o. Ouve os conselhos de tua mãe, minha filha; quero que sejas feliz e senhora da tua casa (DIÁRIO DE BELÉM, 1881, p. 2).

Outro ponto que deve ser identificado no fragmento é um relato de como aconteciam os fatos e caberia ao leitor interpretar qual seria a contribuição de aceitar uma sogra em casa para o sucesso ou fracasso de seu casamento. A grande questão é que o problema não estava na sogra e sim no fato de o cerne da sociedade ser patriarcal e contra o surgimento de possíveis direitos da mulher, de possíveis ideias das esposas não serem tratadas como serviçais ou apenas serem tratadas como quem cuidaria do ambiente doméstico.

“A ele compete obedecer, bem lhe basta embelezares a existência com a tua presença: é necessário que teu marido seja bom para ti!”

– Mas, maman, responde Felicidade, Calixto é muito meu amigo. O marido é o senhor, e a mulher cumpre obedecer. Ele é tão bom!

– O senhor! Obedecer-lhe! Replica a mãe, dando um pulo da cadeira. Ah! Minha filha, quanto precisas dos meus conselhos! Não há senhor em uma casa e sim uma senhora, e essa é a mulher, ouves? – Olha lá, não achas teu marido transformado? E Calixto respondeu-te furioso: “aborreces-me com tanto teatro! Não pensas em outra cousa! Estou fatigado de trabalhar e preciso de descanso” (DIÁRIO DE BELÉM, 1881, p. 2).

Na publicação fica aparente que o marido deseja que a esposa fique em casa e assim esteja privada de conviver nos salões, nos teatros, já a mãe da jovem deseja que a filha transite nos espaços públicos. Às mulheres, de maneira geral, não eram concedidos nenhum direito político, jurídico ou cível, sem a devida autorização masculina. Dessa maneira, devido a essa espécie de dispositivo social, tudo que era relacionado à mulher, estava sob a tutela do marido. Qualquer trabalho ou atividade realizada pela esposa teria de passar pelo crivo do esposo.

Ainda no **Diário de Belém**, na coluna “Variedade”, o texto “a moda”, assinado por França Junior extraído **Do Paiz** (1884-1894) expõe os perigos que representa o “belo sexo”:

A mulher dos nossos tempos é por ventura a Phyrnéa grega que com mágico poder da beleza, arranca a absolvição do Areopago; ou a orgulhosa romana que ao lado dos heroes no amphitheatro de Flavio, juncava de flores a arena dos gladiadores, ou a castelã poética e divina, pela qual se batiam os paladinos ardendo nas chamas do mais puro amor ideal; ou a heroína franceza de oitenta e nove, ou a ridícula mervelleuse do Directorio? (FRANÇA JÚNIOR, 1884, p. 3).

O texto é iniciado com a comparação entre uma mulher e uma entidade mitológica que tinha ligação com a medusa e essa entidade poderia arrancar a absolvição do Areopago (criatura dotada de um grande senso de justiça e integridade), vejamos que à figura feminina é

dado um grande poder, mas voltado para o mal. Podemos também entender como as mulheres estavam sempre envolvidas em um discurso que as colocava como sujeitos sob suspeição.

Na coluna “Variedade” com o título “As minhas vizinhas” na edição de nº 122, datada de 7 de abril de 1881, foi publicado o artigo que apresentamos alguns trechos:

Minha querida amiga E... Poucos dias são passados que te fiz uma formal promessa; não quero que possas dizer de mim que fui capaz de esquecer os meus compromissos. Entre varias pessoas discutia-se acerca da conducta observada por uma mãe de família, que era nossa conhecida, e cujo nome não é preciso declinar agora. A respeito enunciaram-se muitas distintas opiniões. Este assegurava que as moças solteiras devem viver constatemente recolhidas em casa, em virtude daquele antigo e muito conhecido annexim: “o melhor pão é aquele que não apanha ar”, aquele sustentava que as moças devem frequentar bailes, passeios, theatros, mostrar-se, em summa, fazer-se vistas.

Este outro formalmente declarava que as moças deviam tudo ignorar; aquele outro afirmava que não deviam ignorar nada. Ouvia eu uns e outros, e parecia-me que todos tinham razão, no que talvez não fosse muito afastado da verdade. Então, olhando de um modo investigado, me perguntaste com alguma intenção: – E que pensas tu a respeito? Posso jurar-te, minha amiga, que a pergunta deixou-me atordoada, senão justamente pela dificuldade da resposta, como pelo imprevisto. Por enquanto não tenho opinião formada, responder-te-i logo que e tiver uma resposta (PÉREZ, 1881, p. 2).

Esse impresso funcionou como uma forma de propagação de normas e de preceitos caracterizadores de regras de civilidade e de conduta. Entre estes meios divulgadores de normas e de preceitos encontram-se textos sobre comportamentos, sobre vestimentas e sobre o modo que a mulher devia se portar, especialmente em público, haja vista que, mesmo nos contextos mais liberais, as mulheres sempre tiveram sua autonomia cerceada, seja em atos comerciais, sociais ou intelectuais.

A emancipação feminina sempre foi impedida por meios jurídicos e ideológicos. Ao mesmo tempo em que facilitou o contato com o ideário ilustrado, o contexto de transformações fomentou a produção intelectual e a participação da elite intelectualizada nos assuntos políticos. Como ilustra Isabel Lustosa (2003) os jornais tiveram importante lugar no debate e no florescimento das ideias que definiram o formato político que a nação brasileira tomaria com a independência, o trabalho da autora mostra como o século XIX consagrou às publicações escritas ao título de principal veículo das ideias políticas, as quais desempenharam a função de vetor ideológico para o progresso civilizatório.

2.4 O Liberal do Pará: um jornal de ideias e de mensagens

Com a função de difundir as ideias liberais aos leitores, **O Liberal do Pará** entrou em circulação na Belém Oitocentista em 10 de janeiro de 1869, em substituição ao **Jornal do Amazonas**, outro propagador das ideias liberais, cuja continuidade foi interrompida por “motivos que não importa indagar”, conforme foi afirmado na nota de abertura do primeiro número do novo órgão responsável por ecoar os pensamentos e sentimentos do Partido Liberal:

Motivos que não importa indagar, e que ao leitor torna-se indiferente saber, fizeram sustar a publicação do **Jornal do Amazonas**, que durante um largo espaço de tempo foi um firme sustentáculo das ideias liberais nesta Província[...] O aparecimento, pois, do — **Liberal do Pará** é a prova mais valente que o partido liberal podia ora dar da sua vitalidade. O partido passou dias amargos pensando a grave responsabilidade em que incorria, se deixasse de ter um órgão que pela imprensa se tornasse o eco de seus sofrimentos. É nestas circunstâncias que vê a luz da publicidade o **Liberal do Pará** (**O Liberal do Pará**, 10 de jan. 1869, p. 1).

O jornal em questão era propriedade de Manuel Antônio Monteiro cuja impressão se efetuava na tipografia do **Jornal do Amazonas**. Quanto à assinatura, podia ser feita na Travessa das Mercez, nº 23, em três modalidades: anual, ao custo de 16\$000 (dezesesseis mil reis); semestral, 8\$000 (oito mil reais) e trimestral, 4\$000 (quatro mil reais), caso o assinante morasse na capital da província do Grão-Pará. Na ocasião do subscrito pertencer ao interior ou à outra província, o valor das assinaturas eram 20\$000 (vinte mil reais) por doze meses; 10\$000 (dez mil reais) por seis e 5\$000 (cinco mil reais) por um mês. Ainda no cabeçalho do jornal, junto com as informações acerca do custo de sua assinatura, número e data, está localizada abaixo de seu título a epígrafe “*Res publica, res populi*”. Trata-se de uma definição de República elaborada por Cícero (106 a.C. - 43 a.C.) e situada em **República**, na qual foi pronunciada por Cipião (?-183 a.C.) e imortalizada nos escritos de Santo Agostinho (354 d.C.-430 d.C.) e Isidoro de Sevilha (560 d.C.-636 d.C.) no primeiro quartel do século XIX. A conceituação deu margem as diversas interpretações ao longo do Oitocentos, uma dessas tornava o romano como um prévio adepto a filosofia liberal, como aponta Aguiar (2018, p. 4):

[...] as interpretações correntes a respeito do conceito ciceroniano de *res publicam* costumam oscilar ora em uma leitura excessivamente individualizante ou moralizante (as mais numerosas), ora em uma leitura institucionalista ingênua (geralmente, alimentada por um afã bastante anacrônico de tornar Cícero um prévio adepto liberal, constitucionalista ou contratualista), ou depositar a fé em velhas concepções a respeito do estoicismo ciceroniano. E, no entanto, é o aspecto institucional de sua definição o mais frequentemente esquecido nas análises a respeito da passagem (AGUIAR, 2018, p. 4).

Como podemos observar, parecia haver uma intenção dos editores do jornal em ancorar na figura tradicional e celebrada de Cícero e os seus ideários liberais, de forma a validá-los. A circulação do periódico foi concluída em 1889 devido à queda do regime monárquico no Brasil, a necessidade nesse momento era a de defender uma bandeira diferente. Para isso, inicia-se a publicação de outro periódico para ficar em seu lugar, **O Democrata** (1890-1895), órgão do Partido Republicano Democrático:

O Liberal do Pará terminou ontem a sua existência jornalística, convencido de haver prestado os melhores serviços a causa democrata, que advogou durante dezenove anos, com firmeza inquebrável.
[...] Desaparecido o Partido Liberal, com a queda do regime monárquico, não tinha mais razão de ser o jornal que era seu órgão; era preciso que viesse substituí-lo um outro, consoante ao novo programa político, e que exprimisse os princípios da bandeira que hasteamos na república (O DEMOCRATA, 1890, p. 1).

Manuel Antônio Monteiro não ficou à frente do periódico por todos os seus anos de circulação. Segundo o estudo elaborado por Lucilena Tavares (2017), o jornal foi assumido por nomes como José Antonio Ernesto Paraguassu, José Batista Ribeiro de Souza, Filipe José de Lima e Libano José Luiz de França ao longo de sua história:

O Liberal do Pará teve sua publicação interrompida por um período indeterminado, reiniciando-a em setembro de 1869, sob a redação de José Antônio Ernesto Paraguassu. A partir do número 78, de 11 de abril de 1871, estampou no frontispício o nome de José Baptista Ribeiro de Souza, como “Director da empresa e redactor effectivo”. No ano seguinte, este teve ao lado de seu nome o do bacharel Filipe José de Lima e no canto direito da quarta e última página foi acrescentado o nome do editor Libanio José Luiz de França (TAVARES, 2017, p. 118).

O estudo de Maria Lucilena Gonzaga Costa Tavares (2017, p. 120) mostra que o periódico cedeu espaço à prosa ficcional e à crítica literária. Entre os textos recuperados pela pesquisa da estudiosa, ressalta-se a grande presença de autores portugueses e franceses, e a predominância do gênero romance:

Dois pontos importantes chamou-nos atenção: a) a presença de publicações tanto portuguesas quanto francesas, mormente de romances; embora o proprietário fosse português, o jornal tinha correspondente em Paris, o que nos possibilita associar a uma atitude imbuída de ideais revolucionários da França, bem como início da Belle Époque amazônica; b) a constante presença de publicações de autoria feminina, o que não era comum naquele período na província do Pará, e que consubstancia a hipótese [...] (TAVARES, 2017, p. 121).

O Liberal do Pará, por sua vez, apresenta em suas páginas um número significativo de romances-folhetins de escritores franceses renomados, cujo sucesso também reverberou na

província do Pará, a exemplo de “Catharina II, imperatriz da Rússia” (1871), de Alphonse de Lamartine (1790-1869); “Blanche de Beaulieu” (1871), de Alexandre Dumas (1802-1870); “História de um tabelião e de uma pipa de ouro em pó” (1872), de Paul Féval (1816-1887); “A fada d’*Auteil*” (1872-1873), de Ponson du Terrail (1829-1871); “O médico dos pobres” (1874-1875), de Xavier de Montépin (1823-1902); “Como as mulheres se perdem!” (1876), de Eugène de Mirecourt (1812-1880); “Sílvia” (1877), de Ernest Feydeau (1821-1873); “A morta” (1886), de Octave Feuillet (1821-1890); “Cortesã” (1886-1887), de Adolphe Belot (1829-1890); “A Sra. Verônica” (1887), de André Theuriet (1833-1907); “A primeira paixão” (1888), de Léon Tyssandier (1862-1916), e “Derradeiro amor” (1889), de Georges Ohnet (1848-1918).

Contar a história deste periódico é também fazer a história da propagação de ideias, de hábitos de leitura, de gostos e de preferências literárias. Por meio da leitura desses arquivos é possível analisar o processo educativo e pedagógico presente em suas publicações. Desde a primeira metade do século XIX, o movimento das ideias acompanha e sustenta a ideologia de progresso que impregna a modernização da Europa, modernização que esteve acompanhada da formação dos Estados Nacionais e, ao mesmo tempo, da ideia de nação. O movimento das nacionalidades visou o estabelecimento da ideia de nação como uma aglomeração de homens que aspiravam viver sob a mesma lei e em virtude de origens, de tradições e de interesses comuns, ou seja, a nação é compreendida como um conjunto de indivíduos dotados de liberdades naturais e unidos por interesses e língua comuns.

Na figura 6, lembraremos que a literatura prescritiva e moralizante teve seu lugar garantido nas páginas dos jornais paraenses, especialmente d’**A Estrela do Norte** que teve inúmeros embates sobre publicações sobre romance, sobre religião com **O Liberal do Pará**, é o que nos demonstra o conteúdo da referida imagem que também expõe que o periódico dialogava com o que acontecia no restante do mundo, pois pela menção ao fato das publicações de folhetins serem algo negativo, podemos dizer que em Belém também havia a preocupação com a leitura de obras consideradas moralizantes. A nota em destaque também assinala que a imprensa durante o século XIX foi o local privilegiado para a discussão sobre o gênero romance.

Figura 6 – Nota sobre o perigo do romance Folhetim

A imprensa, e especialmente o jornalismo, que é um meio poderoso de circulação, está como que a soldo do racionalismo. A nossa politica é protestante; a nossa litteratura é o reflexo do scepticismo, que corroe o coração da futura geração; os costumes são praticamente impios, graças ao folhetim perigoso, graças ao scepticismo de Byron, George Sand, e Eugenio Sue; e ás monstruosidades de Victor Hugo.

Fonte: hemeroteca digital, da Biblioteca Nacional Digital – Brasil.
 Dados: do dia 4 de dezembro de 1864, na edição 313 d’A Estrella do Norte.

É curioso notar a forma como o redator do texto acima lega ao **Folhetim** a responsabilidade sobre o que chama de “costumes ímpios”. Essa opinião nos revela que ainda nessa época sobrevivia um conceito de literatura ancorado em um compromisso alheio à arte, mas afeito à religião ou aos bons costumes. É importante destacar que, embora esta subseção trate de **O liberal do Pará**, é válido frisar que essa nota da **Estrella do Norte** ratifica que havia um embate ideológico entre os jornais, especialmente pelo fato de **O Liberal** ser uma folha que publicou uma quantidade expressiva de prosa ficcional da coluna “folhetim”.

Na tabela que disponibilizaremos a seguir fica expressa a inclinação do jornal sobre a figura da mulher e o interesse em alcançar o público feminino, uma vez que, foi, principalmente, pela via literária que a leitura de ficção enquanto hábito feminino apareceu como tema constante; grandes leitoras são mostradas ao público pelas obras literárias, como perceberemos na tabela 5:

Tabela 5 - sobre títulos relacionados ao “belo sexo” n’O Liberal do Pará

TÍTULO	DATA	SEÇÃO	AUTORIA
Mariette	20 de fevereiro de 1870	Folhetim	Elysis D’Albuquerque
Catharina II (Imperatriz da Rússia)	9 de julho de 1871 24 de agosto de 1871	Folhetim	A. de Lamartine
Luizinha	2 de agosto de 1871	Variedades	Sem autoria
A mulher e a Litteratura	1 de outubro de 1871	Transcrição	Sem autoria

A gramática do namoro	24 de outubro de 1872		Sem autoria
A monja	4 de fevereiro de 1874	Litteratura	F. Bernardino de Souza
O paiz do matrimônio	19 de abril de 1874	Litteratura	Sem autoria
Capricho de uma Parisiense	22 de outubro de 1874	Variedade	Sem autoria
Como as mulheres se perdem!	10 de novembro de 1876	Folhetim	Eugenio de Mirecourt
Sylvia	3 de janeiro de 1877	Folhetim	Ernesto Fe'deua
Pepita Jimenes	4 de maio de 1877	Folhetim	João Valera
A filha do cônego	8 de novembro de 1877	Folhetim	E. About
O namoro a telefone	14 de fevereiro de 1878	Variedades	Sem autoria
Faux	13 de abril de 1878	Folhetim	Maria Amalia Vaz de Carvalho
A família	16 de abril de 1878	Folhetim	Maria Amalia Vaz de Carvalho
Cartas de uma juvenil mãe	17 de abril de 1878	Folhetim	Maria Amalia Vaz de Carvalho
A morte de Luiza	18 de abril de 1878	Folhetim	Eça de Queiroz
Um casamento feliz	27 de abril de 1878	Folhetim	Pereira Lobato
O cerco de Merlin	30 de abril de 1878	Folhetim	Maria Amalia Vaz de Carvalho
Os 57arquesa57 da família	25 de maio de 1878	Folhetim	Julia de Porthault
Amigas	28 de maio 1878	Folhetim	Julia de Porthault
Familia e Patria	30 de maio de 1878	Folhetim	Julia de Porthault
A rainha Hortência	1 de janeiro de 1879	Folhetim	Luiza Mulbach
As mulheres de Balzac	16 de abril de 1879 19 de outubro de 1879	Folhetim	Maria Amalia Vaz de Carvalho

As luvas da princesa	04 de março de 1883	Folhetim	Benedito Galt
A brasileira de Prazins	25 de março de 1883	Folhetim	Camillo Castelo Branco
Vingança de mãe	03 de junho de 1883	Folhetim	Sem autoria
Lili (romancete escripto “por summa carta” no álbum de uma talentosa	6 de janeiro de 1885	Folhetim	Monteiro Junior
Um casamento diabólico	17 de maio de 1885	Folhetim	Natt
A Morta	28 de março 1886 23 de maio de 1886	Folhetim	Octavio Feuillet
Cortezã	17 de outubro de 1886 13 de janeiro de 1887		Adolpho Belot
A Sra. Veronica	14 de janeiro de 1887 6 de março de 1887		André Theuriet

Fonte: FERREIRA, 2009; PINHEIRO, 2021.

Dados: Informações catalogadas do Setor de microfilmagens, da Biblioteca Arthur Vianna, da Fundação Cultural do Pará (CENTUR) e hemeroteca digital, da Biblioteca Nacional Digital – Brasil e da tabela construída por FERREIRA, Edimara. 2009.

A leitura da tabela acima demonstra que dos 33 textos cotejados para esta subseção, sete não tem autoria definida, dezesseis são assinados por homens e nove são assinados por mulheres, esse resultado demonstra, novamente, as publicações assinadas pela pena feminina em menor proporção. No entanto, a consequência desta constatação n’**O Liberal do Pará** sinaliza que, mesmo levando em consideração que o periódico em questão era mais progressista e liberal, sempre havia uma falta de equidade entre as publicações de autoria feminina e masculina.

O texto “a grammatica do namorado” da edição nº 240, de 24 de outubro de 1872, assevera a questão da preocupação com o casamento das jovens donzelas:

A mulher é um adjetivo que precisa de concordar com o substantivo homem, para estar gramaticalmente na sociedade.

O namoro é um advérbio de tempo com um complemento terminativo: o casamento!

Os arruios são orações incidentes no período adoração!

Quando alguns pensam em tomar esposa, procuram logo a oração principal=dote.

O verbo amar é de todos os verbos da língua o mais irregular. Há mulheres que o não sabem absolutamente conjugar porque lhes esquece o tempo e as pessoas.

Quantas vezes um rapaz deixa de casar porque a mulher-preposição pede depois um complemento transitivo: = carroagem.

O grande verbo reflexivo é ser constante.

Uma solteirona bem conservada, é um pretérito perfeito como uma, entrada em anos é acabada, é um pretérito imperfeito (O LIBERAL DO PARÁ, 1872, p. 2).

Vemos que o título do texto é “a grammatica do namorado” como se fosse uma ideia para ajudar o homem a domar a namorada, por isso, são enumeradas inúmeras regras que dão à mulher características negativas.

Essas informações sinalizam que era possível consolidar uma sociedade leitora no século XIX e que diante das proposições mencionadas, ao jornal caberia o papel de estabelecer o universo de receptores, a partir daquilo que era vivenciado no cotidiano da sociedade. A experiência estava relacionada intimamente à ideia da construção de uma família, no qual o primeiro passo a ser dado seria, o casamento, e para efetivação do matrimônio, o marido deveria encontrar uma esposa “ideal”, o que fica posto no excerto retirado da citação anterior: “A mulher é um adjetivo que precisa de concordar com o substantivo homem, para estar gramaticalmente na sociedade”.

Diante das considerações mencionadas, era necessário difundir um conteúdo específico em uma cidade que buscava equiparar-se aos centros progressistas, como a Europa, e no contexto do ambiente modernizador, a atividade literária nos jornais multiplicava-se, uma vez que o desenvolvimento cultural fazia parte da agenda “civilizatória”. Juntamente com as reformas urbanas e reformas de costumes as quais, de certa maneira, eram impostas pela influência estrangeira.

Já no texto “No país do matrimônio”, nos deparamos com uma narrativa que descreve o como casamento é mencionado, como instituição idealizada na sociedade, principalmente para as mocinhas, o único modo de serem plenas, a maneira legal e divinamente aprovada de alcançarem o objetivo maior da construção de uma família. O que nos tempos atuais mulheres feministas ou inclinadas à doutrina pensam essa prática ser um absurdo, mas o intrigante é que ainda há um grupo de pessoas (mulheres e homens) que se

julga no direito que julgar as mulheres que preferem não casar, ou casar e não ter filhos, ou seja, julgam a mulher que é autônoma e dona de seu próprio destino.

Engraçado! Mas como íamos dizendo, no paiz do matrimonio vive-se com mui pouco e tudo são satisfações e prazeres. O homem não anda roto nem descosido, nem lhe faltão botões nas camisas, nem pontos nas meias e, pelo contrario anda sempre limpinho e asseiadinho que é um ceo aberto vêl-o. como minha filha não encontrara duas no mundo. É o meu retrato vivo...não gosta de bailes, não é afeiçoada ao luxo, não tem primos, nem toca piano...por inclinação, nem lê novelas, nem tem amigas, nem canta, nem gosta de cachorrinhos, nem é faceira (O LIBERAL DO PARÁ, 1874, p. 2).

A jovem descrita pela mãe, nessa conversa com o noivo é o ideal de criatura que a sociedade patriarcal almejava, vejamos quais as características da moça: faria toda a tarefa doméstica, viveria na simplicidade, ou seja, com o mínimo, sem reclamar, tudo relacionado ao marido dependeria dela: “asseio, camisas costuradas, alimentação”. Sobre as distrações da vida fora de casa, esse marido poderia ficar despreocupado porque a esposa não era dada à leituras de ficção, não tinha amizades e qualquer outro tipo de distração que a afastasse da tarefa de ser esposa.

Postas essas reflexões sobre a propagação de ensaios sobre o casamento e as mulheres, entendemos que na pesquisa em jornais oitocentistas, além de sabermos sobre o comércio, a divulgação e a circulação dos livros na capital paraense, na segunda metade do século XIX, outras informações importantes também eram reveladas, por exemplo, o que era dito sobre o casamento, sobre as noivas ideais ou o que as mães prometiam para que as filhas conseguissem um casamento.

Ainda na temática do matrimônio, a publicação “Um casamento feliz” assinada por Pereira Lobato (?-?), do dia 27 de abril de 1878, edição nº 95, versa sobre o que era previsto como ideal de noiva:

Amelia era bonita; uma pouco baixa, o que a desgostava bastante; mas em compensação refeita e proporcionada. Rindo ou falando, seduzia, porque tinha o riso encantador e a voz harmoniosa. Nos seus modos e nos seus gestos, no andar firme e no olhar seguro, revelava viveza, resolução e perseverança. Talvez se pudesse chamar uma mulher perfeita, como todas as aptidões para governar uma casa, com todos os respeitos para mandar na ausência do marido, com os dotes necessários para o conter no seu lugar; mulher para os grandes abalos phisicos ou moraes, para a sala, para a rua (LOBATO, 1878, p. 1).

Havia uma importância em mencionar que a jovem deveria ter o que era considerado boa aparência, pois esses dotes eram importantes para a obtenção de um casamento. O autor comenta que “talvez” a jovem descrita na citação acima pudesse ser perfeita, todavia como

percebemos, na órbita do século XIX, sempre haveria a criação de um impedimento para uma dama ser impecável. Lobato também frisa que Amelia teria aptidões para governar uma casa, tal situação demonstra que durante o Oitocentos era como se não houvesse outro caminho para uma mulher, a única resposta para uma vida plena era unir-se em casamento a um homem.

Não conhecia o mundo, não tinha sociedade alguma. Vivia consigo, com a mãe e com a criada, no meio desta Babylonia, como se vivesse em um ermo; não ia a um teatro, não gozara as comoções de um baile. Quanto aos homens que podiam pretendel-a, tinha um ideal formado, segundo a leitura de uns romances que encontrara na livraria do pae, Wherter, Manfredo, Raphael Amaury foram educadores do seu coração (LOBATO, 1878, p. 1).

Como dizíamos, sempre era encontrado algo de errado na conduta feminina, para o autor, Amelia não era perfeita por não ter transitado na sociedade e por isso não tinha uma experiência real dos acontecimentos. No fragmento anterior também é feita a costumeira crítica às mulheres leitoras de romances, na situação em análise, a jovem é condenada pelo fato de não diferenciar a vida real do imaginário literário.

Ao lermos os textos compilados na tabela com as publicações d'**O Liberal do Pará**, percebemos que havia uma preocupação com a formação de uma sociedade em constante mudança, notamos que, de certa maneira, sempre havia uma nuance de moralidade ou de ideal de conduta direcionado ao público leitor, sobretudo no que envolve as mulheres. Esse enfoque na análise da moral relaciona-se com o processo de ascensão do gênero romance na Europa, o qual foi marcado por discussões acerca da pertinência da leitura de textos ficcionais, muitas das quais se centravam na denúncia da imoralidade dos textos como forma de condenar sua leitura e na defesa de seu conteúdo moralizante como estratégia para exaltar o gênero. As postulações de Márcia Abreu indicam que:

O Brasil recebeu não apenas os romances, mas os ecos das polêmicas que tanto animaram os europeus durante o século XVIII. Na Europa a difusão do gênero foi acompanhada de forte polêmica, opondo detratores e defensores da nova forma, brandindo argumentos estéticos, religiosos e morais. Aqui e ali pequenos textos publicados na imprensa brasileira repetiam argumentos empregados nas discussões europeias sobre o gênero (ABREU, 2004, p. 13, grifos do autor).

Era no âmbito familiar que a normatização, sobretudo em relação ao público feminino, alcançava seu ápice. Tal fato acontecia porque a mulher devia seguir uma série de normas relacionadas à conduta moral, e em razão disso, o papel reservado à mulher era ser mãe de família.

Cabe mencionar que nos artigos apresentados no periódico analisado, são sempre as personagens femininas que se envolvem em situações que atentariam contra sua honra e seu decoro, como a ociosidade e a perda de tempo com leituras não edificantes, pois a mulher que se oculta das vistas masculinas ou encobre seus traços femininos, faria com que não houvesse motivos para o surgimento de paixões, uma vez que tal leitura corrompia o gosto e apresentava situações “moralmente condenáveis, por outro lado era demonstrado que esse tipo de narrativa era superior às experiências reais vividas pelo indivíduo, porque nos romances as pessoas poderiam se mostrar como realmente eram, sem nenhum tipo de disfarce”.

2.5 A Província do Pará: apontamentos sobre civilidade

Na ocasião de sua primeira publicação, 25 de março de 1876, **A Província do Pará** era mais um jornal entre uma diversidade de periódicos no Pará. Cronologicamente, foi a 145ª folha a surgir em terras paraenses, e a quinta de circulação diária a competir por leitores.

A Província do Pará, inicialmente, compartilhava dos ideais do **Liberal do Pará**, uma vez que se anunciava como órgão do Partido Liberal. Os seus criadores foram Francisco de Souza Cerqueira (1853-1887), responsável pela tipografia, Antônio José de Lemos (1843-1913), cuidador da parte comercial bem como colaborador na redação. O último responsável pela circulação do periódico foi Joaquim José de Assis (1830-1889), grande chefe político da região, que após obter o título de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela faculdade de São Paulo, regressou à Província do Grão-Pará, lugar em que iniciou o exercício de diversas funções públicas e onde ele pode dedicar-se à política.

Em 1857, Dr. Assis foi um dos membros responsáveis pela formação do Partido Liberal do Pará, e por meio dele exerceu o mandato de deputado provincial, além de ter sido membro-fundador da loja maçônica Firmeza e Humanidade, e proprietário de mais dois jornais, em momentos anteriores à primeira edição d'**A Província do Pará**, **O Pelicano**, defensor dos ideais da maçonaria; e **O Futuro** (1872), periódico voltado para a propaganda republicana e possuidor de apenas 10 edições (ROCQUE, 1976, p. 15).

Na ocasião de seu surgimento, a folha de Dr. Assis apresentava quatro páginas. Na primeira, havia espaço para a publicação de “anúncios, decretos, portarias do governo, movimento dos navios, da praça do comércio, entre outras formas de publicações.” (ROCQUE, 1976, P. 18). Notícias, comentários políticos e seções dedicadas à publicação de variedades ocupavam as duas páginas seguintes; a última página era dedicada a anúncios. Inicialmente, o periódico podia ser assinado pelos habitantes da capital pela quantia de

18\$000 (dezoito mil réis), enquanto a taxa a ser paga pelos assinantes do interior da província era de 20\$000 (vinte mil réis). O preço da edição avulsa era de 20\$ réis (ROCQUE, 1976. p. 18).

Desde o seu primeiro número eram apresentados, abaixo do seu título, dois versos da **Legenda dos Séculos** de Victor Hugo (1802-1885): “... *mais il est permis, meme au plus faible d'avoir une bonne intention et de la dire*”, em português: “... é permitido, mesmo ao mais fracos, possuir uma boa intenção e a dizer”. Os versos do poeta francês afirmam um dos ideais do jornal, o da defesa da liberdade de expressão. O editorial de lançamento da folha inicia confirmando o desejo de ligar o periódico à recordação da primeira constituição do Brasil, outorgada por D. Pedro I na mesma data em 1824, e segue confirmando a mesma concepção presente nos versos hugoanos, a liberdade de expressão, conforme aponta Carlos Rocque:

[...] Depois de analisar longamente o significado, para o Brasil, da democrática Constituição [...] é abordada a questão da liberdade de imprensa: afirmava que em consciência e com verdade não se poderia sustentar que a gozávamos, porque não era liberdade de manifestar o pensamento, a tolerância que havia e que tinha havido para com a imprensa licenciosa, a tolerância que tinha tornado detestável uma das mais poderosas alavancas da moderna civilização [...] E foi taxativo: A **Província** advogaria a causa liberal a causa do Partido Liberal. Isso, porém, não a impediria de se ocupar de assuntos de qualquer outra ordem, uma vez que eles se prendiam a interesses de utilidade pública (ROCQUE, 1976, p.19).

A primeira modificação na estrutura do jornal ocorre em 1880, conforme afirma Sara Vasconcelos Ferreira (2017, p. 18). O diferencial foi a introdução do frontispício que se tornaria símbolo da publicação ao longo dos seus mais de cem anos de circulação, bem como uma maior diversificação nos tópicos abordados. No entanto, a questão política ainda era de extrema importância para o corpo editorial da **Província**:

[...] Embora ainda mantivesse como conteúdo principal a questão política, observamos maior diversificação nos assuntos; a década de 80 foi promissora para o jornal, que, de certa forma, anunciava a modernidade na imprensa paraense alcançada no limiar dos séculos. Entre 1880 e 1889 A **Província** preparou-se para vivenciar seu auge: apresentou a seu público um jornal muito mais diversificado, enxertado de cultura, sem esquecer que a política ainda permanecia como o ponto mais relevante para os editores (FERREIRA, 2017, p.18).

A influência do Partido Liberal permeou o jornal por quase todo o século XIX, porém após a morte de Joaquim José de Assis em 1889, houve a declaração de uma nova fase no projeto d'A **Província**, marcada pela declaração de “independência política”. A autodenominada “Segunda Época” foi assinalada pela administração de Antônio José de

Lemos, e teve seu início no dia 3 de novembro daquele ano. A partir dessa data, a folha apresentava um novo cabeçalho, no qual eram apresentados os nomes dos homens à frente do jornal, bem como era reafirmado o compromisso com a “neutralidade”.

Desde o início de sua publicação, em 1876, **A Província do Pará**²⁸ ocupava-se, além de sua pauta política e liberal, de assuntos diversos e de entretenimento. A primeira das seções encontradas no jornal ao longo do século XIX e a ser incorporada na geografia do periódico com intuito de recreação, de informação e de descontração para os leitores foi a coluna “Folhetim”, cuja primeira aparição foi em 30 de março do primeiro ano de circulação, e permaneceu até 1900. Nela ocorreu a divulgação de diversos gêneros, entre eles a prosa de ficção. Outras seções que também reproduziam escritos narrativos foram “Miscelânea”, “Literatura”, “Variedade”, “Solicitados”, “Ciências Letras e Artes” e “Boletim do Dia”, conforme evidenciado no estudo de Ferreira (2017):

[...] Essas seções não estavam presentes todos os dias no jornal, mas nelas veiculavam-se contos, crônicas, poesias, homenagens, curiosidades, anedotas e até receitas. Outro detalhe é que nos primeiros meses as seções de conteúdo de entretenimento como **Variedades** e **Micellanea** não constavam no jornal em dias em que havia publicações no **Folhetim**. No entanto, é na seção **Folhetim** que encontramos um espaço com maior variedade nos assuntos, pelo menos nos primeiros anos de circulação. Pois, tornou-se uma seção diária e consolidada, na qual foram noticiados, além de vários gêneros narrativos, assuntos políticos, notas históricas, artigos sobre educação familiar, entre outros [...] (FERREIRA, 2017, p. 17).

Ao longo do século XIX é possível observar um grande número de prosa ficcional no jornal, além de número considerável de outros escritos críticos que versavam sobre a produção literária local, nacional e europeia. Conforme aponta Ferreira (2017), tamanha quantidade de narrativas nos faz pensar n’**A Província do Pará** não apenas como uma folha

²⁸ Para maiores informações sobre **A Província do Pará**, consultar FERREIRA, Sara Vasconcelos. **A crítica literária n’A Província do Pará: 1876-1900**. 2021 287 f. Tese (Doutorado em estudos literários) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Letras. Belém, 2021. A história do jornal **A Província do Pará** é dividida em quatro fases. Esse periódico saiu à luz no dia 25 de março de 1876, iniciando a primeira fase, e foi um jornal de circulação diária, fundado por Joaquim José de Assis (redator político), Francisco de Souza Cerqueira (tipógrafo) e Antônio José de Lemos (redator-gerente). Inicialmente, foi órgão do Partido Liberal até 1889 e depois se tornou independente e imparcial em política, passando a ser uma empresa comercial. No dia 10 de abril de 1897, após a morte dos demais sócios, Antônio José de Lemos associa-se ao grupo Chermont, representado por Pedro Chermont. Por desentendimento entre os sócios, em novembro de 1900, foi interrompida a publicação do jornal, encerrando, assim, sua primeira fase e também consultar: FERREIRA, Sara Vasconcelos. **Fradiquices em terras pararas: a circulação de prosas embrionárias de cartas de Fradique Mendes n’A Província do Pará**. Universidade Federal do Pará. Tese de Doutorado, 2017.

política, mas também como um jornal importante para tornar o acesso às obras literárias e culturais mais simples e mais democrático.

A atuação da imprensa no Grão-Pará ocorreu em vários setores, principalmente no educacional, visto que contribuiu para a democratização da leitura e da escrita na região. Os imigrantes portugueses residentes na província, percebendo a importância da imprensa como um negócio lucrativo, fundavam jornais com características próprias, uma vez que atuavam como editores e redatores, e publicavam notícias estrangeiras, mormente de seu país de origem, das demais regiões do Brasil, e divulgavam bens de consumo nacionais e importados o que nas palavras de ROCQUE demonstrava que:

[A Província] Deixava de ser um órgão do Partido Liberal para transformar-se em um jornal independente; passava a ser uma empresa industrial e popular, sem tolhimento de nenhuma espécie a acanhá-la nos domínios da política. E que, pela causa pública, haveriam de continuar a esforçar-se, defendendo-lhes os interesses, pugnando pelas suas razões, impávidos e intemoratos, na energia da convicção do “nosso justíssimo apostolado” (ROCQUE, 1976, p. 48).

A esta altura, **A Província** já havia conquistado um bom espaço na sociedade paraense, entretanto, assim como seu jornal, Antônio Lemos (1843-1913) também trabalhava duro para conseguir uma fatia, no seu caso, na política: ele nunca abandonou os cargos públicos mesmo com a morte de Dr. Assis. Filiando-se ao Partido Republicano, conseguiu se eleger senador estadual, tendo sido reeleito. O cargo inferior comparado ao de Lauro Sodré (1858-1944) e Paes de Carvalho (1850-1943), os quais eram, respectivamente, governador antigo e governador eleito não lhe dava projeção nacional, mas tal fato evitava que ele precisasse se posicionar diante de assuntos polêmicos, que poderiam minar seu prestígio.

A linguagem opinativa da imprensa, na época, seria essencial para a autoafirmação de Antônio Lemos como intendente. Publicavam-se os comportamentos “transgressores”, como os das pessoas que brigavam no meio da rua, e os roubos, com ironia. Já os colunistas comentavam as últimas descobertas das Artes e das Ciências. Em ambos, havia a presença dos valores capitalistas da nobreza do trabalho, da ordem, da urbanização, da erudição e o da educação versus ignorância, como aparece neste artigo de 04 de abril:

Não é difícil o início da reforma social que agora se impõe à nossa civilização. Afigurasse-nos, até que será coroada do melhor êxito possível, desde que a ela presidam método e entusiasmo. E é das classes mais abastadas que deve partir o exemplo. Para nós, a solução do problema doméstico que ora serve de espectro a toda família constituída – a falta de servos – só pode ser obtida quando [...] toda moça se capacite de que não há desdouro algum em que ela trate de seu próprio ménage e dispense o concurso da clássica escrava das velhas eras tolerada em tudo pela muita

ignorância em que vivia, e por que era serva demais para receber noções ou impressões de dignidade ou brio. [...] Com isto não queremos dizer que as senhoras donas de casa, moças ou não, sejam moças escravas pelo serviço doméstico. [...] Mas, se todas se capacitassem da enorme vantagem que poderão fruir, [...] todas as moças se dedicariam de corpo e alma a esse máster que tanto as habilitaria e emancipar-se-iam do elemento servil, estúpido e indisciplinado. J. Simão da Costa (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 1898, p. 2).

A serva passava bastante tempo dentro do lar burguês, tendo mais contato com a dona da casa e as crianças do que o pai, que era o chefe do lar. Como naquela época a mulher das classes consideradas mais renomadas era responsável pela educação dos filhos, era ela quem era chamada a atenção pelo autor do artigo: para se livrar da ignorância servil, pois era preciso que a senhora aprendesse os serviços domésticos para que ela mesma ensine a criada. Assim, todos se tornariam civilizados: a mulher, a criada e o restante da família.

Notemos que apesar de criticar a “ignorância” dos serviçais, em nenhum momento o autor J. Simão da Costa defende a sua eliminação. Ainda não era desejável que a moça da elite “sujasse as mãos” fora de uma situação emergencial. Para isso existia a mulher pobre, a que nunca teria este luxo, pois era ela quem estava fadada a ser uma serva. Esta discriminação é nítida no primeiro parágrafo do texto: “Não é difícil o início da reforma social que agora se impõe à nossa civilização”. Considerando que o jornal é lido por todos, este “nossa” poderia incluir todas as classes mais favorecidas economicamente. Ambiguidade que é prontamente retratada:

E é das classes mais abastadas que deve partir o exemplo. Para nós, a solução do problema doméstico que ora serve de espectro a toda família constituída – a falta de servos – só pode ser obtida quando habilitarmos as nossas filhas a ser absolutamente independentes; a poder passar, em casos de emergência, sem esses auxiliares, ou a ensiná-los quando sejam (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 1898, p. 2).

Na órbita da social da época, vemos novamente a mulher colocada no centro da sociedade e responsável pela condução da vida de toda a família. A constituição da esfera privada, enquanto aquela cabível às mulheres, e a pública, na qualidade de espaço masculino, carrega consigo inúmeras consequências que, em longo prazo, acabaram desencadeando a institucionalização de práticas imperiosas, nas quais as desigualdades de gênero são características marcantes.

A nota de 02 de março de 1890 intitulada: “a mulher no estado”, na coluna questões sociais, apresenta pontos sobre as experiências das reivindicações por direitos, especialmente, o direito à escrita, tudo isso lançou base do que seria, décadas mais tarde, uma

imprensa majoritariamente feminista. Entendemos o texto como uma publicação importante para as conquistas do universo feminino, haja vista o fato dos jornais discutirem notícias sobre a luta pela emancipação das mulheres.

[...] compromettemo-nos em nosso anterior artigo a expor algumas ideas a respeito do modo de fazer intervir as mulheres nos negócios públicos. Declaramos, antes de tudo, que admitimos o principio da intervenção feminina em toda a sua latitude. No entretanto, é preciso condescender com as opiniões dos que nos cercam, é preciso não ferir de um modo brusco as ideas tradicionais sobre a incapacidade política da mulher. Acresce que a educação politica entre nós esta muito atrasada, mesmo nos homens. Pôde ser nociva, não ao bem social, mas ao jogo natural das instituições, a intervenção, senão preponderante, pelo menos de algum valor, de uma grande parte da sociedade, até hoje sopeada em suas manifestações politicas. Devemos, portanto, por enquanto ser prudentes: se o systema em sua aplicação restricta produzir bons resultados, como contamos, nada mais justo que se lhe dê todo o desenvolvimento de que for ele compatível. Daremos simplesmente algumas ideas geraes, não só sobre o direito do suffragio, como também a respeito de certos outros, que a mulher adquire isso facto, pela concessão do primeiro. Aos competentes ficará o encargo de mais longos desenvolvimentos (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 1890, p. 2).

As diversas instituições políticas exerceram sobre as mulheres uma tirania incompatível ao negarem durante muitos séculos o direito legítimo à vida, à liberdade e ao voto. Não se trata somente de reconstituir os discursos e saberes específicos às mulheres, nem mesmo de lhes atribuir poderes não reconhecidos. É preciso compreender como uma cultura feminina constrói-se no interior de um sistema de relações desiguais, como ela mascara as falhas, reativa os conflitos, baliza tempos e espaços, como, enfim, pensa suas particularidades e suas relações com a sociedade global.

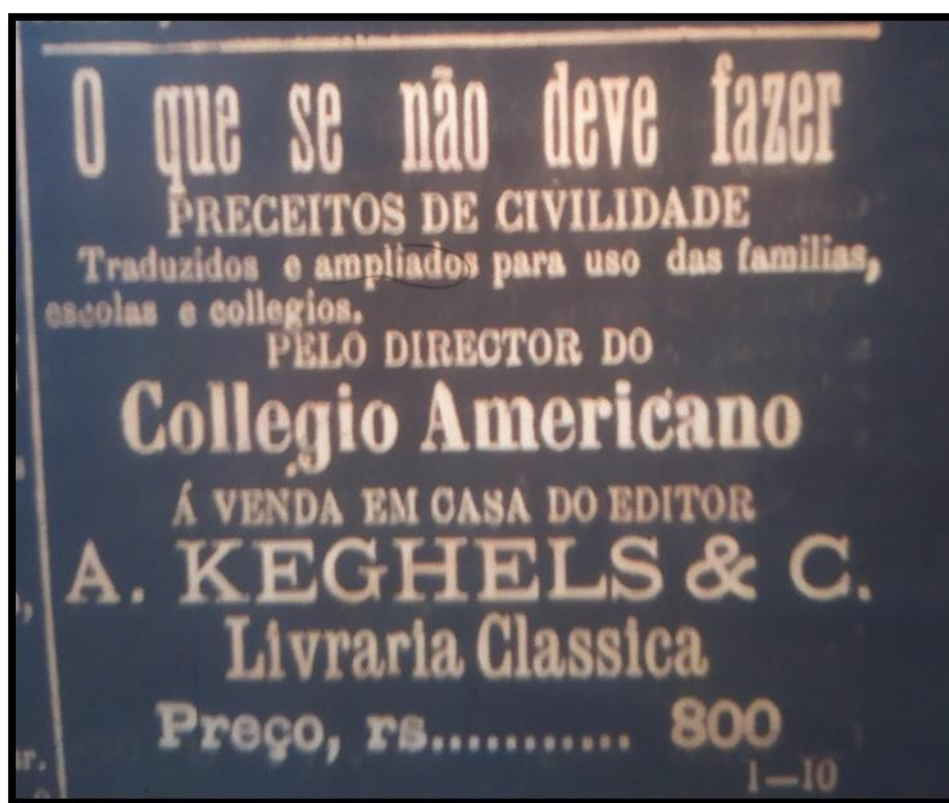
O direito do suffragio compreende dous direitos: o de votar e o de ser votado. Entre eles há profundas e grandes distincções. Em geral o direito de ser votado é muito mais restricto do que o de votar. Legislações politicas há, entretanto, que os equiparam de direito. Mas, esta igualdade, entre o direito de votar e o de ser votado, não passa da letra da lei. De facto, o povo faz a distincção e estabelece as exigências. A lei não faz, então, mais do que entregar ao bom senso popular o cuidado de fazer por si mesmo a seleção necessária. De facto, em politica, como em todos os ramos da actividade humana, já industrial, já intelectual, o principio da divisão do trabalho domina como verdadeiro soberano. Assim como não é um bom comerciante aquelle que nunca viu cifras, não póde ser um bom legislador aquelle que não conhece os princípios geraes do direito publico, e como para aquelle torna-se necessária uma longa aprendizagem de alguns anos, para este não é o facto da eleição que lhe dá a competência e o saber (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 1890, p. 2).

Em todas as sociedades e em todos os tempos, as leis, os preconceitos e os costumes tenderam a restringir a vida das mulheres, limitando a sua instrução, entravando o desenvolvimento das suas aptidões naturais e subordinando a sua individualidade ao juízo de

personalidades alheias. Essa situação conduzia à injustiça social, legal e econômica, repercutindo-se desfavoravelmente na vida coletiva e retardando o progresso socioeconômico em geral. Em linhas gerais, eis o perfil do público consumidor de impressos no século XIX, plateia constituída por leitores e ouvintes: indivíduos de diferentes classes sociais, de distintos níveis intelectuais, inclusive analfabetos, de ambos os sexos e habituados às construções informais e oralizadas de troca de ideias, esclarecimentos e saberes. Tendo em vista a grande diversidade de consumidores dos periódicos, havia jornais e revistas que se preocupavam em atingir apenas uma parte específica entre toda essa gama de leitores/ouvintes.

Em julho de 1848, a **Chronica Litteraria** apontou que, nas nações civilizadas, “tem, pois, representante na imprensa cada ramo dos conhecimentos humanos. Serve esse representante de eco das opiniões da classe que protege, de órgão dos seus interesses, de sentinela sempre atalaia para avisar os seus do que se passa pelo mundo e lhes respeita”.

Figura 7 - Anúncio sobre venda de manual de civildade



Fonte: Setor de microfilmagens da biblioteca Arthur Vianna, da Fundação Cultural do Pará (CENTUR).
 Dados: Fotografia feita por PINHEIRO, 2021. Jornal **A Província do Pará**, edição 88 – 1887, p. 3.

No século XVIII, a palavra civilização entrou no dicionário portando o sentido moderno de resultado de um processo de aperfeiçoamento da humanidade, isto é, o processo

de civilização se traduz como o caminhar do progresso em direção à modernização tecnológica e à sofisticação dos hábitos humanos como assinala Elias (2015) cujo parâmetro era a Europa ocidental. Essa ideia foi exportada da Europa para o mundo, especialmente da França, como sendo um processo coletivo²⁹ ininterrupto com o qual a humanidade estaria comprometida desde suas origens, sendo que o ritmo de sua variação dependeria somente das diferentes épocas e lugares.

O pioneirismo europeu coloriu de conteúdos ideológicos os processos de difusão da tecnologia da Revolução Industrial. Dessa maneira, tanto o desenvolvimento mercantil e capitalista como o imperialismo industrial revestiram-se de uma aura europeia ocidental e cristã, como se os atributos da modernidade e do progresso fossem provas do conteúdo fundamental da superioridade inata do homem branco.

Em princípio, o processo civilizador ocidentalizante está assegurado na ideia da superioridade axiomática das nações europeias, a qual está profundamente enraizada na autoimagem das nações que lideraram a industrialização. Conforme mostra Norbert Elias (2001), a partir disso se formulou e se fortaleceu a ideia de que a preeminência do branco europeu era manifestação da eterna missão concedida por Deus ou pelo destino histórico. Trata-se de uma visão linear evolucionista que advoga, com autoridade de ciência oficial, a causa da colonização europeia.

A emancipação civil da mulher se obtém pelo divórcio. Longe vão os tempos em que se julgava o casamento um ato em que a divindade tomava parte e que Christo santificava por intermédio de seus ministros. Hoje, para o homem político, para o jurisconsulto, o casamento é um simples contrato (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 1890, p. 2).

Esse texto, apesar de não ter autoria, demonstra que o autor é inclinado à defesa do divórcio. Quando se pensa sobre a história das mulheres, pensamos que durante muito tempo elas estiveram sob a ordem de uma sociedade patriarcal, ditada pela moral e pelo que era considerado bons costumes, e o papel feminino era somente ser esposa e ser mãe. No Brasil, na segunda metade do século XIX, as mulheres começam a aparecer na imprensa e, aos poucos, suas vozes se fizeram ouvir na sociedade. Seus discursos ressoaram e representaram a voz do feminismo reivindicatório da época.

²⁹ STAROBINSKI, Jean. **As máscaras da civilização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.p. 13-20.

A indissolubilidade do matrimonio é clausula extravagante e toda em prejuízo da mulher. Uma creança de 15 annos, bello e róseo botaão que vem desabrochando no lodaçal do mundo, inocente e cândida menina, que precisa de amparo e proteção da família e da sociedade, a quem a lei impede o mais insignificante contrato em que possa alienar em seu direito, por menor que seja, a igreja permite que se uma a um homem toda a vida! Oh! É um absurdo! Se o casamento não se pôde impedir, por estar na natureza humana, ao menos impeçam-se as consequencias desastrosas que d'elle possam advir. Permitta-se à mulher, ao ente fraco e extremamente sensível, que a inexperiência e as aparências falaciosas enganaram, de voltar atraz, de romper uma união que no presente só lhe trouxe dissabores e uma tyrannia insupportavle, e no futuro trat-lhe-á um pervertimento moral, que a conduzirá fatalmente ao adultério (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 1890, p. 2).

A partir desses recortes, considerando as condições de produção do período, tentaremos compreender como essas mulheres construíram seus discursos frente a um ideário masculino dominante, usando o texto como arma de uma revolução dissimulada em favor próprio. Sabemos que **A Província** não era um jornal feminino, porém devemos destacar que o crescimento da imprensa brasileira criou canais de informação e de troca de ideias a respeito do que pensavam e sobre o que era dito acerca das mulheres e os temas relacionados a elas, contradizendo o que a sociedade dizia ou lhes exigia, representando uma espécie de autoconscientização de sua condição feminina.

A infelicidade matrimonial é mais suportável nos homens, que nas mulheres. O homem tem occupaões que o distrahem, vive no meio dos seus negócios e afazeres e encontra no turbilhão da vida remédios ou lenitivos para as suas desgraças conjugaes. Mas a mulher...oh! esta não; tem de levar a sua cruz calvário e para as suas quedas só encontra o desprezo dos homens (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 1890, p. 2).

Ao pesquisarmos esse material recolhido da imprensa oitocentista, percebemos que a mulher da classe mais abastada era aquela que tinha seu cotidiano mais representado na época, todas as discussões eram dirigidas a essa figura das classes mais favorecidas social e economicamente e era para esse grupo que as revistas de modas, os manuais de civilidade, a literatura disponível em livros, jornais, os inúmeros folhetos e anúncios, circulavam.

A imprensa literária tinha a missão de “desenvolver as letras, ilustrar os homens, engrandecer a indústria, reanimar o comércio e espalhar seus raios de sabedoria e inteligência”, pois se destinava a levar à população “o recreio, a distração, o desenvolvimento que não possui, a ciência que não aprendeu, a inteligência que não lhe ensinaram e a ilustrada

civilização que não conhece”³⁰. De acordo com os jornalistas no Segundo Reinado, os letrados deveriam assumir para si a tarefa de instruir, esclarecer e civilizar, integrando à sociedade as camadas pobres e iletradas da população, consideradas perigosas, adeptas do mundo da desordem e, por isso mesmo, carentes de controle.

Como já foi evidenciado, era para a figura da mulher da classe mais alta que estava destinada a transformação no que concerne a um ensino, em detrimento à mulher das classes mais populares. Esse discurso d’**A Província do Pará** deveria ser apenas para as senhoras da burguesia, já que em muitas situações as jovens de famílias com menor poder aquisitivo não se casavam com dotes ou com a intenção que as famílias fortalecessem suas fortunas e com isso não precisavam usufruir dos benefícios de um divórcio.

Dê-se, portanto, o divórcio à mulher.

Que seja ele a origem da eguadade no casamento. Que o homem saiba que o matrimonio é um contrato em que cada um deve ter suas vantagens. E assim como a multa em outros contratos é a sancção penal de suas transgressões, seja o divórcio o remédio para os casamentos infelizes, e o correctivo dos maridos maus (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 1890, p. 2).

Perante o avançar da emancipação feminina, a sociedade patriarcal que começava a aburguesar-se para se salvaguardar, criara uma imagem consensual da mulher ideal, aquela que se dedicava ao lar, à família, ao esposo e à educação dos filhos. No entanto, na realidade da vida urbana registrou-se a presença de mulheres nas ruas e nos trabalhos mais diversos, como em fábricas ou em casa de distintas famílias, enquanto criadas.

Em um artigo publicado em 1893 n’**A Província do Pará**, intitulado “A educação das moças”, contendo a seguinte informação junto à nota: “discurso em uma distribuição de prêmios”, que foi explicado como sendo a versão de uma colaboradora d’**A província** que no artigo “a educação das moças” escreveu sobre as mulheres:

No domínio da educação das moças há muitos obstáculos a evitar e muitos preconceitos a dissipar. Os erros provêm muitas vezes d’uma similhaça irreflectida e artificial com a educação dos rapazes. Não há peor preocupação para o seu papel na família do que submeter uma menina a um systema que tem por fim desenvolver unicamente suas disposições intellectuaes, pondo em segundo logar as qualidades moraes e os conhecimentos práticos. A educação das moças deve ser dirigida em vista do desempenho dos deveres que a natureza e a organização social impõem à mulher (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 1893, p. 2).

³⁰ Archivo Litterario: jornal familiar, variado, critico e recreativo, Rio de Janeiro, n. 9, ano 1, 18 de outubro de 1863, p. 4.

É válido destacar que, mesmo com ideias consideradas antiquadas para o leitor contemporâneo, o fato dessa discussão sobre o que favorece ou desfavorece a emancipação feminina é importante, afinal, só pela ocorrência da abordagem do tema e de se pugnar pela mudança, há a representação da eminência de um progresso no que se refere à condição feminina.

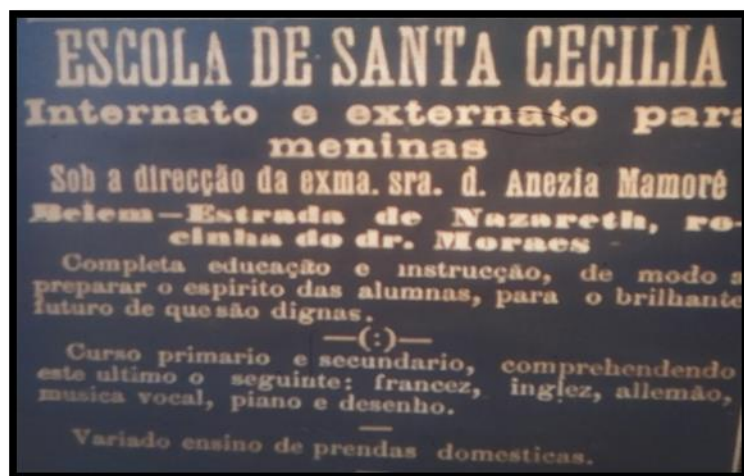
Podemos dizer que a questão de ensino feminino se tornou um dos mais importantes assuntos de debate no último quartel do século XIX, sendo assunto amplamente analisado na imprensa, aparecendo sempre em ensaios, artigos de autoras e autores da época. Cabe também destacar que o interesse nessa problemática é matéria bastante atual, sendo certo que as mudanças já foram muitas no que concerne a este assunto. No entanto, os discursos que analisamos referentes ao que foi identificado nas folhas da imprensa oitocentista parecem ainda estar, sob determinados aspectos, presentes no pensamento contemporâneo, embora de uma forma dissimulada e de certa maneira, menos contundente.

Cabe a reflexão de como surgiu no Brasil esse discurso que valorizava a mulher e o seu papel na sociedade. É certo que os autores da época foram influenciados pelos ecos advindos da Europa e especialmente de ideias oriundas da Revolução Francesa como também da filosofia das Luzes, com a circulação das postulações do ideário republicano, o qual valorizava a função da mulher como educadora. Porém, apesar da defesa da emancipação feminina pelos republicanos, havia uma grande ambivalência posta nas páginas dos jornais, uma vez que havia quem defendesse uma mudança no estatuto da representante do “belo sexo” e quem desejasse que a mulher continuasse submissa e apenas senhora de seu lar.

Não foi somente pela igualdade jurídica e direito ao voto que as mulheres do último quartel do século XIX se debateram, mas também pela equiparação de salários. As novas exigências explicavam-se pelas transformações da sociedade europeia da época. Com a crescente industrialização, apareceu a classe das trabalhadoras, formada, principalmente, pelas mulheres das classes menos abastadas e assim, entravam em contato com as duras realidades do mercado de trabalho. Não esqueçamos que se, na época, os operários masculinos eram muito mal pagos, as mulheres ainda mais. Consequentemente, seria mais vantajoso às entidades patronais darem emprego às mulheres.

Essas considerações nos fazem pensar que o anúncio da figura 8 é uma incoerência, porque em 1887, momento que a sociedade já discutia sobre feminismo, aparecer uma nota que oferece escola apenas para moças é considerado algo ultraconservador e mesmo para época para fora de propósito.

Figura 8 - Anúncio de escola para meninas



Fonte: Setor de microfilmagens da biblioteca Arthur Vianna, da Fundação Cultural do Estado do Pará – CENTUR.

Dados: Fotografia feita por PINHEIRO, Márcia. 2021. Jornal A Província do Pará, edição 123, 1887, p. 2.

No anúncio há a menção ao fato de ser incutida na mulher “completa educação e instrução, de modo a preparar o espírito das alunas, para o brilhante futuro de que são dignas”. Nesse sentido, é relevante analisar o tipo de instrução defendida por vários autores que refletiram sobre o assunto, embora se possa pensar que grupos sociais instruídos da sociedade vão reclamar para a mulher um ensino completamente diferente dos moldes praticados para a clientela masculina, quando nos voltamos para a realidade, esta mostra-se bem distinta, porque em um anúncio que sinaliza às mulheres estudarem cursos de idiomas, piano, desenho e prendas domésticas, vemos que há uma perspectiva bastante retrógrada aos olhos de um leitor da nossa época, contudo para aquele tempo, de certa maneira, era o esperado por uma parcela da população, já que havia os leitores conservadores e os mais progressistas.

Em nota na coluna “Questões sociais”, n’**A Província do Pará**, foi exposta a informação que a segunda metade do século XIX seria um momento de mudanças, pois:

É voz corrente que estamos n’um período de reconstrução social e politica. Tem-se repetido isto em todos os tons e por todos os meios e tal côro formam os apregoadores da nova lei, que nos lembra o dito de um philosopho muito conhecido e muito popular: – há verdades que muito repetidas tornam-se parvoíces (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 1893, p. 2).

Essa citação sintetiza que **A Província**, na maioria de suas publicações, concordava com as ideias relacionadas às mudanças advindas da Proclamação da República, em razão de apresentar a educação como um elemento importante de racionalização e de independência

individual, e de como isso entra em choque com a organização política em vigência, a qual apenas retarda o “progresso individual”.

Perguntamo-n’os então: porque o Governo Provisório não admitiu o divórcio? Porque é que às mulheres não é dado o direito de voto? Ou bem progredimos, ou bem não progredimos. Se progredimos, é injusto, brada aos céus, que não façamos partilha pela bela metade do gênero humano dos nossos progressos. Pois então! O exercito e a armada se levantam e com acquiescencia tácita do povo fazem uma revolução e expulsam uma dynnastia, dizem que acabaram com a tyrannia, e nós, homens, continuaremos em nossas relações com o sexo feminino a viver em virtude de um contrato leonino? (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 1893, p. 2).

Essa citação assinala a conquista do voto feminino como um processo histórico mais amplo e menciona como foi difícil a aprovação desse feito, a publicação valida que houve uma intensa e longa campanha pelo exercício pleno da cidadania feminina que incluía direito à educação e igualdade de oportunidades para o exercício de qualquer atividade profissional, condições que preparariam a mulher para o pleno exercício de direitos e deveres da vida pública, sobretudo o direito de votar e de ser votada, mas não houve a admissão do divórcio.

A imprensa dedicava-se ao público feminino e apresentava como finalidade a condução da educação e da moral feminina para um sentido específico, consonante à ideologia patriarcal de dominação e subordinação das mulheres ao ambiente privado do lar, do casamento e da maternidade.

Evidentemente, não pretendemos diminuir a importância da atuação das feministas do século XX, apenas traçamos um percurso um pouco mais longo, retrocedendo às décadas de 1880 e 1890, indicando movimentos na imprensa paraense que auxiliaram a moldar as demandas do século seguinte, dentre as quais se destaca o que foi publicado n’**A Província do Pará**, uma vez que tais manifestações são desconhecidas quando se aborda a história do processo de conquista do voto feminino no Brasil.

Esses textos escolhidos para leitura, do jornal **A Província do Pará**, apresentam uma contribuição sobre a problematização do que é essa discussão acerca da figura feminina, os artigos apresentam as questões e as proposições dos republicanos paraenses acerca da questão educacional, que, de modo geral, seguem a mesma linha de raciocínio do **Manifesto Republicano**³¹: de crítica da educação no Império e em proposições de uma educação moderna, de acordo com os ditames da ciência.

³¹ As propostas do republicanismo só tomaram forma e se organizaram mais sistematicamente quando o jornal A República, na edição de 03 de dezembro de 1870, publicou o **Manifesto Republicano**. A partir de 1870 as ideias republicanas começaram a ganhar expressão nacional. Uma dissidência dos liberais criou o Partido Republicano.

Como percebemos, no Pará, a partir das publicações d'**A Província do Pará**, houve uma coerência com o que foi propagado na longa tradição europeia que perdurou até o século XIX e que considerava as mulheres como seres inferiores em relação aos homens, pois estas eram vistas como seres emotivos, pouco racionais e pouco organizados, a sua função básica e primordial circunscrevia-se à procriação e ao lar. Ao lado disso, também n'**A Província** começou uma tímida movimentação de afastamento dessa ideia da mulher submissa e apenas passível de ser senhora do lar.

2.6 A Constituição: órgão do partido conservador³²

O jornal **A Constituição**: órgão do partido conservador estava atrelado à uma aliança partidária e ligava-se ao Partido Conservador Brasileiro, uma vez que essa folha noticiosa estava direcionada aos interesses do referido partido, defendendo as opiniões de seus políticos na província. Por ser um momento de embate entre Liberais e Conservadores, no século XIX, jornalismo e partidarismo político mantinham uma relação estreita no Brasil, relação essa que percorreu todo o Império, tendo em vista que órgãos da imprensa “[...] não constituíam poder independente do governo e da organização partidária” (OLIVEIRA, 2015, p. 936).

Além das questões políticas e econômicas que o jornal poderia expressar, há um legado do impresso pioneiro que precisa ser explorado: que é de qual forma foram estruturadas simbolicamente as relações sociais do seu tempo e como construiu o cotidiano da cidade para seus leitores? A produção do jornal, a circulação das notícias e a apropriação do conteúdo jornalístico constituíram redes de comunicação com seus autores, assinantes e fontes, com os quais compartilhou significados que moveram as relações culturais daquela época.

que tinha entre seus líderes Quintino Bocaiúva, Aristides Lobo, Cristiano Ottoni, Rangel Pestana e Saldanha Maranhão. No dia 3 de dezembro de 1870, tornou-se público o Manifesto Republicano, no qual eram apresentadas as seguintes propostas políticas: a) estabelecimento do regime republicano federativo; b) fim do Senado Vitalício, do Poder Moderador e do Conselho de estado; c) eleições diretas; d) separação entre Estado e Igreja.

³² No caso brasileiro, a institucionalização do que então se denominava educação literária ocorreu em meados do século XIX e partiu de um projeto político do Partido Conservador, que tinha um cuidado especial com a instrução secundária, instância fundamental de formação ideológica da elite intelectual que, depois de passar pelas academias europeias ou nacionais, compunha os principais quadros literatura. Para maiores informações sobre esse ideal educacional, pode ser feita a leitura do trabalho de OLIVEIRA, Luiz Eduardo. **O Partido Conservador e a educação literária no Império brasileiro (1841-1863)** In: Educação e Pesquisa., São Paulo, v. 41, n. 4, p. 931-945, out./dez. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ep/a/LnYmRdRt3FrmDCktj8FhKyQ/?lang=pt>>.

Sobre as questões mais práticas do jornal, informamos que as assinaturas eram cobradas na capital 10\$000 (dez mil reis) por um ano de assinatura e 4\$000 (quatro mil reis) por três meses de assinatura, para o interior 20\$000 (vinte mil reis) por um ano e 6\$000 (seis mil reis) por três meses. Já geograficamente, o jornal era constituído por cinco colunas, como seções tinha: “mala do sul”, “telegramas”, “gazetilha”, “annuncio”, “edição Guarnier”, a última página do jornal ficava para anúncios de maneira geral. **A Constituição** publicava artigos sobre questões de lavoura, de indústria, de artes, de finanças e sobre os melhoramentos promovidos pela administração provincial. Trazia sempre noticiário abundante e variado; excelentes transcrições de revistas estrangeiras e correspondência telegráfica.

Na coluna intitulada “edição Guarnier” havia a propaganda de inúmeros títulos de livros e uma pequena síntese de cada obra, como demonstramos na tabela apresentada 6:

Tabela 6 - Obras divulgadas na seção “edição Guarnier”, do jornal **A Constituição**: órgão do partido conservador

Título	Autoria
O ceu e o inferno	Allan Kardec
Romance da duquesa: história parisiense Pedro e Camilla	Houssaye Alfred de Musste
Pequeno Diccionario de nomes no Brazil e em Portugal	L. F. da Veiga
Curso de Literatura portuguesa	José Maria Andrade Ferreira
Bibliotheca popular. O livro das escolas, por uma sociedade de homens de lettras Sorrisos e lagrimas (poesias)	Sem autoria Chiappe Cadet
Infancias celebres Versão do francês por Pinheiro Chagas	Mm. Louise Colet
Os Lazaristas	Ennes Antonio
As três estatuas	Antonio Florencio Ferreira
Laura: um perfil de mulher	J.S
Almanack das senhoras para 1876. Portugal e Brazil	Guiomar Torrezão

Fonte: PINHEIRO, 2020.

Dados: Material catalogado do *site* da hemeroteca digital, da Biblioteca Nacional Digital – Brasil.

Esses exemplos demonstrados na tabela são de apenas um dia de publicação, o que significa que havia por parte do público o interesse em adquirir os livros discriminados na listagem do jornal, especialmente por ser Baptiste-Louis Garnier (1822-1893) um dos mais

célebres editores do Brasil do século XIX, sua editora publicou todo o cânone literário do romantismo e, sobretudo, de Machado de Assis (1839-1908).

Os títulos presentes no catálogo ofertado por **A Constituição** muitas vezes também eram oferecidos em partes nas colunas dos jornais, com isso, percebemos que havia uma vasta oferta de leituras para o público paraense.

Ainda sobre o disposto na tabela, notamos a aparição das obras de José de Alencar (1829-1877), Guiomar Torrezão; adaptações de obras francesas por Manuel Pinheiro Chagas (1842-1895), tais anúncios demonstram que Garnier foi um editor que circulou em províncias distantes da capital do Brasil, como o Pará, que para os leitores paraenses também havia a oferta de obras organizadas pelo referido editor.

Já sobre o ideal de civilização almejado pelos conversadores no Brasil, os editores do jornal **A Constituição**, a partir do que havia no conteúdo das publicações, forjavam assumir, no contexto cultural e político do Brasil, o papel de educadores, capazes de conduzir o povo ao progresso (LUSTOSA, 2003, p. 33). O intelectual, antes quase inexistente no tempo da colônia isolada, é visto como o mentor da sociedade e se volta para o impresso, palco das suas ações e das suas ideias.

Figura 9 - Nota sobre assinatura do jornal de modas **La Saison**

Fonte: **A Constituição**: órgão do partido conservador – hemeroteca digital, na biblioteca nacional digital – Brasil.

Dados: Data da publicação 16 de abril de 1878, edição 98, p.4.

No Oitocentos, os jornais eram um meio de divulgação dos romances e também de outras folhas noticiosas, como exemplificamos no anúncio do jornal de modas **La saison**.

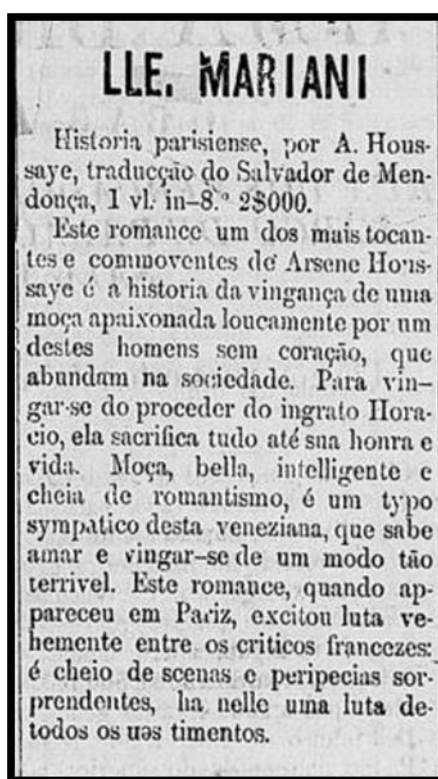
De acordo com a informação contida no anúncio em questão, a folha francesa saía de 15 em 15 dias e tinha uma edição especial para o público brasileiro. Como vemos, paralelo à atividade editorial voltada para a produção de livros, havia o aparato do jornal divulgando além da coluna “Folhetim”, seções sobre um periódico voltado a temática moda e sobre inúmeras dicas de beleza.

Como analisa Marialva Barbosa (2010, p. 75), os jornais, além de apoiarem interesses políticos dos grupos dominantes, cumprem múltiplos papéis, já que eram elaborados por indivíduos letrados, sendo assim suas outras funções eram: divulgar atos do governo, emitir juízos de valor, falar de posições políticas, instruir e educar, entre outras atribuições, como emitir orientações sobre moda. Já que, havia, portanto, uma cultura de

civilidade ligada ao início da imprensa, começa-se a visualizar a tipografia como *locus* privilegiado do espaço público. (BARBOSA, 2010).

Esses informes sobre venda de romances são resultados das transformações históricas e culturais de uma sociedade e de um espaço social. Em relação ao Pará, a literatura torna-se mais popular, como já mencionamos, com a estabilização da imprensa, que se desenvolve propiciando a divulgação de romances no formato livro e romances, publicados em capítulos nos jornais da época, os “romances folhetins”.

Figura 10 - Anúncio sobre romance francês **Lle. Mariani**



Fonte: **A Constituição**: órgão do partido conservador – hemeroteca digital, na biblioteca nacional digital.
Dados: Data da publicação 3 de maio de 1878, edição 123, p. 4.

A partir da leitura da nota sobre **Lle. Mariani**, confirmamos o que muitos trabalhos³³ sobre os jornais já demonstraram, que o gênero romance tinha lugar consolidado nas colunas dos jornais do Brasil e na Província do Grão-Pará. O que também chama a atenção é o fato do título do romance ser o nome de uma mulher, ser a história de uma vingança, tal atitude parte

³³ Sobre o trabalho com traduções francesas, consultar: SILVA, Shirley Lianne Medeiros. **A marquesa ensanguentada**: o romance de Condessa Dash nos periódicos brasileiros de Norte a Sul. 2014. 116 f Universidade Federal do Pará, Dissertação de Mestrado, 2014.

de uma jovem, que segundo a nota, estava loucamente apaixonada por um determinado homem.

Ainda deve ser destacada essa vasta profusão de obras ficcionais, especialmente que tratam de um denominador comum, a figura feminina.

Como destaca Jinzengi (2010), no espaço público, a imprensa tem um papel que vai muito além da mediação. Transfigurou-se em força atuante, capaz de colaborar de forma decisiva para novos ordenamentos que a sociedade necessitava. Assim, a organização jornalística pode ser vista como “um agente cultural particular, com condição de instituição pública”, porque supostamente estava dedicada às questões que pertenciam à ação como um todo.

De modo mais claro: uma vez que os periódicos oitocentistas, inspirados nos ideais europeus, prescreveram à população novos pactos e padrões de sociabilidade e de civilidade que diziam respeito a esses aspectos, buscamos identificar tais prescrições com o intuito de especificar quais eram os principais traços físicos, morais e comportamentais que deveriam compor o homem e a mulher que se desejavam produzir.

2.7 A Folha do Norte: forjando imparcialidades

Em 1896, começou a circular a **Folha do Norte**, o segundo jornal de maior duração do Pará, com 78 anos de publicação. Fundado por Enéas Martins (1872-1919) e Cypriano Santos (1859-1923), o periódico apoiava Lauro Sodré, que foi senador, governador do Pará e um grande adversário de Antônio Lemos (SARGES, 2000; ROCQUE, 1976). O primeiro número do jornal **Folha do Norte** circulou em Belém no dia 1º de janeiro de 1896, tendo como fundador e principal diretor o dr. Enéas Martins, que liderava o grupo composto, entre outros, por Elálio Lima (?-?), Firmo Braga (1859-1921), Barbosa Rodrigues (1842-1909), Ildefonso Tavares (?-?), Eustáchio de Azevedo (1867-1943), Alfredo Souza (?-?) e João de Deus do Rêgo (1867-1902). A parte redacional e as oficinas eram localizadas, inicialmente, à Av. Independência (hoje A. Portugal), custando o exemplar o valor de 100 mil réis. Com formato 63x43cm, seis colunas de texto e quatro páginas, o jornal trazia várias notícias, algumas distribuídas em seções fixas e sem muito destaque entre um e outro texto.

Entretanto, com o tempo, o periódico foi aumentando em número de páginas chegando a acrescentar cadernos relacionados ao esporte e a matérias destinadas ao público feminino. O jornal **Folha do Norte** era impresso em sua própria tipografia e, desde a sua primeira publicação, afirmava aos leitores qual era seu intuito principal: o de retratar as

notícias que envolviam Belém, mas não somente isso, exaltá-la e engrandecê-la, como reitera em uma espécie de editorial lançado poucos dias depois de seu surgimento:

Em 1896, o **Folha do Norte** surgiu em meio a um grande impulso jornalístico. Pretende com seus exemplares contribuir para o progresso e engrandecimento desta grande região. Se a existência vingar, a redação afirma que poderá se preparar um bom encaminhamento na vida jornalística. O jornal estava agradecendo as saudações dos ilustres colegas, e dava os mais sinceros agradecimentos. Se o **Folha do Norte** vingar teremos mais um lutador de pulso na Amazônia (FOLHA DO NORTE, 1896, s/p).

Apesar de o jornal alertar sobre seu principal objetivo, este tinha cunho político forte e sua história foi marcada por brigas políticas. Justamente por conta desses conflitos, alguns redatores tiveram de deixar seus postos para fugir de perseguições. A respeito dos embates, e como estes afetavam o andamento da folha noticiosa, Rocque (1976) cita: “Governava o Estado o Dr. José Paes de Carvalho, sucedido pelo Dr. Augusto Montenegro (1864-1934), que administrou o Pará oito anos consecutivo (de 1901-1909), a oposição que lhe fez a **Folha** foi cerrada: seus redatores eram espancados, suas edições eram apreendidas pela polícia. Não havia garantia nenhuma, tanto que Paulo Maranhão (?-?), vítima de agressão, ficou durante todo o período de lutas, por anos a fio, nos altos do prédio do jornal, pois caso contrário seria silenciado pelos capangas do leimismo”(ROCQUE, 1976, p. 729).

O **Folha do Norte**, em seu início, tentou não se envolver em problemas políticos, haja vista que não era de seu interesse criticar, denunciar erros e fraudes observadas por outros jornais, tanto é que em todas as suas edições o jornal fazia questão de mencionar um dos seus lemas: “absolutamente imparcial, a **Folha do Norte** recebe e publica todos e quaisquer artigos, notícias e informações, contanto que lançados em termos convenientes” (FOLHA DO NORTE, 1896, n.p). Porém, o periódico não cumpriu por completo sua proposta, porque não se calou diante dos problemas como o da gestão do então Intendente Antônio Lemos, que, mesmo projetando em Belém novos ares, não conseguiu se desvencilhar das inúmeras críticas advindas da redação do **Folha do Norte**, como percebe-se na publicação a seguir:

[Antônio Lemos] transformou o governo dessa cidade em propriedade sua, fazendo-se já reeleger cinco vezes, com a maior ofensa a dignidade do regime, que não permite perpetuidade no exercício das funções públicas e preparando-se para, em 1912, galgar mais um triênio, se até lá Deus se não amerceiar desta infeliz terra, enviando lhe a salvação no juízo dos homens (FOLHA NORTE, 1911, n.p.).

O jornal **Folha do Norte** não conseguiu ser absolutamente imparcial, uma vez que o posicionamento sociopolítico do periódico divergia de outros jornais que circularam no

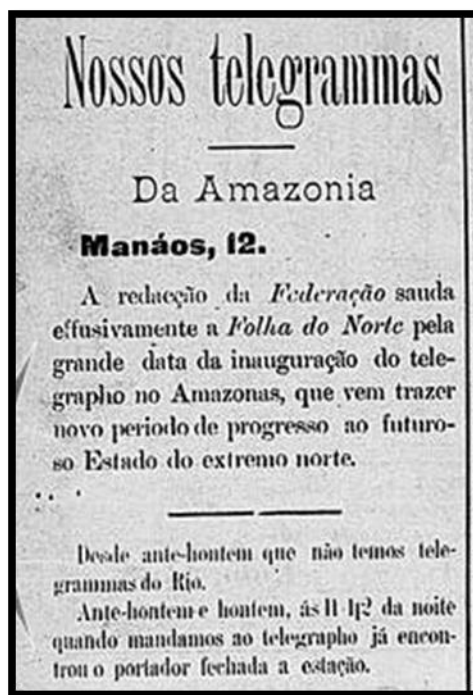
mesmo período em Belém. Portanto, em algumas vezes, assim como o comprador do jornal lia sobre as riquezas e as belezas naturais da cidade, ele também ficava a par dos percalços e das provocações políticas envolvendo “o lutador de pulso da Amazônia”. A respeito da natureza das publicações, estas apareciam divididas em várias colunas como: “Jornalzinho de Domingo”, “Política”, “Gargalhadas”, “Telegramas”, “Notas Artísticas”, “Boletim do Commercio”, “Venda” e outras como “Letras e Artes”, “Parte Literaria”, “Miscellania”, “Nosso Folhetim”, “Litteratura”, ou simplesmente ao pé da página, o rodapé. No **Folha do Norte** aparece um número considerável de folhetins entre os anos de 1896 a 1900. “Dos 175 folhetins publicados neste periódico, 74 obras mantinham a fórmula francesa, divididos em capítulos, com produção diária. Os demais textos distribuíram-se entre as publicações diárias e, geralmente, eram intitulados de crônicas e de contos”. (SALES, 2007, p. 53). Dessa forma, comprovamos a grande incidência de folhetins no rodapé do jornal em questão, textos como estes induzem a acreditar que tais narrativas eram voltadas para o entretenimento da cidade e, por conseguinte, auxiliavam o jornal nas vendas, pois aumentava o número de leitores e, é claro, somado a isto, percebe-se o mecanismo de aproximar o público de uma literatura que poderia não circular amplamente no Pará, mas que alcançou este local.

Logo, o jornal, “absolutamente imparcial”, na metade do século XIX, dividia seu espaço entre notícias da região, de vendas, de anúncios a pedidos, de convites culturais, entre outros assuntos, mas também destinava suas páginas para publicações voltadas à literatura. Em outras palavras, apesar do grande teor político do periódico **Folha do Norte**, as publicações apresentam uma grande incidência de gêneros literários, sobretudo os folhetinescos. Mediante a isso, entendemos que embora a imprensa paraense estivesse sofrendo grandes interferências políticas, sendo palco de interesses diversos, reservou espaço cativo à literatura ao pé de sua página, para a difusão dos gêneros conto, crônica, crítica literária, poemas, peças teatrais, e trabalhos de diversos escritores.

A integração do Brasil na cultura científica universal efetivou-se no contexto em que a ciência se caracterizou pela sua função de disciplinar, executar e materializar as ideias do Iluminismo e da civilização ocidental por meio de reprodução de inúmeras publicações de teor instrutivo.

Na figura 11, demonstramos como a imprensa prestava um serviço importante, pois era por meio dos anúncios ou notas informativas que a população saberia dos acontecimentos, das inovações tecnológicas.

Figura 11 - Nota sobre a instalação do telégrafo no Amazonas



Fonte: **Folha do Norte** – hemeroteca digital, da Biblioteca Nacional Digital – Brasil.

Dados: Informação retirada do jornal **Folha do Norte**, publicação do dia 23 de agosto de 1898, edição 193, p. 3.

Ainda sobre as publicações sobre inovação no Pará, merece destaque a criação do Museu Paraense, em 1866, mais tarde denominado Museu Paraense Emílio Goeldi, a mais antiga instituição de pesquisa científica do Norte do país, que alcançou prestígio nacional e internacional. Caracterizado como um museu de história natural, seguindo a esteira do Museu Real criado no Rio de Janeiro em 1818 (atual Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro), tem, desde sua criação, um papel relevante na divulgação científica, tanto do ponto de vista das atividades oferecidas ao público, como na oferta de informações científicas à mídia local, com base nas investigações realizadas.

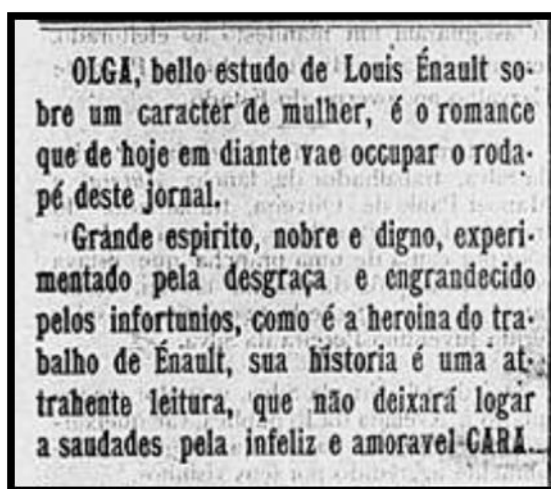
Há uma nota sobre o Museu Paraense, na edição de nº 70, em 1896, coluna 4-5, p. 1 do respectivo periódico:

Até agora este estabelecimento permuta as suas publicações com institutos congêneres no estrangeiro, sociedades e naturalistas notáveis na seguinte proporção: Alemanha 43 exemplares, Austria 10, Portugal 3, Hespanha 1, Inglaterra 11, Italia 10, Suissa 22, Estados Unidos da America do Norte 11, Dinamarca 3, França 14, Noruega 1, Hollanda 1, Belgica 3, Republica Argentina 1, Chile 1, Venezuela 1. No Brasil, fora do Pará, as publicações do Museu foram enviadas a 56 endereços de Academias, Escolas superiores, Sociedades e pessoas particulares, que se salientam em sciencias e letras. Não há vapor do sul e da Europa que não traga novos pedidos de permuta. O último pedido provem da Sociedade Helvetica de Entomologia, com sede em Berne (Suissa) (FOLHA DO NORTE, 1896, p. 1).

O jornal apresentava os feitos da comunidade científica que compunha o Museu e com isso, a imprensa, em suma, ocupou um lugar de destaque no movimento civilizatório desenvolvido pelos letrados durante o século XIX. Em vista disso, o objetivo principal deste estudo é explicitar este discurso pedagógico construído nos periódicos oitocentistas, discurso que visava à formação de um povo e de uma nação civilizada.

Na edição de 1894, nº 79, na coluna “Folhetim”, estreou o romance **Olga** aos moldes do romance folhetim.

Figura 12 - Anúncio do folhetim Olga

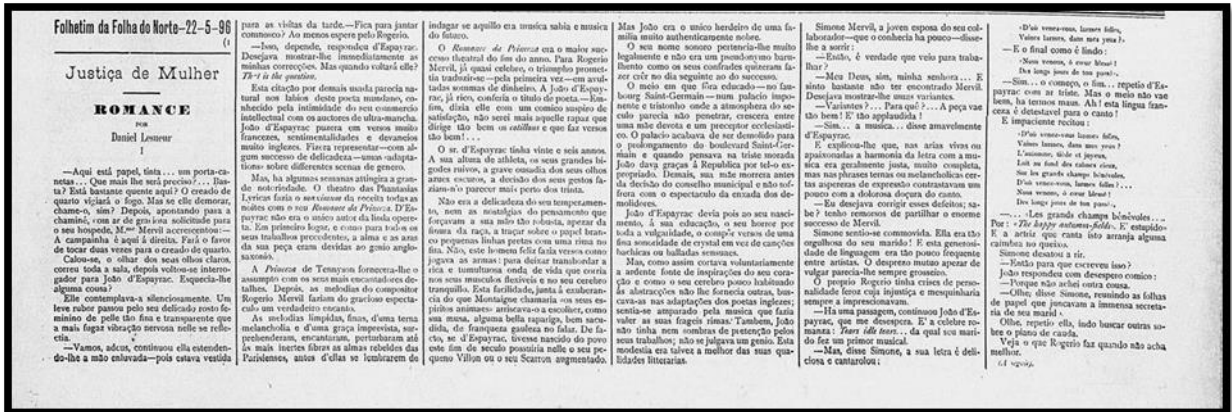


Fonte: **Folha do Norte** – hemeroteca digital, Biblioteca Nacional Digital – Brasil.
 Dados: Informação retirada da edição 79, no dia 23 de março de 1894, da **Folha do Norte**.

Havia um mercado promissor no que envolve o fato da publicação de romances, especialmente, se levarmos em consideração o suporte de divulgação via jornais, pois essa era uma forma mais barata para grande parte do público leitor e em relação ao romance Olga, essa nota atesta que havia uma demanda por obras com títulos com nomes femininos e, sobretudo, com conteúdo relacionado à figura feminina.

Ainda sobre romances voltados ao universo da mulher, em 1896, a **Folha do Norte** apresentou ao público o romance **Justiça de Mulher**, de Daniel Lesneur, a obra traz a história de uma esposa que escrevia e buscava obter o divórcio, como o autor era francês e as questões sobre o divórcio estavam mais adiantadas na França, entendemos que a **Folha Norte** divulgava esse tipo de conteúdo para acalorar as discussões em favor da causa do divórcio no Brasil.

Figura 13 - Publicação do romance **Justiça de mulher**, de Daniel Lesneur



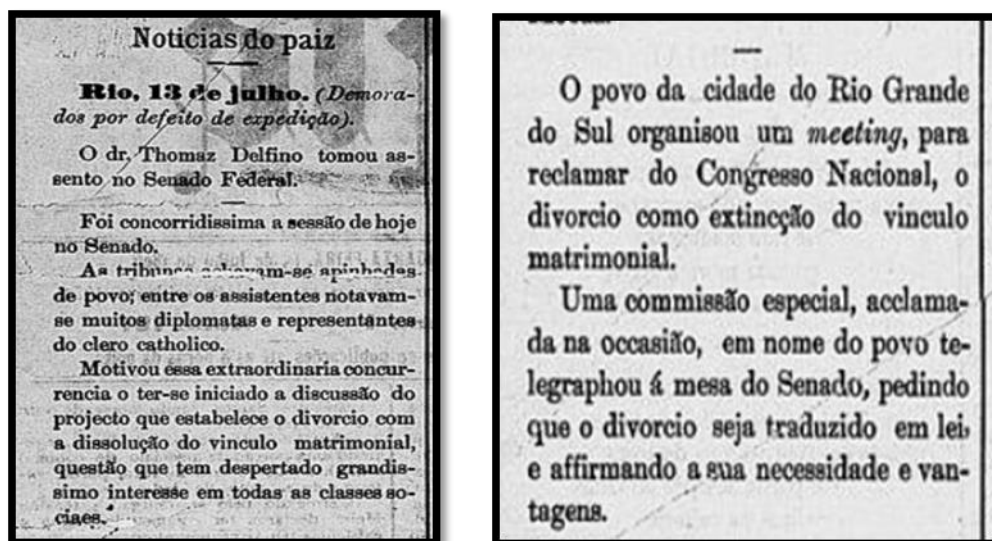
Fonte: **Folha do Norte** – Hemeroteca digital, da Biblioteca Nacional Brasileira.
Dados: Informação publicada no dia 2 de maio de 1896, edição 198, p. 1.

Figura 14 - Nota sobre o romance **Justiça de mulher**



Fonte: **Folha do Norte** – hemeroteca digital, da Biblioteca Nacional Digital – Brasil.
Dados: O recorte sobre o romance foi publicado no dia 28 de abril de 1896, edição 128, p. 1.

Figura 15 e 16 - Notícias sobre discussão de aprovação do divórcio



Fonte: **Folha do Norte** – hemeroteca digital brasileira.

Dados: Informação contendo notícias sobre o processo de divórcio no Brasil, datas 18 de julho de 1897 e 23 de julho de 1897, respectivamente, jornal **Folha do Norte**, edição 189, p. 3.

Além de atrair uma variedade maior de leitores ao colocar em circulação uma grande diversidade de conhecimentos, os jornais eram o gênero impresso que permitia maior acesso, comparado aos livros, estes últimos sendo, de certa maneira, mais escassos e com preços mais elevados. A propósito, a raridade e a dificuldade em se obter livros e, de modo geral, instrução, conferiu ainda mais destaque e importância aos letrados. De acordo com eles, o jornal tinha por missão substituir a diminuta instrução bibliográfica, ausente em razão da raridade e dos altos custos dos livros no Brasil.

Em comparação com os livros, os periódicos cumpriam a função de tornar a divulgação dos conhecimentos mais rápida e acessível. Em alguns casos, entretanto, o jornal apresentava o tamanho e o formato de um livro; em outros, era composto por extensos artigos que eram divididos e publicados durante vários números subsequentes até sua conclusão.

No dia 19 de janeiro de 1896, nas colunas 2, 3 e 4 com o título de “à cata do vício” foi publicada na **Folha do Norte** uma nota que tratava sobre algumas mulheres:

Haverá, por acaso sentimento algum mais aguçado na mulher, que a curiosidade? Oh! Saber, conhecer, palpar o que há sonhado! Que não faria ella para obtel-o? A mulher, quando sua curiosidade desperta, espicaçando-a, commeterá toda espécie de loucura, todas as imprudencia imagináveis, arriscar-se-á a todas as audácias, não recuando diante de nada. Isto, porém, em relação às mulheres verdadeiramente taes, dotadas desse espírito, que reveste uma tríplice forma, sereno e razoável em apparencia, mas com os três compartimentos secretos cheios - um, da inquietação feminina sempre agitada, outro pela astúcia disfarçada pela boa fé, o terceiro enfim de

encantadora malícia, de deliciosa perfídia, de todas as qualidades belamente perversas, que levam ao suicídio namorados imbecis (MAUPASSANTE, 1896, p. 1).

Observamos que em 1896, já na virada do século de XIX para o XX, ainda há a circulação de textos que tentam reforçar a imagem da mulher como uma figura problemática. O Brasil era um país com uma alta taxa de analfabetismo universal, as mulheres não deveriam nem poderiam priorizar a instrução, voltando-se para o aprendizado dos afazeres do lar. No entanto, apesar de vários obstáculos, desde o início do século XIX, o Brasil contou com uma produção periódica destinada às mulheres.

Inserida no contexto do século XIX, a imprensa fazia parte de uma série de instituições que configuravam e regulavam a vida social das pessoas, fomentando um novo espaço público para o debate. Nessa conjuntura, os homens compunham esse espaço público, enquanto as mulheres eram atribuídas ao espaço privado. Como afirma Telles (1997), o contato com a imprensa era uma forma das mulheres ultrapassarem as barreiras que separavam esses espaços inserindo-as, assim, mesmo que de forma indireta, nos ambientes públicos e em seus embates.

Também foi no mesmo século XIX que surgiram diversos atos sociais, dentre eles o Sufragismo³⁴. Tendo sua origem nos processos de industrialização e modernização, o movimento sufragista nasceu na Inglaterra e nos Estados Unidos da América na segunda metade do século XIX. O ideal tinha como principal bandeira de luta o direito ao voto feminino, mas também reivindicava outras demandas como o direito à educação.

³⁴ É permanente e continuada a presença das mulheres nos processos de luta. Desde a participação já conhecida em processos como a Revolução Francesa, em 1789, a Comuna de Paris, a Revolução Russa, etc. O movimento feminista, a partir da organização das mulheres reivindicando direitos à igualdade data, mais ou menos, da segunda metade do século XIX. Neste período, organizou-se um movimento de mulheres burguesas e de classe média, chamadas de sufragistas. Elas lutaram pelo direito ao voto, a estudar e a exercer determinadas profissões. Ao mesmo tempo, as trabalhadoras se organizaram nos sindicatos e desde o início das organizações socialistas houve a presença das mulheres. Essa organização encontrou resistência e oposição de vários homens militantes. Eles argumentavam que o lugar adequado para as mulheres era a família e, decorrente disso, que as mulheres eram ladrãs de emprego. Por outro lado, é importante ressaltar que a história está cheia de exemplos de homens que defenderam o direito das mulheres à igualdade, inclusive participando dos embates, por exemplo, dentro da 1ª e da 2ª Internacional. O movimento de mulheres sufragistas tensionou positivamente, forçando os partidos socialistas a realizar o debate sobre a participação das mulheres. Na 1ª Internacional o debate foi permanente, embora não necessariamente todos os socialistas tivessem a mesma posição. Marx e Engels defenderam o direito das mulheres ao trabalho e também situaram a questão da opressão das mulheres como uma questão histórica e não como produto da biologia. Apresentaram forte crítica à família patriarcal e burguesa. No entanto, influenciados pelo momento conjuntural, o que apontaram como futuro da família se mostrou uma avaliação simplista. Pensavam que como a grande produção industrial proletarizou as mulheres levando-as para o espaço público, isso havia criado as bases para a destruição da família. HIRATA, Helena, LABORIE, Françoise, LE DOARÉ, Hélène, SENOTIER, Danièle. **Dicionário crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

Ainda uma publicação do ano de 1896, intitulada de “A Mulher Moderna”, encetada na 4ª coluna, no dia 22 de novembro de 1896, novamente trazia ao público questões relacionadas ao universo feminino e todas as transformações advindas das lutas da época:

É grande e digna de notar-se a transformação que os actuaes costumes vão operando na mulher dos paizes septentrionaes da Europa e na Amérca do Norte. A mulher moderna ocupa-se no norte da Europa e na Allemanha em reparar as injustiças que contra ella comete o código civil; em França procura servir de thema a todas as conversações, e no Novo Mundo coloca-se não só ao nível do homem, mas até n’um grão superior a ele. Na Nova Zelandia apoderou-se da vida politica, em em algumas cidades do território de Kansas a mulher exerce funções municipaes e está encarregada da policia local. O mais curioso, porém, é que aquella policia feminina é muito mais activa e perspicaç do que a masculina. Cada vez é maior o numero de povoações que confiam a vigilância dos seus bens e a guarda das vidas dos seus habitantes a agentes policiaes de saias (FOLHA DO NORTE, 1896, p. 1).

O texto continua contando a história das conquistas sufragistas nos Estados Unidos e dá destaque especial à Victoria Wood’Hall Martin (1838-1927). O artigo descreve como Victoria chegou a ser candidata à presidência dos EUA, já que a americana foi líder do movimento de **sufrágio** feminino que concorreu à Presidência dos Estados Unidos nas eleições de **1872**. Embora muitos historiadores e autores concordem que Wood’Hall foi a primeira mulher a concorrer à presidência, alguns discordam em classificá-la como uma verdadeira candidata, em razão de ser mais jovem do que a idade constitucionalmente exigida na época, de 35 anos (o 35º aniversário de Wood’hall foi em setembro de 1873, sete meses após a posse de março). No entanto, a cobertura eleitoral dos jornais contemporâneos não sugere que a idade tenha sido uma questão significativa; isso pode, no entanto, ser devido ao fato de que poucos levaram a candidatura a sério.

O texto foi finalizado com a reflexão sobre o futuro do casamento:

O casamento, por certo, não acabará. Mas talvez no próximo século seja reformado, igualando-se os direitos do homem e da mulher, tanto jurídica como politicamente. É o que há a esperar da propaganda e do progresso, e não só para a Europa septentrional e para a America do Norte, mas para todo o universo culto (FOLHA DO NORTE, 1896, p. 1).

Alguns discursos misóginos defendiam que não era necessário ocupar a mente das mulheres com informações científicas, já que a função destas era cuidar da educação dos filhos e ser formadora dos futuros cidadãos. Para tanto, bastava-lhes uma formação moral sólida e princípios como honestidade, pureza, castidade, entre outros. A mulher era responsabilizada pelo caráter dos cidadãos e somente por isso recebeu instrução, pois dela

dependia, na concepção social da época, o fato de os homens serem bons ou maus. Os meninos aprendiam a ler, escrever, além de lições de cálculos como geometria, e as meninas, além da leitura e escrita, aprendiam a bordar, costurar e, também, prendas domésticas.

Claudia de Oliveira (2011) afirma que a liberdade de expressão foi a grande marca da imprensa brasileira da segunda metade do século XIX, dando um ar mais desprendido aos periódicos, os quais não se atrelavam apenas a assuntos da política oficial, mas juntamente com esta, tratava de temas variados. “Tornou-se um espaço fundamental da manifestação de ideias, opiniões e gostos” (OLIVEIRA, 2011. p. 8).

No dia 23 de fevereiro de 1896, na **Folha do Norte**, na primeira coluna sob o título “A Emancipação da Mulher”, assinado por J. Bordeau saiu para leitura do público um artigo que defendia a emancipação da mulher e a consolidação dos direitos femininos:

Não há até hoje questão social de maior importância que a da emancipação da mulher, pois que prende-se à constituição da família, ao próprio fundamento da sociedade. Quanto não se tem já escripto sobre este assumpto tão grave, tão de actualidade? Em vez, porém, de discutir theorias sem fim, observe-se o que se passa naqueles paizes que mais avançados se acham no caminho da emancipação, isto é, na Inglaterra e nos Estados Unidos da América. Na America, porém, a mulher reconhece-se com aptidões mais variadas ainda que as do homem, e reclama, como ele tem, o direito de exercel-as livremente (FOLHA DO NORTE, 1896, p. 1).

Essa incursão da mulher na imprensa, inserida em movimentos em prol dos direitos das mulheres, impulsionou, na literatura, o surgimento das escritoras. Pode-se fazer uma relação entre as mulheres da literatura e as jornalistas, muitas vezes militantes, pois a maioria das mulheres escritoras da época acumula à atividade da escrita, um trabalho didático e a atividade jornalística, na divulgação das propostas de teor feminista, de certa forma politicamente engajadas.

É importante lembrar que as publicações destinadas às mulheres, na primeira metade do século XIX, com temas sobre a literatura, moda, beleza e regras de comportamento, eram escritas por homens, porém, mesmo que a fundação de um jornal de mulheres tenha acontecido somente nos anos 1850, antes disso já havia mulheres atuantes e colaboradoras nos jornais, e que foram gradativamente abrindo espaço para a escrita feminina, ainda que, em alguns casos, sob o disfarce de pseudônimos masculinos.

Ao preceituar novos cuidados e significados em relação ao corpo, à moral e aos costumes desses indivíduos, a imprensa tornou-se uma ferramenta de formação do povo, procurando moldar uma nova mulher e um novo homem apropriados aos interesses nacionais, mais que isso: tornou-se um instrumento privilegiado de exercício do poder, um “modo de

ação de uns sobre outros”. Os jornalistas desempenharam a função de conduzir as condutas da população, formulando um conjunto de normas que tinham por finalidade “governar” as ações daqueles homens e mulheres, ou seja, “dirigir a conduta” daqueles indivíduos.

Nesta seção, mapeamos uma série de publicações, de preceitos, de notas formuladas pelos jornalistas, as quais se relacionavam, sobretudo, com três principais alvos de intervenção sobre as mulheres e os homens: o aspecto “externo” (o corpo), o aspecto “interno” (a moral) e as práticas cotidianas (os costumes). De modo mais claro: uma vez que os periódicos oitocentistas, inspirados nos ideais europeus, indicaram à população novos pactos e novos padrões de sociabilidade e de civilidade que diziam respeito a esses aspectos, buscamos identificar tais regulamentações com o intuito de especificar quais eram os principais traços físicos, morais e comportamentais que deveriam compor o homem e a mulher que se desejavam produzir.

Ao procurar conduzir as condutas das pessoas, o periodismo fez uso de novas tecnologias e estratégias positivas de produção de sujeitos. Ao prescrever novas regras que disciplinassem e controlassem o corpo, os princípios morais e os costumes da população, os jornalistas procuraram formar positivamente uma nova mulher e um novo homem, mostrando-lhes não as armas da repressão, mas, sim, os benefícios que poderiam ser conquistados pela adoção de tudo aquilo que lhes era sugerido.

3 - ILUSTRÍSSIMAS SENHORAS: APONTAMENTOS ACERCA DO GENIO FEMINIL

A educação essencialmente burguesa de nossos dias, encheu a mulher de uma péssima educação mesquinha, imprópria da dignidade pessoal dela, insuficiente, incapaz de compreender o ideal moderno, e de acompanhar movimento pela verdadeira luz. A mulher de hoje vive grandemente para a moda e para a elegância, para os grandes aspectos requintados e luxuosos, para a improductibilidade: pólos entre os quais se encerra a sua limitada vida moral. E uma das causas desse atraso é ela estar alheia completamente a toda esta renovação intelectual que é a glória do nosso século, é ela não viver inspirada pelas novas leis artísticas e científicas, não lhe impressionarem as grandes lutas da política, não poder compreender nem saber dirigir os trabalhos do ménage tão bons e tão alegres, por lhe faltarem todas as noções positivas do Dever, da moral na família, da sua filosofia sublime; não ter uma intuição poderosa das belezas do conforto doméstico, desconhecer a higiene, e deixar-se absorver pelos de tão prejudicial leitura.

Há uma multifacetada história da imprensa que conjuga inúmeros assuntos: como a história de editores, de autores, de tipógrafos, de livreiros, e, ao lado disso, existem também variados assuntos relacionados a esses atores sociais, como por exemplo: a história do universo feminino. Tal tema contribui de maneira importante para a construção de uma história da leitura e da imprensa. Nesse sentido, o mapeamento dos textos assinados por Maria Amália Vaz de Carvalho e Guiomar Torrezão nos deu a conhecer um universo vasto acerca da figura feminina e sobre outros assuntos relacionados ao domínio temático que envolve a figura feminina.

Nesta seção apresentaremos uma breve biografia de Guiomar Torrezão e Maria Amália Vaz de Carvalho a partir da leitura do que está posto nos jornais e nos livros. Como intenção principal, pretendemos entender se o material apresentado neste capítulo dialoga de alguma maneira com o que era apresentado no século XIX nos jornais do Grão-Pará, acerca da figura feminina e dos textos que eram assinado por Guiomar Torrezão e Maria Amália Vaz de Carvalho, e também foram divulgados nas folhas paraenses.

Para tanto, demonstraremos por meio das publicações de Guiomar Torrezão e Maria Amália Vaz de Carvalho, em Portugal e no Brasil, o quanto os textos dessas autoras circularam por terras tupiniquins e contribuíram para uma episteme sobre o feminino, dessa

forma colocou-se em foco da defesa, ou não, da autonomia feminina.

Sendo assim, esse debate multiplicou as possibilidades do feminino em um complexo e um paradoxal movimento que objetivava construir uma identidade coletiva, de instituir o sujeito de direito feminino diante de um estado que mudava a forma de governo, mas que, no entanto, mantinha-se conservador, oligárquico e com estreita concepção de democracia e de cidadania.

Cabe apresentar o que esses textos mostram, pois apenas com a demonstração desse material conseguiremos sustentar nossa proposição acerca da forma com essas autoras construíram uma Literatura na qual o protagonismo era o feminino, mesmo que em algumas situações não confrontasse radicalmente os padrões vigentes à época.

Apesar de todas as restrições, no decorrer da história do Ocidente sempre houve mulheres que se destacaram e conseguiram discutir sobre emancipação feminina junto à sociedade. No que tange a escrita em jornais, devemos destacar que as folhas impressas serviram como uma forma de “laboratório” para aquelas que iniciavam o acesso à cultura.

Por meio disso, demonstra-se de que maneira essa construção ideológica oriunda dos escritos em fontes primárias se assentou na figura da mulher, requerendo considerável comprometimento da representante do “sexo frágil”.

Para entendermos os processos que envolveram os editoriais, comentários em livros, aparição de personagens femininas em romances, obras com autoria feminina, no decorrer do século XIX, é necessário que retrocedamos no tempo para reconhecer a importância da figura feminina, uma vez que estudiosos admitem que as raízes do pensamento feminista encontram-se interligadas com o Iluminismo, graças às ideias de Jean Jacques Rousseau (1712-1778). Mônica Jinzenji (2010) afirma que ao proclamar seus ideais democráticos, Rousseau consegue despertar uma sensação incômoda entre algumas mulheres. O ideal democrático do século XVIII defendia a ideia de que a igualdade de direitos era apenas um bem concedido aos homens, já que as mulheres não eram consideradas como cidadãs.

Jean Jacques Rousseau³⁵ postula que a divisão de papéis sociais surgiu quando os dois sexos começaram a manter vínculos afetivos. Com o surgimento da família e a dissolução da comunidade primitiva, a mulher ficou incumbida de cuidar dos filhos e manter a harmonia do lar, enquanto o homem saía em busca de alimentos. Assim, muito naturalmente, foi criada uma ideia que ao homem cabia o espaço público, enquanto à mulher cabia o espaço privado. O ideal democrático de Rousseau limitou o acesso feminino à educação, por afirmar

³⁵ ROUSSEAU, Jean Jacques. **Da educação**. Editora Massangana: Recife, 2010.

que os livros e a racionalidade tinham sido criados para a apreciação masculina e reforçou a ideia da mulher como propriedade do pai, quando solteira e do marido, quando casada.

No que envolve a questão do universo feminino, destacamos a importância de tal temática no decorrer do século XIX, pois a construção de uma figura feminina que respondesse às intenções da classe mais abastada da época, já que, de acordo com Irene Vaquinhas:

A relação das mulheres com a leitura pertence a um imaginário próprio da burguesia oitocentista, num contexto privado, associado às funções domésticas e educativas consagradas ao sexo feminino durante gerações sucessivas, mesmo depois de iniciado o século XX. O enquadramento remete para uma idealização da imagem da mulher (burguesa) esboçada pelo romantismo: débil, vulnerável, frágil, traços que justificavam o recolhimento ao lar. Paralelamente, a mentalidade da época sublinhava a função social da família, assente em mecanismos de autoridade paterna e subalternização da mulher (VAQUINHAS, 2000, p. 78).

Ao escrevermos a história das mulheres no decurso do século XIX, é necessário contextualizar o significado de feminilidade ao longo dos séculos, ou seja, a forma como foi definida “a mulher” através dos tempos. Para tanto, será necessário, em alguns momentos, abordarmos acontecimentos anteriores à segunda metade do século XIX.

3.1 Notas sobre o “belo sexo”

Foi no século XII que a Igreja do Ocidente incluiu em sua reforma moral o “cuidado” com as mulheres, no intuito de domesticá-las, já que “como Eva, elas estão em conluio com o demônio”. De acordo com Georges Dubys³⁶ (2017, p. 115) no século XII, “já se sabia do poder da palavra e da retórica. A escrita abriu mão do mero registro de dados e caiu na tentação não só da poesia como de ocupar funções ideológicas, tornando-se instrumento de dominação”. Dessa ocorrência, os padres, e os escribas, apoiados em textos filosófico-teológicos, tiraram proveito e iniciaram a civilização dos pecados para orientar o comportamento dos cristãos e especialmente das cristãs. Desde o fim do século XI, um número cada vez maior de homens religiosos esforça-se por desenraizar os “vícios da alma feminina com a intenção primordial de lhe atenuar a nocividade, de desarmá-la, de melhor proteger os homens”.

³⁶ FARGE, Arlete e DAVIS, Natalie Zemon. “Introdução” In: DUBY, Georges e PERROT, Michele. **História das Mulheres no Ocidente**. Do Renascimento ao Século das Luzes. Vol. 3. Porto: Afrontamento, 1994. p. 11-12.

Assim, consideramos que, para os escritores medievais ou, ainda, para anteriores, tais como os grandes filósofos gregos, a “mulher” foi relacionada ao mal, à sexualidade e à sedução. Esta imagem negativa, polarizada com o seu contrário na figura de Maria, também propagada pela religião medieval, acompanhou as mulheres ao longo dos séculos e com isso foi definida grande parte das justificativas da inferioridade feminina.

Isso não foi uma criação da Igreja na Idade Média e nem do Renascimento, visto que, desde a Contudo, na Antiguidade, as mulheres foram vistas tanto como figuras positivas ou negativas (deusas da fecundidade e da sabedoria). O feminino era frequentemente relacionado à natureza, com poderes de cura e de previsão do futuro. Uma vez que, como afirma Jean Delumeau³⁷, “sua dualidade, e sua relação tanto com o bem quanto com o mal, faz com que ela permaneça para o homem um constante enigma”.

Dando a vida por meio da maternidade, as mulheres repelem os homens através de seus odores e secreções³⁸, “pelas expulsões do parto”. Logo, o próprio momento em que nasce a criança faz delas dualidade: vida e morte representadas por um mesmo momento, uma mesma ação. “A mulher” é a deusa-mãe, a terra que dá a vida e na qual acaba a vida. Um exemplo desta imagem feminina são as Parcas, três deusas que determinavam o curso da vida através de seus fios. Delumeau (2008) afirma ainda que o “homem jamais é vencedor no duelo sexual. A mulher lhe é ‘fatal’, esposa ou amante, o homem deve se defender dela, visto que foi nela que ele encontrou ‘um responsável’ para o sofrimento, para o malogro, para o desaparecimento do paraíso terrestre”. O cristianismo, então, não criou este medo, ele apenas o incorporou. Mas a imagem passada pela Igreja Católica difere daquela transmitida por Jesus, que aceitava a presença das mulheres e as associava à pregação de boas notícias. Foi São Paulo quem determinou que as mulheres não deveriam falar nas assembleias e a partir dele surgiram as interpretações “masculinizantes” do Gênesis. Tais como a de Santo Ambrósio, que despreza o casamento e exalta a virgindade. Ou São Jerônimo, que avaliava o casamento como um dom do pecado ao conceber a união matrimonial como sinônimo de relação carnal, pois dizia que “desejo é turvo, insaciável, ruim”.

A demolização da mulher que vem com a Idade Média³⁹ é, então, apenas uma sequência das opiniões já fortemente deixadas pelos gregos e pelos religiosos. Conforme já

³⁷ DELUMEAU, Jean. **A Civilização do Renascimento**, Vol. I, Lisboa, Estampa, 2008. p. 85-92.

³⁸ SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade**; prefácio de Antônio Cândido de Mello & Souza. Petrópolis, Vozes, 1976.

³⁹ O livro **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva discorre sobre a violência brutal empreendida contra as mulheres durante a transição do feudalismo para o capitalismo na Europa, e sustenta que a “caça às bruxas” relacionou-se diretamente com criação de um novo sistema econômico, forjado na escravidão.

foi dito, muitos textos apresentavam a mulher como uma vilã, predestinada ao mal, a exemplo de *O De Planctu Ecclesiae* (PELAYO, 1517 apud DELUMEAU, 2008), de autoria do franciscano Alvaro Pelayo, por exemplo, contém um longo catálogo de 102 vícios das mulheres, entre eles: “a mulher era mãe do pecado, ministra da idolatria e os maridos deveriam sempre duvidar de suas esposas”.

Com a mulher educada nesses princípios da moral religiosa e dos afazeres domésticos, não recebendo instrução mais elevada, cedo retirada da escola, eram poucas as privilegiadas da fortuna que podiam contar com uma preceptora para melhorar um pouco mais seus estudos, mesmo sem sair de casa.

Não se trata somente de reconstituir os discursos e saberes específicos às mulheres, nem mesmo de lhes atribuir poderes não reconhecidos. É preciso compreender como uma cultura feminina constrói-se no interior de um sistema de relações desiguais, como ela mascara as falhas, reativa os conflitos, baliza tempos e espaços, como, enfim, pensa suas particularidades e suas relações com a sociedade global. Devemos entender que havia um consenso, o tema feminino era bastante debatido nos jornais da época, a grande questão era identificar quem marginalizava as mulheres, quem exaltava e reconhecia a importância da figura feminina.

Emancipemos a mulher, porque ela o merece, porque é um direito seu, porque ela é igual ao homem no uso e emprego de suas faculdades. Abramos as portas das Ciências, das Letras e Artes e façamo-la tomar parte ao lado do homem nos banquetes da inteligência. As nossas ideias são essas a despeito de muitos que consideram a mulher inferior ao homem, indigna e incapaz dos trabalhos de inteligência, e só com possibilidades de dirigir uma casa, remendar meias, fazer quitutes e aguentar com os filhos (PAIVA, 1887, p. 2).

Quando se analisa por quais mecanismos e mediações, concretas e simbólicas, a dominação masculina se exerce, constata-se que, em geral, esta autoridade não se faz de maneira frontal, mas por meio de definições e de redefinições de estatutos, ou de papéis que não concernem unicamente às mulheres, mas ao sistema de reprodução de toda a sociedade. Dessa maneira, em algumas situações, há homens que articulavam seus escritos em prol da emancipação da mulher e chegavam a defender que a figura feminina tinha predicados semelhantes aos dos homens.

na colonização e na exploração e dominação do corpo e dos saberes femininos. O título da obra faz referência a duas personagens shakespearianas, Calibã e sua mãe, Sycorax, uma bruxa, para simbolizar a dimensão sexista e racista que o capital impõe a quem resiste à sua ordem. O conteúdo do livro ajudou-nos a refletir sobre a história das mulheres.

Essa dicotomia também reforçava uma representação simbólica de mulher em torno dos estereótipos de Eva e Maria. Tais figuras, no entanto, são complementares na medida em que são submissas e dependentes do homem, corroborando, assim, a tese da incapacidade feminina, já que Eva foi criada da costela de Adão, mas se olharmos por outra perspectiva, podemos entender que a companheira de Adão foi uma versão melhorada do companheiro. Já a virgem Maria traz uma dependência por ser quem concebeu o menino Jesus.

Acompanhando as correntes de pensamento europeu, no Brasil, durante o século XIX, foi grande a difusão do Positivismo e do Evolucionismo. Estas teorias utilizavam a diferença biológica entre os sexos como uma justificativa para as desigualdades sociais e culturais entre homens e mulheres.

De acordo com (JINGENJI, 2010) na Inglaterra do século XVII, algumas mulheres começaram a publicar jornais femininos com a ajuda dos pais e/ou irmãos. Patrocinadas por parentes do sexo masculino, como forma de distração, estas mulheres passam a escrever sobre moda, sentimentos, beleza e cuidados com o lar. O primeiro jornal feminino do qual temos notícias é o **Lady's Mercury**, criado em 1693, na Inglaterra, funcionando como uma espécie de consultório sentimental, onde as senhoras da nobreza escreviam suas experiências amorosas no intuito de pedir conselhos.

Por esta época, várias mulheres pertencentes à nobreza local já tinham acesso à educação, mesmo que de forma precária, e algumas ensaiavam escrever poesias para divertir os convidados nas festas de salões. Gradativamente, a ideia de criar jornais femininos se espalha pelo mundo e cada país contribui para a ampliação deles. As alemãs inserem o horóscopo, as italianas publicam modelos de tricô e escrevem colunas com teor católico, dando à figura materna um papel de destaque dentro da sociedade.

Da França surge o modelo de jornal feminino que mais crescerá ao longo do século XIX, o jornal literário. Em 1759, o público entra em contato com o **Journal des Dames**, que reunia contos, poesias, críticas de livros e peças teatrais escritas tanto por mulheres quanto por homens. Na imprensa feminina, um ano após o início deste jornal, a França foi o país responsável pela difusão dos periódicos femininos nas Américas, incluindo o Brasil, que adotou o modelo francês de imprensa como o ideal a ser seguido por nossas mulheres. Alterações foram feitas, como a introdução do tema moda, contando com o recurso de gravuras. Muito provavelmente a inserção de tal temática dentro do jornal foi uma estratégia para garantir a sobrevivência do mesmo, que permaneceu sendo publicado até o ano de 1778.

Contra o pensamento da mulher não ser inserida na sociedade como sujeito pensante ou ser considerada como "*bibelot*", aconteceram raras reações, mas Mary Wollstonecraft

(1759-1797) publica, em 1792, **A reivindicação dos direitos da mulher**, obra considerada como gérmen do pensamento feminista, com objetivo de reivindicar a equidade de direito entre os gêneros, almejando dignidade para as mulheres. A existência de uma desigualdade entre os sexos não vem de um fator natural, como afirma Rousseau, mas sim de uma manipulação social masculina. Para uma melhor compreensão das manobras socioculturais dos papéis sociais desempenhados por homens e por mulheres ao longo da história da humanidade, apresentemos a seguinte reflexão:

Deve parecer ser o senhor e, na verdade, depender do mais fraco; não em virtude de qualquer prática frívola de galanteria ou da vaidade do protecionismo, mas sim de uma lei invariável da natureza que, outorgando à mulher mais facilidade para excitar os desejos do que ela deu ao homem para satisfazê-los, faz com que este último dependa do prazer benéfico da primeira e o obriga, por sua vez, a se forte, esforçar para agradar, a fim de obter a aquiescência dela de que ele deveria ser o mais. Nessas ocasiões, a circunstância mais gratificante que um homem vê em sua vitória é questionar se foi a fraqueza da mulher que se submeteu à sua força superior ou se suas inclinações falaram a seu favor; as mulheres também são, em geral, astutas o suficiente para deixar este assunto em dúvida. O entendimento feminino corresponde perfeitamente à sua constituição física. Longe de ter vergonha de sua fraqueza, elas se vangloriam dela; seus músculos frágeis não apresentam resistência; elas simulam ser incapazes de levantar as cargas mais leves e ficariam ruborizadas se fossem vistas como robustas ou fortes. Que propósito tem tudo isto? Não é meramente para aparentar delicadeza, mas por uma astuta precaução. É assim que elas fornecem uma desculpa de antemão e um direito de serem frágeis quando consideram oportuno (ROUSSEAU, 1762 apud WOOLSTONECRAFT, 2016, p. 108).

Nesse sentido, a solução para tal problema da desigualdade entre homens e mulheres, afirma Wollstonecraft, encontra-se no fim do bloqueio que impede a formação intelectual feminina⁴⁰. Com uma educação igual à masculina, as mulheres teriam condições de abraçar uma profissão e serem economicamente independentes. Com isso, ampliariam seus horizontes, não sonhariam apenas com a existência de um possível casamento perfeito, no qual encontrassem a proteção do marido para qualquer eventualidade em suas vidas.

No mesmo rastro de Wollstonecraft, encontramos na França, Olympe de Gouges⁴¹ (1748-1793), que em 1791 publicou a **Declaração dos direitos da mulher e da cidadã** e

⁴⁰ Cabe assinalar que: a constituição da sociedade de classes não representou, portanto, para os elementos do sexo feminino, meramente um refinamento das técnicas de dominação de uma classe por outra. O alargamento das liberdades humanas foi processo que atingiu escassamente a mulher, independentemente da classe social a que pertencesse. Em última instância, sua pertinência à categoria sexo feminino impôs-lhe viver sua condição de classe de modo diverso do homem. SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade**; prefácio de Antônio Cândido de Mello & Souza. Petrópolis, Vozes, 197.

⁴¹ Este documento foi proposto à Assembleia Nacional da França, durante a Revolução Francesa (1789-1799). Marie Gouze (1748-1793), a autora, era filha de um açougueiro do Sul da França, e adotou o nome de Olympe de Gouges para assinar seus panfletos e petições em uma grande variedade de frentes de luta, incluindo a

apresentou à Assembleia Nacional da França. Em seu documento afirmou que qualquer Constituição que exclua grande parte dos membros da sociedade não pode ser considerada oficial. Desta forma, Gouges estabeleceu a inclusão feminina na vida pública, dando-lhe direito, inclusive de ser eleita para qualquer cargo governamental, educação igualitária, direito ao divórcio e partilha de bens entre o casal, reconhecimento legal de filhos bastardos e leis iguais para reger os crimes cometidos tanto por homens quanto por mulheres. A declaração conseguiu aprovação da Assembleia Nacional e no preâmbulo do documento havia uma consideração acerca da figura feminina:

Mães, filhas, irmãs, mulheres representantes da nação reivindicam constituir-se em uma assembleia nacional. Considerando que a ignorância, o menosprezo e a ofensa aos direitos da mulher são as únicas causas das desgraças públicas e da corrupção no governo, resolvem expor em uma declaração solene, os direitos naturais, inalienáveis e sagrados da mulher. Assim, que esta declaração possa lembrar sempre, a todos os membros do corpo social seus direitos e seus deveres; que, para gozar de confiança, ao ser comparado com o fim de toda e qualquer instituição política, os atos de poder de homens e de mulheres devem ser inteiramente respeitados; e, que, para serem fundamentadas, doravante, em princípios simples e incontestáveis, as reivindicações das cidadãs devem sempre respeitar a constituição, os bons costumes e o bem-estar geral (GOUGES, 1791, p. 1).

Esse documento era um apelo, um adendo à **Declaração dos direitos do Homem e do Cidadão** (1789), uma vez que o contexto da publicação do material assinado pelo pseudônimo Olympe de Gouges era de questionamento sobre o que foi decidido apenas sobre os homens na Constituição francesa. Sendo assim, o momento era de clamor por direitos e rupturas sociais, culturais e políticas, O pioneirismo de Olympe e sua posição política diferente do que se esperava da figura feminina na época provocaram a revolta dos próprios líderes da Revolução Francesa, inclusive, como Jean-Paul Marat (1743-1793) e Maximilien de Robespierre (1758-1794), o que acabou levando à morte de Gouges na guilhotina em 1793.

Ao analisarmos as concepções acerca do dever da mulher, fica evidente que no “período das luzes”, uma característica marcante foi a de pensar a diferença feminina, acentuada pela inferioridade, baseada no direito natural. No imaginário dos filósofos, não havia necessidade alguma de conferir à mulher um estatuto político, pois para a ideologia do século XVIII, o homem era a causa final da mulher.

A “fraqueza” das mulheres é também a justificativa de uma irresponsabilidade

escravidão, em que lutou para sua extirpação. Batalhadora, em 1791 ela propõe uma Declaração de Direitos da Mulher e da Cidadã para igualar-se à outra do homem, aprovada pela Assembleia Nacional. Girondina, ela se opõe abertamente a Robespierre e acaba por ser guilhotinada em 1793, condenada como contrarrevolucionária e denunciada como uma mulher "desnaturada".

presumida que lhes vale, pelo menos no século XIX, uma indulgência particular diante da justiça. Por exemplo, tal atribuição é representada nos escritos de Arthur Schopenhauer (1788-1860), como demonstramos na citação a seguir:

O simples aspecto da mulher revela que não é destinada nem aos grandes trabalhos intelectuais, nem aos grandes trabalhos materiais. Paga a sua dívida à vida não pela ação, mas pelo sofrimento: as dores da maternidade, os inquietos cuidados da infância; deve obedecer ao homem, ser uma companheira paciente que o conforte. Não é feita para grandes esforços, nem para dores e prazeres excessivos; a vida para ela pode decorrer mais silenciosa, mais insignificante, mais serena que a do homem, sem que ela seja, por temperamento, melhor ou pior. O que torna as mulheres particularmente aptas para cuidar, para dirigir a nossa primeira infância, é o fato delas mesmas se conservarem pueris, frívolas e de inteligência acanhada; conservam-se toda a vida umas crianças grandes, uma espécie de intermediárias da entre as crianças e o homem. Observe-se uma jovem brincando um dia inteiro com uma criança, dançando e cantando com ela, e imagine-se o que um homem com a melhor das vontades, poderia fazer em seu lugar (SCHOPENHAUER, 2019, p. 88).

Notamos a discriminação, consolidada pelo discurso da mulher frágil, emotiva, amorosa, incapaz e por isso julgada como “inferior”, não permitindo o acesso ao conhecimento dessa condição opressiva. Mas em relação à mulher, pensava que ela deveria receber uma educação voltada para a sua vida familiar, ou seja, não se achava necessário que recebesse um nível de instrução que a levasse à autonomia crítica e financeira, mas a ênfase recairia sobre sua formação moral.

As obras de Rousseau que tem como pauta a educação feminina, o já mencionado **Emílio ou da Educação** (1762) e **A nova Heloísa** (1761), propõem uma formação feminina que, para Wollstonescraft, apenas serve para tornar a mulher mais incapaz. Ao contrário do filósofo francês, a inglesa acredita que o seu sexo tem a capacidade de conhecimento e que o cultivo do saber e da atividade física são necessários para a formação de uma boa cidadã. Wollstonescraft desejava o desenvolvimento das aptidões do corpo e da alma feminina, recomendando em suas reivindicações tanto o que deve fazer parte do currículo ensinado às mulheres, quanto aos esportes que deveriam praticar, excitando a mente e fazendo-se sábias, ao mesmo tempo em que exercitando seu corpo, fugindo assim da suposta debilidade física imposta pela educação a que eram forçadas.

Se contemporaneamente a posição feminina na sociedade distancia-se cada vez mais do papel difundido no século XIX, é graças ao empenho de precursoras e corajosas mulheres que viveram à frente de seu tempo, expondo-se às críticas e lutando para conquistar o espaço quase sempre restrito aos homens. Podemos dizer que o embrião dessa ideia surgiu com mulheres como Wollstonescraft e Gouges, que já se manifestavam contra a discriminação

feminina e a luta pelo direito equivalente aos dos homens, acontecimentos que prevêm uma melhoria na perspectiva da forma de viver das mulheres.

No Brasil, a educação feminina no século XIX, ainda estava fortemente vinculada à herança portuguesa, com os mesmos preconceitos e limites impostos tanto na época do regime monárquico e também depois da instauração do regime republicano, quando o objetivo da instrução era a preparação para o casamento, o qual deveria ser a maior aspiração das mulheres.

Na coluna “mulher no século XX”, do jornal **Comércio de Portugal**, de 25 de maio de 1897, foi publicado um artigo da escritora polonesa Marya Chéliga (1854-1827), a nota preliminar fazia uma breve apresentação do artigo:

Cumprindo a promessa que em tempo fizemos, de publicar neste jornal mais alguns trabalhos em defesa da causa feminina, começamos hoje a inserir a versão do interessante artigo “A evolução do feminismo”, devido também a pena da ilustre escritora Marya Chéliga. O presente trabalho constitui uma curiosa e erudita resenha histórica das reivindicações feministas, que, datando de há séculos, e tendo sucessivamente ganho terreno, são já hoje aceitas e calorosamente defendidas por um grande número de espíritos, e hão-de, por certo, determinar para a mulher do século XX, a mãe e educadora das próximas gerações futuras, uma situação mais em harmonia com as leis da natureza, os ditames da razão e os verdadeiros interesses da espécie (COMMERCIO DE PORTUGAL, 1897, p. 1).

A nota inicial é uma introdução ao que será dito por Chéliga e esse texto preliminar aborda a necessidade das mulheres terem acesso à instrução para a construção dessa família considerada ideal. Nesse sentido, a preponderância dos discursos masculinos contribui para legitimar algumas formas de convívio e, certos papéis sociais, para assim começar a ser forjado um modelo de mulher ideal.

O comportamento feminino tinha que apresentar como características, a submissão, o recato, a delicadeza, a fragilidade. Com isso, o lar tornava-se o local ideal para o exercício desses atributos, onde ela supostamente reinaria absoluta. Ao lado desse pensamento preponderante até mesmo perto da virada do século XIX para o XX, havia quem já fizesse uma reflexão como a de Maria Chéliga:

Seria inexato pretender que o movimento, em favor da libertação das mulheres, só data da última metade do nosso século, e que as emancipadoras, com toda a sua ardente propaganda, os seus agrupamentos, mais ou menos numerosos, as suas reivindicações, nitidamente definidas, apenas se revelaram recentemente. Sem remontar a outras eras, ainda que o programa de Proxagoras, repetido por Aristophanes, não difere nada do das militantes atuais, é indispensável indicar que o movimento feminista, não designado aliás por este título, se manifestou através de todas as épocas, e que é fácil descobrir os seus vestígios, tanto na Idade Média, como antes e depois da grande Revolução. Todavia, foram apenas tentativas isoladas: mulheres

nobres, que usaram do seu privilégio para se instruírem ou para guerrearem, a exemplo dos homens; teorias pessoais de alguns autores, homens e mulheres, que, tanto no século XV, como no XVI e XVII reivindicaram a igualdade para os dois sexos, protestaram contra o abuso da autoridade masculina na família e na sociedade, e concluíram pela necessidade de reformas (CHÉLIGA, 1897, p. 1).

Todas essas transformações que envolvem as leitoras do jornal são originadas com o advento do capitalismo, uma vez que emergiu uma nova ordem social, modificação das experimentações familiares, domésticas e, também, da vivência feminina. A família foi reorganizada segundo um novo e crescente processo de privatização que, cada vez mais, valorizava a intimidade, um novo significado de acordo com os moldes burgueses. O modelo correspondente ao ideal da época era o núcleo: mãe, pai e filhos. Nesse processo, o amor familiar adquiriu uma maior importância e a mulher passou a representar, no imaginário social, o papel da guardiã do lar.

A autora continua a discorrer sobre as informações de mulheres que foram figuras importantes para a história da emancipação feminina.

Maria Lejars de Genuray, nascida em 1566, falecida em 1645, mulher de rara instrução, autora muito erudita, publicou em 1622 um livro, **De l'égalité des hommes et des femmes**. Em 1766, uma senhora viúva de La Fontaine, em resposta a um misogyno, no gênero de M. Strindberg tinha publicado um paradoxo acerca da mulher, em que se pretende provar que ela não pertence à espécie humana, compoz um livro intitulado: *Le triomphe de la femme*, em que refutava a argumentação, aliás fraquíssima, daquele anti-feminista. Encontramos ainda em 1770, um caloroso pleteiador em defesa do divórcio, publicado sob este título: **Le cri d'une honnête femme**. Na *Vérité dévoilée*, em 1784, um anonymo pedia que se abolissem as leis injustas e odiosas que tornam a mulher inteiramente dependente do marido (CHÉLIGA, 1897, p. 1).

Mais uma vez, as folhas diárias ficaram encarregadas de noticiar os fatos que cercavam, no decorrer dos tempos, a história das mulheres. No trecho citado acima, percebemos que a datação do **Le cri d'une honnête femme** é de 1784 e isso significa que no decorrer dos tempos sempre houve defensores da emancipação feminina.

A primeira petição das mulheres fora dirigida à Assembleia Nacional, em Paris, a 26 de outubro de 1789. Num largo relatório da sua penosa situação, relatório que se ocupava das raparigas sem doer e sem meios alguns de ganharem honestamente a vida, as mulheres reclamavam o acesso aos lugares e empregos que estavam ao seu alcance, aliás, monopolizados sempre pelos homens; e reclamavam ainda igualdade dos sexos, no intuito da felicidade universal.

Esperava-se que se proclamasse a libertação feminina, sem suspeitar sequer que esse princípio pudesse ser posto de parte pelos reformadores das leis. Contudo essas leis foram estabelecidas e nada concederam às mulheres. Então Olympia de Gouges começou a verdadeira luta pelos direitos da mulher. Formulou-se em dezessete artigos, que podem ser considerados o

verdadeiro evangelho do feminismo. Olympia de Gouges, escritora de talento, muito instruída, compôs os seus dezessete artigos com uma lógica e uma justeza mal avaliadas então, mas cujo valor hoje começa a apreciar-se. O seu nome deve, pois, citar-se como o da verdadeira promotora do movimento feminista propriamente dito, datado assim de há cem anos, posto que só se tenha desenvolvido depois de várias intermitências (CHÉLIGA, 1897, p. 1).

Havia a preocupação em defender uma educação de qualidade para as mulheres. A princípio, os textos eram fundamentados em argumentos que de certa forma corroboravam com o preconceito em relação à mulher, ou seja, a educação feminina era defendida porque assim ela teria condições de exercer com maior competência seu papel de mãe para criar filhos, que seriam considerados melhores cidadãos para aquele momento histórico. Em um segundo momento, no entanto, os argumentos pautavam-se na necessidade de uma educação à mulher capaz de lhe permitir participar do mercado de trabalho, ideal partilhado por muitas feministas da época, que consideravam esse o caminho para a autonomia feminina, seja no âmbito econômico ou intelectual.

Acerca desse elemento de diferenciação da sociedade oitocentista, recorremos ao artigo “Vênus” assinado por Frederico Durruivos (?-?) publicado no dia 23 de novembro de 1894, no **Suplemento Litterario do Gazeta de Notícias**:

Dado o symbolo do assunto de que tenho que ocupar-me neste artigo, sinto que já vou ser desamável, impertinente e descortez. É provável, felizmente, que nenhuma mulher me leia. Se alguma o fizer, atraída pelo título, essa me terá por um ser desagradável, antipático e imbecíl, imbecil com e sem gallecismo. É que eu não poderei talvez resistir a dizer que julgo ser nefasta a influência das mulheres sobre todos os homens que trabalham material, intelectual ou artisticamente; é que eu considero as preocupações femininas, para os homens musculares ou cerebrais, particularmente aniquiladoras. Que não fariam os franceses, os italianos, os espanhois, os polacos, os húngaros, os gregos, os portugueses, os brasileiros e todos os americanos latinos, se eles tivessem pela mulher a tranquila indiferença, ou, apenas, o periódico interesse dos ingleses! Mas que de tempo perdido pelas raças sentimentais, piegas e bajojas a pensar, extaticamente, na mulher adorada, ou a meditar, improductivamente, nas sedutoras formas femininas, ou a seguir a mulher, ou a escrever-lhe, ou a admirá-la! (DURRUIVOS, 1894, p. 3).

O sugestivo trecho indica que havia um ávido interesse por assuntos femininos que eram divulgados nos jornais. Do contrário, o autor não se daria o trabalho de aparentemente “forjar” o início de um texto que inicialmente trataria da figura da mulher sendo que, na verdade, o artigo realmente faria considerações do planeta Vênus e das questões de astrologia.

Algumas representações da mulher encontradas nos jornais do século XIX corroboram para a explicação de Roger Chartier (2010, p.88) “a construção da identidade

feminina enraíza-se na interiorização, pelas mulheres, de normas enunciadas pelos discursos masculinos”. A interação entre os sexos, como algo construído historicamente, perpassa a explicação do autor que procura definir a dominação imposta às mulheres como uma forma de violência simbólica.

Posto isso, entendemos que a situação da mulher não passou alheia a essa série de fatos, notas, ensaios e resenhas divulgadas nas fontes primárias, especialmente, no jornal impresso.

Na **Gazeta de Notícias** (1875-1942), do Rio de Janeiro, do dia 31 de julho de 1893, na primeira página na segunda coluna, foi exposta uma nota sobre o feminismo na Inglaterra. O anúncio está exposto a seguir, mas será transcrito para facilitar a leitura, com o título, “O feminismo” e demonstra o seguinte:

A velha Inglaterra reage contra a onda invasora de feminismo, que tão grande expansão está tendo nos Estados Unidos. Há pouco, os membros da Sociedade Real de Geographia de Londres protestaram contra a admissão de senhoras no seio da sociedade, e reuniram uma assembleia geral para estatuir definitivamente sobre o caso. Estiveram presentes 350 sócios, e a discussão foi calorosa. Foram principais advogados do sexo fraco lord Mayo, e lord Thring; seus antagonistas, capitaneados pelos senhores G. Curzen e V. Hamilton declararam que a ciência deixaria de ser tratada com seriedade pelos homens se o fizessem na companhia de senhoras. Posta a votos a questão, venceram os anti-feministas e saudaram com hurrahs frenéticos a sua vitória. Ficou decidida a exclusão dos geógrafos de saia (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1893, p. 3).

Vemos que uma nota de 1893 ainda apresenta uma série de preconceitos acerca das mulheres exercerem profissões mais restritas ao mundo masculino. Destacamos ainda que é uma análise de um texto que retrata alguma temática sobre a figura feminina, por homens inclinados ao patriarcado, não analisará de maneira complexa tal assunto, não levará em consideração a experiência da mulher e com isso não considerará a construção do texto, bem como sua relevância na hierarquia dos acontecimentos. Thomas Bonnici (2007), a esse propósito, exemplifica com a leitura de um trecho do **Paraíso Perdido** (1667), de John Milton, no qual Eva se ausenta quando o conhecimento é transmitido a Adão por meio dos anjos, pois prefere ouvir a versão do homem em vez de priorizar a fonte original, o que demonstra cabalmente a subordinação da mulher ou o pouco crédito dado a ela.

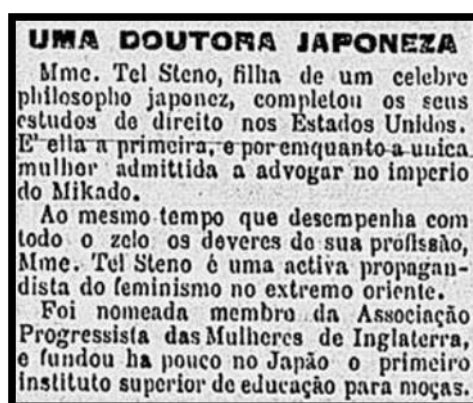
Em consonância ao pensamento de Bonnici, Jonathan Culler, na obra **Sobre a desconstrução** (1997), em que discute experiências de leitura, mostrando a diferença de atitude do leitor homem para a leitora mulher diante do mesmo texto, aponta como uma cena significativa para a fantasia masculina, que desperta a cumplicidade dos pares, pode

constituir, para as mulheres, um retrato degradado da situação feminina. O autor também acredita que:

Nesse primeiro momento da crítica feminista, o conceito de uma mulher leitora leva a asserção de uma continuidade entre a experiência das mulheres nas estruturas sociais e familiares e suas experiências como leitoras. A crítica formulada sobre esse postulado de continuidade interessa-se notavelmente pelas situações e pela psicologia das personagens femininas investigando as atitudes em relação às mulheres ou investigando as “imagens de mulher”, nas obras de um autor, um gênero ou um período (CULLER, 1997, p. 56).

A perspectiva dos estudos feministas contemporâneos discute possíveis abordagens críticas, das quais consideraremos aquela referente à questão da “escritura feminina”. Tal vertente atenta para a produção de mulheres, levando em conta fatores históricos de épocas específicas, principalmente no século XIX. Neste trabalho realizamos a releitura dos textos assinados por escritoras em periódicos, com o intento de recuperar obras que a crítica literária ou cultural silenciou, ou omitiu.

Figura 17 - Nota sobre a formação de uma mulher japonesa como advogada



Fonte: hemeroteca digital brasileira, da Biblioteca Digital Nacional – Brasil
 Dados: **A Gazeta de Noticias**, 17 de abril de 1893, edição 128, p. 3.

Essas publicações encontradas nos jornais do século XIX nos convocam à reflexão de que foi gradual e lenta a transformação sobre as realizações e conquistas possíveis à mulher. Percebemos que esses anúncios fortaleceram as discussões apresentadas por Guiomar Torrezão, pois notamos que havia finalidade na divulgação dessas informações, a de promover a presença ativa das mulheres no campo intelectual e educacional.

3.2 Guiomar Torrezão: uma operária das letras

Guiomar Delfina de Noronha Torrezão estreou como autora em 1869, com o romance **Uma Alma de Mulher**, primeiramente publicado em folhetim em 1868, no jornal **A**

Voz Feminina. Em 1872 publicou o livro de novelas e contos, **Rosas Pálidas.** Sequencialmente, o público conheceu o romance histórico **A Família Albergaria,** em 1874, retratando a época de 1824 a 1832. Três anos depois, em 1875, um volume de contos e crônicas, **Meteoros,** recebe a assinatura da escritora.

Figura 18 - Guiomar Torrezão na aba índice de figuras literárias da Biblioteca Nacional Digital



Fonte: Hemeroteca Digital, da Biblioteca Digital Nacional – Brasil
 Dados: Imagem retirada da aba índice de figuras literárias da Biblioteca Nacional Digital, 2020.

Além dessas produções Guiomar Torrezão escreveu inúmeras obras dramáticas, representadas inclusive no Brasil e, ainda, traduziu uma quantidade expressiva de peças estrangeiras. Entre as suas peças postas em cena estão: **O Fraco da Baronesa** (1878), comédia em um ato e **Educação Moderna** (1884), comédia em três atos. A sua peça, **Educação Moderna,** antecedida de uma conversa preambular, foi representada pela primeira vez em Lisboa, no teatro do Ginásio, em 1891. Para além delas, a autora escreveu também **Dois Garotos** (1879), um drama em cinco atos.

Na narrativa, contos e romances, temos conhecimento do livro **No teatro e na sala,** obra prefaciada pelo escritor Camillo Castelo Branco (1825-1890), que reunia um conjunto de contos, um texto dramático e vários artigos críticos, editado em 1881; **Idílio à Inglesa** (1886), **As Batalhas da Vida** (1892) e os romances **Uma Alma de Mulher** (1869), **Henriqueta** (1890), entre outros.

Uma das publicações em que colaborou, usando o pseudônimo masculino de Delfim de Noronha, foi a revista **Ribaltas e Gambiarras** (1881 - 1928), em seus dez primeiros números. Editada por Henrique Zeferino, em Lisboa, o suporte publicava artigos de críticas e crônicas sociais. A partir de então, passou a revelar sua verdadeira identidade nos artigos e

cabeçalhos. Guiomar Torrezão também fundou revistas, entre elas a **Estação de Paris** (1896). Ademais, ela colaborou nos seguintes jornais: **Diário de Notícias**, **Gazeta Setubalense**, **Tribuna Popular**, **Crônica dos Teatros**, entre outros.

A convite de sua amiga brasileira, Presciliana Duarte de Almeida (1867-1944), criadora da revista intitulada **A Mensageira**⁴², fundada em 1897, da qual foi diretora até 1900, Guiomar Torrezão colaborou com alguns artigos. Quanto à revista⁴³, circulou em São Paulo entre os anos de 1897 a 1900, e tinha como escopo a produção literária feminina. Imprimia também artigos que defendiam a emancipação das mulheres, reivindicando especialmente uma educação feminina de qualidade.

Torrezão foi considerada uma feminista, para a época, isso no seu país e no mundo, nas páginas de **A Mensageira** também figuravam outros nomes importantes como o da escritora Júlia Lopes de Almeida (1862-1934). A portuguesa publicou nesta revista, entre outros, o poema “Beatriz”.

No século XIX, traduzir textos de autores estrangeiros renomados era uma atividade bastante comum, tanto no Brasil, como na Europa, e era inclusive considerado exercício literário apropriado à mulher. Mas, por outro lado, também funcionava como uma possibilidade de inserção no mundo das letras, de modo discreto, escondido por detrás de autores e de obras já presentes no campo literário. Também é válido lembrar que a tradução, não apenas na Europa, rendia algum lucro financeiro para as mulheres. Neste campo, Guiomar Torrezão também traduziu obras de escritores célebres, quando trabalhou em vários órgãos de imprensa, designadamente no **Diário Ilustrado** (1872-1911).

Um importante suporte que a portuguesa também publicou foi o **Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro**⁴⁴, nesse anuário ela pôde colaborar com algumas de suas poesias, contos, bem como outras criações que eram consideradas importantes para os leitores da época. Mas, para além destes textos curtos, adequados a esse tipo de publicação, as suas atividades de jornalista e de autora teatral foram consideradas, certamente, como mais uma

⁴² **A Mensageira** era “uma revista literária dedicada à mulher brasileira”, mas os ideais feministas desta revista devem ser entendidos a partir do cenário sócio-político econômico de fins do século XIX.

⁴³ BARP, Guilherme; ZINANI, Cecil Jeanine Albert. **A Mensageira, um periódico feminista do século XIX. Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades - ISSN-1678-3182 - Número 47 – 2019 – 1.**

⁴⁴ O **Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro**, desde 1872 a 1898 (inclusive), para muitos já não é um assunto totalmente desconhecido. A sua popularidade e importância no seu tempo não foram suficientes para torná-lo conhecido nos dias de hoje. Mas faz-se necessário esclarecer que, mantendo o rumo traçado pelo seu criador, Alexandre Magno de Castilho, o **Almanaque de Lembranças**, sofreu consideráveis mudanças no longo período em que circulou (entre 1851 e 1932, inclusive). Para além das alterações que ocorreram no seu nome, teve também aumentado em muito a sua extensão (cerca de cem páginas no primeiro número e até mais de quinhentas em outros volumes, aos quais se juntou, por vezes, um Suplemento), e foram alargando e diversificando as suas matérias.

faceta da sua atividade pública, independentemente do maior ou menor valor literário de suas obras. Assim sendo, com esta diversidade de títulos e de temas a sua escrita chegava a um público diversificado.

Sabe-se que a autora, por muitas vezes, não escrevia o que realmente desejava, mas sim para agradar ao seu público, ou seja, os leitores de forma geral, uma vez que dependia destes para sua subsistência. Guiomar Torrezão foi conhecida como a “Operária das Letras”, um “título” importante, mas infelizmente não muito aceito nem valorizado para a época na qual viveu e foi uma das primeiras escritoras portuguesas a usar a escrita como meio de sustento.

Foi durante este período de colaboração no **Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro** que criou o **Almanaque das Senhoras** (1871-1899)⁴⁵, publicado sob a proteção da rainha a senhora D. Maria Pia. Além de fundadora do **Almanaque das Senhoras**, desempenhava também o papel de autora e de escritora, sendo esta uma grande oportunidade para a divulgação da sua escrita, acima de tudo direcionada para o público feminino. A portuguesa era ainda sócia honorária do Retiro Litterário, do Gabinete Portuguez de Leitura de Pernambuco e do Gabinete de Leitura Instructiva situações que mostram a demonstração do seu prestígio, como também o fato da autora obter a proteção da rainha, conforme informação constante no jornal de Pernambuco. O nome da autora também aparece como colaboradora da Revista **A Evolução** junto ao nome de outras figuras do grupo de mulheres que escrevia, inclusive, Maria Amália Vaz de Carvalho, o nome de Guiomar também aparece atrelada a estreia da peça **A Condessa Sarah**, no teatro S. Luiz, de acordo com informação do jornal **A Pacotilha**.

⁴⁵ A professora Vânia Chaves desenvolve pesquisa com o projeto “As Senhoras do Almanaque” desenvolvido no âmbito do CLEPUL da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, já mencionado. As “Senhoras” do Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro não são oriundas apenas de Portugal e do Brasil, mas também das suas Colônias e de outros espaços do mundo lusófono. Trata-se, na sua maioria, de autoras vivas na altura em que os seus textos foram editados, apesar de se publicarem também textos de mulheres que viveram em épocas anteriores. Além de terem produzido todo tipo de passatempos, as “Senhoras” escreveram prosa e poesia em diversas formas e sobre assuntos muito variados.

Figura 19 – Anúncio da Revista Evolução no jornal A Pacotilha

A EVOLUÇÃO.

Revista quinzenal científica, litteraria e artistica, illustrada com retratos, especialmente de mulheres celebres; photographias, gravuras zincographicas e de madeira dos melhores artistas.

São seus collaboradores, alem de outros escriptores de reconhecido merito, as distinctas senhoras:

- D. Guiomar Torrezão.
- Maria Amalia Vaz de Carvalho.
- Amelia L. de Carvalho.
- Maria Chiape Cadet.
- Narciza Amalia.

Assigna-se em Lisboa, travessa de Santo Antonio da Gloria. 87,—1°.

Anno para Lisboa..... 13600 fortes
 " " Brazil:..... 73800 francos.

Fonte: Hemeroteca digital nacional, da Biblioteca Digital Nacional – Brasil.
 Dados: Informação retirada do jornal A Pacotilha, data 23 de agosto de 1878 edição 198, p. 3.

Figura 20 - Anúncio sobre Guiomar Torrezão ter a proteção da rainha

THEATRO S. LUIZ.

COMPANHIA DO THEATRO PRINCÍPE REI DE LISBOA

Dirigida pelo primeiro actor ALV. RO. da qua' faz m parte o m' actor artista e a m' tavel L.ª actriz

Amelia Vieira Santos.

Hoje!—Quarta-feira—Hoje!
 Grande novidade

Estrea da primeira actriz

Amelia Vieira Santos.

2.ª RECITA DE ASSIGNATURA

em uma representaçãõ de assignatura e nova drama em 3 actos, extracto de outras representaçãões de George Sand, que d'alguns annos se representava em Guimaraes, Portugal.

A Condessa Sarah

Tempo para beber e conversar.
 De bellas e mais a vontade no ballarão do theatro.

As representaçãões sãõ repetidas em 10 horas da manhã da dia de representaçãõ passada em 10 horas da tarde.

PREÇOS

Commodos de 1.ª e 2.ª ordem.	1.000
Ordem de 3.ª	500
Ordem de 4.ª	250
Ordem de 5.ª	125
Ordem de 6.ª	62
Ordem de 7.ª	31
Ordem de 8.ª	15

N. B.—Da assignatura principiaõ de 8 fols em parte.
 As peças não se repetem e a assignatura apenas dará 10 espectaculos tirandose em seguida para Pernambuco.

Fonte: Hemeroteca digital nacional, da Biblioteca Digital Nacional – Brasil.
 Dados: Informação retirada do jornal A Pacotilha, data 23 de agosto de 1878 edição 198, p. 3.

Os anúncios apresentados nas figuras 19 e 20 demonstram que Guiomar Torrezão era uma editora que tinha amparo e proteção da rainha de Portugal, bem como é apresentada na nota como sócia honorária do Retiro Português do Rio de Janeiro, sócia correspondente do Gabinete Português de Leitura, de Pernambuco. Esses títulos demonstram que a autora em questão é digna de muitas honrarias, o que era difícil para uma mulher naquela época.

De fato, a produção da escritora não deixou de ser destacada pela imprensa. Todos os seus trabalhos tiveram uma atenção de editores dos mais variados jornais, com grande recepção crítica, à época. Uma nova manifestação de juízo a respeito dos escritos de Guiomar Torrezão é na nota publicada no **Diário do Maranhão** (1888-1910), de 6 de novembro de 1878. O colunista descreve os predicados da autora portuguesa: “não é desconhecido o nome da talentosa escritora portuguesa, cujo esboço biográfico, ou melhor, o verdadeiro elogio a seus merecimentos, hoje reproduzimos do novo jornal **A Evolução** (1878-1887)”.

Figura 21 - Nota sobre Guiomar Torrezão ao lado de outros autores⁴⁶



Fonte: Hemeroteca digital nacional, da Biblioteca Digital Nacional – Brasil.

Dados: Informação retirada do jornal **A Pacotilha**, data 13 de agosto de 1879 edição 198, p. 3.

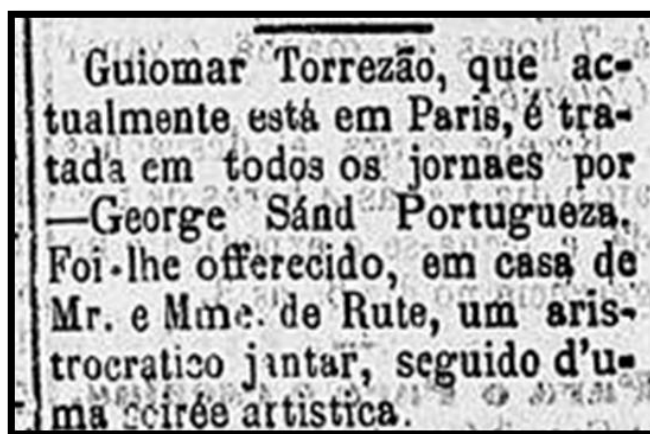
Essa nota demonstra o prestígio da portuguesa, uma vez que trata-se de um período em que o domínio das habilidades de leitura e escrita tanto no Brasil como em Portugal era restrito a uma pequena parcela da população, existindo poucos indícios dessas práticas relacionadas ao universo feminino, claro se comparada a quantidade de homens que escreviam e publicavam.

⁴⁶ “é um elegante volume de mais de 200 páginas, precedido de alguns juizos criticos de Julio Cezar Machado, Victor Hugo, D. Guiomar Torrezão e outros escriptores distinctos. É uma brilhante galeria das mais formosas mulheres, Sapho, Corinna, Semiramia, etc, onde a mocidade de ambos os sexos pode encontrar, a par da instrução, o deleite pela amenidade com que estão escritas. Vende-se nas livrarias de Thompson e Garmér, rua do Ouvidor n. 69. Preço 35000 réis” (A PACOTILHA, 1879, p.3).

Não era fácil às escritoras insurgirem-se aos padrões conferidos para o comportamento feminino, e mesmo após a publicação de suas obras, ainda haveria a opinião do público leitor e dos críticos literários da época, justamente porque havia uma condescendência com a censura embutida, ou até mesmo um desestímulo preconceituoso em relação à iniciativa de algumas escritoras. Se a tentativa literária feminina demonstrasse senso crítico ou se posicionasse em relação aos temas distintos do espaço doméstico ou do sentimentalismo, a crítica se tornava ainda mais severa.

Outras mulheres também não perderam a oportunidade de denunciar a discriminação feminina, principalmente aquelas que tiveram condições de instrução, e se colocaram a serviço de uma causa social, objetivando tirar do marasmo, da ignorância e do servilismo a maioria.

Figura 22 - Guiomar Torrezão é considerada a George Sánd portuguesa



Fonte: hemeroteca digital brasileira.

Dados: **O Liberal do Pará**, 12 de julho de 1873, edição 181, p. 2.

Essa comparação de George Sand (1804-1876)⁴⁷ com Guiomar Torrezão é uma espécie de distinção para endossar sua importância, uma vez que a escritora francesa escreveu de forma contínua entre 1830 e 1876, diversos gêneros literários: romances campestres, socialistas e sentimentais, contos, peças de teatro, artigos críticos publicados em jornais e ensaios políticos, textos autobiográficos e diversas correspondências. A escrita de Sand é um

⁴⁷ George Sand é pseudônimo de Amandine Aurore Lucile Dupin, mulher nascida em Paris, em 1804, que integrou o grupo de escritores romancistas na França do século XIX. Ela escreveu noventa romances, muitos contos, artigos em jornais e também peças para o teatro, sem dizer ainda das correspondências trocadas com uma quantidade enorme de amigos escritores, intelectuais, personalidades do cenário social e político de seu tempo. FERNANDES, Magali Oliveira. Apresentação In: **George Sand: História da minha vida**. Org. Magali Oliveira Fernandes. Trad. Marcio Honorio de Godoy, São Paulo: Editora UNESP, 2017.

marco na história do romantismo francês, sendo referência em relação aos direitos da mulher, especialmente no tocante ao prazer, e à igualdade com relação aos homens.

A apresentação do material divulgado nos jornais do século XIX comprova que houve uma demanda para a discussão das temáticas próprias à figura feminina e, com isso, podemos traçar um percurso das organizações das mulheres e quais foram suas protagonistas. Posto isso, à medida que surgem mais trabalhos sobre a história das mulheres, é preciso compreender como foi o dinamismo dessas discussões divulgadas nos jornais do século XIX.

3.2.1 Guiomar Torrezão por outras penas

Com o protagonismo exercido por Guiomar Torrezão, era natural o surgimento de apreciações ao seu respeito, tanto como termos conhecimento de quem escrevia e em quais jornais publicavam esses artigos e essas notas que davam aquiescência ao trabalho da autora mencionada ou se apresentavam contrários aos escritos.

Em 31 de março de 1889, no jornal **Estação**, edição para o Brasil, foi publicada uma crítica assinada por Júlia Lopes de Almeida intitulada: “Guiomar Torrezão”, na coluna “Variedade”:

De volta para Lisboa perdermo-nos de vista não encontrava havia muito a autora do formoso livro *Paris*, quando um dia deparei no *Diário Ilustrado* com um belo e amável artigo seu, a respeito do meu humilde livrinho. Agradei-lhe em uma carta, e muito mais tarde, em vésperas de regressar ao Brasil, acompanhada por meu marido, fui visitá-la à rua de S. Bento onde armou o seu ninho elegante e artístico. Fizeram-na entrar para o escritório, uma sala ampla, iluminada por duas janelas de cortinas ornadas de cortinas (ALMEIDA, 1889, p. 3).

Assim como Júlia Lopes de Almeida, Guiomar Torrezão participou ativamente deste momento português e brasileiro de transformação e mudanças, a ponto de ser considerada pelos seus contemporâneos como, “a mulher escritora da nova república”. Ao apagar do século XIX, Guiomar Torrezão já tinha um nome reconhecido pelos pares e desfrutava de prestígio além-mar. Assim, possuía um fiel público leitor que a seguia tanto na imprensa portuguesa, quanto nas edições brasileiras dos inúmeros jornais em que participava regularmente; nas publicações de livros que realizava nos salões literários, nas livrarias, nas edições de jornais, e em outros espaços igualmente importantes para divulgação literária feminina.

A prática elogiosa de cartas descrita, por Júlia Lopes de Almeida, era comum entre escritores e escritoras, ou seja, essa troca de cartas elogiosas era constante e especialmente as autoras usaram intensamente essa estratégia.

Guiomar Torrezão e meu marido discutiam Literatura: falavam de Zola, ainda misterioso para mim, em caudais torrenciais de elogios e de assombro! Vi deslizar assim uma procissão de escritores vivos de escritores mortos, sob a pulverização dourada dos seus conceitos e observações (ALMEIDA, 1889, p. 2).

Tais aspectos do cotidiano feminino oitocentista são poucas vezes abordados e obscurecidos pelas atividades relacionadas ao espaço doméstico. Entretanto, algumas delas estavam envolvidas com atividades que prescindiam do domínio dessas habilidades, especialmente se levarmos em consideração que Almeida trata de comentários sobre leitura e sobre escritores. Por isso, de acordo (JINZENJI, 2010) embora de forma “rarefeita”, esses e outros jornais voltados para o público em geral trazem textos de autoria feminina e também indicam a existência de práticas de leitura envolvendo a criações feitas por mulheres. Júlia Almeida continua a escrever sobre a portuguesa:

Sem biografar nem estudar Guiomar Torrezão como escritora, coisas difíceis para mim, contento-me em registrar aqui a agradável impressão que me fez sentir como conversadora; de resto já toda a gente a tem lido e dos seus múltiplos trabalhos literários guardado com certeza bela impressão. Robusta de corpo e de espírito Guiomar Torrezão trabalha sempre, é o braço forte da família, aparando de cabeça erguida, resolutamente, todas as adversidades. Tem a seu lado como mais doce consolo, a mãe, a sua inseparável companheira: para cerca-la de todo o conforto Guiomar escreve em diversos jornais simultaneamente: é um dos redatores do Diário Ilustrado, proprietária e redatora de um jornal de senhoras, impresso em Paris, correspondente de outros periódicos, escrevendo para todos eles sem interrupção, traduz peças de teatro e lê livros novos para noticiá-los (ALMEIDA, 1889, p. 2).

Júlia Lopes de Almeida explica não ter credenciais para estudar ou biografar a autora portuguesa endossando assim que a partir da perspectiva a qual a mulher era impedida de escrever, pois a pressão e a coerção social amedrontavam as representantes do sexo feminino, além de haver inúmeros obstáculos a serem transpostos pelas mulheres escritoras para que elas galguem novos caminhos, as dificuldades têm raízes históricas que só fazem sentido se analisadas sob a perspectiva dos estudos de gênero desde épocas passadas até a contemporaneidade. Em 1888, em um artigo d’**A Estação** foram feitos elogios ao trabalho de Guiomar Torrezão, momento que a referência à escrita da portuguesa é demonstrada de forma elogiosa.

[...] o Drama d'uma alma, devido na parte descritiva e narrativa à pena da sra. D. Guiomar Torrezão, nada tem de comum com os romances a que estamos habituados, de efabulação puramente fantasista. Neste, como nas celebres Cartas de Mariana Alcoforado, apresenta-se-nos, em toda a sua pungente evidência, em toda a sua apaixonada eloquência, a história verdadeira de uma alma de mulher, superiormente afinada por uma alta cultura mental e cristalizada por uma aguda sensibilidade, dando-nos ela própria no seu jornal, escrito dia a dia, o romance da sua vida (A ESTAÇÃO, 1888, p.3).

Isso mostrava que a mulher podia fazer algo além do que a sociedade lhe impunha que seria apenas a responsabilidade pelos afazeres domésticos e pela educação dos filhos. A citação reconhece Guiomar Torrezão como uma autora incomum, de narrativa eloquente e dona de “alta cultura mental”, realçada na sensibilidade e que nem por isso se prende unicamente à fantasia.

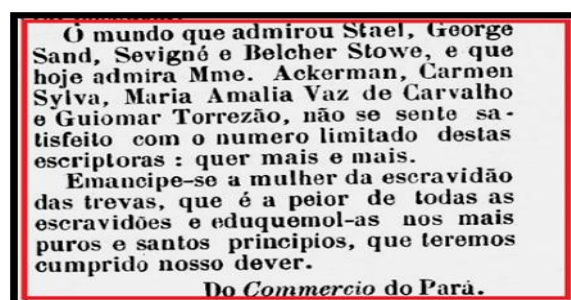
Figura 23 - Anúncio sobre opera de Guiomar Torrezão



Fonte: Hemeroteca digital brasileira.

Dados: Informação retirada do jornal *A Pacotilha* – edição 203 – dia 12 de julho 1886, p. 4.

Figura 24 - Nota sobre Guiomar Torrezão ser comparada a personalidades do mundo literário



Fonte: Hemeroteca digital brasileira.

Dados: Informação do jornal *A Pacotilha* de 23 de abril de 1889, edição 120, p. 3.

Na edição de número 184, de 23 de agosto de 1882, no jornal *A Constituição*: órgão do partido conservador foi publicada uma nota crítica sobre Maria Amália Vaz de Carvalho e Guiomar Torrezão:

Guiomar Torrezão, no ano passado, provocou a Alexandre da Conceição, respostas que poucos homens terão recebido. Maria Amália Vaz de Carvalho já deu ocasião a que seu marido apelasse para um duelo, como meio de liquidar uma polêmica literária. O humilde Alvaro da Luz pede permissão à gente do Gram-Pará para externar também sua opinião, e colocar a questão no seu verdadeiro terreno. Uma senhora tem o direito de fazer uso da liberdade de pensamento? Creio que sim. As suas produções literárias, logo que são publicadas, estarão sujeitas à crítica? É incontestável. As suas opiniões podem ser discutidas? Sem dúvida. Porém nessas discussões pode ser desrespeitada a escritora? Não, mil vezes não! Os articulistas do Gram-Para estão laborando num erro crasso, e bem mostram não saber o que é crítica literária bem estar habituados a este gênero de esgrima. Um dos maiores gênios deste século escreveu o seguinte: ‘o assunto de uma obra, e as opiniões do escritor não são o objeto da crítica: a esta só cabe examinar si o assunto foi bem desenvolvido, e se as opiniões foram expostas sob melhor forma possível’ (LUZ, 1882, p. 1).

O autor comenta que a moral das senhoras pode ter sido atingida nessa crítica divulgada pelo jornal **Diário do Gram-Pará**, uma vez que, em Portugal, a forma como referiam-se a estas senhoras era diferente, mas também o conhecimento poderia ser visto como “excessivo” quando feminino. Segundo Vaquinhas (2000, p. 28), “sabichona”, por exemplo, “resume, em uma só palavra, a reprovação social relativamente à mulher que ousava transcender os limites culturais impostos pelo seu tempo”.

Durante séculos, a figura feminina foi normalmente interpretada e igualmente propagada como símbolo de subordinação pela sociedade, que nas mãos do homem tornou-se a grande colaboradora na tarefa de disseminar a superioridade masculina. Apesar de haver muitas opiniões contrárias nos jornais sobre as mulheres, Alvaro da Luz continua a discorrer sobre a situação afirmando que:

Guiomar Torrezão como o próprio Gram-Pará o confessa, se teve de Alexandre da Conceição respostas que poucos homens terão ouvido, foi porque ele provocou essas respostas. Quanto ao caso de Maria Amália, pode-se dizer a mesma coisa. Além disto, o Gram-Pará, afirma que o marido dessa senhora apelou para um duelo, prova que ele julgou-se ofendido em sua honra, e prova ainda de que uma crítica como a dos articulistas em questão merece em resposta uma boa estocada (LUZ, 1882, p. 1).

O causador da confusão nos jornais recebeu da escritora uma resposta à altura do seu renome, já em relação à Maria Amália, o seu marido chamou o autor da crítica para solucionar a questão em um duelo, ou seja, a figura do marido aparece para defender a honra da esposa.

Em consonância ao discurso dos que davam aquiescência ao trabalho de Guiomar Torrezão, destacamos as considerações do artigo assinado por D. Anna Maria Ribeiro de Sá (1843-1930), que para elogiar Torrezão desabona parte das mulheres afirmando que a

portuguesa tem qualidades que são “raras ao sexo”, ou seja, até mesmo receber elogio, outra parcela do mesmo grupo não seria enaltecida.

O trabalho, a perseverança e a inteligência que a composição desta reunião tão escolhida custa todos os anos a Guiomar Torrezão, mal lhe pode compensar o favor sempre crescente com que o público festeja a sua feliz ideia. Guiomar Torrezão, além de grande talento, tem qualidades que muito mais do que ele são raras no seu sexo; tem a forte iniciativa, a resolução enérgica, a marcha ferina e corajosa. Trabalhos, decepções, injustiças, tudo tem vencido a têmpera robusta do seu caráter. O glorioso lugar que hoje ocupa, conquistou palmo a palmo, ora no folhetim, ora no livro, ora em produções dramáticas. O valor desta luta e deste resultado só o pode compreender em quem apreciar todas as cinscuntâncias que, nesta terra de marasmo intelectual, tendem a paralisar os mais bem fadados engenhos (SÁ, 1889, p. 3).

Como se verifica, Sá discute a representação feminina no campo literário e é profícuo analisar os construtos que foram estabelecidos socialmente e culturalmente em torno da figura da mulher, os quais tinham como intento, dentre outras circunstâncias, demarcarem o espaço público (dos homens) e privado (imposto para as mulheres), contornos estes, cuja intencionalidade denotava a tentativa de exclusão das mulheres, a saber, da vida pública e, maiormente, das atividades intelectuais.

Em todos os séculos e em todos os países, desde as poéticas campinas da Itália às frígidas regiões da Inglaterra, desde o Oriente, onde floresceram as primeiras civilizações até ao Ocidente, onde se conglobam todos os progressos modernos, a mulher tem vivido como escrava submissa, cumprindo sempre a sua missão augusta sob o jugo despótico das conveções sociais. Criando e educando as gerações no papel grandioso, que lhe reservou a natureza, acompanhando o homem e suavizando-lhe a cada momento as asperezas da vida, inspirando o artista e o poeta nos voos altaneiros das imaginações fecundas, a mulher pode contudo, romper o estreito círculo onde a encarceravam, e revelar que o seu espírito apreciava o belo em todas as suas variadas manifestações com o seu gênio que compreendia os deveres inerentes ao seu sexo. Em todos os grandes focos da moderna civilização, a sociedade aproveita dos serviços da mulher médica, escuta com respeito a professora de fisiologia ou botânica, admira a vulgaridora da filosofia positiva; extasia-se com a poetisa, com a romancista com a atriz. D. Guiomar Torrezão é um talento popular e apreciado em toda a parte onde se revela o gosto literário: em Portugal e no Brasil, nenhum dos nossos logrou ser tão festejado. Os caracteres do seu engenho, determinam-lhe uma individualidade reconhecida por alguns dos nossos melhores escritores, que gravaram em deliciosas páginas elogios condignos do talento de D. Guiomar. A par do estudo desenvolvido da língua pátria, estudo continuado que se revela na dicção fluente, harmoniosa dos seus numerosos escritos, manifesta-se em todas as suas obras, o conhecimento profundo da literatura, o sentimento natural da poesia e a observação perspicaz do romancista. As pérolas mimosas do seu estilo elegante acham-se em grande parte dispersas por um sem número de revistas, jornais e folhetins, que disputam à porfia a colaboração indispensável de D. Guiomar, do mesmo

modo, as suas obras mais importantes, aquelas a que a distinta escritora consagrou os primores do seu espírito, com dificuldade se encontram, apesar das edições reperidas, que elas tem tido (SÁ, 1889, p. 3).

A citação é extensa, mas necessária para explicar a referência à autora ser importante para a movimentação da luta feminina, já que os temas educativos têm sido muito analisados e de igual forma, o material sobre educação e mulheres disponível em jornais do século XIX deve ser pesquisado. Da mesma maneira se tem investido o contributo das próprias mulheres para a elaboração de concepções antifeministas, em particular o tradicional discurso da domesticidade que reforçava a separação dos espaços públicos e privados e as confinava ao universo do lar e da família.

Guiomar Torrezão não atendia o padrão referendado pelo modelo burguês. Portanto, cabe ressaltar que só era considerada como uma importante peça dentro do maquinário, qual seja, a sociedade burguesa, quando atendia aos padrões esperados pelo grupo. Ao reportamos para o conteúdo divulgado pela imprensa no século XIX, entendemos que há redefinição da mulher pretendida e divulgada em inúmeros textos, e assim havia quem fosse detrator do direito à emancipação da mulher e quem concordasse que a representante do “sexo gentil” continuasse a ser vítima da dominação masculina.

3.3 Maria Amália Vaz de Carvalho: mulher de letras, mulher de ideias

Em 1867, Maria Amália Vaz de Carvalho fez a sua estreia literária com o poema romântico “Uma Primavera de Mulher”, prefaciado por Tomás Ribeiro (1831-1901) e aplaudido por António Feliciano de Castilho (1800-1875), Mendes Leal (1820-1886) e Bulhão Pato (1828-1912), entre outros autores da mesma época. Em 1876, publicou o seu primeiro livro, **Vozes no Ermo**, o qual foi elogiado por escritores como Guerra Junqueiro (1850-1923).

Maria Amália Vaz de Carvalho assinou contos, cartas, ensaios e biografias, crônicas, artigos políticos, folhetins de crítica e fez diversas traduções, para além de ter analisado, também, a condição feminina na sociedade do seu tempo. Importante ressaltar a significativa obra acerca da formação das crianças e das mulheres, como por exemplo: **Cartas a Uma Noiva** (1891), na qual assume posições bastante tradicionalistas e de acordo com o previsto socialmente.

A sua residência funcionou como uma espécie de salão literário, local que recebeu escritores como Camilo Castelo Branco (1825-1890), Eça de Queirós (1845-1900), Ramalho

Ortigão (1836-1915), Guerra Junqueiro. Iniciou a sua colaboração jornalística no **Diário Popular**, época que assinava com o pseudônimo de Valentina de Lucena, mas colaborou também no **Jornal do Comércio, Repórter, Artes e Letras, Diário de Notícias, Novidades, Ocidente** (1778-1914) e **Comércio do Porto** (1854-2005). Além desses periódicos, mencionamos sua intensa colaboração em jornais brasileiros, especialmente os jornais que circularam no Pará, no Maranhão e Rio de Janeiro.

Grande parte de suas crônicas, nomeadamente as consagradas à crítica literária, foram reunidas nos volumes **Serões no Campo** (1877), **Arabescos** (1880), **Em Portugal e no Estrangeiro** (1899) e **Figuras de Ontem e de Hoje** (1902). Entre 1898 e 1903 publicou a biografia **Vida do Duque de Palmela D. Pedro de Sousa e Holstein**. Na sua vasta obra, destacam-se também **Crônicas de Valentina** (1890), **A Arte de Viver na Sociedade** (1897), **As Nossas Filhas** (1905), **No Meu Cantinho** (1909) e **Contos para os Nossos Filhos** uma compilação de contos infantis, publicada em 1886, escrita em parceria com o seu marido Gonçalves Crespo.

Figura 25 - Maria Amália Vaz de Carvalho, na **Revista Moderna**

Fonte: Hemeroteca digital, Biblioteca Nacional Digital – Brasil.

Dados: Informação da **Revista Moderna**: magazine brasileiro editada em Paris - França, edição 24, 1898, p. 1
Ilustração de Maria Amália Vaz de Carvalho.

Os estudos acerca do espólio de Maria Amália são divididos entre os pesquisadores que consideram que a autora teve uma fase de escrita vista como conservadora e outro grupo de críticos que julga ciclo de transição, com uma produção mais liberal e progressista. A escritora pertencia a uma vertente conservadora, que rejeitava a ideia da mulher trabalhadora na esfera pública, bem como do voto feminino, embora defendesse uma educação para as mulheres para que se tornassem companheiras úteis e encantadoras. Já nos últimos anos do século XIX, é reproduzido um artigo da autora na revista **A Mensageira** (1897-1900), no qual foi exposta sua dificuldade anterior em aceitar a ideia da emancipação política da mulher, contudo, “cedendo às modificações de seu tempo”:

Eu confesso que tenho pela chamada emancipação política da mulher uma repugnância invencível. Custa-me infinitamente a compreender essa nova figura híbrida, que a civilização moderna tem produzido e vai produzir mais e mais. Fui educada sob a influência de idéias que já não coadunam com o momento atual. (...) Não sucede hoje assim. A gente é que tem de se modificar rapidamente para seguir as modificações do seu tempo. (...) O século XX verá a mulher trabalhando ao lado do homem, correndo com ele em todas as carreiras liberais (...) (CARVALHO, 1899, p.133).

A checagem desse material que circulou no século XIX, nas páginas dos periódicos, proporciona o entendimento sobre o início das discussões que culminaram com a ideia de feminismo propriamente dito. Por exemplo, por volta de 1850, na cultura brasileira dissemina-se uma concepção idealizada da representação social da mulher como mãe, já divulgado na Europa desde o século XVII. Percebemos que, ao mesmo tempo em que ocorria o processo de modernização da capital brasileira, Rio de Janeiro, de Recife, do Grão-Pará e do Maranhão. A partir da década de 1880, vertentes de pensamento ligadas ao Positivismo tentavam redefinir os comportamentos da sociedade em um processo disciplinador e civilizatório.

Constatamos que havia a construção social dos modelos dominantes de feminilidade, seus veículos de formação e articulação com a realidade; por outro lado, também a progressiva incorporação das mulheres no espaço público, ainda que com limitações.

A exemplo de outros países europeus, também em Portugal a construção do Estado-nação implicou a delimitação das fronteiras entre os espaços públicos e privados, os quais sendo sexualmente conotados, excluía as mulheres dos primeiros. Da aceitação desta partilha à sua contestação percorreu-se um longo caminho, através do qual foi sendo construída a personalidade feminina como ser social e político, sendo as reivindicações de direitos, em especial da instrução, elementos-chave do acesso à cidadania. Portanto, transformações aconteceram tanto no Brasil como em Portugal, com a instauração da República. Sobre Portugal, Irene Vaquinhas nos conta como eram as ideias preconcebidas acerca da instrução das mulheres:

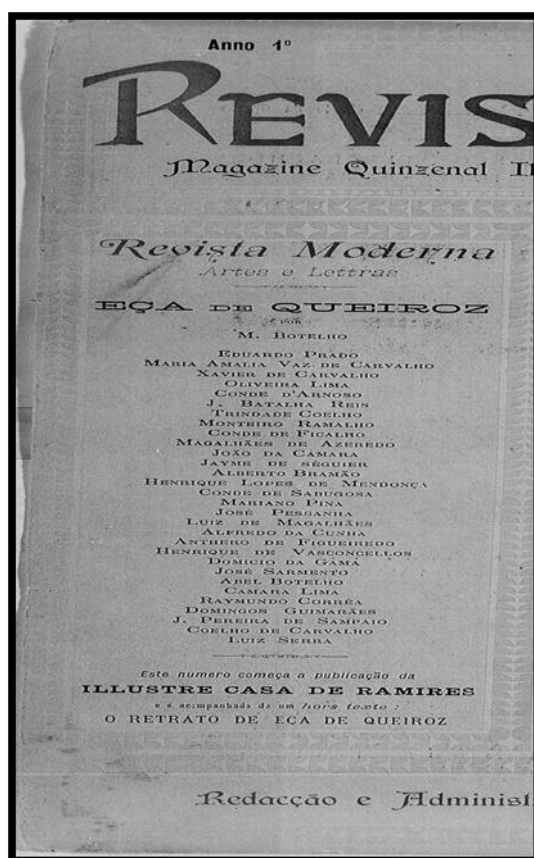
Liceus femininos! Estas duas palavras, assim unidas, são um tema pavoroso para o nosso meio social acanhado e atrasado. [...] à imaginação da nossa gente, que não conhece o verdadeiro sentido delas salta logo a ideia de um enxame de mulheres pedantes, espécie de ratas sábias, que só falarão de ciências e literatices, incapazes de aturar e tratar crianças, que nunca pensarão nas obrigações do lar doméstico, que terão horror a entrar numa cozinha; numa palavra, mulheres sabichonas e ridículas, péssimas esposas, mães detestáveis, filhas delambidas e impossíveis (VAQUINHAS, 2000, p. 31-32).

Irene Vaquinhas apresenta como as mulheres não eram postas como principal

personagem na proposta de construção da família considerada tradicional, na verdade, eram vítimas de críticas nos inúmeros jornais e revistas publicadas ao longo dos séculos XIX e início dos XX, sendo alvo de preconceito.

Sobre o prestígio de Maria Amália, demonstramos na figura 26 que a autora participou de uma edição especial que era comemorativa sobre Eça de Queiroz e entre os nomes dispostos nessa página, o nome da portuguesa é o único feminino ao lado de outros 26 nomes de autores, o que sinaliza seu lugar de destaque no meio literário.

Figura 26 – Nome de Maria Amália na **Revista moderna** – edição em homenagem a Eça de Queiroz



Fonte: hemeroteca digital, da Biblioteca Nacional Digital – Brasil.

Dados: Informação retirada da **Revista Moderna**, edição especial que homenagiava Eça de Queiroz, página de frontispício do jornal.

Sob esta óptica, poderíamos afirmar, inclusive, que Maria Amália Vaz de Carvalho, na medida em que se fazia apreciar e respeitar pela intelectualidade de seu tempo, abria para as brasileiras um novo espaço, antes vedado, realizando assim a façanha de tornar-se uma verdadeira profissional das letras, em um terreno monopolizado pelos homens.

Vemos na imagem que faz referência à publicação em homenagem a Eça de Queiroz,

Maria Amália como a única mulher que aparece na tiragem da **revista Moderna** em sua edição comemorativa, assim, criamos duas hipóteses para tentar explicar tal acontecimento, a primeira seria a autora adotar uma perspectiva conservadora em seus escritos e assim corroborar com o que a maioria dos homens pensava sobre a figura feminina, e a segunda seria o fato de ser casada com Gonçalves Crespo, obtendo uma espécie de endosso pelo matrimônio, fazendo-se aceita entre esses nomes masculinos.

Voltando aos jornais e documentos do século XIX, podemos verificar essa perspectiva mais conservadora radicada na sobrevalorização da ideia tradicional das mulheres como “alicerces da família” (JINZENJI, 2010, p. 50), por oposição aos homens, a quem competiam as tarefas do domínio público. A diferenciação de gêneros, sublinhada pelas limitações cívicas e políticas impostas ao sexo feminino, prolongou-se pela I República, apesar dos discursos críticos das feministas e de alguns republicanos.

Tornou-se claro a instrução como fundamental para a valorização das mulheres, situação que foi alcançada, primeiro, por uma minoria constituída pela alta-sociedade, viajada, esclarecida, à qual se juntou, progressivamente, a classe média. Ao longo deste percurso, coexistiram duas concepções distintas da atribuição feminina na sociedade, nas figuras de Maria Amália Vaz de Carvalho e Guiomar Torrezão, a primeira representava uma visão mais conservadora e a segunda com posição mais progressista.

Em uma atitude aparentemente suspeita, em face de movimentos e vozes de emancipação feminina, Maria Amália, em alguns de seus escritos, defende que a mulher foi criada para ser esposa e mãe, “para depender do braço amoroso que protege, escuda e cinge docemente”, porém, admite formas de visibilidade social, no domínio da arte, da literatura e do ensino particular, tendo sempre presente a significação do papel da mulher a implicar o “progresso moral e intelectual do sexo feminino”.

Devemos lembrar que os periódicos inclinados ao conservadorismo procuravam corresponder à demanda do público leitor, em acordo com o modo de pensar, ao mesmo tempo em que pretendiam discipliná-lo e enquadrá-lo nas relações de poder existentes. Desse modo funcionam como um ponto de referência, no qual oferece receitas de vida, regras de comportamento, assim indica o que os leitores deveriam e, principalmente, o que não deveriam fazer.

Também vale destacar que o cristianismo (YALOM, 2002) subjacente à cultura dos países europeus ocidentais, desde sempre atribuiu ao casamento um caráter religioso, embora a tradição popular mantivesse com alguma fidelidade os simbolismos das formas originais da união romana. Todavia, a Igreja, ao incluir nos sacramentos a aliança matrimonial, estava

conceder a si própria o direito de regular as condições de existência da instituição do casamento bem como as que se referem aos impedimentos matrimoniais. Nesse quadro de costumes, foi competência exclusiva da Igreja, a união entre o homem e a mulher com a finalidade de constituírem família, e aos sacerdotes coube a função de, nos âmbitos canônico e civil, atribuir a essa união o caráter de sagração religiosa e de legalidade diante do Estado.

A definição dos papéis destinados aos homens e às mulheres nessa sociedade baseava-se na ideia da inferioridade feminina, tese defendida pela Igreja e pelo Estado, levando em conta o homem como a razão, enquanto a mulher se assemelha à emoção.

Quando a autora em questão não escrevia sobre a temática feminina, havia a necessidade de solicitar uma espécie de autorização para assim poder trabalhar com outros assuntos, como, por exemplo, uma crítica acerca da **Ilustre Casa de Ramires**, com datação de Cascais, 8 de novembro de 1867, na qual Maria Amália assina um artigo sobre o trabalho de Eça de Queiroz. Com uma introdução elaborada pela referida autora, percebemos que a nota foi uma solicitação do diretor da **Revista Moderna**:

Chegou-me, já retardada, a amável carta de 30 de outubro em que V. me pede para que eu colabore na justa homenagem, oferecida a Eça de Queiroz, por ocasião de se iniciar na sua Revista do mês de novembro o novo romance, a **Ilustre Casa de Ramires**, do grande escritor português. Acho tão pesada a responsabilidade; tão limitado o tempo que V. me dá; tão curto o espaço de que eu deva dispor no seu brilhante periódico: tão difícil a tentativa de lançar alguma luz em uma figura já tão intensamente iluminada; tão complicada, e estranha, e rara e cativante a personalidade eminente do grande artista, cujo talento multiforme não é possível cingir em poucas palavras, que o meu primeiro e quase irresistível impulso foi escusar-me fosse com que pretexto fosse, à tarefa deliciosa para o meu coração, quase inacessível à minha vontade (CARVALHO, 1867, p. 2).

A autora inicia a crítica com um pedido de desculpas e utiliza uma variedade de métodos para conferir autoridade à sua narrativa, isso pode ser visto em explicar o atraso da carta e que por isso talvez ela não tivesse tido tempo suficiente para elaborar com perfeição a crítica encomendada, notadamente, há a estratégia de modéstia quando cita como “difícil” a tarefa de escrever a respeito de Eça de Queiroz. Essa tática, de falsa modéstia, era uma constante nos escritos naquela época, para endossar uma espécie de defesa prévia, já antevendo futuras reprovações pelos pares.

A originalidade característica de Eça de Queiroz provém justamente destes contrastes, raros na alma portuguesa. O único escritor contemporâneo com quem ele compartilha de alguns aspectos é, a meu ver, Gustave Flaubert. Como este fez a *Bovary* e a *Tentação*, Eça fez o *Crime do Padre Amaro*, o seu soberbo e incomparável livro de observação aguda e terrível; e fez o *Sonho da Relíquia*, delicioso fragmento da mais requintada e orienta poesia

bíblica. Como este fez a Educação sentimental e a Salammnó, Eça fez os Maias, e tem sublimemente espalhado por jornais e revistas, pérolas de uma graça antiga em que a beleza e a claridade do céu da Grécia parecem embeber-se, irisando-as de mil cores deslumbradoras (CARVALHO, 1867, p. 2).

É importante perceber na elaboração do ensaio, a comparação entre Eça a Flaubert, e tal equivalência demonstra o conhecimento da obra dos dois escritores.

Na coluna intitulada “Notícias de Portugal”, com data do dia 5 de janeiro de 1899, entre inúmeras informações vindas de Portugal estava a notícia da publicação de um estudo feito por Maria Amália Vaz de Carvalho: “a ilustre escritora D. Maria Amália Vaz de Carvalho publicou o 1º volume do seu estudo sobre o Duque de Palmella, a quem tanto deveu a causa institucional” (A NOTÍCIA, 1899, p. 4).

Na quarta coluna do jornal **Cidade Nova**, com o título “Curso de História do Brasil por Annibal Mascarenhas”, havia a transcrição de uma crítica feita por Maria Amália, com uma nota introdutória requerendo permissão para a exposição das considerações da portuguesa. “Ao nosso venerando e respeitável colega **Jornal do Commercio** solicitamos a necessária permissão para transcrever o artigo da ilustre escritora portuguesa D. Maria Amália Vaz de Carvalho, que no domingo publicou, e em que se faz a crítica do Curso de História do Brasil do nosso companheiro de redação Annibal Mascarenhas”.

Entre os livros que recebo do Brasil e que me trazem sempre uma sensação de grata alegria, este livro, enviado pelo seu autor, pareceu-me de molde a interessar não somente a mim, mas os leitores deste Jornal, para cuja distração ou informação eu especialmente escrevo. É por este motivo que eu li com infinito gosto o 1º volume do Curso de História do Brasil, que o sr. Annibal Mascarenhas teve a gentileza d oferecer-me, e é por isso que venho anunciando-o aos leitores do Jornal do Commercio, dar-lhes um breve resumo da matéria que ele contém. A parte histórica do livro é precedida muito racionalmente, e como hoje começa a saber-se fazer em toda a parte onde compreende a ligação estreita que existe entre todos os fenômenos de ordens várias a cuja congregação se deve a vida de uma nacionalidade, por uma introdução cujos principais tópicos eu dou, para só com estes títulos dar uma ideia do método do autor (CARVALHO, 1893, p. 2).

O fragmento demonstra um modelo de conduta fora do que era exigido pela sociedade da época. Maria Amália era culta, lia bastante, circulava no mundo dos salões, e assim, era distinta de outras mulheres das quais era exigida abstenção de vida fora da esfera familiar.

Portanto, o estudo da imprensa, enquanto mecanismo de produção e difusão cultural revela-se igualmente importante na tentativa de compreender o imaginário social de uma determinada época. Nesse sentido, por meio da análise das diferentes representações do sexo

feminino encontrados na imprensa literária do século XIX, é possível perceber que na cultura patriarcal, a mulher é pensada como o significante do outro masculino e está presa em uma ordem simbólica, na qual o homem pode expressar suas “fantasias”, impondo-as sobre estas, que por sua vez, tornam-se portadoras de significado e não produtoras do mesmo.

Apesar da manifesta preocupação com a natureza moralizante e pedagógica das leituras presentes nos discursos políticos, mulheres e homens formavam o público que apreciava a literatura e, embora o romance pareça estar mais associado à leitura feminina, sabe-se que os homens também apreciavam as leituras romanescas, mesmo que se registrassem, em algumas especificidades, como a predileção das mulheres pelo gênero epistolar, desde o século XVIII, ou a maior inclinação masculina para o romance social e político.

Durante o desenvolvimento das sociedades, a história registra homens e mulheres em degraus diferenciados, principalmente em relação à educação. Ao atribuir aos homens a condição de donos do saber e às mulheres uma situação subordinada ideologicamente, ao poder masculino. A história vem salientar as desigualdades e em artigo intitulado “sotto você”, para o jornal **Mulher**, Maria Amália Vaz de Carvalho, explica:

A educação da mulher moderna é uma coisa que precisa inteiramente ser refundida. Na vida da corte a mulher era simplesmente um ornato gracioso, agradável à vista, delicado e efêmero. Deste ponto de vista artificial partia educação frívola, toda composta de superficialidades douradas, de que ainda resta o plano, a base e o conjunto mais ou menos modificado pelas circunstâncias. Agradar eis a divisa que instintivamente formava pelo meio em que nascia e medrava; toda a mulher tinha de escolher para norma de sua vida. Daqui as educações fidalgas que se resumiam em saber uma mesura com propriedade, em conhecer as diversas nuances com as quais se distinguia um superior, se obsequiava um igual, se colocava no seu lugar secundário um inferior pela posição e pelo nascimento, em dançar com majestade e desenvoltura elegante, em responder com mais ou menos agudeza aos madrigais perfumados dos galans de salão, em ter enfim todos os pequenos defeitos graciosos que tornam a mulher a mais adorada das coquetes e a mais insofrível das companheiras. Em todos esses requintes da educação das classes ociosas o que há de útil, de prático, de positivo, de inspirador de são princípios, e de constantes e santas abnegações? Em que concorre todo esse luxo parasita, para a completa florescência de uma alma feminina? Que se deve e pode fazer para dar uma direção inteiramente oposta às altas faculdades nativas da mulher? A mulher precisa ser moralmente, mais forte do que o homem para conseguir levar a cabo a tarefa relativamente superior que a sociedade e a natureza lhe impõem (CARVALHO, 1888, p.1).

No excerto, a autora reflete acerca da educação oferecida às mulheres e endossa a respeito de uma visão cultural que mantém a mulher numa posição de inferioridade ao homem e não pela educação que lhe foi negada. Essas publicações a respeito da inclusão feminina na

educação demonstram que discutir, refletir e analisar tal temática, teve grande importância, pois só a partir desses debates surgiu um novo discurso filosófico sobre a mulher, com as manifestações contra a discriminação feminina e a luta pelo direito ao voto, acontecimentos que previam uma melhoria na perspectiva da vida das mulheres.

Sob a alcunha de “sexo frágil”, a mulher era considerada menor, tanto no ponto de vista intelectual, quanto psicológico. As suas leituras deveriam ser orientadas e, acima de tudo, os romances sentimentais evitados, o inimigo declarado, a quem era atribuída uma capacidade transfiguradora, capaz de afastar qualquer jovem dos seus deveres sociais, em especial os domésticos.

As próprias atitudes equalizantes das feministas e os esboços de um movimento emancipador das mulheres suscitaram receios desmedidos de inversão dos tradicionais papéis de gênero no seio do casal e de desorganização da ordem familiar. O que nas palavras de Pierre Bourdieu está disposto no fato de:

A visão dominante da divisão sexual exprime-se nos discursos tais como os ditados, os provérbios, os enigmas, os cantos, os poemas ou nas representações gráficas tais como as decorações murais, os motivos das cerâmicas ou dos tecidos. Mas ela se exprime igualmente bem nos objetos técnicos ou nas práticas: por exemplo, na estrutura do espaço, e em particular nas divisões interiores da casa ou na oposição entre a casa e o campo, ou ainda na organização do tempo, da jornada ou do ano agrário, e, mais amplamente, em todas as práticas, quase sempre ao mesmo tempo técnicas e rituais, e muito especialmente nas técnicas do corpo, posturas, maneiras, porte (BOURDIER, 2012, p. 18).

Os estudos disponíveis têm equacionado o lugar das mulheres na sociedade do seu tempo mediante a análise das normas e dos valores inculcados, das leituras recomendadas, dos modelos educativos propostos, dos locais de sociabilidade autorizados, ao mesmo tempo em que definiam os estereótipos dominantes da “boa filha, futura esposa e boa mãe”. Ideais modelados pela instituição familiar, a mãe seria o agente educador e socializador por excelência, o qual se manteria inalterável pelo menos até ao primeiro terço do século XX.

Posto isso, devemos pensar sobre um processo que envolve quebra de paradigmas, revisão de conceitos e novas formas de agir e de pensar, mudança de mentalidade e comportamento é lento e conflituoso. Ideias, conceitos e valores, enraizados por séculos em uma sociedade não desaparecem de um momento para o outro.

Complementando a reflexão anterior, também devemos ponderar sobre outro ponto que demandava a publicação de Maria Amália e Guiomar Torresão, no Brasil, como temáticas abordadas em seus textos, uma vez que as portuguesas refletiam acerca das conotações que cercavam o universo feminino à época.

Amar, divinizar, amaldiçoar, engrandecer a Mulher, reconhecer-lhe a soberania, a influência, foi então uma espécie de necessidade. Goethe fez vêr como Carlota, virtuosa e pura, leva Werther ao suicídio, e Margarida, inocente, leva Fausto ao crime e à perdição. Byron, Lamartine, Musset, trouxeram ao concerto universal as notas das suas três líras imortais (CARVALHO, 2017, p. 14).

Um desses conselhos sobre a educação das moças, publicado no jornal **A Pacotilha**, de 1881, expunha que a mulher devia ser ensinada a cozinhar e fazer bom pão, elaborar camisas, não usar cabelos postiços, não se “espartilhar” em demasia, não usar maquiagem, nem fazer uso de pó de arroz, trazer calçado largo e de sola grossa, lavar e engomar, usar os próprios vestidos, calcular que uma libra são dez mil réis, pontear meias e pregar botões, usar vestidos de casa e não se envergonhar disso. A mulher necessitava preferir nos maridos a reputação e não dinheiro, saber que um rapaz trabalhador e de boa procedência valia mais do que uma dúzia de valiosos vestidos de ponto em branco. E, principalmente, compreender que quanto mais se subordinavam as despesas ao mês de que se dispõe, tanto mais se poupava, pois quanto mais uma pessoa se afastava da economia, mais se aproximava da pobreza.

Essa perspectiva, de colocar nas mãos da mulher todo o peso da educação dos filhos não é apenas uma característica dos editoriais de Maria Amália, mas um aspecto enfatizado por grande parte de autores e autoras na sociedade brasileira do final do século XIX.

Maria Amália Vaz de Carvalho deixou uma vasta obra com ênfase para a reflexão da vida cultural, social e política de sua época e, portanto, sua produção recebeu críticas que possibilitaram a ela uma melhor formação intelectual.

Os textos assinados por Maria Amália endossam a perspectiva do conservadorismo, ou seja, eram desfavoráveis à emancipação feminina e, dessa forma, é preciso rever posições, contar outras histórias do feminismo, capazes de ampliar o horizonte das conquistas femininas, geralmente com incertezas de vitórias.

A atuação dessas escritoras, especialmente por meio da escrita literária, desvela, em particular, o intenso interesse e suas participações ativas na vida intelectual do final do século XIX e início do XX. Esse foi um período em que a sociedade ocidental passou por intensas mudanças de ordem política, econômica, social e cultural, assim como nas formas de comportamento e de percepção da realidade.

Os discursos em defesa de reformas na educação feminina eram voltados principalmente para as mulheres dos segmentos médios, aconselhando-as a não considerarem o trabalho como castigo e sim como algo que engrandecia a mulher. O casamento não seria

aos olhos do homem um “espectro”, mas sim um meio salutar e econômico de união e assim preencher os “fins físicos e morais impostos pela natureza e pela sociedade”.

As temáticas sobre as quais Maria Amália decidiu escrever são também centrais para compreendermos o que dizer desejava defender e a maneira como queria fazê-lo. Tais assuntos eram referentes ao cotidiano feminino (a maternidade, o amor e o casamento, por exemplo), muito frequente em seus textos.

3.3.1 Uma rabiscadora d'além-mar⁴⁸

O século XIX apresenta-se como um momento histórico de conquista e mudanças para o mundo feminino. O avanço para um mundo com maior liberdade estava relacionado com a participação no meio público, o início do fim da segregação de gênero em festas e salões e a diminuição da total reclusão ao espaço privado e à casa.

Muitas mulheres, que no Oitocentos e início do Novecentos, almejavam a profissionalização por meio do trabalho intelectual, fora do lar, muitas vezes foram ridicularizadas, difamadas e por conta disso, outras (mais cautelosas) insistiram na necessidade de se definir um repertório cultural considerado adequado ao público feminino.

Nos ambientes progressistas, especialmente por meio da imprensa, defendia-se a ideia de educar as mulheres para que melhor desempenhassem suas funções de esposa e mãe, ao mesmo tempo em que se condenava a atitude dos pais que não permitiam que suas filhas aprendessem a ler e escrever.

Como sabemos, vários foram os meios utilizados na consolidação dos estereótipos do sexo feminino, entre eles, a escrita, até então campo de domínio quase que exclusivamente masculino, constituindo-se, assim, em um lugar de poder e legitimação. Júlia Lopes de Almeida, no Brasil, e Maria Amália Vaz de Carvalho, em Portugal, foram mulheres que produziram para jornais no século XIX, com variadas temáticas, conforme destacou Júlia Lopes de Almeida, no artigo “Maria Amália Vaz de Carvalho”, com data de 31 de outubro de 1889, nas páginas da **A Estação** (edição para o Brasil):

Por tudo isso eu desejava vê-la de perto e falar-lhe, ou, para melhor dizer, ouvi-la falar. Chegou um dia em que isso aconteceu. Meu marido tinha tido a feliz lembrança de colecionar os originais de doze sonetos feitos à morte de Gonçalves Crespo pelos nossos primeiros poetas, e publicadas por ele na

⁴⁸ Essa denominação Maria Amália recebeu em nota crítica assinada pelas iniciais P B no jornal **O Apostolo** do Rio de Janeiro.

Gazeta de Notícias, para oferece-los depois, cedo ou tarde, quando a oportunidade o determinasse, à viúva do grande poeta. Apareceu a ocasião anos depois. Foi esse pretexto para, num formoso dia, irmos bater à sua porta, na travessa de Santa Catarina nº 31, em Lisboa. Fazia frio, mandáramos entrar para uma sala e daí para outra sala mais estreita, onde Maria Amália escrevia em uma mesa pequena, ao lado do fogão aceso, envolta na lã preta de um longo vestido à princesa (ALMEIDA, 1889, p.2).

A produção de Maria Amália circulava em inúmeros periódicos do Brasil e de Portugal e por conta das suas intervenções pouco agressivas, teve acesso garantido aos leitores distribuídos pelos mais diferentes extratos sociais. Propostas de cunho mais revolucionário reservaram sua produção às páginas dos periódicos de circulação mais restrita e de menor tiragem.

E nesse pequeno gabinete amornado pelos estofos e pela alcaifa, iluminado por uma janela de sacada, que a laboriosa escritora dispende em horas de trabalho a sua força intelectual. É daquele pequeno recinto severo, onde não vi uma rosa nem um alegre ramo lilás, que a distinssima escritora atira para o jornalismo da sua terra e para o da nossa os seus belos artigos, que, se não tem a graça ondeante e leve, que faz sorrir, têm sempre a observação criteriosa do fato que crítica, ou desenvolvimento de uma tese que nos faz pensar. Não é um espírito de mulher, o seu, refletindo todas as luzes que o iluminem e voltado para onde o impilla o vento; é um espírito forte, subordinando à vontade, e que vai seguindo o seu caminho sem hesitação, embora para isso deixe muitas vezes transparecer o esforço que faz (ALMEIDA, 1889, p. 10).

Júlia Lopes de Almeida apresenta para seus interlocutores uma escritora empenhada em suas tarefas, quando explicita a ideia de “laboriosa escritora” que se “dispende em horas de trabalho” ao escrever para seu público, tanto de Portugal, quanto do Brasil. Almeida também preserva a figura da portuguesa pelo fato de construir um ambiente doméstico simples, sem muitos adornos. Ao mesmo tempo, a autora endossa o ideal de escrita masculina sobre o perfil da mulher quando destaca que Maria Amália não é “um espírito de mulher” e sim um “espírito forte”; tal postura demonstra que não era toda mulher que poderia apresentar habilidade para ser escritora, pois apenas as “mais fortes” poderiam ter esse diferencial.

Passaram-se meses. Fomos de novo à casa de Maria Amália Vaz de Carvalho, agradecer-lhe uma visita e um artigo que escreveu, muito lisonjeiro para nós. Na mesma sala, vestida de luto, como da primeira vez a autora das Cartas à Luiza, conversava com Oliveira Martins. Pouco depois saía o distinto historiador e entrava a duquesa de Palmella (ALMEIDA, 1889, p. 10).

Nesse fragmento, assim como no anterior, há a menção à vestimenta de Maria Amália Vaz de Carvalho, uma vez que a roupa tem o seu papel fundamental de comunicação simbólica, haja vista que, por meio da indumentária, o indivíduo consegue se impor de inúmeras maneiras, tanto sobre o papel e sua posição social, quanto sobre sua natureza

peçoal. Portanto, a menção às vestes pretas é distinção central para sinalizar que a portuguesa é uma senhora de respeito.

Os vários jornais dedicados ao público feminino, especialmente a partir da década de 1870, de propriedade e redação tanto de mulheres como de homens, passaram a enfatizar mais a questão dos costumes, fazer críticas e aconselhar sobre o casamento e a educação das moças. Diante da maior liberdade dos filhos e filhas para escolha do casamento, os discursos se voltavam para a questão da educação, como o meio capaz de garantir a felicidade conjugal. A preocupação maior era com as mulheres das camadas sociais médias e altas, pois estas, uma vez casadas, deveriam assumir as responsabilidades de um lar e dos cuidados com os filhos.

No número 24, na página 5, de agosto de 1898, a **Revista Moderna** divulgou uma nota de Luiz Serra⁴⁹ a qual sinalizava os pontos positivos da obra de Maria Amália, por conta de sua linhagem, já que a autora tem uma ligação hereditária com Sá de Miranda:

No seu livro **Poetas e Raças Finas**, diz Camillo Castello Branco: ‘a Exma. Sra. D. Maria Amália Vaz de Carvalho, a mais vigorosa escritora que ainda teve este paiz é undécima neta de Sá de Miranda’. Esta frase concisa do imortal escritor, a par da apreciação que o decorrer do tempo consagrou, revela um caso famoso de hereditariedade. Eu bem sei que uma undécima neta, embora do ilustre Sá de Miranda, pouco ou nenhum sangue tem de tão remoto avô, mas também não ignoro que casos há e frequentes em que, na falta de continuidade sanguínea, uma como que descendência espiritual se estabelece e, de geração em geração, ressurgem na feição idêntica do mesmo tipo cerebral, com a sua qualidade dominante de inteligência ou sentimento. Sá de Miranda foi um espírito eminentemente lúcido e bom. Das suas obras como da sua vida resulta uma forte impressão de ordem e tranquilidade. A sua modalidade literária, a parte algumas produções de agreste melancolia, foi o sentimento comedido e sensato. Todos estes famosos dotes do antepassado ressurgiram em Maria Amália subtilizados por uma alma feminina, de uma impressionabilidade estranha e inquieta, que os seus olhos luminosos e vivos permanentemente revelam. Dos três poderes que Platão outorgou à alma: a sensibilidade, a vontade e a razão é comum dizer-se que a mulher só possui o primeiro, intensamente, com tudo que é desequilibrado, e muitos autores vão até afirmar, como o Grande São Gregório, por exemplo, que a mulher não possui a noção do bem. Maria Amália Vaz de Carvalho é um desmentido flagrante a tão pouco galante doutrina, velha doutrina,

⁴⁹ Jeronymo de Sá, filho de Francisco de Sá Miranda casou em segundas núpcias com D. Joanna de Menezes. O filho destes, Francisco Sá e Menezes, casou com D. Antonia de Montarroyo, de quem houve dois filhos, Jeronymo e D. Brites, a qual entrou na casa de S. João de Rey casando com Diogo d’Azevedo. D. Maria de Athaide e Azevedo, sétima neta de Sá de Miranda casou com José Vaz de Carvalho, filho de Gonçalo José da Silveira Preto, hoje representado pelo sr. Manoel Vaz Preto Geraldês, par de reino. José Vaz de Carvalho e D. Maria d’Athaide foram pais de Gonçalo José Vaz de Carvalho, alcaide-mór e Visconde de Monção. O visconde teve um irmão, chamado Rodrigo Vaz de Carvalho que casou com sua prima co-irmã D. Maria Amália d’Azevedo, mãe de José Vaz de Carvalho, falecido em 1878, pai da sra. D. Maria Amália Vaz de Carvalho.

louvado Deus. A sua sensibilidade é como dissemos prodigiosa, mas a sua razão é larga e a sua vontade grande (SERRA, 1898, p. 6).

Ao lermos o artigo assinado por Luiz Serra encontramos a concepção de feminino associada à passividade, à incapacidade de ação, perigosas para serem sugestionáveis, intelectualmente débeis, pois quando o autor português apresenta que as habilidades de Sá de Miranda são “subtilizadas” pela escritora em questão, é como se tal capacidade estivesse sendo usada de forma menor por Maria Amália. Camilo ainda desabona as outras mulheres para assim conferir um diferencial positivo à portuguesa quando menciona que Platão diz que “os seres humanos têm três poderes: ‘a sensibilidade, a vontade e a razão, é comum dizer-se que a mulher só possui o primeiro, intensamente, com tudo que é desequilibrado’, e muitos autores vão até afirmar, como o Grande São Gregório, por exemplo, que a mulher não possui a noção do bem”.

Essas generalidades demonstram que havia uma necessidade por parte do patriarcado em definir a mulher como inferior em todos os segmentos sociais, políticos, históricos e culturais.

Data desta época o início da atividade literária de Maria Amália. Com o pseudônimo de Valentina de Lucena, a escritora, por recomendação do marido que facilmente a introduzia nas revistas literárias da época, em sucessivos folhetins, mais tarde colecionados em volume, dispendeu a inteligente sentimentalidade do seu espírito com largueza e rasgo, como lavrados opulento e satisfeito que, na alegria incontida da sua prosperidade, arremessa ao espaço o produto rico das douradas messes (SERRA, 1898, p. 6).

Luiz Serra continua a comentar sobre as atividades de escritora de Maria Amália. Na citação acima, o crítico assinala que Gonçalves Crespo teria facilidade ao inserir a esposa no mundo das revistas literárias da época. Tal comentário nos permite inferir que houve a necessidade do endosso do esposo para que a portuguesa começasse a atividade de escritora. Justamente porque não era esperada das mulheres a escrita e, menos ainda, a publicação. Gina Guedes Rafael (2011) lembra que, embora algumas mulheres soubessem ler, a escrita era uma atividade mais rara, visto que a educação feminina ainda dava os seus primeiros passos durante a primeira metade do século XIX. Vistas como incapazes de compreender matérias filosóficas e complexas, uma educação completa não era considerada necessária para os cuidados com a casa e dos filhos, logo, ensiná-las a escrever não era sequer obrigatório.

Durante 33 anos, a sua colaboração ilustrou quase todas as revistas literárias escritas em língua portuguesa, e progressivamente foi-se aquilatando, enriquecendo e repassando daquele espírito de equidade e indulgência, que origina a prática da vida. Como nos primeiros tempos das suas estreias

literárias, a mais vigorosa escritora portuguesa, segundo a expressão de Camilo, trabalha agora, obscuramente e minuciosamente, na biografia da Marquiza de Alorna, importante trabalho que oficialmente lhe foi encomendado (SERRA, 1898, p. 6).

A escritora portuguesa Maria Amália Vaz de Carvalho, que demonstra, com sua produção para livros e jornais, ser representante de uma geração cujo ideal era a mulher como o “anjo do lar”⁵⁰, teve uma ampla participação no debate em defesa da educação feminina, até porque, pode ter percebido que a temática sobre o “belo sexo” era mote da época.

As ideias sobre a educação no que se refere à mulher eram que a sociedade deveria preparar a figura feminina para ser uma companheira à altura da inteligência de seu marido e a mãe-educadora dos filhos, jamais para a emancipação feminina, sem pensar o contexto da criação da família. O discurso apresentado por Maria Amália Vaz de Carvalho harmonizava-se com o pensamento geral de sua época a respeito do lugar da mulher na sociedade, sendo até o final do século XIX poucas as vozes que se levantavam para defender o ensino superior para as mulheres e seus direitos políticos, tanto em Portugal como no Brasil.

Guia dedicado para a cultura das mimosas flores da vida, o livro da distinta escritora expande-se em conselhos salutares, condena a estufa da nossa educação convencional que esteriliza a planta dobrando-lhe as pétalas e atrofiando-lhe estames e pistilos; e proclama a escola livre da natureza corrigida por uma arte que não estiola mas vivifica (A ACTUALIDADE, DO PORTO).

Na seção literária do jornal **Apostolo**, no dia 15 de março de 1878, foi publicado um texto sobre a escritora Maria Amália Vaz de Carvalho:

Certamente já os nossos leitores estão plenamente convencidos de que razão de sobra tínhamos nós, quando os prevenimos afim de que se acautelassem com a **nova conselheira** que aprouve ao grande órgão da imprensa da corte dar-lhes, e isso gratuita e oficiosamente. Dizemos que já estarão convencidos da razão que nos assiste e assistia desde a primeira linha que escrevemos nestas colunas a respeito da sra. Maria Amália Vaz de Carvalho, e isto porque necessariamente já leram o último folhetim, publicado no jornal, de 10 do corrente mês, relativamente à morte do glorioso e sempre chorado Pio IX, é à eleição do novo pontífice, Leão XIII (APOSTOLO, 1878, p. 3).

⁵⁰ No final do século XIX, notadamente, por conta da proclamação da República: “A educação feminina, apesar da pretendida igualdade, diferenciava-se nos seus objetivos, pois, segundo os positivistas, o trabalho intelectual não devia fatigá-las, nem se constituir um risco a uma constituição que se afirmava frágil e nervosa, o que poderia, certamente, debilitar seus descendentes. Na verdade, o fim último da educação era preparar para atuar no espaço doméstico e incumbir-se do cuidado com o marido, não se cogitando que pudesse desempenhar uma profissão. A mulher educada dentro das aspirações masculinas seria uma companhia mais agradável para o homem que transitava regularmente no espaço urbano, diferentemente do período colonial com seu recolhimento e distanciamento do espaço da sociabilidade”. ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação**: a paixão pelo possível. 1 reimpressão. São Paulo: Editora UNESP, 1998, p. 19.

Maria Amália teve uma posição privilegiada, de “profissional das letras”, praticamente diferente de outras escritoras de sua época, mas isso não foi o suficiente para que ela não recebesse inúmeras críticas. Essa filiação ideológica defendida pelo autor anônimo remete aos ideais que a mulher não deveria se envolver em assuntos externos aos temas do lar. Na leitura do texto escrito por Maria Amália sobre o Papa, já temos um vislumbre de crítica aos valores cristãos, não aqueles do fossilizado catolicismo tradicional, mas de um cristianismo mais essencial, afinado com as propostas progressistas de Leão XIII no final do século XIX. O autor do texto menciona no fragmento citado que os editores do **Apostolo** já tinham pedido prevenção e cautela por parte do público em relação aos conselhos emitidos por Maria Amália Vaz de Carvalho:

Todo o folhetim da literata portuguesa se reduz a um acervo de despropósitos, inverdades e insolências, contra o que há de mais sagrado sobre a terra; e, pois, seria longo, fastidioso e por demais monótono, fazermos nestas colunas uma série de transcrições, com o fim de refutarmos as ideias errôneas e subversivas, que ousa querer propagar essa **rabiscadora d’além mar** (APOSTOLO, 1878, p. 3).

Havia uma espécie de interesse maior em não avaliar a mulher para elaborar tarefas que eram consideradas masculinas. Por isso, no trecho citado, há uma série de palavras que objetivam desabonar o trabalho da portuguesa. Tal atitude era tomada por parte de alguns homens e mulheres, porque se atentarmos nas representações iconográficas da leitura, por exemplo, a figura feminina é uma presença marcante que surge, associada a ambientes domésticos e recatados, próprios da sociedade burguesa oitocentista, patenteada nas páginas de livros, revistas e jornais da época, e não como escritora ou em qualquer outra atividade relacionada à escrita ou à leitura.

Ainda uma notícia do **Apostolo**, no dia 17 de março de 1878, intitulada “A folhetinista estrangeira do **Jornal do Commercio**”, que versa sobre a produção de Maria Amália, demonstramos o seguinte:

Vai ser doravante a Sra. Maria Amália Vaz de Carvalho, poetisa portuguesa folhetinista do **Jornal do Commercio**, à convite da respectiva redação[...]Maria Amália ia escrever alguns folhetins, em que daria muitos e uteis conselhos às nossas patrícias, é que achamos inadmissível, e isto porque a literata estrangeira talvez esteja muito no caso de recebe-los, e nunca dar-lhes a ninguém, quanto mais às nossas caras compatriotas! Já na edição de 17 de março de 1878, houve também uma crítica aos escritos assinados por Maria Amália, em uma coluna sem título, o texto foi intitulado: Insolências da “Gazeta de Pêtas”: “O **Apostolo** em seu número de ontem arriou a celha, arregaçou as mangas, pôs mãos à cintura, e soltou a língua contra a Exma. Sra. D. Maria Amália Vaz de Carvalho, distinta escritora portuguesa, e atualmente colaboradora do jornal do **Commercio**. O motivo dessa descompostura foi o folhetim dessa senhora sobre a morte de Pio IX e a eleição de Leão XIII, folhetim cuja responsabilidade a redação do

Jornal recusou, mas inseri-o, dando assim uma prova de que respeita as ideias alheias. Porque a folhetinista do Jornal do Commercio recebeu a encomenda de escrever alguns folhetins a tanto por mês, não se segue que tenha o direito de insultar as nossas crenças, e insinuar às nossas patricias as mais deletérias doutrinas a título de que são conselhos. Quem encomendou o sermão que lhe pague. Uma senhora, por isso que o é, não deve ser uma pedante e meter-se à abelhuda em coisas que não sabe e que não lhe compete elucidar” (APOSTOLO, 1878, p. 2).

Apesar de Maria Amália ser considerada uma escritora mais inclinada aos ideais conservadores, para jornais com a proposta editorial do **Apostolo** não era de bom tom uma mulher escrever acerca de certas temáticas. Mesmo a autora sempre aconselhando às mães a não permitirem que as filhas lessem a “má” literatura, observamos que para os editores do jornal religioso publicar alguns assuntos de temáticas “delicadas” era algo complicado para que fosse feito por mulheres.

Assim sendo, a maternidade e a castidade eram os principais atributos da feminilidade no século XIX e qualquer atitude, como escrever, poderia ferir a imagem de boa esposa, de boa mãe e de boa filha, podendo destruir a vida de uma mulher. Dessa maneira, percebemos a desigualdade de gênero e visão da mulher em sua condição de secundariedade social e política.

Assim, mesmo em situação desigual e desfavorável, mulheres, a exemplo de Guiomar Torrezão e Maria Amália Vaz de Carvalho, participaram da cultura impressa de seus países, como escritoras, jornalistas e leitoras, produzindo imagens de si mesmas, das outras e da nação. Mas, ao contrário da perspectiva hegemônica de representar a nação presente na literatura escrita por homens, a qual tende apregoar um modelo de domesticação e de submissão feminina, argumento que essas escritoras construíram suas próprias representações de nação ao associar o progresso nacional à emancipação e à independência feminina.

A imprensa, como o meio de comunicação de maior alcance e capaz de usar uma linguagem específica para o público que pretendia atingir, exerceu um importante papel na difusão de imagens e de ideias sobre a mulher, sua missão e seus papéis sociais. No caso da “imprensa feminina” e “imprensa sobre feminino”, revestia-se de uma áurea missionária, de caráter educativo, que estaria além do mero entretenimento e do interesse financeiro, como pode ser percebido nos apelos às assinantes para que se sentissem responsáveis pela manutenção dos periódicos, especialmente as revistas femininas surgidas no final do século XIX.

A imprensa foi um canal importante nos debates sobre a educação feminina no século XIX, especialmente os periódicos e obras literárias destinadas a esse público. Os

discursos, muitos deles em forma de conselhos, faziam referência à chamada “natureza feminina”, enfatizando que a vocação da mulher estava em amar e ser amada, mas para isso era necessário o adorno da inteligência.

Acreditamos oportuno o painel biográfico das escritoras, a posição das escritoras favoráveis ou contrárias à mulher ser emancipada e como outros atores que circulavam nos jornais pensavam tanto acerca das escritoras, quanto sobre o papel da figura feminina. O acesso à leitura, à escolarização e a consequente procura de informação abriram à mulher do século XIX novas oportunidades e permitiram-lhe o acesso à vida pública, na medida em que deixou de estar circunscrita à esfera da família. Na promoção da melhoria educacional da população, a imprensa foi usada como meio de difundir ideias, de dialogar com os leitores e, assim, instaurou um novo tipo de relação entre o autor e o seu público, sendo que as mulheres fizeram parte desta nova plateia. Além disso, estas mulheres tiveram a forte convicção de que deveriam usar a instrução e os jornais a seu favor, como um meio privilegiado de valorização social e intelectual.

4 GUIOMAR TORREZÃO E MARIA AMÁLIA VAZ DE CARVALHO: AFASTAMENTOS E APROXIMAÇÕES NAS IDEIAS SOBRE EMANCIPAÇÃO DA MULHER

*Dizia Napoleão I, que, educando-se a mulher, preparava-se o futuro. A mulher é o principal motor do desenvolvimento humano. Quanto mais virtuosa e ilustrada for, melhores e mais bem educados serão os homens. A mãe é sentinela vigilante que vela a vida preciosa da criança.*⁵¹

*A mulher brasileira, educada como é hoje, pode levantar o espírito nacional, fazendo de nossa pátria uma verdadeira e grande família?*⁵²

*Emancipemos a mulher, porque ela o merece, porque é um direito seu, porque ela é igual ao homem no uso e emprego de suas faculdades. Abramos as portas das Ciências, das Letras e Artes e façamo-la tomar parte ao lado do homem nos banquetes da inteligência. As nossas ideias são essas a despeito de muitos que consideram a mulher inferior ao homem, indigna e incapaz dos trabalhos de inteligência, e só com possibilidades de dirigir uma casa, remendar meias, fazer quitutes e aguentar com os filhos.*⁵³

Sabemos que as publicações, os anúncios, as críticas e tudo que estava relacionado ao nome de Guiomar Torrezão e de Maria Amália Vaz de Carvalho teve uma circulação intensa no século XIX no Brasil, essa movimentação envolve a atividade em livros e na imprensa periódica, mas o que nos chamou a atenção foi o fato de grande parte das publicações encontradas nos jornais paraenses tratarem sobre a figura feminina, ou se inclinarem para temas correlatos ao universo da mulher, a saber, os assuntos são: o comportamento sobre o matrimônio, o ideal de vestimenta adequada para a época, a leitura e a emancipação da mulher.

Dessas publicações, organizamos uma tabela dispondo os textos de Guiomar Torrezão e Maria Amália respectivamente, a partir disso, fizemos um recorte para trabalhar com as publicações que mais apresentavam em seu conteúdo reflexões sobre a concordância

⁵¹ Sem autoria, **A educação feminina**. Publicação de **O paiz**, 1887, edição 24, p. 3.

⁵² COSTA, Fernando. **A sociedade patriarcal brasileira e a opressão feminina**. Publicação da **Gazeta de Notícias**, 1883, edição 124, p. 3.

⁵³ PAIVA, Alfredo de. **Emancipação da mulher**. Publicação no **Correio Mercantil**, 1887, edição 33, p. 2.

ou discordância com autonomia da mulher no que tange temas como: modos de vestimenta, casamento e comportamento, leitura e escrita feminina. Cabe dizer que fizemos a leitura de todo o material mencionado na tabela, mas por conta de questões metodológicas, essa apuração dos textos foi necessária para fazer essa separação do que seria usado na tese e o que ficaria para um próximo momento, para um novo projeto ou para a análise de outro aluno.

Tabela 7– Publicações de Guiomar Torrezão e Maria Amália Vaz de Carvalho nos jornais paraenses

GUIOMAR TORREZÃO		
TÍTULO DA PUBLICAÇÃO⁵⁴	JORNAL	DATA DA PUBLICAÇÃO
Aos vinte anos	A Província do Pará	12 de junho de 1883
Um drama histórico	A Província do Pará	10 de janeiro de 1885
A Hollanda	A Província do Pará	10 de abril de 1885
Balzac na intimidade	A Província do Pará	14 de abril de 1886
Prosaicos e poeticos	A Província do Pará	7 de maio de 1886
O morango do diabo	A Província do Pará	9 de maio de 1886
A última palavra	A Província do Pará	13 de maio de 1886
A esposa de Lamartine	A Província do Pará	14 de julho de 1886
A noiva	A Província do Pará	23 de junho de 1886
Martha Brandés	A Província do Pará	15 de julho de 1887
Amor vingado	A Província do Pará	20 de julho de 1887
Mademoiselle Fauvette	A Província do Pará	7 de agosto de 1887
Theorias femininas (arte de vestir)	A Província do Pará	11 de agosto de 1888

⁵⁴ Sobre as citações dos jornais, informamos que não haverá atualização da ortografia e nem da pontuação.

A cigana	A Província do Pará	9 de março de 1889
Sara Bernard	A Província do Pará	23 de outubro de 1889
Faltara-lhes o berço	A Província do Pará	13 de fevereiro de 1890
Margarida Ao Padre Senna Freitas	A Província do Pará	23 de março de 1890
O voto feminino	A Província do Pará	30 de outubro de 1890
A Actriz	A Província do Pará	8 de agosto de 1891
Conversando de Lisboa ao Rio de Janeiro	A Província do Pará	13 de agosto de 1891
Conversando de Lisboa ao Rio de Janeiro	A Província do Pará	5 de setembro de 1891
Conversando de Lisboa ao Rio de Janeiro	A Província do Pará	1 de outubro de 1891
Conversando de Lisboa ao Rio de Janeiro	A Província do Pará	15 de outubro de 1891
Conversando de Lisboa ao Rio de Janeiro	A Província do Pará	21 de outubro de 1891
A formosura	A Província do Pará	24 de outubro de 1891

MARIA AMÁLIA VAZ DE CARVALHO

TÍTULO DA PUBLICAÇÃO	JORNAL	DATA DA PUBLICAÇÃO
Os últimos amores de Goethe	A Província do Pará	18 de novembro 1877
O livro da Sra. Ratazzi resenha do livro de Camillo Castello Branco	A Província do Pará	9 de março de 1880
Em casa de Madame X.	A Província do Pará	8 de abril de 1880
Indianas e portuguesas Análise do livro de Christovam Ayres	A Província do Pará	11 e 12 de maio de 1880
Os remorsos do brasileiro	A Província do Pará	3 de junho de 1880
As cinco educações de Legouvè	A Província do Pará	8 e 9 de julho de 1880

A mulher do ministro	A Província do Pará	17 e 18 de julho de 1880
Uma vida perfeita	A Província do Pará	11 de outubro de 1880
As nossas filhas	A Província do Pará	10 de dezembro de 1880
A perceptora	A Província do Pará	22 e 23 de dezembro de 1880
A imaginação	A Província do Pará	9 de julho de 1885
As crises do casamento	A Província do Pará	11 de julho de 1885
A ciência e a fé	A Província do Pará	26 e 28 de julho de 1885
Conversações Lisbonenses	A Província do Pará	30 e 31 de julho de 1885
Cartas do campo	A Província do Pará	11 e 17 de novembro de 1885
Excerto de Cartas a Luiza	A Província do Pará	20 de julho 1886
Cartas femininas	A Província do Pará	5 de outubro de 1887
Alexandre Herculano	Diário de Belém	6 e 7 de janeiro de 1881
Da carteira de um observador	Diário de Belém	29 e 30 de janeiro de 1881
As duas assassinas	Diário de Belém	14 e 15 de novembro de 1882
Os seis companheiros insensíveis	Folha do Norte	18 e 19 de maio de 1899
O Judeu Mentiroso	Folha do Norte	24 de setembro de 1899
O movimento feminista atual	Folha do Norte	15 e 26 de fevereiro de 1896
Faux	O Liberal do Pará	13 de abril de 1878
A família	O Liberal do Pará	16 de abril de 1878
Cartas de uma juvenil mãe	O Liberal do Pará	17 de abril de 1878
O cerco de Merlin	O Liberal do Pará	30 de abril de 1878
As mães e as filhas	O Liberal do Pará	17 de novembro de 1878
As mulheres de Balzac	O Liberal do Pará	19 de outubro de 1879
Cartas femininas	O Liberal do Pará	3, 4 e 20 de outubro de 1888

Quadros e figuras do século XVIII	O Liberal do Pará	23 de outubro de 1888
A ociosidade feminina	A Constituição: órgão do Partido Conservador	13 de junho de 1891
<i>A Toilete</i>	A Constituição: órgão do Partido Conservador	16 de julho de 1891
A mestra	A Constituição: órgão do Partido Conservador	8 de setembro de 1891
Victor Hugo	Correio paraense	10 de setembro de 1891
Sociologia	Correio paraense	24 de agosto de 1892
O Papa e a República	Correio paraense	27 de agosto de 1892
Anatole France	Correio paraense	30 de outubro de 1892

Fonte: Hemeroteca digital – Biblioteca Nacional Digital – Brasil, setor de microfilmagem, da Biblioteca Arthur Vianna, da Fundação Cultural do Pará.

Dados: Tabela elaborada por PINHEIRO, 2017 a partir de pesquisas na hemeroteca digital nacional, no setor de microfilmagens do CENTUR e do cotejo de outras tabelas de pesquisadores do Grupo de Pesquisa em História Literária coordenado pela professora Dra. Germana Maria Araújo Sales. A comparação dos dados partiu de uma reorganização das tabelas elaboradas pelas discentes: FERREIRA, Edimara. 2008 que pesquisou **O Liberal do Pará**, FERREIRA, Sara, 2012 construiu a tabela com os dados d'**A Província do Pará**, NEO Camila, 2012 fez a pesquisa e organizou a tabela com as informações do **Diário de Belém**. Os jornais **Correio Paraense**, **Folha do Norte**, **A Constituição** e **Folha do Norte** foram pesquisados por PINHEIRO.

As escritoras portuguesas, Guiomar Torrezão e Maria Amália Vaz de Carvalho, que demonstraram com sua produção para livros e para jornais, serem representantes de uma geração cujo ideal era a mulher como o “anjo do lar”⁵⁵, as referidas autoras tiveram uma ampla participação no debate em defesa da educação feminina, até porque, podem ter percebido que a temática sobre o “belo sexo” era mote da época. Suas opiniões eram conhecidas do público paraense leitor dos jornais: **O correio paraense**, **Diário de Belém**, **O Liberal do Pará**, **A Província do Pará**, **A Constituição**: órgão do partido conservador,

⁵⁵ No final do século XIX, notadamente, por conta da Proclamação da República: “A educação feminina, apesar da pretendida igualdade, diferenciava-se nos seus objetivos, pois, segundo os positivistas, o trabalho intelectual não devia fatigá-las, nem se constituir um risco a uma constituição que se afirmava frágil e nervosa, o que poderia, certamente, debilitar seus descendentes. Na verdade, o fim último da educação era preparar para atuar no espaço doméstico e incumbir-se do cuidado com o marido, não se cogitando que pudesse desempenhar uma profissão. A mulher educada dentro das aspirações masculinas seria uma companhia mais agradável para o homem que transitava regularmente no espaço urbano, diferentemente do período colonial com seu recolhimento e distanciamento do espaço da sociabilidade”. ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação**: a paixão pelo possível. 1 reimpressão. São Paulo: Editora UNESP, 1998.p. 19.

Folha do Norte, entre outras folhas jornalísticas na segunda metade do século XIX, que divulgavam anúncios da chegada de obras das autoras.

Foi no século XIX a criação das ideias sobre a educação feminina e a sociedade deveria preparar a figura feminina para ser uma companheira à altura da inteligência de seus maridos, assim como a mãe-educadora dos filhos, e dificilmente esses conceitos estavam voltados para a emancipação feminina. Por isso, nesta seção vamos analisar um recorte das publicações organizadas na tabela 7, bem como entender se havia uma diferença nas publicações das portuguesas em questão, no que tange a defesa da autonomia feminina.

A partir do segundo quartel do século XIX, o ambiente sociocultural europeu apresentou diversas mudanças. Os ideais do Liberalismo⁵⁶ e da democracia ganharam uma dimensão cada vez maior. As ciências naturais desenvolveram-se e os métodos de experimentação e de observação da realidade passaram a ser encarados como os únicos capazes de explicar o mundo físico. Mas apesar dessas mudanças acontecerem, observamos que no Pará as publicações e as opiniões acerca do universo feminino seguiam na contramão do que acontecia em outros lugares.

4.1 Autonomia do “belo sexo”: convergências e divergências

Durante o século XIX, por exemplo, com o firmamento da sociedade capitalista, o sexo que era considerado “sexo forte” dominou as funções trabalhistas que representavam maior condição social e econômica, dado que houve um esforço, por parte da sociedade, em codificar as “profissões de mulher”, as quais são apresentadas, segundo Jizenji (2010), como as atividades marginais, isto é, aquelas que representavam menor prestígio social, sendo consideradas, portanto, como as que não interessavam aos homens.

As mulheres no século XIX atuavam como as responsáveis pelo lar e subjugadas pela soberania patriarcal⁵⁷, teriam que se dedicar integralmente à educação dos filhos e assim,

⁵⁶ Sobre o Liberalismo, destacamos que no transcurso do século XVIII consolida-se o sistema representativo na Inglaterra, isto é, encontram-se as formas de relacionamento entre o Poder Executivo e o Parlamento, de um lado, e de outro, fixa-se o papel da monarquia no conjunto do sistema. No mesmo período dá-se a estruturação dos partidos políticos. Lançam-se igualmente as bases do ordenamento liberal da vida social com o estabelecimento da liberdade religiosa (liberdade de consciência) e da liberdade de imprensa, bem como os parâmetros fundamentais da liberdade individual. O liberalismo é um conjunto de pensamentos que surgiu no século XVII e ganhou destaque na Europa do século XVIII. O seu apogeu ocorreu após a Revolução Industrial, no início do século XIX. Basicamente, a visão liberal de mundo consiste em enxergar que todos os seres humanos são dotados de capacidades para o trabalho e intelectuais e que todos têm direitos naturais a exercer a sua capacidade. PAIM, Antonio. **Evolução histórica do liberalismo**. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 1987.

⁵⁷ De acordo com Christine Delphy Patriarcado é uma palavra muito antiga, que mudou de sentido por volta do século XIX, com as primeiras teorias “dos estágios” da evolução das sociedades humanas, depois novamente no fim do século XX, com a segunda onda do feminismo surgida nos anos 70 no Ocidente. Nessa nova acepção.

renunciar à luta pelos seus direitos de cidadãs. O corpo feminino pertencia ao marido, e convinha controlar seus impulsos, afinal, desde os ensinamentos bíblicos até os manuais de Filosofia, a mulher era vista como detentora do pecado. A exaltação desses ideais está diretamente relacionada à ascensão do modelo familiar da época, marcado pela construção de um ambiente sólido e estável, filhos educados e esposa companheira, dedicada ao marido e ao lar. Nesse sentido, o sucesso da família dependerá das atitudes femininas. Segundo Maria Ângela D’Incao:

Num certo sentido, os homens eram bastante dependentes da imagem que suas mulheres pudessem traduzir para o restante das pessoas de seu grupo de convívio. Esposas, tias, irmãs, sobrinhas (e serviçais) cuidavam da imagem do homem público; esse homem estava rodeado por um conjunto de mulheres das quais esperava que o ajudassem a manter sua posição social (D’INCAO, 2018, p. 227).

Por outro lado, a organização coletiva da sociedade oitocentista tinha como fundamento basilar o discurso articulado da unidade familiar como suporte para a estabilidade social. Mas, apesar da família ser entendida como uma instituição social fundamental, na verdade, na gênese da esfera privada do lar, a mulher seria sujeita às inquietudes que a própria desigualdade de papéis entre sexos lhe impunha.

As mulheres no século XIX atuavam como responsáveis pelo lar, por isso, começaremos a compreender e analisar o que estava posto nos textos assinados por Guiomar Torrezão e Maria Amália Vaz de Carvalho, especialmente sobre a figura feminina, já que o raciocínio, a compreensão e a aptidão para a resolução dos problemas cotidianos seriam conceitos que também encontravam nas divergências entre as capacidades dos dois gêneros uma relação de inferioridade no feminino. A desfavorável imagem da inteligência atribuída às mulheres tomava-as vulneráveis e seres submissos à própria vontade masculina. Descobriremos quais as concepções das portuguesas sobre a autonomia das mulheres.

No texto “Do papel social da mulher”, divulgado no jorna **A Constituição**, Maria Amália Vaz de Carvalho tece considerações acerca sobre das mulheres receberem instrução.

Por que negar-lhe a instrução quando é ela mais apta, como têm verificado os mais abalizados pedagogistas, para educar a infância nos estabelecimentos públicos como particulares. A missão da mulher no mundo é ainda mais grandiosa que a do homem. Ela não pode continuar a ser simplesmente o ideal dos poetas. Até agora ela tem sido muito materializada, é preciso procurarmos espiritualiza-la, e só se conseguira esse fim com a instrução, que é a base de toda a existência. Depois da Idade Média o grande

feminista, o patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele, é assim, quase sinônimo de “dominação masculina” ou de opressão das mulheres. DELPHY, Christine. Patriarcado. In:

Lutero, que quis reformar o Cristianismo, foi o primeiro que soltou aos quatro ventos o brado da regeneração da mulher. Foi uma ideia maravilhosa que atravessou o espírito daquele monge revoltado e que propôs a abolição do celibato clerical (CARVALHO, Maria Amália Vaz de. “Do papel social da mulher”. Publicação no jornal **A Constituição**, edição 189, p. 2).

Desse modo, a concepção da inferioridade feminina ao nível das suas capacidades cognitivas, poderia ser interpretada como o resultado do próprio processo educativo destinado à formação da consciência feminina. Por isso, homens e mulheres eram entendidos na sociedade oitocentista de acordo com o conjunto de preconceitos e a relação direta das clivagens sociais vigentes. Os homens que a natureza dotara de um organismo mais robusto e musculado, representavam a força e o vigor físico. E, essa superioridade da estatura física seria ainda complementada também com a opinião vigente da superioridade intelectual dos homens. Neste contexto, e em oposição, as mulheres adjetivadas pela inferioridade física e intelectual apenas na esfera privada do lar encontravam espaço para a sua subordinada existência cotidiana.

Ancoradas a princípios normativos e a valores morais, as mulheres eram coautoras de uma sociedade que, todavia, as reprimia. Na concepção idealizada da mulher angelicalmente perfeita, a sua existência definia-se em função do próprio homem. A elas estava predestinado, contudo, o papel secundário em uma sociedade demarcada pelas histórias, pelos sentimentos e pelos pensamentos alheios ao sentir feminino. Por tudo isso, a configuração do modelo feminino de domesticidade oitocentista estava associada à ideia da inferioridade feminina em relação ao homem, na base de uma culpabilização originária.

Essa figura feminina idealizada é demonstrada também na publicação “Em casa de Mme. X” no seguinte trecho:

O marido, engenheiro distinto, home de pensamento e de acção, de estudo e de applicações praticas, ocupa-se de empresas industriaes, a mulher uma encantadora senhora de 40 annos, meiga, digna e afável, occupa-se da educação de seus filhos e do amando e governo da sua casa. Madame X tem cinco filhas e dous filhos. Os filhos estão de baixo da direção de seu pae. Cursam escolas superiores. Em breve estarão promptos para a vida (CARVALHO, 1888, p.1).

No universo familiar, geralmente, a mulher encontrava um papel que a circunscrevia à vida doméstica e às obrigações maternais. Na esfera privada do lar, o modelo familiar oitocentista adotava as concepções moralistas e conservadoras que atribuíam ao cotidiano feminino um conjunto de vivências/obrigações em tom da típica condição feminina.

Isso sinaliza as demarcações profissionais que, a exemplo dos afazeres domésticos, eram vistas como propensão feminina e que endossavam cada vez mais a simbólica do

masculino sobre a mulher. Portanto, para entendermos como essa subjugação da mulher acontecia, vamos começar o trabalho com os textos de Guiomar e Maria Amália que tratam sobre a emancipação da figura feminina.

No texto “A cigana” divulgado no jornal **A Província do Pará** Guiomar Torrezão apresenta uma ideia que destoa da tradicional família cristã quando diz que:

“Extraordinária e feliz, pensa-se, instintivamente, ao ver os chegar de longe, estreitamente unidos, formando uma só família, para não dizer uma dymnastia, viajando juntos, como andorinhas, amando-se com o doido exclusivismo que antecipa os gosos celestiais, no desdém absoluto de todas as teocracias e autocracias. E todavia sobre essa raça vigorosa e robusta, sobre essa tribu independente e altiva, que é como que um desafio atirado ao nosso organismo depauperado, à nossa civilização submetida à tyrannia do preconceito, pesa uma melancolia, perfeitamente typica, que não se parece com o tédio moderno inseparável das pecadoras” (TORREZÃO, 1888, p. 2).

Sobre algumas obras assinadas por Guiomar Torrezão, percebemos que a autora exalta situações nas quais mulheres de outras nações, de distintas profissões, especialmente as artistas ousam viver o seu cotidiano, que era longe desse universo de prendas domésticas. No mundo das mulheres ciganas.

Já em grande parte das sociedades do Ocidente, a mulher seria cuidadosamente educada para no seu futuro cumprir a moralidade e os costumes norteadores da sociedade em que viviam. Deste modo, desejava-se que nas suas condutas se refletissem as normas da convivência, da educação esmerada, da organização familiar e da virtude feminina. A garantia dessas práticas no cotidiano feminino seria, então, a suposta base idearia da feminilidade assim como a promessa de estabilidade e conforto para toda a sua família.

No mundo moderno, a mulher representa um pouco o papel que no mundo pagão representam os escravos, que no mundo feudal representaram os servos, que no mundo monárquico representam os plebeus (CARVALHO, Maria Amália Vaz de. “Cartas a Luiza”. Publicação d’ **A Província do Pará** 1897, edição 76, p. 2).

Essa impressão foi a público em 1897, n’**A Província do Pará**, cujo conteúdo reconhecia que a mulher tem um papel de subjugação ao lado de outras categorias que eram consideradas inferiores. O mais intrigante é que muitas vezes, a autora referendou essas atitudes conservadoras até mesmo para a época.

O conteúdo das publicações assinadas por Maria Amália que circularam em Belém tinha um teor mais vinculado ao ideal conservador, por outro lado, a autora já havia se inclinado a defender a emancipação feminina, com certa ressalva, já que para alguém guiada pelos ideais de Ernest Legouvé (1807-1903) e Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), era difícil tornar-se progressista e moderna de uma hora para outra.

O benefício que desta iniciação no trabalho resultaria é óbvio demais para que seja preciso acentuá-lo longamente. Seria o benefício moral colhido pela mulher uma vida laboriosa e útil que afugentaria à frivolidade habitual do seu espírito. Pouco a pouco a consciência de ser uma pessoa útil, uma produtora de riquezas, uma operária consciente que ganhava o que consumia, daria à mulher mais dignidade e mais satisfação íntima. Em vez de viver só para si, para o culto constante da sua própria beleza, enfeitando-se, despenteando-se, imitando as outras e despeitando-se quando não as imita bem, ela dedicar-se-ia ao serviço da beleza objetiva, da perfeição exterior a si, e embebida na sua obra, qualquer que ela fosse, esqueceria, poria um pouco de parte a sua empolgante e importuna personalidadezinha (CARVALHO, 1897, edição 87, p. 2).

O modelo de família ocidental que perdurou durante muitos anos, de base patriarcal, derivava-se da civilização romana e estava presente também em muitas sociedades primitivas. Nele, a mulher estava em plano secundário, não possuía equiparação de direitos com o homem. Na condição de filha, era considerada incapaz, sem recursos próprios e sem independência, quando concedida em união matrimonial passava do domínio do pai para o marido ficando sob a tutela deste e permanecendo em condição de subordinação por toda a sua vida. As ideias de Maria Amália Vaz de Carvalho foram bastante propaladas no Brasil a partir dos anos 80 do século XIX, seja por meio da imprensa, como colaboradora das revistas femininas e de jornais, seja pela publicação de suas obras em formato de livros destinados ao público feminino e à educação das crianças.

Podem os Estados Unidos, meio saxônicos e meio germânicos, pode a Inglaterra, podem os países do Norte – levando às extremas conclusões práticas o seu respeito, tradicional e herdado, pela independência e pela integridade moral da mulher – educar uma raça de trabalhadoras, tão enérgicas, tão ativas, tão independentes, tão capazes de se suprirem e de se bastarem a si mesmas como os homens dessas raças e dessas nações. Nem os latinos, nem os orientais, conseguirão nunca introduzir nos seus costumes, nas suas ideias, nos seus gostos, a noção de que a mulher é um ser independente, forte, igual ao homem. No Oriente a mulher ficou a eterna tutelada, a eterna pupila, a eterna irresponsável. Na França, na Itália, na Espanha, em Portugal, creio que no Brasil, latino de raça, a mulher, libertando-se dessa servidão miserável que o Oriente subjuga, conseguiu reinar sobre os homens, dominar indiretamente nas sociedades, mas em virtude daquela mesma fraqueza, daquele mesmo encanto de dócil dependência, dos quais as modernas tendências da educação tendem a despojá-la cruelmente (CARVALHO, 1887, edição 123, p. 3).

Até quando a autora inicia uma defesa de que a mulher pode praticar sozinha algumas tarefas, ela demonstrava um convencionalismo e um julgamento para com as mulheres e segue assim desmerecendo a atitude, a personalidade da mulher. Sobre essa inferioridade Irene Vaquinhas nos demonstra algumas informações:

Com um organismo débil (órgãos delicados, uma estrutura óssea fraca, tecidos moles e esponjosos, nervos bastante ramificados o que explicaria a grande sensibilidade e o predomínio da emoção sobre a razão), sujeita a indisposições periódicas que condicionam sua instabilidade humoral, a mulher é considerada no século XIX, como possuindo uma fisiologia patológica. Comprovaria esta fragilidade a falta de auto-controle, o que convertia a mulher num ser a proteger. Tratava-se de um ponto de vista bastante generalizado e que Michele sintetizou em uma só frase: “a mulher é uma doente”. O historiador Oliveira Martins partilha deste ponto de vista, expressando-o no artigo intitulado Educação da mulher, no qual comenta a obra de Maria Amália Vaz de Carvalho, Cartas a Luisa (VAQUINHAS, 2000, p. 22).

Maria Amália também vai manter certa coerência com todas essas vozes que subjugavam a figura feminina, contudo, existe uma situação que envolve todo esse universo (mulher, família e século XIX), já que por outro lado, o papel social feminino refletia também a importância que a gênese familiar atribuía à própria mulher. Pois, as mulheres, enquanto educadoras dos filhos, dariam um contributo positivo à sociedade caso preparassem homens equilibrados e dotados de bons valores morais e cívicos. Como essa mesma mulher que vivia sob a desconfiança da sociedade, por ser uma pessoa de nervos débeis, personalidade voluntariosa, como poderia ter toda essa carga e ser a base de uma família inteira.

Grande parte dos textos assinados por Maria Amália endossam essa ideia de mulher delicada, incapaz de praticar os mesmos ofícios dos homens. Sendo assim, na sua conduta social, as mulheres castas e de condição moralmente exemplar teriam a obrigação de praticar no seu cotidiano o modelo normativo que vigorava na época. Com isso as mulheres seriam, então, educadas de acordo com os seus futuros papéis sociais, que coadunavam nas práticas cotidianas o requinte e a moralidade apurada.

Deste modo, sendo a mulher um ser subalterno ao homem, o matrimônio decorria na vida feminina como uma necessidade social e familiar, que visava a própria subsistência da mulher. Segundo Maria Amália, o casamento ficcionava as referências da típica personagem feminina face ao universo representativo da feminilidade oitocentista:

A incapacidade absoluta da mulher dominar o seu destino, (...) A mulher que casou, porque não podia deixar de o fazer, que casou para ter pão, para ter casa, para ter luxo, para ter protector, um editor responsável da sua vida, e que tendo somente este objectivo, se não ocupou um instante em estudar e conhecer o homem a quem ia para sempre entregar-se. A criatura humilhada, dependente, parasita, vivendo das migalhas do luxo que a rodeia. A desgraçada que a sua fraqueza inteiramente desprotegida perdeu e abismou. Nenhuma destas mulheres condenadas ao descontentamento íntimo, à dolorosa inquietação da consciência, em resultado de uma causa idêntica, estar satisfeita consigo mesma (CARVALHO, 1887, p. 1).

Nas suas práticas cotidianas, a mulher encarnava as premissas recorrentes ao discurso delimitador do espaço doméstico e de vivências exclusivas da esfera privada. No perfil de mulher ideal, a sociedade oitocentista entendia um conjunto de princípios e de normas rigidamente vigentes, cuja aplicabilidade selecionaria as “verdadeiras damas”, de acordo com o teor das suas frágeis condutas femininas e com os critérios derivados dos diferentes estatutos sociais.

Novamente, demonstramos que em alguns jornais paraenses, havia outra portuguesa com outros traços de uma face feminina, Guiomar Torrezão descrevia um perfil de mulher diferente. No texto “A Hollanda”, a autora destaca a situação de uma família que perde o pai e com isso, a filha mais jovem assume o controle da família por conta de uma necessidade pautada pela perda do “chefe da família”:

Mademoiselle Shwarteze, a pessoa mais nova da casa, na idade de vinte anos, com a educação usual de toda a menina bem criada na Hollanda, falando quatro línguas, tocando um pouco piano e tendo do desenho as luzes elementares essenciaes a mulher da sociedade para não dizer parvoíces nos museus, e para esboçar em caso de necessidade um croquis pitoresco no álbum de uma amiga intima, tomou corajosamente o encargo de amparar pelo trabalho a casa orphã, e encerrando-se no atelier abandonado, entre os pinceis ainda embebidos em tinta, no meio dos carvões dispersos e quebrados na mão de seu pae, começou afincadamente a desenhar desde pela manhã até a noite (TORREZÃO, 1888, p. 2).

Essa situação da jovem holandesa é diferente da maioria dos comentários sobre as mulheres, já que grande parte das histórias são sobre moças, personagens de romance que são da classe abastada, ou quando são de grupos mais humildes recebem uma herança e conseguem casamento. A circunstância do texto “A Hollanda” a que pertencia à alta roda social e não à legião daquelas que trabalhavam rudemente “o campo ou na oficina” ao lado do homem, quando não à frente dele, isso acontecia porque as meninas deveriam ser educadas obedecendo a sua condição social na dinâmica familiar enquanto filha, mulher e mãe. Ser mulher girava em torno da maternidade, assumindo-se como personagem predestinada pela natureza para gerar e proteger a vida humana, representando um refúgio o próprio colo materno enquanto metáfora do útero como recinto protetor. De acordo com Ana Maria Lopes:

Apesar da inexistência de preparação específica para algumas profissões as mulheres tiveram em certos casos de as exercer, dando continuidade às actividades dos falecidos marido. “à mulher de proprietário, a mulher de comerciante, como mais tarde, a mulher de industrial surgem a assumir a direção dos negócios familiares por morte do marido” (LOPES, 2005, p. 108).

Para a mulher oitocentista seria exigida uma constante adaptação às etapas e às circunstâncias da sua vida conjugal/familiar. Nas várias etapas da vida, a mulher assumiria enquanto um elemento fundamental de dedicação ao cotidiano e à felicidade masculina. A tomada de consciência do papel desempenhado pela mulher na sociedade e na família representava uma prioridade, desde muito cedo, na própria educação e na vida das meninas. A transmissão e a incubação das tradições sociais pautadas naquele momento assumiriam extrema importância para a tomada de consciência das obrigações naturalmente atribuídas à mulher.

A mulher, cujo passado é negro, que viveu sempre engolfada na ignorância, e que não passou de uma vil escrava do homem, exige hoje sua emancipação. Mas em que consiste essa emancipação? Consiste em libertá-la das peias da cegueira de seu espírito; consiste em proporcionar-lhe as posições as que aspire, consiste em elevar a sua inteligência à altura dos grandes conhecimentos humanos; consiste, enfim, em fazê-la transformar o lar em escola, em um templo de amor e de luz, e não em foco de superstições. Nas Eras passadas a mulher era uma escrava. Com o aparecimento do Cristianismo foi ela que começou a regenerar-se, pois alcançou um trono para si no santuário da família. (CARVALHO, Maria Amália Vaz de.) “Do papel social da mulher” (Publicação no jornal **A Constituição**, edição 1889, p. 2).

Nessa situação, cabe uma reflexão, qual o motivo de ter ocorrido um retrocesso na condição feminina após a Revolução Francesa, em particular no começo do século XIX, tal regressão marcou profundamente a vida pública e privada das senhoras. Mônica Jinzenji ainda explica que as mulheres do período pré-revolucionário e mesmo as das primeiras fases da Revolução tiveram importante papel na política, exercitando seus direitos civis, fundando clubes que discutiam e elaboravam propostas visando a melhoria das condições de vida das cidadãs. Jinzenji compara esse momento de participação e de atuação das mulheres como o processo duplo de exclusão da vida política e de retraimento à esfera doméstica, salientando um discurso científico voltado para as diferenças biológicas com finalidade de demarcar espaços políticos de gênero.

No fundo o respeito dos latinos pela mulher tem seus laivos originais de superioridade e de desdém. Amam-na porque é doce, porque é melindrosa, porque é frágil e porque é linda, amam-na como amam as crianças e as flores. Mas não lhe permitem que ela exceda os limites que por eles homens lhe foi implacavelmente traçado, além do qual elas perdem o direito a sua cavalheirosa proteção e ao seu respeito artificial e levemente hipócrita (CARVALHO, 1887, edição 123, p. 3).

A mulher de virtude e de perfil idealizado pela sociedade portuguesa e brasileira representava uma espécie humana de capacidades intelectuais inferiores e cujo percurso

estava limitado ao casamento, educação dos filhos e dedicação às tarefas domésticas. Deste modo, a concepção feminina dominante nos anos oitocentos sublinhava a importância da mulher ser educada de acordo com a domesticidade inerente às suas funções familiares. De acordo com Mônica Jinzenji (2010) duas qualidades inerentes à condição da mulher seriam a “abnegação” e a “dedicação”. Estas virtudes femininas seriam fundamentais na dinâmica do próprio modelo familiar, pois a secundária função e a interdição à tomada de decisões importantes conduziam-na para a submissão e exclusividade da vida doméstica.

Nessa época, Maria de Carvalho pertencia a uma vertente conservadora, que além de defender “uma educação para as mulheres que as tornariam companheiras úteis e encantadoras, rejeitava a ideia da mulher trabalhadora na esfera pública, bem como repelia a ideia de voto feminino”. Já nos últimos anos do século XIX, é reproduzido um artigo da portuguesa, na revista **A Mensageira** (1897-1900), no qual expõe sua dificuldade anterior em aceitar a ideia da emancipação política da mulher, contudo, “cedendo às modificações de seu tempo”:

Eu confesso que tenho pela chamada emancipação política da mulher uma repugnância invencível. Custa-me infinitamente a compreender essa nova figura híbrida, que a civilização moderna tem produzido e vai produzir mais e mais. Fui educada sob a influência de ideias que já não coadunam com o momento atual. Não sucede hoje assim. A gente é que tem de se modificar rapidamente para seguir as modificações do seu tempo. O século XX verá a mulher trabalhando ao lado do homem, correndo com ele em todas as carreiras liberais (CARVALHO, Revista **A Mensageira**, 1899, p.13).

Maria Clara da Cunha Santos, na coluna “Carta do Rio”, da mesma revista, parabenizou a nova forma de pensar de Carvalho, a qual ela considera “mais prática e mais positiva”. É importante ressaltar, através desse exemplo de mudança de perspectiva de Maria Amália, que as escritoras dos últimos anos do século XIX já problematizavam aquele ideal que defendia: “a mulher devia se instruir para embelezar a vida de seu companheiro de existência, do eleito de sua alma, para se tornar a flor delicada do lar”. Nesse momento, elas viam a instrução como possibilidade para exercer uma profissão e se inspiravam em modelos femininos bem-sucedidos profissionalmente, para conclamar outras mulheres a seguirem o mesmo exemplo.

A ideia de emancipação partiu, pois, do passado, mas hoje é que começa a fazer eco no seio das Nações civilizadas. Os Estados Unidos, essa famosa Nação que tantos louros há conquistado, tantas invenções maravilhosas que têm causado admiração ao mundo inteiro geradas no cérebro de seus filhos, é apologeta da emancipação da mulher. A Inglaterra a mesma coisa. O Brasil deve, pois, seguir-lhes as pegadas, porque não faz mais do que dar uma prova do seu adiantamento das suas ideias, das suas crenças, dos seus

sentimentos (CARVALHO, Maria Amália Vaz de. “Do papel social da mulher”. Publicação no jornal **A Constituição**, edição 1889, p. 2).

Os críticos mais conservadores da modernidade pintavam um cenário apocalíptico, para os que se opusessem a ceder às discussões acerca da transformação da família considerada tradicional e com isso unir forças para a concretização da emancipação feminina, mas Maria Amália leitora atenta das ideias que insurgiam, escreveu “O feminismo atual”, que foi publicado na **Folha do Norte**, o que demonstra que a capital paraense estava em harmonia com as questões mundiais.

As questões que agitam este final de século são tantas e tão variadas, que para assuntos diferentes é solicitada a atenção dos observadores. No velho e novo mundo as mulheres agitam-se, querem a emancipação política, querem a liberdade individual. Repugna-lhes o papel de tuteladas a que até aqui têm estado reduzidas, e a sua grande ambição é augmentarem a confusão, o *gachis*, a anarquia mental da triste hora presente com mais emaranhada confusão, com um *gachis* mais completo, com uma mais pronunciada anarquia (CARVALHO, Maria Amália Vaz de. “O Movimento feminista atual” Publicação na **Folha do Norte**, 1896, edição: 57, p. 1).

Havia uma preocupação pela situação das mulheres e defesa dos seus direitos e das suas qualidades e feitos, não obstante a efetiva situação de subalternidade contra a qual se insurge a corrente feminista era latente e esporadicamente manifesta, em várias épocas e de várias maneiras. Contudo o que notamos na segunda parte do trecho citado é que Maria Amália não avalia com bons olhos essa mudança sobre a inserção do feminismo, e o que é chama atenção é o fato da produção ter vindo a público na **Folha do Norte**, um jornal de tendência mais progressista e liberal. Contudo, em outro trecho, Maria Amália aparenta estar mais inclinada aos ideais feministas:

Ora, para os espíritos bastante desenganados da vida, para saberem que nela não há nada absoluto, esta questão tem duas faces distintas que cumpre analisar lucidamente. Nada mais justo da parte do sexo feminino do que a sua aspiração à liberdade e mesmo à facilidade de conquistar pelo trabalho a independência, e pela destruição de um preconceito absurdo, a dignidade de sua inteligência e alforria de sua longa escravidão. (CARVALHO, Maria Amália Vaz de. “O Movimento feminista atual” (Publicação na **Folha do Norte**, 1896, edição: 57, p.1).

A análise da concepção oitocentista da feminilidade encaminha-nos para uma narração de pressupostos morais e cívicos, nos quais a educação é orientada pelas diferenciações sociofamiliares constantes nas práticas cotidianas femininas. Nas suas condutas as mulheres deveriam resplandecer, através da prática de um conjunto de valores e de

“características físicas angelicais” naturalmente atribuídas ao seu sexo, como que espelhando o reflexo da sua própria condição estabelecida na sociedade do Oitocentos.

Não é realmente está fácil objeção que pode ou deve demover a mulher do propósito de trabalhar, de trabalhar muito até conseguir, não direi igualar, o que considero impossível, mas aproximar-se do homem na perfeição da arte, ou na grandeza da inspiração. Tudo o que seja, porém, sair deste campo para querer ser política, para intrometer na governança dos Estados, para aumentar a triste desordem moderna com os impulsos do seu capricho, ou com as súbitas resoluções dos seus nervos doentes, parece-me, além de perigoso antipático e antinatural (CARVALHO, Maria Amália Vaz de. “O Movimento feminista atual”. Publicação na **Folha do Norte**, 1896, edição: 57, p. 1).

Sendo assim, é pertinente averiguar os fatores que contribuíram como instrumento de opressão contra a mulher, a exemplo disso, destaca-se a ascensão da sociedade burguesa, capitalista e industrial, as quais definiam o ambiente público (posto como trabalho masculino) e o espaço privado (imposto como função feminina). Tal fato culminou na construção social do “ser homem” e do “ser mulher”, implicando, cada vez mais, na divisão sexual de tarefas. Com este entrave, a mulher permanecia impedida, dentre outras coisas, de desempenhar funções consideradas como próprias do espaço público, sobretudo, as que exigiam um vigoroso trabalho intelectual, a exemplo da política e do exercício da escrita.

Preparem amanhã uma geração de mulheres, prontas para o trabalho, prontas para a luta, prontas para a concorrência vital dos interesses e das recompensas, e verão essa pobre geração de sonhadoras será vencida selvaticamente pela força brutal, pelo desprezo sangrento, pela terrível inimizade do homem! É isto que não se quer ver bem e perceber bem! Nas mais humildes ocupações remuneradas não vem o homem vencer a mulher e expulsa-la da concorrência. Até as lojas de modas estão cheias de caixeiros, e imaginam então que o homem consentiria que a mulher o suplantasse e o substituísse nas carreiras e nas situações de ele tira lucro, deleite e glória?! (CARVALHO, 1887, edição 123, p. 3).

O padrão instituído socialmente para a mulher configura-se como antítese ao formato da virilidade, visto que foi construído e reproduzido sobre as ideologias da sociedade patriarcal. Nesta premissa, enquanto o viril foi elevado à condição de “sexo forte”, aquele que exerce o poder simbólico sobre a mulher e o que domina o espaço público; a imagem da mulher, por sua vez, foi estabelecida como o “sexo frágil”, subestimado à subalternidade e às funções domésticas e nesse fragmento citado, Maria Amália ratifica a condição de inferioridade da mulher, ao tentar se inserir no mercado de trabalho, permanecendo dominada pela força masculina, ou seja, a autora, de certa forma, apresentava um cenário desencorajador

para as mulheres a lutarem por autonomia, pois consolidava valores e pensamentos da sociedade patriarcal.

Mesmo nos contextos mais liberais, as mulheres sempre tiveram sua autonomia restrita, seja em atos comerciais, sociais ou intelectuais. A autonomia feminina sempre foi impedida por meios jurídicos e ideológicos. Isso implica dizer que, como sustenta Simone de Beauvoir (1967), a configuração do “ser mulher” não advém de um destino biológico, psíquico ou econômico, mas, é constituído por uma civilização que elabora construtos e impõe essa subjugação ao gênero feminino.

Partindo desta informação, percebe-se que o padrão posto para o “ser mulher” é um construto social moldado dentro de um formato que atende aos costumes, e em um determinado momento, Maria Amália Vaz de Carvalho corroborou, muitas vezes, para esse ideal de sociedade que enxergava e entendia a mulher como ser subordinado.

Essas sociedades, a patriarcal brasileira, consolidada após o fim da época escravocrata, atribuía toda autoridade ao pai, ao marido ou ao filho, domínio que subestimava a mulher a reconhecer-se como: “secundária”, “passiva”, “dominável” e “obediente” à soberania masculina.

Dessa forma, a incompatibilidade entre os sexos resultou em uma organização binária pautada em uma relação de poder viril, enquanto a mulher, nesse campo simbólico, ocupava o lugar de “subordinada”, “frágil” e “dominada”, sendo, portanto, a “rainha do lar”, título dado pelo patriarcado para validar as tarefas domésticas como função eminentemente feminina, restando, portanto, ao “sexo forte” ser o dominador do espaço público.

Neste contexto, a literatura, juntamente com a(s) sociedade(s), sobretudo, a burguesa, criaram mecanismos de subversão da figura feminina, dado que os escritos produzidos nesta época pertenciam, em sua maioria, à autoria masculina, cujos textos eram destinados a mulher como forma de mantê-la dentro do formato da então sociedade e muitas vezes outros textos assinados por mulheres também asseveravam os ideais masculinos.

Sobre este fato, Ivya Alves (2002) comenta que desde o começo da Modernidade, a mulher era representada na literatura por meio de modelos hegemônicos, os quais etiquetavam os padrões da dona de casa, da mãe e da “moça de família”. Esses decoros comportamentais foram alvos de questionamentos do Movimento Feminista que se encontra dividido em três fases: a “primeira onda” (que inicia-se no século XIX e estende-se até o século XX), a “segunda onda” (que principia-se a partir do ano de 1960) e a “terceira onda” (que inicia-se a partir dos anos de 1990 e permanece até os dias atuais), “ondas” estas que não abarcaram

somente as clausuras referentes à condição feminina, compreendendo também, as desigualdades alusivas à idade, etnia, orientação sexual, e outras categorias.

Ainda nesse interim, o século XIX foi marcado por inúmeras transformações também no Brasil e podemos apontar, entre essas, a valorização do modelo de família burguesa, símbolo de modernidade e de civilização, no qual, a intimidade e o privado eram valorizados e o universo familiar restringia-se ao marido, esposa e filhos. Nesse contexto, a burguesia ditava as experiências familiares e domésticas, na qual a mulher estava inserida e era sua principal protagonista.

Não é, portanto, espantoso, que o homem, ainda o mais dedicado e crente, antes de tomar nos ombros o pesadíssimo encargo da família, meça suas forças, calcule com precisão matemática os meios de que dispõe para cumprir as obrigações que aceita, e muitas vezes diante da grande desproporção que encontra entre aqueles e estas, sufoque a voz do sentimento e siga os austeros e áridos conselhos da razão? É que a família, tal como está construída na sua generalidade, estabelece um grandíssimo desequilíbrio entre os deveres do homem e os deveres da mulher. Se a esta, em face da consciência e da razão, cabe a tarefa mais espinhosa, a missão mais elevada e mais complexa, nem por isso, logo que ela fecha os ouvidos a essa voz superior que tão poucos escutam e que tão poucas entendem, se acha realmente forçada a outra coisa que não seja consumir sem produzir, receber sem dar, aceitar proteção, amparo, ajuda, sem pagar estes benefícios com benefícios equivalentes (CARVALHO, 1888, p.1).

Por mais que Maria Amália tentasse de alguma forma não ser essa escritora ultraconservadora, essas concepções estavam diluídas na sua produção, que descrevia o universo feminino circunscrito à vida doméstica; a mulher daquela época consumia o que o homem ganhava sem dar nada em troca, como se o tempo usado para o trabalho na vida privada, ou seja, com as tarefas de casa não significasse nada.

Nunca nas nossas sociedades em que impera fortemente o preconceito da inferioridade feminina, a mulher poderá auferir vantagens práticas da sua concorrência com o homem, na espera do pensamento e do trabalho ativo. Podia citar exemplos, que manifestam de um modo incontestável esta verdade (CARVALHO, 1887, edição 123, p.3).

Maria Amália diz que nunca as mulheres conseguiriam vantagens no mercado de trabalho em relação aos homens, por mais que tentemos defender a autora, dizendo que ela não podia ousar muito em seus textos, que não podia escrever exatamente o que pensava, porque havia um filtro pelo qual passavam os textos das mulheres. A cada leitura dos textos assinados pela autora é perceptível um prejulgamento em torno da figura feminina e a emissão de componentes decisivos para continuação da dominação masculina. Sendo assim, Maria Amália não concebe a atribuição da mulher na esfera pública e quando pensa em tal atividade é para reforçar a sujeição feminina.

Desde o século XIX, a educação feminina se tornou a bandeira dos que defendiam os direitos da mulher, tanto no Brasil como em Portugal. As primeiras feministas defendiam a elevação da instrução das mulheres para que se tornassem melhores mães e pudessem sobreviver de uma atividade honesta em caso de necessidade, assim como, nos meios sociais mais elevados, os homens bem-sucedidos encontrassem esposas mais cultas para serem suas companheiras no corpo e no espírito, para tanto é importante a instrução feminina, como percebemos na citação a seguir:

Instruir a mulher é uma necessidade fundamental das sociedades modernas. Necessidade que todos os espíritos reconhecem e que a todos os espíritos se impõe. A divergência começa, porém, no modo e no processo pelo qual essa instrução tem de ser ministrada (CARVALHO, 1888, edição 123, p. 3).

O discurso apresentado em seus escritos harmonizava-se perfeitamente com o pensamento geral de sua época a respeito do lugar da mulher na sociedade, sendo até o final do século XIX poucas as vozes que se levantavam para defender o ensino superior para as mulheres e seus direitos políticos, tanto em Portugal como no Brasil. Tal trecho é dedicado à importância que Maria Amália vê a mulher como guardiã da família, dos valores morais apropriados a uma sociedade tradicional.

Esses escritos não foram divulgados apenas em Portugal, pois suas publicações foram veiculadas amplamente no Brasil e na capital paraense. Nessa época, como sabemos, a vida das mulheres da classe mais abastada financeiramente girava em torno do lar, dos filhos, das festas, da moda e da igreja. Esse pensamento valorizava a mulher apenas como mãe e esposa abnegada, para quem o lar era o altar no qual depositava sua esperança de felicidade e, sendo o matrimônio sua principal aspiração, era indicada para ser a primeira educadora da infância, sustentáculo da família e da pátria.

As condutas femininas representariam, no contexto moral e cívico, a fiel reprodução de uma imagem angelical inerente à própria concepção oitocentista da feminidade. Fisicamente as mulheres seriam ornamentadas por um cortejo de predicados e de complementos, embora devessem ser ostentadas de uma forma límpida e desnudadas de frivolidades. O culto da beleza feminina tecia-se em redor de uma linguagem universalmente aceita como unificadora dos discursos adjetivantes dos típicos atributos femininos. Por isso, a imagem feminina obedecia ao conjunto de várias características idealizadas, implicando também uma linguagem aliada à delicadeza e à fragilidade física.

Essa mulher angelical e pura é o oposto da atriz Martha Brandés, esse texto saiu ao público nas páginas d'**A Província do Pará** e demonstra que havia uma dissonância a maioria

das publicações vinculadas ao nome de Maria Amália Vaz de Carvalho, Guiomar Torreção descreve Martha Brandés da seguinte maneira:

A boca, muito vermelha, tem o quer que seja de imperioso, de sensual, e por vezes, de infantil nos seus risos agressivos. A sua expressão cambiante e fantástica, a sua brusca gaminerie e a sua suprema e altiva indiferença, perturbam e desconcertam. Sabe-se vestir-se, escolhe sagazmente as fazendas e as cores, sabe o que pode existir de encanto sugestivo na imprevista ressurreição de uma moda abolida, na artística antiguidade de uma seda exótica, na elegância de uma pequenina capota pousada no cabelo. Martha é mulher de hoje e de amanhã, uma investigadora e uma inteligente que vê, que trabalha, que crê e que pensa. Parisiense desde a nuca até aos calcanhares, mas com não sei que de primitivo e de evocador, que arrebatava o espírito para longuiquas paisagens e épocas fecundas de legenda (TORREZÃO, 1888, p. 3).

A participação da mulher na sociedade deveria, a seu ver, não subverter totalmente o tradicional sistema de divisão de tarefas, mas ampliá-lo, ou seja, não “obrigar” aquelas que desejavam viver de outra forma que tivessem que se adaptar às rígidas regras impostas: “a mulher deve ser apenas dona-de-casa”.

A autora confiava que as mulheres deveriam ter noção do valor de sua participação social e não buscarem de maneira desordenada uma ocupação quando se vissem sem alternativa. Por isso seu empenho para a educação feminina, e conseqüentemente a formação profissional, que lhes garantiria uma vida digna, sem depender das figuras masculinas representadas pelo pai e pelo marido.

Os modos de representação da beleza feminina baseavam-se em modelos antigos, reconhecidos e outros construídos em tomo da concepção oitocentista da feminidade vigente. A imagem angelical da mulher representava a ligação entre a fragilidade e a submissão feminina, refletida em espelho crivado de assimetrias sociais e de gênero. Portanto, o retrato da sociedade oitocentista espelhava um mito feminino subordinado a um domínio normativo de dogmas e valores morais, sujeitando as mulheres à inferioridade prática dos seus papéis na esfera social e familiar.

Quando o assunto era a educação da mulher, os ensinamentos deveriam ser voltados para o bem da família. Ainda de acordo com Constância Lima Duarte, “os ideais de obediência e submissão deveriam ser transmitidos através de ensinamentos morais, e todas concordavam que era preciso educá-las porque elas educariam o homem de amanhã”. DUARTE (2001, p. 53). Observamos, assim, que o ideal de mulher instruída se propagou após a Proclamação de República que “pode ser vista como o momento a partir do qual os novos modelos femininos passaram a ser mais reforçados”. Naquele momento, compreendia-

se que os filhos da nação em construção deveriam possuir uma educação cuja finalidade seria o bem da pátria, já que são às mulheres, como “mães, que a pátria suplica bons cidadãos”.

A virada do século, com suas inovações tecnológicas e novas demandas para as mulheres se adequarem à “vida moderna”, levou a escritora a admitir rever certas posições que defendia antes e ser obrigada a se render às novas ideias ligadas à educação e ao trabalho feminino. Em seu artigo “A Mulher do Futuro”, de 1899⁵⁸, fez várias considerações sobre a situação da mulher e sobre as mudanças futuras que a esperavam.

Na virada do século, momento que antecedia o feminismo⁵⁹ organizado e militante, época na qual o feminismo se disseminava como ideia nas sociedades brasileira e portuguesa, a palavra de ordem das defensoras do “sexo feminino” era educar a mulher para todos os embates da vida, ou seja, a educação como fator de segurança econômica e para a “maternidade competente”, de melhor desempenho dos deveres de mãe.

Embora o discurso de Maria Amália, de certa maneira, harmonizava-se com os ideais de sua época, no que tange a questão do lugar da mulher na sociedade, houve certo momento já próximo da virada do século XIX para o século XX, que a portuguesa deu início a revisão de alguns de seus posicionamentos, visto que, na sociedade burguesa, a mulher foi descobrindo a esfera pública, aprendendo a ser sociável como se requeria aquela época e sua imagem foi remodelada segundo os padrões impostos por essa sociedade, padrões esses que eram os das classes dominantes. Dessa mulher era exigida a abstenção de qualquer atitude que pudesse macular a sua imagem, a de seus pais ou a de seu marido. Sua pessoa era constantemente vigiada e posta à análise da sociedade.

⁵⁸ **A Mensageira**, Revista literária dedicada à mulher brasileira, foi editada por Presciliana Duarte de Almeida.

⁵⁹ Sobre Cidadania: A Revolução Americana (1776) e a Revolução (1789) são momentos fundamentais para a modernidade política quanto às representações da cidadania. A primeira traduz uma perspectiva liberal que atribui toda a sua importância à liberdade individual e à igualdade de todos diante da lei. Ela reivindica o direito ao voto e a participação no self-government. A segunda defende a liberdade, a igualdade e a fraternidade em nome da universalidade. Condorcet foi o primeiro a reivindicar “a admissão das mulheres ao direito à cidade” no momento da Revolução Francesa. Para ele, negar às mulheres os direitos políticos é irracional, tendo em vista que o indivíduo caracterizado por sua aderência à humanidade e pelo uso da razão. Ao mesmo tempo, e ultrapassando essa óptica, Olympe de Gouges julga necessário especificar o caráter sexuado do avanço político das mulheres na Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã (1791). Por outro lado, Mary Wollstonecraft se aproxima mais do pensamento de Condorcet. Na sua Defesa dos Direitos da Mulher, afirma que é opressivo e ilógico privar uma parte da humanidade dos direitos que concedemos à outra. C.f. PEREIRA-MARQUES, Bérengère. In: HIRATA, Helena, LABORIE, Françoise, LE DOARÉ, Hélène, SENOTIER, Danièle. Dicionário crítico do Feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 35.

4.2 Toilette e feminilidade: havia uma forma ideal de vestimenta

A imagem estereotipada do corpo feminino formulava o autoconhecimento que as mulheres teriam de si mesmas, e assim delineando a concepção vigente de feminidade. Mas o culto da beleza feminina oitocentista correspondia também ao cruzamento entre a formosura e o luxo, cujo objetivo prático seria o de deslumbrar pelo encanto físico e até pela riqueza dos seus trajes.

A aprendizagem e a aplicabilidade das virtudes femininas representavam no contexto oitocentista uma prioridade e uma preocupação para as famílias. A educação feminina teria a obrigatoriedade de preparar as futuras mulheres e mães de família para a adoção de posturas castas e incensuráveis na atmosfera, quer familiar, quer social.

Na publicação intitulada “theorias femininas: arte de vestir”, Guiomar Torrezão discorreu acerca de vestimentas corretas para as mulheres:

Se as leitoras me permitem, conversaremos um pouco acerca de uma das variadas e innumeras formas da esthetica aplicada à existência quotidiana; tentarei expor-lhes, segundo o meu modesto ponto de vista critico, e tal qual ella se me afigura dever ser, o que constitue a arte de saber vestir, da qual depende, muito mais do que supõem, a inapreciavel sciencia de nos fazermos amar. É principalmente pela toilette que uma senhora consegue fixar a atenção e atrair a sympathia das pessoas que a vêem passar; é o seu vestuário simples e elegante, da correcta harmonia da adaptação das cores e na disposição dos adornos que imprimem por assim dizer uma fisionomia ao fato que usamos; é da nitidez da sua pelle acetinada e fresca, do escrupuloso asseio de caspa, da alvura e brilho dos seus dentes, do subtil e casto aroma que a envolve e a denuncia, como o delicado perfume da violeta revela a existencia da flor oculta no denso manto da folhagem; é de todos esses pequenos nada, aparentemente insignificantes, que provém o prestigio, a fascinação irresistível e o doce império cheio de seducção, que ella exerce, não só nos entes que a amam, mas em todos aquelles que se lhe aproximam. (TORREZÃO, 1885, p. 1).

Em uma época social marcada pela moda e pelos modismos do requinte, enquanto agente diferenciador nas camadas mais abastadas, eram comuns à vida da mulher da elite vários aspectos relacionados com o luxo, a frivolidade e a ostentação. O luxo e a moda combinavam-se com o recurso a espartilhos⁶⁰ rígidos, saias com armações muito amplas;

⁶⁰ No início do século XIX, sob o governo de Napoleão, o espartilho faz sua reaparição para dar respaldo à moda "Império". Essa moda exigia a redução do tamanho do espartilho que, por sua vez, deveria valorizar e separar os seios. Não era mais o caso de criar fôrmas preventivas contra a deterioração do corpo, mas de incentivar subterfúgios, dissimulações e mecanismos de valorização do corpo da mulher. Eis porque aparece, em 1810, o chamado "espartilho à *la Ninon*". Encarregado de comprimir o estômago, apertar a barriga e realçar o colo, ele era acompanhado por saias cada vez mais amplas, armadas sobre anáguas de duríssima crinolina. A nova couraça, sobrecarregada ainda por ombreiras, respondia a uma representação do corpo feminino supostamente flácido e à noção da anatomia feminina débil. Conservando intacto o princípio aristocrático de que o corpo não.

sapatos delicados com tacões muito altos; penteados admiráveis e espalhafatosos; as novas tendências da maquilhagem e do *rouge*; as joias e brilhantes seriam também elementos fundamentais na «toilette» e por vezes enquanto complementos dos penteados.

Mas esta excessiva magnificência e extravagância em vestuário e penteados, também representavam o grande perigo da mulher descuidar-se das funções familiares para que a sua natureza a predestinara, para viver pelo prazer da ostentação e da frivolidade das aparências. Os bailes e os encontros sociais da elite representavam como que o desfile para a exibição de novos vestidos, joias e penteados. Nestes acontecimentos de gala, a fantasia e a magnificência dos trajes representavam um espetáculo deslumbrante, mas também de custos muito elevados para o orçamento familiar.

Por outro lado, a vida social feminina da elite baseava-se na aparente elegância e distinção na esfera da alta sociedade. A figura feminina era adjectivada pela moda, pelo luxo e fanatismo da elegância. As suas maneiras requintadas e doces falas, a suavidade de um sorriso despreocupado, entre outras características angelicais atribuídas à mulher, seriam as bases para o prazer da conversação e o encanto do convívio feminino.

A chamada vida em sociedade permitia às mulheres da elite vivências de ocasiões sofisticadas e elegantes, assim como a possibilidade de convívios sociais em espaços frequentados apenas por indivíduos de cada condição social. As cerimónias frequentadas pelas elites socioeconômicas seriam variadas, tais como, as festas, os recitais teatrais, as óperas, algumas manifestações culturais e outras reuniões elegantes de circuito altamente seletivo. O prestígio social das mulheres evoluía também associado às suas intervenções sociais apropriadas à sua própria condição feminina.

Contudo, em face desta imagem de mulher virtuosa associada à prática modelar de seus comportamentos tradicionalistas, coexistia outro modelo educativo: a mulher de carácter assente na frivolidade. E, este seria o modelo educativo geralmente adotado pela chamada “educação da elite” que preconizava valores exteriores da beleza, da juventude, do

deve demonstrar qualquer sinal ou marca de trabalho físico, o cânone burguês de beleza feminina perenizava as cinturas de vespa, as extremidades pequenas e finas, as peles de pêssego. A autoimolação no interior do espartilho foi um pouco amenizada pelo aperfeiçoamento na elasticidade dos tecidos e a substituição da pesada armadura de panos e couro por fios de aço. Por volta de 1840, uma invenção marcava uma etapa importante na história técnica e social do sutiã: aprimoraram-se os cadarços, permitindo à mulher desnudar-se ou vestir-se sem ajuda de uma doméstica, do marido ou do amante. Salvo se quisesse apertá-lo muito, a mulher não tinha necessidade de ajuda exterior para entrar no seu sutiã. Tal fato democratizou o acessório e até incentivou sua difusão. No período da belle époque, o sutiã consistia num espartilho dotado de duas taças em forma de pêra, cuja forma rígida estreitava-se violentamente na cintura, terminando em bico na altura da barriga. PRIORE, Mary Del. **Histórias do Cotidiano**, São Paulo, Contexto, 2007.

divertimento e do lazer, da sedução e esmero social. Seria uma educação torneada pela moda, pelo teatro, pelos salões e pela corte, os namoros e casamentos de interesse, os bailes, os passeios, ..., enfim tudo o que tornasse a jovem menina numa dama distinta entre as demais.

Uma mulher para ser considerada honrada teria imperativamente de adotar um comportamento irrepreensível, quer privado, quer público. Por outro lado, deveria inspirar a admiração e o respeito na esfera familiar, procurando exhibir uma postura digna de exemplo para a sua prole, nomeadamente, ao nível dos seus modos, paciência, prudência, compreensão, afetos e condutas morais, cívicas e religiosas.

Em primeiro lugar veste-se muito bem. E quando digo veste-se muito bem, estou longe, já se vê, de referir-me a esses vestuários estapafúrdios, que são um dos característicos meios acentuados de *detraquement* cerebral deste fim de século. Veste-se com simplicidade artística, com um amor inteligente dos cambiantes suaves, dos tons harmoniosos, das linhas que se prolongam em ondulações graciosas. Em geral estas mulheres gostam muito de rendas. As rendas são a fisionomia uma doçura adorável. Uma cabeça de mulher emergindo suavemente de um *fouillis* de rendas brancas, raras vezes deixa de ter um fino encanto, atraente e sutil (CARVALHO, 1896, p. 2).

Na publicação, é feita menção à vestimenta das mulheres, está explícito que as senhoras não devem ornar-se com vestuário “estapafúrdio”, essas manifestações demonstram que havia um interesse em manter um perfil feminino e Maria Amália endossava a construção desse arquétipo de mulher que era considerada fútil quando apenas se preocupava com a aparência física, a autora chega a afirmar pela expressão em francês: *detraquement* que havia um desarranjo cerebral no fim do século no comportamento de algumas mulheres.

A seção de moda em alguns periódicos, nomeadamente os mais generalistas, apresentava uma dualidade de intenções, por um lado captar o público feminino, por outro, servir principalmente de pretexto à condenação da maneira como as mulheres praticamente lhe obedeciam. Estamos perante o que poderemos denominar de cruzada contra o despotismo da moda e do luxo desregrado, que surge abertamente em alguns artigos mais críticos, tentando chamar a atenção das mulheres para os verdadeiros valores que as deveriam orientar na vida pública e privada.

O discurso da autora baseia-se simplesmente na razão de que “nem todas as mulheres estão nas condições de mera sujeição à vida doméstica”. Uma vez que, à época, boa parte das mulheres ainda não tinha consciência de seu extremo estado de submissão, poucas tinham instrução suficiente para lhes garantir um bom emprego, logo, ser esposa e mãe era o caminho mais “seguro”. Mas havia também mulheres como a própria Maria Amália, que tiveram acesso ao ensino, possuíam autonomia financeira e mesmo assim, ainda eram cobradas pela sociedade que as queria limitadas ao espaço privado.

A moda e a ornamentação física das mulheres tomavam-nas dependentes de rituais de embelezamento exteriores. Geralmente, a mulher era comparada a uma boneca, mas sem tempo nem vontade para se instruir e adquirir algumas competências intelectuais:

Percebe-se logo que as *toilettes* que ela usa por casa não são os vestidos velhos que não servem para sair. Como na rua só se encontra, indiferentes e estranhos, a mulher vivamente namorada de seu marido, pouco esmero emprega na *toilette* com que sabe. Basta que não deixe de parecer distinta visto que para certas criaturas a distinção é uma qualidade ingênita, quase as não abandona um só instante (CARVALHO, Maria Amália Vaz. Conversações Lisbonenses A província do Pará, 1896, edição 127, p. 2).

A bela e ofuscante “mulher de sala”, segundo a autora, não tinha sido educada segundo os parâmetros necessários para ser uma boa esposa e mãe de família, pois considerava-se fanaticamente elegante e culta, correndo o risco de não comunicar com o marido. E, quanto aos filhos, esta mulher não teria tempo para investir na sua educação, pois o seu cotidiano gerir-se-ia em função das suas obrigações sociais, muitas delas exteriores ao seu lar, Maria Amália se preocupa com a mulher que se importa apenas com a elegância para o mundo exterior, para a autora a esposa deve estar arrumada em casa para ser vista apenas pelos olhos do marido.

Faça da sua existencia uma boa e útil realidade, attrahente, elegante e bonita, destinada a acabar para sempre com a comedia dos ideaes românticos e esgrouviados, em que a mulher petrificada na sua perpetua ignorância, como uma bonequinha de biscuit adornando symetricamente uma etagère e fazendo pendant a outro bonequinho não menos ridículo, servia apenas para inspirar lindos madrigais aos vates incomprehendido, que riam à socapa da fragilidade e da inutilidade da pobre musa de porcellana pintada. Ordinariamente, a mulher mantém acerca da sua individualidade externa e interna e do papel que ella é chamada a representar na sociedade e no lar domestico, a mais falsa e pueril de todas as compreensões (CARVALHO, 1888, p. 2).

A educação dada às meninas da elite veiculava como objetivos prioritários possibilitar às futuras mulheres da alta esfera social a aquisição de um conjunto de valores a aplicar nos seus comportamentos diários, e assim as distinguissem também no cotidiano social. Mas a autora criticava que na educação das elites mais importante do que a preparação para as funções familiares, as meninas eram preparadas para “brilhar” nos salões e nos convívios da alta sociedade:

Desde o momento em que o marido, o seu homem, a adora, que necessidade tem ella de fazer gastos de toilette para lhe agradar? Se eles vivem juntos, partilhando o mesmo quarto e comendo à mesma mesa, se tudo lhes é comum, é claro que ella não pode esquivar-se a aparecer-lhe, como aparecia d’antes aos paes, aos creados e às amigas isto é desgrenhada, em chinelos, com a golla suja e chambre amarrotado e descosido, tanto mais que, consoante a máxima materna, esse chambre, essa goolla e esses chinelos são

o baluarte e o augusto symbolo da sua casta virtude de esposa, que morreu para o mundo.

Neste fragmento, a autora defende que as mulheres casadas não precisam mais se preocupar com a vestimenta, justamente, porque seria como não existissem mais para o mundo, já que a preocupação com os ornamentos seria apenas para o ambiente público.

Desgraçadamente, porém, mas pela mais logica das deducções, o marido não partilha as mesmas ideas: a virtude de sua esposa, mal vestida e mal penteada, desperta-lhe uma vaga sensação de nojo; o santo desmazelo a que ella se abandona asfixia-o, como um ambiente viciado onde falta o oxigênio indispensavel aos órgãos respiratórios; a mãe dos seus filhos parece-lhe inferior à sua cozinheira.

De acordo com postulações de Ana Maria Lopes (LOPES, 2005, p. 89) pretendia-se “que a mulher fosse boa mãe, que educasse bem os seus filhos e cumprisse os seus deveres de esposa, através das múltiplas funções inerentes a este cargo. Por isso, quanto mais instrução tivesse, melhor cumpriria a sua missão”. O doméstico é uma instância de regulação fundamental, visto que a família desempenha um papel simbólico, na construção da sociedade pós-iluminismo. Embora o conceito de família varie consoante à oposição cidade e campo, os meios sociais, as crenças religiosas e as opções políticas, a verdade é que o século XIX conquistou fatores de unificação extremamente eficazes. O direito, as instituições, a língua, e posteriormente a escola, mas também a imprensa e os objetos de consumo, ditados, sobretudo pela moda da Europa e dos costumes difundidos pelos jornais, contribuíram substancialmente para uma uniformização das formas de vida privada.

A ociosidade das senhoras da cidade conduzia-as, naturalmente, à supervalorização da moda. Alguns periódicos pretendiam que as senhoras elegantes, nos seus tempos livres, se dedicassem a atividades culturais e de valorização intelectual, esquecendo os passatempos habituais do toucador, da janela ou do piano. Por isso, inserem diversos entretenimentos nas suas seções tais como charadas, enigmas, logogrifos, decifrações e anedotas, para além de transmitirem informações variadas sobre economia doméstica, conselhos práticos, propondo trabalhos de labores e divulgando receitas úteis.

Para alguns críticos, adeptos da frivolidade feminina, este tipo de artigos conduzia a uma perda da feminilidade por parte da mulher. Outras vozes defendiam que as senhoras deveriam distinguir-se das mulheres do povo principalmente pela educação e não somente pelos enfeites exteriores.

Os periódicos pretendiam apenas aconselhar as elegantes “damas” a não descuidarem o gosto pela apresentação, mas também, exigir que uma preparação moral e intelectual acompanhasse os padrões de beleza. Seria terrivelmente desagradável e de mau gosto

apresentar-se em público de modo desadequado, trajando o vestuário errado, tal como também o seria uma conversa vazia de ideias, acompanhada pelos mais grosseiros erros de linguagem ou de comportamento, o que inevitavelmente ensombraria a impressão encantadora transmitida pela aparência exterior.

De fato, a transgressão é tão antiga quanto a norma; não são raros os exemplos (em todos os períodos históricos) de mulheres que zelaram pelo patrimônio da família ou cuidaram sozinhas de crianças; a família patriarcal extensa e a nuclear burguesa nem sempre predominaram numericamente, apesar dos esforços da Igreja em sacramentar as uniões. Ainda assim, Guiomar Torrezão e Maria Amália Vaz de Carvalho contribuem no movimento de afirmação de um valor positivo à educação letrada feminina, sem o qual as mulheres dificilmente ultrapassariam os limites do “pequeno mundo doméstico” e conseguiriam a participação política.

Sabemos que apesar de limitada, foi muito positiva a atuação destas mulheres que conseguiram provar que o sexo feminino não era o lado nulo da humanidade ou um segundo sexo. Finalmente, conseguiram fazer chegar ao grande público as suas ideias, numa mundivivência feminina finalmente resgatada por entre o silêncio de várias gerações.

4.3 Casamento e comportamento da mulher

A educação feminina tecida no contexto das elites efetivava a formação distinta de uma consciência social, baseada na solidificação de um estatuto superior adjetivado por posturas e condutas seletivas coadunadas à mulher aristocrata. No jornal **A Constituição**: órgão do Partido Conservador foi publicado o texto “a ociosidade feminina”, nesse artigo Maria Amália reflete que as complicações de um casamento são causadas pela preguiça das mulheres, como acompanhamos na citação a seguir:

A educação da mulher, principalmente da mulher peninsular, está por ora tão atrasada e incompleta, que é raro ela encontrar em si mesma, no seu coração ou no seu espírito, um preservativo eficaz contra a ociosidade e contra preguiça, que são no fim de contas os seus piores e mais traiçoeiros inimigos. A crônica mundana revela-nos todos os dias, os raptos, os divórcios, os adultérios, os escândalos conjugais que a nosso ver tem por motor, se não exclusivo, pelo menos muito predominante, a preguiça feminina, esse mal dissolvente que ninguém combate, esse flagelo que destrói a felicidade, a riqueza, a alegria da família e de que poucos observadores dão fé (CARVALHO, 1887, p. 2).

O matrimônio representava a unificação dos esposos, consistindo em uma prática fundamental para a própria institucionalização da família, enquanto estrutura natural e basilar

da sociedade. As finalidades sociais das núpcias no século XIX seriam essencialmente a criação e a educação da sua prole, assim como, a continuidade dos valores familiares e cívicos vigentes.

Desse modo, seriam essas finalidades naturais e a sua posição na hierarquia social que determinavam a situação das mulheres face ao casamento. A referida união nas classes mais abastadas deveria decorrer em condições de lhes garantir a riqueza, mesmo que contrariando possíveis inclinações amorosas das moças. A maior aspiração dos pais correspondia à escolha do noivo ideal, pelo que, era fundamental que a educação feminina cultivasse ou sublinhasse os principais encantos inerentes à condição feminina.

As jovens que não se casavam, geralmente, esperavam-nas a triste sorte de ficarem reduzidas ao amparo da família, pois tendo a sua educação obedecida invariavelmente aos preconceitos estabelecidos, não teria qualquer finalidade prática e as suas vidas ficariam destinadas à clausura.

A institucionalização do matrimônio representava um elo de importância reconhecida quer socialmente, quer da própria conjuntura normativa das leis religiosas e civis. O casamento representava também a célula base da sobrevivência e perpetuação da própria espécie humana, tal como defendia o seguinte autor.

Por conta de todas essas reflexões e importância da união matrimonial, o tema era bastante debatido nos jornais, como percebemos na leitura de trechos do artigo publicado integralmente n' **A Província do Pará** intitulado “o problema atual do casamento” assinado por Maria Amália Vaz de Carvalho, nessa publicação a autora relata que recebe dúvidas de mães de jovens:

Continuava longamente por este teor a carta que eu recebi e confesso me impressionou bastante! Era a confissão de perplexidades que hoje perturbam muito o coração maternal. A pobre mãe que me escrevia, achava-se metida neste difícil dilema: ou educar, ou antes preparar as filhas para um casamento hipotético, que talvez nunca viesse a realizar-se, porque as raparigas pobres estão casando cada vez menos e cada vez pior, ou dar-lhes talvez a possibilidade de a si própria se suprirem, mas ao mesmo tempo cortar-lhe todas as esperanças de atingirem um destino que é a suprema ambição, o supremo sonho da mulher em todo o mundo (CARVALHO, Maria Amália Vaz de. “O problema atual do casamento” Publicação d' **A Província do Pará**, 1897, ed. 133, p. 2).

O primeiro ponto relevante é extratextual, já que devemos atentar para a datação da publicação que é 1897, faltando pouco tempo para virada do século e com isso já inúmeras reflexões por conta do feminismo e da autonomia das mulheres. O segundo ponto que merece destaque é que entendemos ser uma estratégia de Maria Amália, pois a autora afirma ter

recebido uma carta com inúmeras dúvidas de como criar uma jovem naquele contexto social. A mãe que enviou a correspondência diz estar preocupada com o futuro de uma jovem filha, especialmente, porque a família da moça não tem muitas posses e isso era um entrave para um bom matrimônio, ao lado de todas essas considerações, a mãe se inclina a pensar um futuro para filha sem contar com o ideal, que seria a filha casar.

Bianca Reis destaca que, “Maria Amália Vaz de Carvalho fazia parte desta geração que utilizou o argumento da instrução utilitária feminina proposta pelo pensamento liberal para ter acesso à cultura e ao mesmo tempo se fazer ouvir e respeitar por cumprir a posição considerada mais digna à mulher na época: mãe e esposa.” (REIS, 2012, p. 25).

Assim, quando pensamos em educação feminina no século XIX, tratamos de uma classe aristocrática, pois nessa época ainda não havia sido implantado no Brasil um sistema educacional universal que atendesse às classes menos favorecidas. Ainda assim, as mulheres da classe letrada recebiam uma educação básica, o suficiente para ensinar as primeiras letras e as operações matemáticas a seus filhos. Tal fato acontecia porque conforme D’INCAO (2018, p. 123), “temia-se que mulheres letradas pudessem ler romances considerados perigosos à boa conduta e pudessem trocar bilhetes amorosos, por isso suas leituras deveriam ser vigiadas pelo marido, pelo pai ou pela igreja”.

A mulher não poderia ficar excluída dos processos sociais, e entre inúmeras figuras femininas que obtiveram destaque no decorrer da história do Ocidente, Guiomar Torrezão trabalhou no sentido de colaborar na luta pela emancipação intelectual. Com isso, escreveu então às leitoras com o objetivo de alertá-las sobre a importância da instrução em suas vidas.

Às mulheres de maneira geral, não era concedido nenhum direito político, jurídico ou cível, sem a devida autorização masculina. Dessa maneira, devido a essa espécie de dispositivo social, tudo que era relacionado à mulher, estava sob a tutela do marido. Qualquer trabalho realizado pela esposa teria de passar pelo crivo do marido.

Por meio da imprensa, os escritos de Guiomar Torrezão tinham como objetivo, guiar, conduzir e aconselhar as mães a orientarem a educação de suas filhas para tornarem-se independentes no futuro, dando-lhes uma habilitação especial que facilitasse a existência, abrindo-lhes um campo largo para exercer a sua atividade profissional. Entre as ocupações ou profissões, a mais procurada era a do magistério, situação na qual as mulheres letradas mais facilmente encontravam, oficial ou particularmente, meios de ganharem a sua vida.

Tal trecho é dedicado à importância que Maria Amália vê na mulher como guardiã da família, dos valores morais apropriados a uma sociedade tradicional. Sendo assim, a tônica posta em relevo nesse trecho é a fidelidade da esposa ao marido.

O conhecimento do caráter feminino adquire-se mais facilmente pela observação e pelo estudo do meio que a mulher soube formar em torno de si, do que pelas confissões que ela por ventura faça dos seus gostos, das suas tendências e dos seus afetos. Querem conhecer a mulher? Estudem a casa em que ela vive, a mobília que a cerca, as *toilettes* que ela usa, os livros que lê, os quadros que prefere, e gosto ou o desamor que ela manifesta em relação a certas coisas do espírito. A mulher que vive muito em casa, que prefere a tudo a companhia do marido, que tem para prender a *coquetterie*, embora inocente, que a filha de Eva não dispensa em nenhum dos seus afetos por mais legítimos que eles sejam, revela-se em mil pequeninos traços, que o homem inteligente reconhece a primeira observação (CARVALHO, 1896, p. 2).

De acordo com a autora, aos homens reservava-se um amplo ambiente de atividades, da Política, à Ciência e à Arte, sendo que qualquer tentativa de usurpação desse direito pelas mulheres resultaria “ridícula”, estando, pois, fadada ao insucesso. Às mulheres, em seu campo especial, restaria, nessa nova constituição da família moderna, não o papel secundário, de submissão servil, ocupado nas sucessivas civilizações, mas o exercício da digna missão de companheira e inspiradora do homem.

A educação feminina, enquanto processo elitista da formação das futuras senhoras da alta sociedade, basear-se-ia em procedimentos altamente direcionados e vigiados pelos pais de família. Geralmente, à família cabia a responsabilidade do contrato e seleção, quer dos agentes educativos intervenientes na educação doméstica, quer das metodologias e da prática pedagógica dos colégios privados para a educação e instrução das meninas das classes mais abastadas.

Para nós mulheres, “eternas doentes”, como nos chamou Michelet, um dos poucos artistas que soube entender-nos, a hora presente é duplamente aterradora. A nossa exagerada sensibilidade, muito mais vibrante do que a do homem, sofre a cada instante de mil atritos que nos magoam; o pequeno romance, cuidadosamente encadernado na impassível indiferença, que é actualmente a imprescindível qualidade de uma pessoa que todas nós ocultamos no fundo do coração, no primeiro capítulo do qual se lê a palavra – ideal, protesta tacitamente contra a brutal realidade das coisas que nos rodeiam, chanceladas pela marca do século: – o materialismo! (TORREZÃO, 1888, p. 2).

Ao longo da história, a aristocracia apelou à educação doméstica enquanto recurso formativo dos membros das elites econômicas-políticas para a educação das suas filhas. As práticas educativas elitistas constituíam um privilégio entre as classes mais abastadas, mas que foram sendo adoptadas também para a educação requintada das meninas das classes médias, visando uma educação esmerada e de distinção entre as semelhantes.

Maria Amália Vaz de Carvalho quando, em “Cartas a Luiza” reconhece a necessidade e a importância da educação feminina, tema recorrente em suas obras, contesta as

ideias de que entre homens e mulheres, as últimas deveriam manter-se ignorantes, pois a instrução poderia levá-las a um destino de “tristes aberrações”. Entretanto, afirma, a seguir, a dependência da mulher ao homem e sua submissão, como um papel a ser incondicionalmente aceito, como um dever moral a ser cumprido sem contestação: “A submissão é o nosso papel; fica-nos bem, e, ainda mesmo que nos ficasse mal, tínhamos fatalmente de aceitá-lo.” (CARVALHO, 1896, edição 73, p. 2).

No século XIX a burguesia chegou a um patamar hegemônico, na sociedade europeia e brasileira. No seu rastro, torna-se evidente a remodelação do espaço privado, passando a família a ser o repositório moral da nação. No entanto, nas décadas finais do Oitocentos e, em meio às tentativas de regenerar a nação portuguesa, a lenta degradação da família, a qual deve, segundo os pressupostos positivistas, apresentar-se virtuosa para a satisfação da sociedade como um todo.

Na publicação “As Crises do casamento”, divulgada no periódico **A Província do Pará** em 1896, a escritora pretendia, por meio do exemplo das interlocuções com a leitora, por meio de seus conselhos, das suas atitudes e das suas palavras, propor vias de melhoramento das condições sociais do país e particularmente da mulher, bem como, sugerir o conceito por si defendido daquilo que devia ser, na sociedade portuguesa nos últimos anos do século XIX, um matrimônio digno, no qual a esposa desempenhasse um nobre e útil papel.

Minha senhora, casei-me com vinte anos, sem ter nunca olhado para outro homem que não fosse aquele a quem dei minha alma e a minha mão virginal. Fui mãe dedicada e extremosa de meus filhos, fui dona econômica de minha casa, fui companheira fiel de todas as vicissitudes de sua vida; dez anos depois do nosso casamento descobri que ele me atraía, que me preferia a outras, que me mentia dia e noite sem remorsos, sem pudor, sem medo de que eu viesse a desprezá-lo. Não tenho precisão de contar-lhe o medonho e inolvidável desmoronamento, que esta descoberta produziu em todo o meu ser. É mulher, há de compreender, sem que eu lhe diga, o que deve ser esta dor de nos vermos obrigadas a desprezar, como o mais vil dos indivíduos, aquele a quem amávamos e venerávamos como a mais digna e leal das criaturas! (CARVALHO, Maria Amália Vaz de. “As crises do casamento” Publicação d’**A Província do Pará**, 1897, ed. 133, p. 2).

Esse trecho demonstra que as indagações partiram de uma leitora e não de Maria Amália Vaz de Carvalho.

Ainda na mesma publicação, a portuguesa a partir da voz da interlocutora sinaliza que talvez haja um problema com o casamento, tal fato já começa a confirmar que as famílias assumiam na sociedade portuguesa e brasileira do século XIX, um papel de ostentação e de aparências, prevalecendo uma época de ociosidade onde a mulher existe enquanto objeto simbólico a exibir publicamente.

Levar para o casamento todas as ilusões que iluminaram de luz azul a nossa adolescência é um terrível perigo. Pensar que o amor, simplesmente o amor seja o fim supremo da existência feminal, é outro erro da velha sentimentalidade, que é preciso destruir a todo custo. Será o casamento uma instituição perfeita? Não é! Mas na sua longa consciência e profunda investigação religiosa ou social o homem não achou ainda outra fórmula melhor, em que coubessem as suas legítimas aspirações à felicidade pela família. (CARVALHO, Maria Amália Vaz de. “As crises do casamento” Publicação d’**A Província do Pará**, 1897, ed. 133, p. 2).

O modelo familiar⁶¹ nas classes mais abastadas seria, então, adjetivado pela centralidade elitista das normas e das regulamentações sociais dos comportamentos hierarquizados. A educação familiar deveria assentar na transmissão dos valores morais vigentes e nas técnicas de certificação das diferenciações sociais.

Em torno de mim ninguém dos que mais me queriam compreendeu a minha indignação, a minha agonia, a única desforra possível naquela debandada sinistra de todas as alegrias do meu destino! A lei disse-me, apontando-me friamente para os artigos dos seus códigos implacáveis!
Não há motivo algum que justifique ou faculte a separação, visto como não houve sevícias, visto como não houve traição comprovada sob o teto conjugal, visto como não houve mortes, quanto mais afrontas necessárias para que a mulher tenha o direito de expulsar para bem longe de si a infame promiscuidade com que inconscientemente a mancharam! (CARVALHO, Maria Amália Vaz de. “As crises do casamento” Publicação d’**A Província do Pará**, 1897, ed. 133, p. 2).

As normas morais que disciplinavam o modelo familiar baseavam-se em quadros de organização da própria dinâmica coletiva dos comportamentos sociais oitocentistas. Com isso, o matrimônio uma das possíveis prioridades na realidade dos jovens oitocentistas, a formação de novas famílias deveria traduzir também a transmissão dos padrões morais e cívicos vigentes na sociedade da época. Deste modo, uma das obrigações femininas derivadas do matrimônio seria a educação da sua descendência, sobretudo, das suas filhas que deveriam ser preparadas para representarem no futuro a continuidade da missão materna.

A família disse-me:

É necessária a resignação, a paciência, a dissimulada aceitação desses contratemplos da vida conjugal, pois que nenhuma mulher ainda pode gabar-se de se lhes ter furtado. Os filhos são aqueles a quem antes de tudo nos devemos sacrificar, os filhos exigem a tua inteira submissão às leis

⁶¹ Durante o período Imperial, vigorava, tanto na cidade como no campo, uma severa disciplina patriarcal. Forçadas por seus pais a se casarem extremamente jovens, com homens bem mais velhos, os quais muitas vezes só foram conhecer no altar e, quase sempre, mães de numerosos filhos, as mulheres do século XIX estavam fadadas a uma vida de faina e muito labor dentro de um ambiente doméstico. O casamento representava, para essas mulheres, a única alternativa em uma sociedade patriarcal, que atribuía à mulher a exclusiva função de esposa mãe e dona de casa. COSTA, Emilia Viotti da. **Da Monarquia à República**. São Paulo: Grijalbo, 1977, p. 188.

dolorosas, às duras leis do teu casamento profanado! (CARVALHO, Maria Amália Vaz de. “O problema atual do casamento” Publicação d’**A Província do Pará**, 1897, ed. 133, p. 2).

A educação familiar representava a principal fonte de formação das futuras esposas e mães de família, quer nas camadas elitistas, quer nos estratos sociais das famílias mais desfavorecidas. As moças eram, desde tenra idade, educadas de acordo com os modelos de conduta exemplificados pelas mães, os quais deveriam interiorizar e praticar enquanto futuras mulheres e mães de família. As meninas imitariam os supostos modelos de virtuosidade e de irrepreensibilidade moral, assim como os exemplos norteadores do cotidiano das mães: os gestos, as atitudes privadas e as públicas, as práticas domésticas, o apoio e a submissão à figura patriarcal.

A sociedade pela boca dos seus órgãos autorizados disse-me: Se te separares do teu marido incorres para sempre na desconfiança, no desdém, na suspeitosa observação daqueles com quem viveres. Evitar-te-ão o mais que poderem, e mesmo, aceitando a veracidade e a sinceridade dos teus motivos determinantes, acharão que não tens razão nenhuma em te revoltares contra aquilo que a generalidade das mulheres aceita submissa e indiferente.

O enclausuramento dessas mulheres é um dos maiores indícios da exclusão social feminina no Brasil. Além das mulheres carregarem o estigma de somente servirem como procriadoras, de serem vistas quase como adereços do mobiliário da casa, persistia, no Brasil, uma desconfiança em torno da moral e do comportamento feminino. Embora no geral fosse essa situação da mulher, é certo que existiram exceções. Muitas mulheres, cujas trajetórias já foram investigadas, se contrapõem a esse perfil de mulher reclusa, submissa e dependente financeiramente. Dentre as mulheres da elite, houve ricas senhoras de engenho que administraram fazendas, terras, escravos e bens, geralmente por motivo de viuvez e de herança.

Porque? Em virtude de que absoluto e eterno princípio? Quem me dirá de Deus a ideia inabalável, que é preciso ter da sua existência, da sua onisciência, da sua força, da sua justiça, para que eu fosse heroica até o fim, na certeza que minha heroicidade era vista por Esse que veria tudo, e tudo saberia recompensar? Que base tinha a minha instrução religiosa para me incutir a força necessária a semelhante prodígio obscuro e ignorado de todos? (CARVALHO, Maria Amália Vaz de. “O problema atual do casamento”. Publicação d’**A Província do Pará**, 1897, ed. 133, p. 2).

Essa senhora que enviou a suposta carta, pelo que percebemos, não conseguiu o divórcio, especialmente porque tais processos tinham por finalidade, em última análise, garantir aos cônjuges a interrupção da mútua habitação, a separação de bens e,

predominantemente, para as mulheres, a possibilidade de continuar vivendo na comunidade católica.

Maria Amália Vaz de Carvalho entendia que a mulher enquanto primeira educadora da sua prole poderia moldar positiva ou negativamente o futuro das crianças. Desse modo, defendia que os valores morais e cívicos interiorizados por cada indivíduo, representariam o reflexo da própria educação recebida em crianças da sua mãe. Como verificamos a portuguesa constrói uma resposta à senhora que é a interlocutora:

Creia que essa educação profissional que pretende dar a sua filha e que em Paris, em Londres, em Berlim, na Holanda, não desqualificava nem tornava incansáveis, aqui vem a dar esse resultado: os homens fogem das mulheres doutoras como da peste. O que eles querem é uma criatura submissa, dócil, ignorante de negócios financeiros e econômicos, que não os vigiem, que não se metam com a sua vida, a quem não tenham de dar conta nem satisfação e quando muito, que tenham o que eles chamam de uma “bonita educação” (CARVALHO, Maria Amália Vaz de. “O problema atual do casamento” Publicação d’**A Província do Pará**, 1897, ed. 133, p. 2).

Se eram muitas as diferenças entre as mulheres brasileiras no século XIX, no tocante a suas origens e modos de vida, uma questão, no entanto, as aproximava: a inacessibilidade à educação: senhoritas, senhoras ou escravas, fosse qual fosse sua origem, estavam igualmente distantes dos bancos escolares.

Também embirram com mulheres instruídas solidamente, que saibam história e geografia e Literatura, e coisas que eles não tiveram tempo de aprender ou cujas noções recebidas na escola se lhe obliteraram da memória. Se as faz superiores às médias dos homens com quem elas têm de conviver com mais ou menos, condenam as pobres meninas a uma eterna solidão, e creia minha amiga, Deus criou a mulher para o homem e nem ela pode viver sem ele e nem ele sem ela. Diante dessas informações desinteressadas e amigas, e que sinto sensatas, diga-me o que posso, o que devo fazer (CARVALHO, Maria Amália Vaz de. “O problema atual do casamento”. Publicação d’**A Província do Pará**, 1897, ed. 133, p. 2).

A educação formal da mulher não era vista como necessária. Saber ler e escrever parecia mais do que suficiente. No Brasil, bem como no Pará, prevalecia o velho provérbio português: “uma moça está suficientemente bem-educada quando consegue ler seu livro de missa e escrever a receita de goiabada”⁶².

O fato é que Maria Amália, personalidade fortemente defensora das tradicionais normas familiares e sociais vigentes no período, enumerava várias regras básicas que as mães deveriam adotar a fim de ministrar uma educação modelar aos seus filhos e por isso, para a portuguesa, a educação das meninas da elite social era diversificada nas áreas intelectuais e da

⁶² MARTINS, Maria do Carmo Salazar, 1994, p. 16.

civilidade, procurando transmitir os valores que eram considerados adjetivos da aristocracia e, conseqüentemente, típicos ao seu estatuto hierárquico. A nível cognitivo, a educação feminina desejada pelas elites aspirava quer a instrução, quer uma educação intelectual que sinalizasse na dama a possibilidade de destaque sociocultural sobre as demais. Na sua formação geral, as meninas eram educadas segundo a transmissão de um conjunto de normas cívicas e morais que deveriam orientar todas as suas condutas. Desse modo, Maria Amália enumerava um conjunto de predicados essenciais à formação comportamental e afetiva das meninas das famílias mais abastadas.

Contudo não é somente a união entre homens e mulheres que passa por uma espécie de revitalização, todos os acontecimentos de família assumem importância, tudo é feito para que se nutra o sentimento familiar. Além do casamento, os rituais de: batismo, crisma e mesmo de extrema-unção passam a partir disso a serem rodeados da família. Nada ocorre em estado de isolamento e os acontecimentos pertencem aos sentimentos de famílias específicas. A família, obviamente não era um dado novo, mas o sentimento que ascendia era inusitado. De um viver discreto na Idade Média, a família passa a ser assumida desde então, como um sentimento forte, emocional, público e passível de ser exaltado por todos e percebível em toda uma iconografia de época.

Como entendemos, o objetivo da publicação assinada por Maria Amália era contribuir para a transformação da mulher, alterando a imagem, culturalmente veiculada, de submissão, futilidade e ociosidade para a de informação, independência e produtividade econômica. Como vimos demonstrado nos escritos, o caminho passaria, inevitavelmente, pela instrução, pela leitura e principalmente pela afirmação pessoal. Mesmo que fosse necessário fazer recuos ideológicos estratégicos e proceder a “negociações” para, em um futuro, talvez longínquo, concretizar grandes conquistas, que naquele momento, eram consideradas utópicas e impossíveis.

Em outra edição denominada de “Lisboa ao Rio de Janeiro”, n’**A Província do Pará**, no dia 12 de agosto de 1888, Guiomar Torrezão descreve uma jovem personagem de um romance:

Lembram-se d’aquela typo ideal da “Morgadinha de Val-Flôr”, creado pela maravilhosa fantasia de Pinheiro Chagas? Há quantos anos esse adorável vulto feminino, essa harmoniosa esculptura, vibrante como uma lyra, esfumada no vago do sonho e aureolada pela chamma da paixão romanesca, desliza ao longo dos palcos, exercendo nas platéas a fascinação proveniente da sua beleza peregrina, da sua palavra musical, da sua natureza complexa, altiva e meiga, irônica e apaixonada, enlevando-se na miragem que a seduz, voando na aza do capricho que a attrae e submetendo-se por ultimo a

irresistível lei do amor que a domina? E, entretanto, essa prestigiosa filha intelectual de Pinheiro Chagas, que ainda hoje nos interessa, nos impressiona e nos obriga a seguirmos, comovidos, os romanescos episódios do seu dramma sentimental, não tem a menor afinidade com a mulher moderna, com a enigmática nevrotica fin de siècle, minuciosamente analisada pela subtil psychologia de Paul Bourget. A primeira é a representante oficial da escola romântica, em que o amor de despoja da sua essência material para mimbrar-se do azul do ether, corôado de estrelas e erguido sobre um pedestal de radiosas ficções. A segunda é o produto doentio de sucessivas gerações de desequilibrados, de decadentes e de artificiosos, em relação ao qual o amor, ao descer da sua região espiritual, cae fatalmente na sensação animal, justificando assim a velha frase de Pascal: *qui fait l'ange fait la bete* (TORREZÃO, 1887, p. 2).

No texto, “a noiva”, Guiomar Torrezão destaca a situação de um matrimônio arranjado e há uma pequena nota explicativa acerca da origem do texto, que afirma: “vou cumprir a minha promessa, descrevendo-te o romance do meu casamento Se não quiseses guardal-o só para ti, (o que eu preferia) faze d’elle um conto, e oferece-o, como uma boa e salutar advertência, às donzelas inexperientes”.

Como sabes, fui educada em um convento, na atmosfera mystica dos salmos e do incenso. Sahi do parlatorio para os braços do meu noivo, tola, como uma pata, e pura como os lyrios, que nós íamos pôr, todas as sextas-feiras, no altar do Senhor dos Passos. O casamento tinha sido contratado, sem dependencia do meu voto, entre a família do meu noivo e a minha. Submetti-me, não tendo absolutamente nenhuma vontade de demitir-me. De resto, a primeira vez que vi Henrique, senti logo o *coup de foudre*: achei-o sedutor, com o seu bigodinho loiro e o seu olhar profundo e ardente (TORREZÃO, 1887, p. 2).

No fragmento, Guiomar Torrezão se aproxima do ideal de conduta no qual a mulher sempre era submissa, especialmente, se pensarmos que a subordinação da mulher é histórica, como histórica é a predominância masculina no centro das decisões, com raras exceções a uma e outra assertiva. A autora ajuda na construção da ideia que a mulher foi socialmente colocada em posição inferior e que anos de submissão teriam alterado sua natureza, uma vez que primitivamente ela estava mais próxima física e espiritualmente do homem. Ou seja, a denominação “sexo frágil” tinha raízes históricas, tendo se constituído ao longo do tempo.

Enquanto já havia espíritos dinâmicos e vanguardistas trabalhando em favor da autonomia feminina, os textos publicados no Pará seguiam na contramão dessa vanguarda, uma vez que as publicações vinculadas ao nome de Maria Amália e Guiomar Torrezão, por exemplo, empreendiam esforços para que as atenções fossem direcionadas a questões como: casamento era a única solução na vida das mulheres ou as mulheres não podiam estudar muito e também não deviam trabalhar fora do ambiente doméstico.

Maria Amália Vaz de Carvalho em meio às escritoras oitocentistas se destacou por adotar posicionamento desfavorável à emancipação feminina. Na sua conduta como escritora portuguesa em grande parte de sua carreira asseverou em sua obra que a mulher tinha um papel secundário na sociedade da época. Sendo assim, a obra da portuguesa por ter essa defesa ao conservadorismo nos surpreende, porque a autora poderia ter adotado outra maneira de trabalhar o feminino em seus textos, mas preferiu endossar uma conduta favorável aos ideais de uma elite intelectual masculina.

Voltando ao texto “a noiva” de Guiomar Torreção, damos destaque ao fato da protagonista não ser uma moça considerada elegante e sofisticada para os ideais da época.

No dia do casamento, a nossa sala encheu-se de raparigas chics, vestidas pela Aline e pela Emilia de Abreu; de formosas mulheres da alta roda, espirituosas, distintas, perfumadas, em torno das quaes os homens, irrepreensíveis nas suas casacas pretas e nas suas fardas estreladas de condecorações, faziam circulo, disputando a honra de oferecer-lhes o braço. Eu sentia-me acanhada e pouco attrahente, no meio d’essas brilhantes mulheres, que conheciam a fundo todos os segredos (inacessíveis à minha ignorância) da arte de agradar, sabendo acender com um olhar um vulcão e deixando entrever em um gesto um paraizo (TORREZÃO, 1887, p. 2).

Guiomar Torreção sublinha que a simplicidade é importante e a não ostentação nos ornamentos das vestimentas não são tão importantes, visto que a jovem retratada no texto não foi criada junto à família e sim em uma espécie convento. Isso acontecia, porque as famílias mais abastadas recorriam a outras estratégias educativas, como forma de complementar a educação maternal. Algumas meninas seriam educadas por agentes educativos exteriores à esfera privada do lar, tais como escolas de tempo integral ou mestres de ensino privado, que seriam contratados com o objetivo de ministrar uma formação particular de qualidade superior. Pelo que, face às possíveis dificuldades de algumas mães desempenharem as funções relacionadas com a instrução, a educação doméstica foi gradualmente substituída pela educação institucional.

No texto, “A Noiva” Guiomar Torreção segue descrevendo a vida de casada da jovem e houve momentos que a recém-casada se sentia envergonhada por não ter roupas compatíveis com as das outras moças da cidade, mas a autora tenta sublinhar na narrativa que o importante é não ostentar o exterior.

Devo acrescentar, para tranquilidade da tua alma affectuosa e boa, que reconquistei o coração de Henrique, sem ter necessidade de continuar a pintar o cabelo. Pouco a pouco, e invocando a todo o instante a virtude milagrosa de um talisman que trago no seio, o nosso filho, consegui provar-lhe que os cabelos pretos também teem seu mérito, sobretudo não são pintados, e que contacto das faces bezuntadas de carmim, oferece, entre

outros inconvenientes, o de sujarem a boca e estragarem o beijo (TORREZÃO, 1887, p. 2).

Notadamente, a temática sobre o sexo feminino foi uma constante no mundo das letras, da época oitocentista, como percebemos, Guiomar Torrezão e Maria Amália eram conscientes da importância dessa temática e debruçavam-se em dissertar sobre esse universo das donzelas e das senhoras. Se em seus escritos havia uma intenção de libertar a mulher de uma ignorância intelectual, instruí-la, fazer que não servisse apenas de adorno para os salões, para assim, viver de forma participativa nas relações familiares, não podemos afirmar quais eram as intenções das autoras, no entanto, os escritos assinados pelas portuguesas intervinham na sociedade, mediando a relação entre as leitoras e a vida nas cidades.

As últimas décadas do século XIX contavam já com algumas vozes pioneiras a exprimir, em termos ainda cautelosos, mas já muito precisos nos alvos que pretendiam atingir, os novos ideais de afirmação da mulher, da sua valorização pessoal e da sua participação social. Escritos, ou para louvar mulheres concretas, notáveis por feitos ou virtudes, ou para fazer uma defesa e um elogio sobre “damas”, seus direitos e suas qualidades, tais narrativas são apenas exemplos de um espírito que se tornaria corrente e, nessa medida, a influenciar de alguma maneira a evolução de uma situação concreta do sexo feminino, que efetivamente não correspondia a qualquer reconhecimento teórico de um estatuto social de igualdade.

Os nossos costumes com as suas reservas hipócritas, com as suas precauções restritas, que dão ideia pouco lisonjeira do pudor e da castidade das mulheres portuguesas, opõem-se a que o homem tenha delas um conhecimento que não seja frívolo, ridículo, superficial, o conhecimento que se adquire em uma sala entre duas quadrilhas sem sabores, ou em um camarote durante um encontro cheio de tédio. Não pode pôr-se pelo mundo à busca de uma exceção: o molde das nossas meninas da sociedade varia muito pouco. Todas sabem bordar matiz, tocar a Sonambula e o trovador ao piano, fazer houses de crochê, papaguear em duas línguas puerilidades cômicas, dançar os Lanceiros e criticar as amigas íntimas. Nessas circunstâncias o que pode fazer o pobre moço? Ou resistir as solicitações impetuosas da mocidade, à necessidade instintiva que sente de conchego da família, daquele excel home que tanto império tem no coração de todo o homem de pensamento e de trabalho; ou tem de contentar-se com a escolha feita à pressa de dessas raquíticas flores de salão (CARVALHO, 1888, p. 1).

Entretanto, a parte majoritária dos filósofos setecentistas seguiu a corrente oposta, relegando a mulher a uma circunstância de inferioridade em relação ao homem, em seus aspectos físico, social e intelectual. Nesses estudos, os autores falavam em nome dos dois gêneros, mas obviamente a visão era apenas masculina. Nessa tarefa, os filósofos “falam em nome do gênero humano e consideram-se observadores neutros, mas é na qualidade de homens que escrevem, é o seu sexo que serve de referência, de medida para analisar o outro”.

Dessa forma, o caminho reservado às mulheres era o matrimônio e isso deveria ser ensinado desde a infância, tendo em vista que o gênero, segundo a visão majoritária dos iluministas, determinaria o papel social de cada indivíduo. Por isso a educação das mulheres deveria ser diferenciada. O cristianismo subjacente à cultura dos países europeus ocidentais, desde sempre atribuiu ao enlace um caráter religioso, embora a tradição popular mantivesse com alguma fidelidade os simbolismos das formas originais da união romana. Todavia, a Igreja, ao incluir nos sacramentos a aliança matrimonial, está a conceder a si própria o direito de regular as condições de existência da instituição do casamento bem como as que se referem aos impedimentos matrimoniais. Nesse quadro de costumes, foi competência exclusiva da Igreja a união entre o homem e a mulher com a finalidade de constituírem família, e aos sacerdotes coube a função de, nos âmbitos canônico e civil, atribuir a essa união o caráter de sagração religiosa e de legalidade diante do Estado.

Para tratar sobre a temática do matrimônio é necessário pensar nas esposas bíblicas, romanas ou gregas. Qual o motivo de iniciarmos por essas mulheres? A religião⁶³ e as práticas legais e sociais das antigas civilizações forneceram o modelo para o futuro tratamento das mulheres casadas no Ocidente. O papel da esposa como um bem móvel do homem, sua dependente, seu meio para adquirir descendência legal, mãe zelosa de seus filhos, cozinheira e dona de casa é hoje abominado por algumas mulheres.

O argumento base na Idade Antiga que a mulher é intrinsecamente inferior ao homem está pautado no fato de Eva ter sido originada da costela de Adão. Com isso, a história de Eva segue sendo negativa, pois ela aceita os conselhos da serpente para comer o fruto da árvore do Bem e do Mal, contrariando os mandamentos de Deus e ainda induz Adão à tentação. Tais atitudes tiveram consequências definitivas para ambos. Sobre a história da criação de Eva, se fosse feita uma leitura mais inclinada ao feminismo, poderíamos dizer que há outras maneiras de analisar essa história, colocando Eva em posição mais favorável, assim, ela não seria apenas uma consequência e uma necessidade, mas sim, um melhoramento de Adão.

⁶³ O mito referente à esposa judaico-cristã é a história de Adão e Eva. Desde que sua história foi escrita na Bíblia (por volta do século X a.C.), Adão e Eva foram designados, primeiramente pelos hebreus e depois pelos cristãos e muçulmanos, progenitores da raça humana e, simultaneamente, insultada como a primeira esposa que traiu Deus. Inicialmente, como relata o primeiro capítulo de Gênesis, Deus criou o homem e a mulher ao mesmo tempo. Mas no segundo capítulo, uma nova versão da criação humana foi encontrada nas Escrituras, sugerindo que Eva tinha sido criada depois. Nessa versão Deus criou Adão a partir do barro. Em seguida, refletindo sobre seu trabalho, declarou: “o ser humano não deve ficar sozinho. Farei outro ser humano para apoiá-lo e ficar ao seu lado”. C.f. YALOM, Marilyn. **A história da esposa**: da virgem Maria a Madonna. O papel da mulher casada dos tempos bíblicos até hoje. Tradução: Priscilla Coutinho. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002. p. 22.

No Brasil, assim como na Europa, o final do século XIX testemunhou centenas, senão milhares de “novas mulheres”, aquelas que inspiraram a busca de uma maior autonomia com ou sem matrimônio. Sendo assim, era impossível ignorar as inúmeras mudanças que aconteciam na vida das mulheres solteiras e também das casadas.

O consórcio resulta da união estabelecida entre duas pessoas, reconhecida, geralmente, por uma instituição, que confirma essa aliança, a qual pode ser efetuada apenas como contrato legal, autenticado pelos serviços do Estado ou como união religiosa, confirmada por uma autoridade clerical.

Ao longo dos tempos, a forma como o papel da mulher e o casamento foram modificando-se denota a alteração de mentalidades, que transforma, de modo positivo ou não, a concepção atribuída a esta instituição, sem que se elimine a articulação efetiva entre a função da mulher e a condição que subjaz à missão fundamental da maternidade. Dependendo da cultura, da demografia ou da época, o matrimônio contempla sempre a existência de dois sujeitos, que devem completar-se e que devem assumir responsabilidades partilhadas, a fim de promover a harmonia e o bem-estar conjugais.

Para melhor compreender a presença de uma proposta normatizadora em relação aos deveres que eram impostos à figura da mulher nos discursos do movimento feminino brasileiro do século XIX, é necessário compreender a construção do ser homem e do ser mulher, importante por situar a questão do feminino historicamente. Para a história, as categorias homem e mulher não são universais porque, como têm observado os historiadores do campo, ser homem e ser mulher assumem significados sociais bastante variáveis no tempo.

No final do Iluminismo a criação do espaço para a redefinição da “natureza da mulher”. Esse período caracterizou-se como da emergência de um discurso médico, que obteve bastante êxito por permitir uma ruptura com a ortodoxia religiosa, através de métodos empíricos e científicos tão caros ao período. A ciência e a medicina criaram uma dicotomia entre homens e mulheres, assim se originou a “teoria” da força masculina e vulnerabilidade feminina, dicotomia que passou a justificar, entre outras coisas, a divisão sexual do trabalho. A mulher passou a ser representada como portadora de uma natureza passiva, infantil, um organismo criado para maternidade e incapaz do trabalho intelectual.

Acompanhando as mudanças políticas, sociais e econômicas, Reforma Protestante, teoria política Iluminista, desenvolvimento de novos tipos de espaço público, as ideias de John Locke (1632- 1704) sobre o casamento como um contrato, as possibilidades de mudança social pós-Revolução Francesa, o sistema industrial com a reestruturação da divisão sexual do trabalho, o surgimento da economia de mercado e o aparecimento das classes sociais, todas

essas questões organizaram uma reinterpretação dos corpos. Assim, os mecanismos de poder da modernidade, o poder disciplinador sujeita os corpos a uma disciplina interna de autocontrole, por meio de uma manipulação de gestos e comportamentos, com objetivo de obediência e uma utilidade por parte do corpo. Esses mecanismos de controle se refletiam em uma organização familiar, com maior intensidade nas camadas mais abastadas da sociedade e, nas classes mais desfavorecidas social e economicamente, transformou-se em instrumento de moralização.

Para a construção dessa família ideal, tornava-se necessário incidir o discurso sobre a mulher. O comportamento feminino tinha que apresentar como características a submissão, o recato, a delicadeza, a fragilidade. O lar tornava-se o local ideal da mulher, com isso, a natureza tinha reservado duas funções essenciais para a figura feminina, ser mãe e esposa recatada.

Visto, muitas vezes, como um simples contrato, o a união matrimonial é realizado por múltiplas razões: puramente pragmáticas, concretizadas nos conhecidos casamentos de conveniência, desprovidos de quaisquer sentimentos e baseados simplesmente no desejo de obtenção de fortuna ou de posição social, como formas de estabilidade econômica e social ou, pelo contrário, como forma de dar visibilidade à relação afetiva estabelecida entre duas pessoas, visando à formação de família e, por conseguinte, a educação dos filhos.

Historicamente, o discurso predominante na literatura sempre foi do ponto de vista do cânone masculino. Discursos estes que acabavam por reforçar os ideais patriarcais acerca da inferioridade e submissão da mulher. Enquanto à mulher, era negado o papel de escrever. Com as diversas conquistas do movimento feminista⁶⁴ em vários âmbitos, como o social, político e econômico, verificou-se uma grande alteração nesse painel histórico: a mulher deixa de ser somente representada pelo discurso masculino.

4.4 Leitura, escrita e educação

A partir dos movimentos liberais do século XIX e ao longo de todo o oitocentos, um número crescente de mulheres começou a participar do sistema literário português, culminando no movimento feminista propriamente dito na virada para o séc. XX e em suas primeiras décadas. O acesso à imprensa periódica impulsionou a produção feminina e, situar,

⁶⁴ Sobre a história do feminismo, o livro foi escrito em resposta à Constituição francesa de 1789, o livro demonstra como nas próprias origens da modernidade pulsava a luta pela emancipação feminina. C.f. WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos das mulheres**. Tradução: São Paulo: Boitempo, 2014.

sociologicamente, essa mulher que vai ser chamada de escritora, num momento da história ocidental em que a atividade feminina, mesmo a intelectual, era completamente desprestigiada, e a condição feminina não dava acesso à profissionalização.

De acordo com (MOREIRA, 2003) acrescentemos a esse quadro que o destino da mulher era o casamento e a maternidade; atribuições, ou melhor, funções que em nada ou quase nada mudavam a condição feminina, uma vez que a mulher continuava tutelada pelo marido e mantida como uma “menor”, uma “marginalizada”, diante do poder constituído. No início do século XIX, a mulher brasileira, genericamente falando, pois sempre houve exceções, era destituída de qualquer instrução. Seu universo resumia-se aos afazeres domésticos comezinhos e aos trabalhos de agulha, uma vez que, sendo branca de classe média ou da aristocracia, deixava os demais cuidados domésticos entregues às escravas negras, que formavam a base da pirâmide social das mulheres brasileiras.

Em um texto intitulado “Cartas às raparigas”, publicado n’**A Folha do Norte** Maria Amália aproveita da influência do gênero cartas e desenvolve o que pode ser uma estratégia de nos apresentar uma espécie de diálogo entre ela e uma leitora brasileira. A mãe que é a interlocutora pede conselhos à portuguesa sobre como conduzir a criação da filha.

Ou escolher com escrupulosa atenção os livros insignificantes de uma literatura inofensiva e banal, que nada lhe ofereça a imaginação de perigoso, mas que também nada lhe dê ao espírito desse alimento nutriente e são com que se forma e se fortalece um caráter, ou então correr um certo risco e fazer-lhe ler as obras primas de todas as grandes literaturas, das quais ela saia tendo conhecimento que há mal, mas também tendo sabido aquilatar os supremos requintes do que há de mais alto e de melhor no caráter da humanidade (CARVALHO, 1897, p. 2).

A partir da leitura da correspondência de Maria Amália, atinamos que nesses escritos a autora construiu opiniões e sugeriu comportamentos à sociedade, por exemplo, no fragmento mencionado, a autora se preocupa com a imaginação das moças.

Já Guiomar Torrezão ao descrever a vida de uma atriz francesa chamada Martha Brandés revela muito sutilmente quais as perspectivas que esperava da figura feminina e com isso, conduz esse texto a um afastamento ao que Maria Amália pregava em “Cartas às raparigas”, vejamos as considerações de Torrezão:

Cada representação é para ella uma espécie de estreia que a desorienta, que a adoece, que paralysa sua energia. Leu muito e sem ser pedante, como as outras, julga as obras e os homens com uma verdadeira delicadeza, com phrases inteiramente suas, que transluzem do refinamento do seu espirito, da acuidade das suas sensações e da originalidade de uma natureza que procura o novo e aspira o absoluto. Com as suas qualidades e os seus defeitos, mademoiselle Brandés é, incontestavelmente, entre as jovens comediantes do nosso tempo, uma d’aquellas que mais alimentam as esperanças dos que,

como nós, adoram o moderno e detestam as estradas batidas e as velhas banalidades (TORREZÃO, 1888, p. 3).

O fragmento acima registra a urgência em se conceder às mulheres, direitos relacionados à educação que as tornassem capazes de direcionar suas próprias vidas e de ter acesso às oportunidades dadas aos indivíduos, uma vez que também se consideravam como tal, enfatizando as necessidades específicas da mulher, principalmente no que se referia à vida profissional.

A educação e a emancipação do sexo feminino eram apontadas como fortes elementos do progresso, desde que a mulher fosse preparada para o fim que lhe destinou a própria natureza, e dessa forma não haveria receios em permitir que tivessem os mesmos direitos que eram oferecidos aos homens.

Aproveitando deste espaço na imprensa, as mulheres letradas, além dos conselhos relacionados à vida cotidiana, chamarão a atenção das mães de família para o “perigo” da leitura dos “romances doentios para as donzelas. Uma vez que, as histórias de heroínas românticas, abatidas e sofredoras acabavam por incentivar a idealização das relações amorosas e das perspectivas de casamento”, essas ponderações são feitas por D’Incao (2018, p.225).

Percebemos que a personagem que aparece no texto de Guiomar Torrezão não é em nada parecida com o modelo de mulher tão esperado e forjado que se costuma encontrar nos textos de Maria Amália, Martha Brandés não tem relação com o modelo digno de imitação que era a mãe-educadora e o lugar da educação no programa dos jornais, revistas femininas, das rodas de conversas das primeiras décadas republicanas era o de promover o culto da maternidade. Sendo assim, a nova mulher podia ser libertada da ignorância, mas a sociedade pretendia forjar currículos destinados a prepará-las, antes de tudo, para desempenhar seu papel como gestora da vida doméstica.

Nessa publicação assinada por Guiomar Torrezão vislumbram-se preocupações que se encontravam alinhavadas às defesas feministas ou profeministas do período, ao exemplo do acesso universal à educação, o direito ao sufrágio e a inserção em carreiras profissionais. A defesa por novas possibilidades de ação e protagonismo social para mulheres ganhou espaço inegável na ficção e nas obras como o equivalente a resenhas, notas críticas, ensaios, sobretudo produzidos a partir dos anseios de muitas romancistas, poetas e intelectuais que visavam romper com os constrangimentos, restrições e convenções sociais profundamente

incorporadas na sociedade brasileira do **fim do século**, mormente, no que tange a interação entre feminilidade, domesticidade e maternidade, vistas como destinos biológicos da mulher.

Sobre Maria Amália, entendemos que o debate que a autora estabelecia sobre a emancipação feminina apresentava aspectos ainda arraigados à educação que ela mesma recebera, ou seja, a mulher enquanto mãe e esposa, cuidando do bem-estar da família, assim como, refletindo sobre temas que encontrariam campo propício para se desenvolverem apenas anos depois.

Essas ideias configuram apenas a continuação dos preconceitos e dos padrões impostos para as mulheres, dessa vez legitimados pela “racionalidade” do Iluminismo. Sabe-se que muitas dessas teorias estavam embasadas em estudos médicos da época, porém os limites entre a religião, a moral e a ciência ainda eram bastante rudimentares: “Efetivamente, durante muitos séculos, a terapêutica feminina baseou-se em uma ideia comum aos médicos, aos moralistas e aos teólogos: a mulher está sujeita a seu sexo”.

Postas essas considerações, cabe pensar que no Pará houve a influência de Dom Macedo Costa, o padre ultraconservador que entendia existir leituras específicas para as jovens, donzelas, as senhoras casadas, para a família, de maneira geral e isso forma de ler, era estar bem longe do que o religioso julgava como livros “ímpios”.

No que envolve à condição feminina, a expectativa de muitos críticos na virada do século era de um futuro mais promissor, sendo assim, a mulher ainda preferia a vaidade e o desejo de brilhar pelas graças exteriores. Ao lado disso, o progresso reclamava a educação universal e pedia costumes novos, e que moralidade e crenças não se decretavam pelas leis nem se impunham pela força, antes saiam da dedicação, das convicções e dos costumes pela imprensa e acreditavam que podiam influenciar com seus discursos a opinião pública.

Para Maria Amália, a sociedade do fim do século XIX, tanto no contexto de Portugal, como do Brasil precisava ser conduzida e ter uma educação determinada, e assim o público entenderia as transformações pelas quais passava, havia novas necessidades culturais e os rudimentos de uma camada intelectual que se formava. As preocupações com a cultura, as ciências e as humanidades se delineavam, motivando a procura por material de leitura e atualidades.

Voltando à publicação “Cartas às raparigas” Maria Amália segue com aconselhamentos sobre quais temas as jovens podem ter contato:

“Sugerir aos rapazes que **leiam muito**; conseguir das raparigas que **não leiam demais**”. “Dois caminhos se oferecem às cogitações da mãe que tem por filha **uma rapariga inteligente, curiosa, ávida de saber**. Ou escolher com escrupulosa atenção os livros insignificantes de uma literatura

inofensiva e banal, que nada lhe ofereça a imaginação de perigoso, mas que também nada lhe dê ao espírito desse alimento nutriente e são com que se forma e se fortalece um caráter, ou então correr um certo risco e fazer-lhe ler as obras primas de todas as grandes literaturas, das quais ela saia tendo conhecimento que há mal, mas também tendo sabido aquilatar os supremos requintes do que há de mais alto e de melhor no caráter da humanidade”. (CARVALHO, 1897, edição, 123, p. 3).

De acordo com a citação, devia ser permitido aos homens lerem o que fosse necessário, já no que se refere às jovens há a orientação de cautela, já que mulher e leitura sempre foram vistas como algo perigo. O texto sugere que ter uma filha inteligente, curioso e que tenha interesse por aprender ofícios além dos pautados para as mulheres era considerado um problema.

No que tange o aprendizado das mulheres, deve-se considerar que o ensinamento da escrita era proibido desde as sociedades antigas, por ser vista como inútil ou perigosa. Muitas leitoras jamais aprenderam a escrever ou assinar, tornando mais trabalhosas as pesquisas envolvendo os leitores e leitoras do passado. Sabemos ainda que para o período em estudo, era ínfima a parcela de leitores⁶⁵ na sociedade, o que não pode levar à interpretação de que o domínio dessa habilidade era necessário para se ter contato com o conteúdo dos textos.

Apesar dos sinais de modernidade, a participação das mulheres de camadas médias e altas no espaço público devia ser feita de maneira a zelarem por sua “honra” e de suas famílias, não permitindo aproximações com o sexo masculino ou comportamentos que pudessem confundir essa “mulher moderna” com as mulheres “decaídas”. Por isso, paralelo ao reconhecimento das mudanças, de novas ideias e comportamentos que acompanhavam as transformações socioeconômicas, nas quais, as novas imagens das mulheres geralmente eram associadas ao contexto republicano, de progresso e modernidade, houve transformações de valores patriarcais relacionados aos papéis femininos tradicionais. Com isso, a intenção era legitimar a ordem social pautada na dominação masculina, sendo a mulher colocada na base do alicerce social, responsável pela harmonia das instituições e da própria nação.

O fato do jornal **Folha do Norte** publicar um texto com tal conteúdo pode ser explicado pelo fato de, “no Grão-Pará, apesar de ter tido um surto de desenvolvimento no processo de urbanização e de industrialização, as mentalidades mantinham-se vinculadas ao tradicionalismo de origem lusitana, onde educar as jovens significava, basicamente, ensinar-lhes corte, costura, culinária, religião e algumas normas de sociabilidade, pois ler e escrever

⁶⁵ Na virada do século XIX para o XX, a maioria dos artigos da Revista **A Mensageira** destacava a ideia central acerca da melhoria da educação feminina, em um momento notadamente marcado pelo analfabetismo, pela primazia da alfabetização masculina, com uma educação diferenciada para homens e mulheres.

eram práticas consideradas de pouco valor para aquele momento na vida das mulheres, notadamente, por conta da possível leitura de romances que não era uma atividade vista com bons olhos para o cotidiano das jovens donzelas”, conforme explica Nazaré Sarges (2000).

Às famílias ilustres, cabiam contar com as folhas jornalísticas para propagar a ilustração de como deveria ser o comportamento das donzelas e assim, cooperar para o melhoramento da sociedade oitocentista. Especialmente à época da publicação de “Cartas às raparigas”, no Grão-Pará, final do século XIX, a mulher já podia ter acesso a formas de instrução, tudo isso propiciado pelo contato com a cultura europeia, na qual muitas jovens e senhoras tinham educação, trabalhavam, escreviam, chegando a ser responsáveis por seu sustento ou de sua família.

Voltemos à publicação que Maria Amália emite conselhos sobre leitura e educação das moças.

Portanto, sem me atrever a dar conselhos absolutos em questão de tanta importância e magnitude, como é a formação e o aperfeiçoamento de uma alma de mulher, direi que na generalidade condeno em absoluto a literatura banal, a literatura medíocre, “as bibliotecas cor de rosa” ou “azuis” ou “lilás” confeccionadas para uso da gente moça e dando a gente moça da vida uma ideia ao mesmo tempo medíocre e falsa, pequenina e artificial. A mulher deve ser instruída de modo que possa entender, julgar, aconselhar ao homem no seu trabalho e na sua luta cotidiana com as dificuldades sempre renascentes da vida (CARVALHO, Maria Amália Vaz de Cartas às raparigas. Publicação n.º A folha do Norte, 1897, edição 97, p. 3).

Havia a preocupação dos redatores dos jornais em atender o anseio de parte da população sobre a formação moral, posto isso, era importante que houvesse uma seleção do que era publicado, logo deveria ser atendido o objetivo de edificação, o qual deveria reger a formação integral da boa senhora paraense, em virtude dessa intenção de mediação de leitura, foi publicado em 1867 o romance **Fabiola**⁶⁶, tradução de um romance inglês, que tinha como objetivo maior guiar as leitoras acerca do verdadeiro sentido da religião católica.

Os jornais apresentam, ainda, muitas referências acerca das reflexões da diferença de gêneros, como percebemos no conteúdo de “Cartas femininas” publicadas n’**O Liberal do Pará**, sabemos que as mulheres não eram as leitoras exclusivas dessa folha jornalística, mas não podemos esquecer que constituíram um público fiel da imprensa oitocentista.

⁶⁶ O romance no suporte livro foi publicado na Inglaterra, em 1854. Sobre o Grão-Pará, temos o trabalho da mestranda Jeniffer Yara Jesus da Silva que trata de críticas, em jornais religiosos ao gênero romance, que tem como título: **A Boa Nova e o Pelicano**: prescrição para leitura de romances em Belém no século XIX; a dissertação de mestrado de Márcia Pinheiro, com o título: **Fabiola: a subversão, a moralização e a virtude recompensada**, defendida em 2017 e a tese em andamento de MENDES, Juliana Yeska Torres que versa sobre os romances religiosos que foram publicados n’**A Estrela do Norte**.

Posso dizer desde já que desconfio dos métodos conhecidos, que não tenho o talento necessário para formular de repente um método novo. Dada a verdade incontestável e positiva de que a mulher, sem ser menos inteligente do que o homem, é inteligente de outro modo; sem ser menos forte do que o homem, manifesta sua força em prodígios de abnegações, de paciência, de sacrifícios, de resistência ao mal quase ignorado pela totalidade dos homens, como é que podem convencer-me que os mesmos liceus, as mesmas aulas, os mesmos compêndios, os mesmos sistemas de instrução têm para os dois uma utilidade e uma significação iguais? (CARVALHO, 1887, edição 122, p. 3).

Maria Amália poderia usar sua voz e ter outra atitude em relação as mulheres de seu tempo, uma vez que, é certo que ela tinha notícias das transformações que eram decorridas nessa época. Portanto é a portuguesa é uma voz dissonante face a movimentos e vozes de emancipação feminina, esta autora em alguns de seus escritos defende que a mulher foi criada para ser esposa e mãe, “para depender do braço amoroso que protege, escuda e cinge docemente”, porém admite formas de visibilidade social, no domínio da arte, da literatura e do ensino particular, tendo sempre presente a significação do dever a implicar o “progresso moral e intelectual do sexo feminino”. Para Amália Vaz de Carvalho, independentemente da criação de uma identidade pública, a mulher deverá sempre desempenhar uma missão social, desde logo pelo seu papel de educadora, e uma missão doméstica.

Para as mulheres, eu sonharia, por exemplo: depois de forte instrução primária, e do estudo das línguas vivas, tão profícuo e tão forte para nós, cursos em que um professor ou uma professora, como o gênio de Michelet ou com o gênio de G. Elliot, lhes explicassem, familiarmente, docemente, em práticas adequadas as sensíveis e vibrantes organizações a que se dirigiam, os complexos deveres sociais que as esperavam ao entrar na vida. Desses cursos, o que a menina via, acompanhada por sua mãe, ela sairia tendo ideias firmes, ideias definitivas fundamentais sobre seu papel humano e social. Isto é uma quimera, bem sei, mas uma quimera que me sorri, que, estou certa, sorri a todas as mães. Esses cursos de Filosofia, de história e de moral, seriam em casa comentados, iluminados, vivificados pela palavra comovida da mãe e da filha, que trocando as suas reflexões e os seus pensamentos mutuamente se auxiliariam na difícil empresa de se achar o bom, o justo, o verdadeiro! (CARVALHO, 1887, edição 123, p. 3).

A preocupação com a jovem leitora acontecia porque “temia-se que mulheres letradas pudessem ler romances considerados perigosos à boa conduta e trocassem bilhetes amorosos, por isso suas leituras deveriam ser vigiadas pelo marido, pelo pai ou pela igreja”. Tais aspectos representam a negatividade do pensamento em relação à educação feminina da sociedade do final do século XIX e início do XX, contra o qual as escritoras que defendiam a educação das mulheres tinham que lutar.

Tal cena, fosse parcial ou totalmente criada, representa uma situação factível do cotidiano oitocentista, pois a intenção é demonstrar que as senhoras muitas vezes se deixavam

levar pelo imaginário das leituras de romances, há também a referência ao fato da vida real não ser como o que é descrito nos romances de amor.

Essas publicações estavam relacionadas à efetivação dos tempos modernos, na esteira da consolidação da Revolução Industrial, todo o século XIX foi uma época de notáveis e sucessivos avanços industriais que imprimiam significativas mudanças no modo de vida da sociedade portuguesa e brasileira⁶⁷ e de suas províncias. Uma sociedade que passou a conviver com constantes descobertas científicas, com inovações técnicas de todas as formas, com crescimento das cidades. Diante de todas essas transformações, informação passava a significar, poder e, notadamente, esse período foi marcado pela busca do conhecimento e de instrução.

Sabemos que às mulheres competia os trabalhos com a casa, a maternidade e os cuidados com a infância, elas não eram consideradas, muitas vezes parte da sociedade, pois, como reivindicar direitos iguais, se, as naturezas do homem e da mulher foram construídas em bases andocêntricas⁶⁸. De acordo com a leitura da narrativa, percebemos que os anseios demonstrados na publicação, não incluíam uma transgressão dos papéis de esposa e mãe, mas sim uma maior igualdade de direitos. Para ela, era a mãe a responsável pela educação dos filhos e das gerações futuras, sua instrução seria a única forma pela qual as mulheres poderiam ser uma influência.

Enquanto o mundo, pelos jornais, tratava do feminismo, das conquistas alcançadas pelas mulheres, Maria Amália Vaz de Carvalho acreditava que a mulher foi socialmente colocada em posição inferior e que anos de submissão teriam alterado sua natureza, uma vez que primitivamente, ela estava mais próxima física e espiritualmente do homem. Ou seja, a denominação “sexo frágil” tinha raízes históricas, tendo se constituído ao longo do tempo.

Destacamos que esse ideal de mulher instruída propagou-se após a Proclamação da República que “pode ser vista como o momento a partir do qual os novos modelos femininos passaram a ser mais reforçados”. Naquele momento, compreendia-se que os filhos da nação em construção, deveriam possuir uma educação cuja finalidade seria o bem da pátria. Neste caso, são às mulheres, como mães, “que a pátria suplica bons cidadãos”.

É importante ressaltar que quando pensamos em educação feminina no século XIX, tratamos de uma classe aristocrática, pois nessa época o sistema educacional brasileiro ainda

⁶⁷ Sabemos que parte do que Maria Amália escrevia era direcionado à sociedade portuguesa, mas diante das inúmeras colaborações da autora em revistas, periódicos e jornais brasileiros, ela tinha consciência de sua circulação no Brasil.

⁶⁸ De acordo com dicionário Aurélio de Língua Portuguesa, é a tendência de se reduzir a raça humana ao termo homem.

não conseguia atender as classes menos favorecidas. Contudo, as mulheres letradas apesar de dirigirem seus enunciados diretamente às camadas médias e dominantes, que compunham o universo de leitores dos periódicos, esperavam que as lições terminassem se estendendo às mulheres e famílias das classes subalternas.

Guiomar Torrezão aproveitou-se do espaço da imprensa para chamar para si a responsabilidade por outras mulheres, sobretudo às mais jovens, aconselhando e lutando por direitos: “geralmente, a moça brasileira, mesmo a que se diz de educação completa não tem a menor noção dos mais simples deveres de esposa e mãe”. De acordo com a autora portuguesa, a mulher deveria ser educada para o bem-estar da família. Assim, a mãe, sendo instruída, poderia ensinar as moças o “verdadeiro valor” da família.

Entre as duas formas de abordar a questão feminina, Maria Amália Vaz de Carvalho assume uma posição ambígua, ora evidenciando a injusta condição social da mulher, agravada pela ausência de um programa oficial de educação, ora tecendo igualmente críticas severas a certo tipo de comportamentos, concretos e recorrentes em Portugal e também no Brasil. Permanecemos, contudo, na interrogação sobre o verdadeiro posicionamento ideológico da autora, em prol da vigência de uma sociedade patriarcal ou da concretização de fatores de mudança que atribuíssem à mulher um papel mais ativo, do ponto de vista cívico e intelectual.

São mecanismos subliminares de dominação masculina, que perpetuam distinção valorativa entre a escrita literária e a produção intelectual de homens e mulheres. Estes mecanismos acabam se transfigurando e manifestando de outras formas, como nos processos de seleção dos nomes a constar nas histórias da literatura. As ementas das disciplinas de literatura brasileira, sobretudo no período do Romantismo, reproduzem o cânone de escritores homens. Naturalizamos a ausência de escritoras, de tal forma que desconhecemos a possibilidade de existência delas.

Outras tantas vozes femininas dissonantes ousaram transgredir a ordem vigente e enfrentar a hostilidade do meio intelectual e literário para com as mulheres. Não foram poucas as intempéries no percurso das mulheres que se assumiram enquanto escritoras. Graças a essa forte resistência, foi possível compreender melhor a naturalização da exclusão das escritoras do século XIX e início do XX no ensino de Literatura brasileira e nas histórias da Literatura a ponto de se tornar imperceptível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em uma sociedade em constante mudança, informação passou a significar, mais que nunca, poder e, de fato, esse período foi marcado por uma intensa busca por conhecimento e

instrução. E, se de um lado, o maior acesso à educação formal tornou-se uma realidade, o contínuo desenvolvimento de técnicas de impressão possibilitou aumento quantitativo e maior rapidez na produção e na reprodução de material impresso de modo a atender a um público leitor em expansão.

O progresso, versão prática do conceito de civilização, se transformou em uma obsessão coletiva da nova classe social que só se realizaria com o alinhamento do país aos padrões europeus. Para atingir tal finalidade, foi preciso “regenerar”, no termo da época, o Brasil a partir de quatro princípios: condenação de práticas vinculadas à sociedade tradicional, negação da cultura considerada popular, reformulação arquitetônica e sanitária das áreas centrais da cidade, e afirmação de um cosmopolitismo identificado com a vida parisiense.

O mundo civilizado e idealizado pelos representantes da Igreja se concretizou na casa burguesa. Além da intenção da igreja católica, outras vertentes religiosas na Inglaterra, unitaristas, presbiterianos, entre outros, compartilhavam com os evangélicos a crença na divisão das esferas e dos papéis sociais entre homens e mulheres. Com isso, foi empreendida uma grande campanha moralizadora entre os pobres para difundir a concepção burguesa da separação entre os sexos. As principais responsáveis pela divulgação desse ideal foram as próprias mulheres, principalmente as pertencentes à classe média.

Certamente, os escritores, críticos em geral e as intelectuais brasileiras, em particular, contribuíram, decisivamente, para a inserção da temática feminina nas discussões de outras temáticas nacionais, no período do fim do século XIX. Atuando em diferentes periódicos de expressão nacional, essas autoras, com seus conselhos e breves reflexões sobre as próprias inquietações, presentes em suas crônicas, cartas, críticas ou outros gêneros de textos, favoreceram a atualização do debate sobre as questões femininas, contestando, mesmo que, ainda, de uma forma discreta, as imposições ideológicas que impediam a liberdade de ação das mulheres e, conseqüentemente, a sua participação efetiva na vida da sociedade paraense.

O estudo da produção feminina oitocentista cruzada com testemunhos de mão masculina revela-se promissor no que toca ao reconhecimento na sociedade do século XIX. Por volta de 1850, na cultura brasileira dissemina-se uma concepção idealizada do papel social da mulher como mãe, já divulgada na Europa desde o século XVII.

Maria Amália Vaz de Carvalho e Guiomar Torrezão fazem considerações sobre os sinais dos tempos modernos: na esteira do processo da Revolução Industrial, a primeira metade do século XIX foi uma época de notáveis e sucessivos avanços industriais que imprimiram profundas marcas no modo de vida da sociedade, de maneira geral. Uma

sociedade que passou a conviver com incríveis e constantes descobertas científicas, com inovações mecânico-técnicas de todo tipo e com um crescimento vertiginoso das cidades.

No que se refere à mulher e a vida em sociedade, foi elaborada uma ideia da mulher idealizada, dona de casa preocupada com o marido, os filhos e “as coisas do lar”. A essa nova figura feminina que surgiu no século XIX foi confiado um novo papel, o de consumidora, de compradora dos produtos que abasteceriam o lar. Isso representava um novo papel para o sexo feminino.

Ao longo do Oitocentos, a questão sobre o feminino, tanto como a forma da personagem como a questão da autoria feminina foi exaustivamente comentada, debatida e questionada. As personagens femininas apareceram na literatura, a mulher se encontrava no centro de uma série de textos nos quais filósofos, médicos e escritores se interrogaram sobre sua natureza, sua educação e seu papel na sociedade. Os pontos de vista apresentados eram múltiplos, divergentes, ambíguos e delineavam o feminino como perigoso, perturbador, incompreensível, submisso, às vezes como igual.

Em relação à província paraense, é interessante pensar que esses escritos eram reaproveitados, porque, na publicação nos jornais, está refletida toda a sociedade da época, notadamente, salvas as particularidades do Grão-Pará, a participação de escritores e escritoras que desempenhavam um papel na propagação e difusão da cultura foi singular na Europa e no Brasil, com isso, as massas, pouco alfabetizadas encontravam um estímulo à leitura nos jornais.

A inserção das mulheres e dos valores vinculados a elas na esfera pública, ou em outras palavras, em um domínio considerado masculino, não aconteceu de forma isenta de tensões e resistências. Tais acontecimentos, como a inserção das mulheres nas discussões sociais, propiciaram a emergência de discursos cada vez mais exaltados, que buscavam reafirmar a divisão de espaços e funções entre homens e mulheres. O medo pela indefinição dos limites entre os gêneros ocasionou, inclusive, certa rejeição ao modelo francês e “feminino” de conversação e polidez, o que contribuiu para a crescente valorização dos clubes como ideal de sociabilidade segregada por gênero ao longo do século XIX.

A legitimidade da república proclamada no Brasil em 15 de novembro de 1889 consistiu principalmente na ideia difusa de que ela seria a portadora de progresso, de civilização e de noções associadas à modernidade. A atual historiografia da Primeira República corrobora essa afirmação, sobretudo, ao evidenciar que a modernidade brasileira, em sua versão *belle époque*, tornou-se questão proeminente entre as elites intelectuais,

políticas, militares e eclesiásticas, definindo a pauta de realizações de todas as principais instâncias do Estado brasileiro que se refazia na Era dos nacionalismos.

A escolarização, o acesso à leitura e a consequente procura de informação, abriram à mulher oitocentista novas oportunidades e prepararam-na melhor para acender à vida pública, na medida que era iniciada a apartação da esfera doméstica. Logo, desde as primeiras prospeções dos textos existentes e da análise da sua importância, foi confirmando que os jornais são um contributo essencial para a compreensão dos anos oitocentos, no que concerne ao estudo das mulheres, das suas mentalidades e das transformações sociais. Foi também no século XIX que se assistiu ao aparecimento e crescimento da imprensa feminina, a qual nos dá informações e nos permite definir com maior rigor o perfil da mulher daquele século.

As considerações que tecemos relativamente à visão dúplice que Maria Amália Vaz de Carvalho tem da mulher do seu tempo levam-nos a interrogarmo-nos acerca das razões e dos condicionalismos que a terão impedido de optar por uma ou outra interpretação da essência feminina e para as quais gostaríamos de ter encontrado resposta sustentada. O que estaria em causa, a sua tendência “Conservadora em muitos aspectos”, o que não lhe permitiu aceitar “as tendências de emancipação das mulheres, de legalização do divórcio ou do voto feminino”? Seus valores estavam em conformidade com o espírito aristocrático da sua ascendência? Seria porque pactuava com a perspectiva que os seus amigos e escritores de renome, essencialmente, tinham da mulher e faziam questão de exprimir? Ou, por outro lado, considerando as suas responsabilidades familiares, esta ambivalência favoreceria a publicação das suas obras, crônicas jornalísticas e traduções, únicas fontes de sustento de que dispunha.

Nos escritos de Guiomar Torrezão encontramos traços de mulheres que não vivem em sua totalidade no ambiente doméstico, a autora descreve a vida de atrizes, de mulheres que não casaram e por isso em alguns de seus textos não vamos nos deparar com a mãe cuidando dos filhos e tão pouco encontrar as mulheres sendo meras espectadoras de suas vidas. A intenção de seus ideais era elevada e incansável, uma vez que a conquista de um direito não foi considerada por ela como ponto final, havia questões pertinentes que reclamavam uma participação imediata, em especial das “feministas influentes”. O feminismo teria que ser um movimento politicamente engajado, atuante nas diversas áreas em que se fizesse necessário.

A partir dos estudos do que foi divulgado na imprensa periódica paraense no século XIX, podemos ter conhecimento do que circulava em outros países, como as produções de Portugal, já que as obras de Guiomar Torrezão e Maria Amália Vaz de Carvalho chegavam em Belém, fato que demonstra que a nossa capital estava atenta aos acontecimentos mundiais.

A análise dos textos de Guiomar Torrezão e Maria Amália que circularam nos periódicos da Província do Grão-Pará no século XIX, demonstra que havia predileção por parte dos leitores comuns de textos não somente por serem de autoras portuguesas, mas por tratarem de um assunto debatido no século XIX: a questão feminina.

Guiomar Torrezão não apresenta, nesses textos publicados no Pará, um afastamento significativo no que tange a postura exposta nos textos de Maria Amália Vaz de Carvalho. Embora Maria Amália, quase na virada do século tenha começado a apresentar artigos com perfil mais emancipatório em relação à posição da mulher, vemos que a maioria das publicações divulgadas no Pará foi mais conservadora e consoante com a tônica patriarcal da época.

Guiomar Torrezão aparece com uma voz dissonante por demonstrar inconformidade com o papel atribuído à mulher. Intelectual, questionadora, avessa às expectativas de uma sociedade conservadora e machista. As instituições políticas e religiosas da época não deixaram de exercer pressão sobre as mulheres, sobretudo sobre aquelas que mais abertamente desafiavam o sistema social instituído. Nem sempre era fácil ultrapassar os estereótipos identificativos do sexo feminino, ou porque se encontravam ainda muito ligadas as marcas da educação recebida, ou porque não era possível romper com costumes, ideias e tradições profundamente enraizadas na sociedade. Era necessária alguma flexibilidade para aceitar as novas realidades femininas, sem que estas sofressem total repúdio por parte de uma sociedade profundamente tradicional e dominada pelo homem.

É importante destacar que no Brasil, a organização familiar feminina passou por um processo de reordenação no século XIX, em especial na passagem para o século XX. Havia uma espécie de quebra de paradigma no que envolve a modernidade e o progresso nacional, uma vez que ao tempo que chegam todas essas novas demandas de modelos de civilidade. A transição para o capitalismo requeria uma nova visão sobre o trabalho que não condizia com a conotação que este possuía em um país de tradição escravocrata.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, Elizabeth Sousa. **O Dote é a moça Educada**: mulher, dote e instrução em São Luís na Primeira República. Niterói, 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense.
- ABREU, Márcia. **Os caminhos dos livros**. São Paulo: Fapesp, 2004.
- ALGRANTI, Leila Mezan. **Livros de devoção, atos de censura**: ensaios de história do livro e da leitura na América portuguesa (1750-1821). São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2004.
- ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação**: a paixão pelo possível. 1 reimpressão. São Paulo: Editora UNESP, 1998.p. 19.
- ALMEIDA, Júlia Lopes de. “Guiomar Torrezão”. In: **Estação** 1889. Ed 67.
- ALVES, Ivia. Imagens da mulher na Literatura na Modernidade e Contemporaneidade. In: FERREIRA, Lucia Sílvia; NASCIMENTO, Enilda Rosendo do. (org). **Imagens da mulher na cultura contemporânea**. Salvador: Neim/Ufba, 2002.
- ANASTÁCIO, Vanda. O que é uma autora? Reflexões sobre a presença feminina no campo cultural luso-brasileiro antes de 1822. In: **Matraga Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ** v. 18 n. 29. Rio de Janeiro: UERJ, 2011, Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/matraga/article/view/2>.
- Archivo Litterario: jornal familiar, variado, crítico e recreativo, Rio de Janeiro, n. 9, ano 1, 18 de outubro de 1863.
- ARTHUR, Azevedo. **O Dote**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Artes Cênicas, 1983.
- AZZI, Riolando. **A crise da cristandade e o projeto liberal**. São Paulo: edições Paulinas, 1991.
- BARBOSA, Everton Oliveira. **O Jornal das Senhoras**: Conexões Culturais femininas pelo Atlântico em meados do século XIX. In: Anais do XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social. Natal: ANPUH-RN, 2013.
- BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa**: Brasil, 1800/1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico (org.). **Livros e periódicos nos séculos XVIII e XIX**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.
- _____. **Jornal e Literatura**: a imprensa brasileira no século XIX. Porto Alegre: Nova Prova, 2007.
- BARP, Guilherme; ZINANI, Cecil Jeanine Albert. A Mensageira, um periódico feminista do século XIX. **Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades** - ISSN-1678-3182 - Número 47 – 2019 – 1.

BELOTTI, Elena. **Educar para submissão**: o descondicionalismo da mulher. 5 ed. Petrópolis. Vozes: 1985.

BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade**: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil. São Paulo, EDUSP, 1999.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo Sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1967.

BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ, CATÁLOGO PARAOARA. Belém – PA, 1885

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. O bello sexo: imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). **Rebeldia e submissão**: estudos sobre condição feminina. São Paulo, Vértice/Ed. Revista dos Tribunais/Fundação Carlos Chagas, 1989.

BITTENCOURT FILHO, José Aduato Santos. **O acervo de Émile Zola no Grêmio Literário Português de Belém**. 2021. 124 f. Dissertação (Mestrado em estudos literários) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Letras. Belém, 2021.

_____. José Aduato Santos. **O pelicano**: o posicionamento religioso oitocentista perante o romance. Relatório de iniciação científica. Belém, 2014.

_____. **A Regeneração**: o romance como progresso material e moral nos escritos maçônicos. 2017. Relatório de iniciação científica. Belém, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

_____. Algumas propriedades dos campos. In: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. **O poder simbólico**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

BURKETT, Warren. **Jornalismo científico**: como escrever sobre ciência, medicina e alta tecnologia para os meios de comunicação. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1990.

CANCELA, Cristina Donza. **A Imigração Portuguesa no Pará**. Belém: Editora Estudos Amazônicos, 2012.

CAPARELLI, André. Identidade e alteridade nacionais: transferências culturais na imprensa brasileira do século XIX. In: GUIMARÃES, Valéria (Org.). **Transferências culturais**: o exemplo da imprensa na França e no Brasil. Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: Edusp, 2012. p. 25-38.

CARVALHO, Maria Amália Vaz de. **A mulher do Futuro**. *A Mensageira*, nº. 31, 1899, p. 13.

- _____. **As crises do casamento.** Publicação d' A Província do Pará, 1897, ed. 133, p. 2.
- _____. **Cartas a Luiza.** Publicação d'A Província do Pará. 1896, edição 73, p. 9.
- _____. **Cartas às raparigas.** Publicação n' A folha do Norte, 1897, edição 97, p. 3.
- _____. **Cartas femininas.** Publicação n' O Liberal do Pará, 1887, edição 123, p. 3.
- _____. **Conversações Lisbonenses.** A província do Pará, 1896, edição 127, p. 2.
- _____. **Do papel social da mulher.** Publicação no jornal A Constituição, edição 189, p. 2.
- _____. **Faux Ménage.** Publicação de O Liberal do Pará, 1897, edição 73, p. 3.
- _____. **O Movimento feminista atual.** Publicação na Folha do Norte, 1896, edição: 57, p. 1.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer.** São Paulo: Vozes, 2012.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações.** 2 ed. Lisboa: Difel,

CHAVES; Vania Pinheiro; LOUSADA, Isabel; ABREU, Carlos. **As senhoras do Almanaque:** catálogo da produção de autoria feminina. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2014.

CHÉLIGA, Marya. "Mulher do século XX" In: **Commércio de Portugal.** 1897 ed 120.

COSTA, Carlos Roberto. A Mulher e a ilustração entram na Redação: 1850 a 1865. In: **A Revista no Brasil no século XIX: A história da formação das publicações do leitor e da identidade do brasileiro.** São Paulo: Alameda, 2012.

COSTA, Fernando. **A sociedade patriarcal brasileira e a opressão feminina.** Publicação da Gazeta de Notícias, 1883, edição 124, p. 3.

COSTRUBA, Deivid Aparecido. **Conselho às minhas amigas:** Os manuais de ciências domésticas de Júlia Lopes de Almeida (1896-1906). 2011 180 f (Dissertação de mestrado) Universidade Estadual Paulista-UNESP de Assis. 2011.

CULLER, Jonathan. **Sobre a desconstrução** 1997.

D.INCAO, Maria Ângela. Mulher e Família Burguesa. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das Mulheres no Brasil.** 2 ed. São Paulo: Contexto, 1997.

DEL PRIORE, Mary. **História do amor no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2006.

_____. Ritos da Vida Privada. In: SOUZA, Laura de Mello e Org. **História da vida privada no Brasil.** Cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. V 1.

DELUMEAU, Jean. **A Civilização do Renascimento,** Vol. I, Lisboa, Estampa, 2008.

DUARTE, Constância L. Feminismo e literatura no Brasil. **Estudos Avançados** vol. 17 n° 49, São Paulo, USP, set/dez 2003.

DURRUIVOS, Frederico. “Vênus”. In: **Suplemento Litterario do Gazeta de Notícias**. 1894 ed. 222.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.p.

_____. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

EWALD, Ariane P. et al. “**Crônicas folhetinescas**: subjetividade, modernidade e circulação da notícia”. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da Cruz.

FARGE, Arlete e DAVIS, Natalie Zemon. “Introdução” In: DUBY, Georges e PERROT, Michele. **História das Mulheres no Ocidente**. Do Renascimento ao Século das Luzes. Vol. 3. Porto: Afrontamento, 1994.

FERREIRA, Sara Vasconcelos. **A crítica literária n’ A Província do Pará: 1876-1900**. 2021 287 f. Tese (Doutorado em estudos literários) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Letras. Belém, 2021.

_____. **Fradiquices em terras paroaras**: a circulação de prosas embrionárias de cartas de Fradique Mendes n’ A Província do Pará. 2017. 124 f. Dissertação (Mestrado em estudos literários) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Letras. Belém, 2017.

FERREIRA, Tânia Bessone da Cruz [et al]. **O Oitocentos entre livros, livreiros, impressos, missivas e bibliotecas**. São Paulo: Alameda, 2013.

FOLHA DO NORTE, “A mulher moderna”, 1896 ed 263.

FRANÇA JÚNIOR, “A moda”. Diário de Belém, 1884, p. 3.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A fabricação do presente**: Como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades modernas. Aracaju: UFS, 2005.

GOUGES, Olympe. **Declaração dos direitos da mulher e da cidadã – 1791**. Disponível em: http://www.historia.seed.pr.gov.br/arquivos/File/fontes%20historicas/declaracao_direitos_mulher_cidada.pdf>

HOORNAERT, Eduardo. (Coord). **História da Igreja na Amazônia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

HOUBRE, Gabrielle. **Como a literatura chega às jovens**. França, primeira metade do século jornais de Porto Alegre entre 1850 e 1900. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

HIRATA, Helena, LABORIE, Françoise, LE DOARÉ, Hélène, SENOTIER, Danièle. **Dicionário crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

JINZENJI, Mônica Yumi. **Cultura impressa e educação da mulher no século XIX**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

LEGOUVÉ, Ernesto M. **História Moral de Las Mujeres** Tradutor Narciso Gay. Barcelona. Del Plus Ultra, 1860.

LIMA, Neila Mendonça Garcês. **As narrativas camilianas no espaço folhetim do Diário do Grão-Pará na década de 1860**. 2014. 100 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Letras. Belém, 2014.

LOBATO, Denise. **Prosas de Júlia Lopes de Almeida em jornais paraenses oitocentistas: entre a temática moralizante e a palavra libertadora**. 2018 124 f (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2018.

LOBATO, Pereira. “Um casamento feliz” In: **O Liberal do Pará**, edição nº 95, 1878, p. 1.

LUCA, Leonora de. **A mensageira: uma revista de mulheres escritoras na modernização brasileira**. 1999. 581 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Campinas, 1999. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280414>.

LUCCA, Leonora de. **A Mensageira: Uma revista de mulheres Escritoras na Modernização Brasileira**. 1999 133 f (Dissertação de Mestrado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 1999.

LUZ, Alvaro da. **A Constituição: órgão do partido conservador**. 1882 ed 184.

MAIA, Emilia. **Os casamentos**. Publicação d’A Voz Feminina, 1868, edição: 125.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MAUPASSANTE, Guy de. “A cata vício”. In: **Folha do Norte**. Ed 24 1896.

MENDES, Juliana Yeska Torres. **Autores Brasileiros no Jornal do Pará (1867-1878)**. 120f. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Letras. Belém, 2017.

MEYER, Marlyse. **Folhetim: uma História**. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **As Mil Faces de um Herói Canalha**. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI Flávia. **Feminismo e Política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo. 2014.

MONTEIRO, Benedicto. **História do Pará**. Belém: Amazônia, 2005.

MOREIRA, Nadilza Martins de Barros. **A condição feminina revisitada**: Júlia Lopes de Almeida e Kate Chopin. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003.

NADAF, Yasmin. **Presença de mulher**: ensaios. Rio de Janeiro: lidador, 2004.

_____. **Páginas do passado**: ensaios de literatura. São Paulo: editora, 2014.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Cientificismo e sensibilidade romântica**: Em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Brasília, Ed. UNB, 2004.

NAZZARI, Muriel. **O Desaparecimento do Dote**: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

OLIVEIRA, Claudia de. Mulheres de estampa: o folhetim e a representação do feminino no Segundo Reinado. In: KNAUSS, Paulo et. Al. **Revistas Ilustradas**: modos de ler e ver no Segundo Reinado. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ. 2011.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. As festas que a República manda guardar. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.4, 1989.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo. O Partido Conservador e a educação literária no Império brasileiro (1841-1863) In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 4, p. 931-945, out./dez. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ep/a/LnYmRdRt3FrmDCktj8FhKyQ/?lang=pt>>.

OLIVEIRA, Paulo Motta. “E a imprensa chegou ao Brasil: reflexões sobre livros, invasões e mercados”. In: FERREIRA, Tânia Maria Bessone da Cruz et al. **D. João VI e o Oitocentismo**. Rio de Janeiro: Contracapa/Faperj, 2011.

PAIVA, Alfredo de. **Emancipação da mulher**. Publicação no Correio Mercantil, 1887, edição 33.

PAIVA, Gizelle Teles. **Entre jornais, livrarias e gabinetes de leitura**: a circulação de romances-folhetins camilianos no Pará oitocentista. 2016. 113 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Letras. Belém, 2016.

PENA, Felipe. **Jornalismo literário**. São Paulo: Contexto, 2008.

PÉREZ, “As minhas vizinhas”. **Diário de Belém**, 1881 p. 2.

PERROT, Michele. **Minha história das mulheres**. Tradução: Angela M.S. Côrrea. 2 ed. 5 reimpressão. São Paulo: contexto, 2017.

PINHEIRO, Márcia do Socorro da Silva. **Fabiola**: a subversão, a moralização e a virtude recompensada. 2017 111 f. Dissertação (Mestrado em estudos literários) Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Letras. Belém, 2017.

PINSKY, Carla Bassanezi. **História das mulheres no Brasil**. 10. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2011.

RAFAEL, Gina Guedes, **A leitura na segunda metade do século XIX em Portugal: testemunhos e problemas** (Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 2011), 35.

RAGO, L. Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra: 1985.

RAMOS, Maria Bernadete; SERPA, Élio; PAULO, Heloisa (Org.). **O beijo através do Atlântico: o lugar do Brasil no panlusitanismo**. Chapecó (RS): Argos, 2001. p.17.

REIS, Bianca Santos Coutinho dos. **“Cérebros e corações”**: a ficção de Maria Amália Vaz de Carvalho no Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro. 2012, 150 f. Dissertação Pós-Graduação em Letras, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

REVEL, Jacques. Os usos da civilidade. In: **História da vida privada 3: da Renascença ao século das Luzes**. Org: CHARTIER, Roger; Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ROCQUE, Carlos. **História geral de Belém Grão-Pará**. Atualização de textos: Antônio José Soares: Belém: DistribeL, 1976.

RODRIGUES, Almir Pantoja. **Romance-folhetins portugueses nas páginas da imprensa paraense oitocentista**. (Tese de doutorado). Universidade Federal do Pará, do Programa de Pós-Graduação em Letras, UFPA, 2018.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Da educação**. Editora Massangana: Recife, 2010.

SAES, Décio. **A formação do estado burguês no Brasil (1888-1891)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade**; prefácio de Antônio Cândido de Mello & Souza. Petrópolis, Vozes, 197.

SALES, Germana. Folhetins: uma prática de leitura no século XIX. **Revista: Entrelaces** (UFC), v.1, p. 44-56, 2007.

SANTIAGO, Silviano. A crítica literária no jornal. In: **O cosmopolitismo do pobre: crítica literária e crítica cultural**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

SANTOS, Edimara Ferreira. **Dumas, Montépin e Du Terrail: a circulação dos romances-folhetins franceses no Pará nos anos de 1871 a 1880**. 2011. 110 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Letras. Belém, 2011.

SANTOS, Elaine Cuencas. **Mulheres e literatura na revista: A Mensageira**. Dissertação de Mestrado apresentada à FFLCH da Universidade de São Paulo. São Paulo: FFLCH, 2000.

SANTOS, Maria Clara da Cunha. **Carta do Rio**. Publicação da Revista A Mensageira. 1899.

SARGES, Maria de Nazaré: **Belém: Riquezas produzindo a *belle-époque* (1870-1912).** Belém: Paka-Tatu, 2002.

SCHMIDT, Rita Teresinha. Escrevendo gênero, reescrevendo a nação: da teoria, da resistência, da brasilidade. In: DUARTE, Constância Lima et alli (Org.). **Gênero e representação: teoria, história e crítica.** Belo Horizonte, 2002, v. 1.

SCHOPENHAUER, Arthur. **A arte de lidar com as mulheres.** São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SERRA, Tania. **Antologia do romance-folhetim: 1839 a 1870.** Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1997.

SHORSKE, Carl. E. **Viena Fim-de-Século: política e cultura.** São Paulo: Cia. Das Letras, 1988.

SHOWALTER, Elaine. A crítica feminista no território selvagem. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura.** Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SILVA, Alan Victor Flor da. **Vida Literária na Belém Oitocentista: a contribuição do Diário de Belém para o desenvolvimento das letras na capital paraense (1882-1889).** 2018. 306 f. Tese (Doutorado em estudos literários) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Letras. Belém, 2018.

SILVA, Jeniffer Yara Jesus da. **Sob o manto da moral: o romance em arguição.** 2017 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Letras. Belém, 2017.

_____. **A polêmica da leitura de romances: prescrições e preceitos religiosos na Belém do século XIX.** 2020 123 f. Dissertação (Mestrado em estudos literários) Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Letras. Belém.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Vida privada e cotidiano no Brasil na época de D. Maria I e D. João VI.**

SILVA, Maria Beatriz Nizza. **Sistema de Casamento no Brasil Colonial.** São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

SILVA, Shirley Lianne Medeiros. **A marquesa ensanguentada: o romance de Condessa Dash nos periódicos brasileiros de Norte a Sul.** 2014. 116 f Universidade Federal do Pará, Dissertação de Mestrado, 2014.

SIMÕES Jr., Álvaro Santos. Da literatura ao jornalismo: periódicos do século XIX. **Patrimônio e memória.** Assis-SP, n. 2, v. 2, 2006.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil.** 3ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SOËTARD, Michel. **Jean-Jacques Rousseau.** Trad. ROMÃO, José Eustáquio, LANE, Verone. Recife: Massangana, 2010.

SOIHET, R. **Condição feminina e formas de violência**: mulheres pobres e ordem urbana 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

STAROBINSKI, Jean. **As máscaras da civilização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

TAVARES, Maria Lucilena Gonzaga Costa. **Laços luso-paraense na imprensa oitocentista**. 2017 300 f (Tese de doutorado). Universidade Federal do Pará, do Programa de Pós-Graduação em Letras, UFPA, 2017.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. 1997.

THOMPSON, E.P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: **Costumes em Comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TINHORÃO, José Ramos. **Os romances em folhetim no Brasil**: 1830 à atualidade. São Paulo: Duas Cidades, 1994.

VAQUINHAS, Irene. **Senhoras e Mulheres na sociedade portuguesa do século XIX**, Edições Colibri, Lisboa, 2000.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reinvidicação dos direitos das mulheres**. Tradução: São Paulo: Boitempo, 2014.

YALOM, Marilyn. **A história da esposa**: da virgem Maria a Madonna. O papel da mulher casada dos tempos bíblicos até hoje. Tradução: Priscilla Coutinho. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

ZOLIN, Lúcia Osana. Literatura de autoria feminina. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (org). **Teoria Literária**. Abordagens históricas e tendências contemporâneas. 3ed., revista e ampliada. Maringá: Eduem.